

Janeiro 2020

Extractos da  
imprensa Angolana  
sobre questões sociais  
e de desenvolvimento

CEDOC Development Workshop - Angola

**DW CEDOC**

Centro de Documentação e Informação  
Development Workshop  
Luanda - Angola



## DEVELOPMENT WORKSHOP CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Janeiro de 2001 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este Jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais.

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Microfinanças](#)
3. [Mercado Informal](#)
4. [OGE investimentos públicos e transparência](#)
5. [Governança descentralização e cidadania](#)
6. [Urbanismo e habitação](#)
7. [Terra](#)
8. [Serviços básicos](#)
9. [Género e Violência](#)
10. [Ambiente](#)
11. [Investimentos China em Angola](#)

As fontes monitoradas são:

- Jornais: Jornal de Angola, Folha 8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, Angolense, Semanário Africa, O PAÍS, Economia e Finanças, O Crime, Expansão, e O Perfil.
- Websites: ANGOP, Angonotícias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.
- Publicações Comunitárias como ONDAKA, Ecos do Henda, Info Sambila, Voz de Cacuo e Jornal Vida Kilamba e Chella.

O Corpo das notícias não é alterado. Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

### Redação

Sobriano César Capitão

### Conselho de Edição

Allan Cain, João Domingos e  
Massomba Dominique

### Editado por

Development Workshop - Angola

### Endereço

Rua Rei Katyavala 113,  
C. P. 3360, Luanda — Angola

Telefone +(244 2) 448371 / 77 / 66

Email: [cedoc.dwang@angonet.org](mailto:cedoc.dwang@angonet.org)

### Com apoio de

Development Workshop  
OXFAM Novib  
Fundação Bill & Melinda Gates  
International Development Research Centre  
Civil Society Challenge Fund  
Norwegian & The Netherlands Embassies  
European Union

### Disclaimer

#### 1. Content

DW – CEDOC provides this service solely for academic and research purposes. The articles are displayed as originally published, with reference to the source and date. DW– CEDOC does not give any guarantee for the accuracy of the transcription or its completeness.

#### 2. References and Links

The content of the articles do not necessarily represent the views or opinions of DW-CEDOC. DW-CEDOC reserves the right to change, complete or delete part or the whole website without prior announcement.

#### 3. References to Articles

DW-CEDOC facilitates this information library service and sets an example to mention the original source and date of the articles. If (parts of) articles are referred to in other documents, original sources should be cited.

# ÍNDICE

<b>1. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMI</b>	<b>8</b>
1.1 As terras, o seu aproveitamento e o combate à pobreza no campo	8
1.2 Executivo acelera PRODESI para melhorar a posição de Angola no Doing Business	8
1.3 Combate à pobreza apoia famílias em zonas de risco	10
1.4 Mulheres de «pedra e cal» na luta pela sobrevivência	10
<b>2. MICROFINANÇAS</b>	<b>12</b>
2.1 4,01 biliões de kwanzas cedidos em créditos	12
2.2 BNA “apanha” bancos com elevada exposição de crédito a accionistas	12
2.3 O crédito malparado e o financiamento da economia	13
2.4 Pescadores têm potencial para obter crédito do PAC	14
<b>3. MERCADO INFORMAL</b>	<b>15</b>
3.1 Crédito ao sector privado aumenta em 4,1 por cento	15
3.2 Comércio de medicamentos no informal está em queda	15
3.3 BNA adverte para aumento de risco de moeda contrafeita no câmbio informal	16
3.4 Administração quer pôr fim à desordem dos taxistas	17
3.5 “A economia de mercado não existe em Angola. O mercado é o Estado	17
3.6 Administração de Cacuaco define regras na actividade de mototaxista	20
3.7 Mais mercados fronteiriços reabrem na província do Uíge	21
3.8 Vendedores do Mutundo sem água e energia eléctrica	22
3.9 A maka dos medicamentos falsos	22
3.10 INADEC denuncia venda de carne em locais impróprios em Cabinda	23
3.11 Vendedores rejeitam voltar ao antigo mercado	24
3.12 Lunda - Norte Traficantes e garimpeiros desafiam. operação transparência	24
3.13 Conversão da Economia informal prevê consumir Kz 4,4 mil milhões	25
3.14 «Patrões» dos garimpeiros continuam Impunes	26
3.15 “A economia informal é um mal necessário para colmatar problemas sociais”	27
3.16 "Não pode haver desenvolvimento económico e crescimento, com os níveis de informalidade que se registam"	28
3.17 Comércio quer assegurar qualidade	29
3.18 Mercados serão reorganizados	29
3.19 Terceirização foi a via encontrada para rentabilizar os mercados	30
3.20 Cartoon	31
<b>4. OGE, INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA</b>	<b>32</b>
4.1 OGE e Habitação	32
4.2 Receita fiscal baixa no Cunene	32
4.3 Receitas petrolíferas ficaram 10% abaixo do previsto no OGE revisto 2019	33
4.4 OGE e Justiça Redistributiva	33
4.5 AGT alarga prazo para pagamento do IPU	34
4.6 Gestores orçamentais analisam Regras do OGE	35
4.7 Stock do crédito foi calculado em kz 3,35 biliões	36
4.8 Finanças quer kwanza bem gasto	36

## 5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA 37

5.1	Eleições autárquicas marcam ano político	37
5.2	Gradualismo	38
5.3	Autarquias estão fora da agenda dos primeiros debates parlamentares	38
5.4	MPLA garante realização das eleições autárquicas	39
5.5	UNITA quer aprovação da legislação até Março	40
5.6	Autarquias... Activistas condenam postura «partidária» do MAT	41
5.7	Eleições Autárquicas já e para todos? O MPLA deixa?	42
5.8	Protesto a favor das autarquias «barrado» com detenções de manifestantes e jornalistas	43
5.9	Quem tem medo das eleições autárquicas em Angola?	44
5.10	Lei obriga afastamento de sobas “fantasmas”	45
5.11	Autoridades tradicionais informadas sobre o PIIM	46

## 6. URBANISMO E HABITAÇÃO 48

6.1	Algumas obras públicas têm vida curta por falta de boas fundações	48
6.2	Centralidade tem “lotação esgotada”	49
6.3	Falta quase tudo	50
6.4	Imogestim desmente venda de habitações	51
6.5	Cobrança do IPU está em curso até ao fim do mês	52
6.6	Fundo de Fomento Habitacional afere prontidão para as vendas no Zango 5	52
6.7	Contribuintes devem pagar o IPU até 31 deste mês	53
6.8	Longonjo aposta na produção de adubo	53
6.9	OGE e Habitação	54
6.10	Mais meios rolantes e menos estradas	55
6.11	Mobilidade trava crescimento urbano da cidade de Luanda	55
6.12	TCUL, MACON e Angoaustreal resistem apesar das adversidades do mercado	56
6.13	Um calvário de décadas com soluções duvidosas	57
6.14	Luanda acciona Plano de Contingência global	58
6.15	Kilamba regista melhorias em segurança pública	59
6.16	Moradores querem integrar requalificação	59
6.17	Casas prontas há mais de 10 anos estão desabitadas até hoje	60
6.18	Condomínio «tornado de assalto» por obras «não justificadas»	62
6.19	Corrida às habitações do Zango 5 arrancam terça-feira com candidaturas online	62
6.20	Desalojados... A vida difícil de mais de 200 famílias que há 13 anos sobrevivem em casebres no Golfe	63
6.21	P&W Imóveis embolsou em sete anos 623 milhões de kwanzas	64
6.22	P&W Imóveis «usupra» titularidade de imóvel do Estado	65
6.23	Trinta e cinco mil funcionários públicos não pagam as casas recebidas do Estado	66
6.24	Zango 5 uma nova centralidade com velhos problemas	67
6.25	Origem curiosa dos novos bairros	68
6.26	Falta de dinheiro “trava” projectos	69
6.27	Inscrições para o zango 5 começam na segunda-feira	70
6.28	Agente imobiliário defende menor intervenção do Estado	71
6.29	Imogestim lança pré-estudo de habitações Kubikus	71
6.30	Modalidade de acesso às habitações na centralidade do Zango 5 divide opinião dos cidadãos	71
6.31	População quer mais renda resolúvel	73
6.32	Preço do cimento está em retracção	74
6.33	2.390 residências estão disponíveis para “venda livre”	74
6.34	Documentação para o Zango 5 abarrotou as repartições fiscais	75
6.35	Candidatos tentam a sorte nas duas mil residências	76
6.36	Vandalismo e assaltos preocupam moradores	77
6.37	Mais de 44 mil inscritos no primeiro dia das vendas	78
6.38	Imposto predial urbano pode ser pago em seis prestações	79
6.39	É muita gente no “movimento sem tecto”	79



6.40	AGT alarga prazo para pagamento do IPU	79
------	--	----

## 7. TERRA 81

7.1	Mais de 12 mil habitantes situados na região do Luacho	81
7.2	Inscrições para terrenos infra-estruturados terminam hoje	82
7.3	Lar do Patriota pede à PGR investigação de denúncias	82
7.4	Camponeses obtêm títulos e habilitam-se ao crédito	83
7.5	Populares invadem terrenos no Huambo	84
7.6	As terras, o seu aproveitamento e o combate à pobreza no campo	84
7.7	Desalojados... A vida difícil de mais de 200 famílias que há 13 anos sobrevivem em casebres no Golfe	85
7.8	Mais de 56 mil disputam 560 lotes no Kilamba	86
7.9	Falta de dinheiro “trava” projectos	86
7.10	Investidores apalpam terreno para a Refinaria do Soyo	87
7.11	Investidores apalpam terreno para a Refinaria do Soyo	87
7.12	Rescova aponta desafios na governação de Luanda	88
7.13	Empresas incumpridoras podem ser multadas	89

## 8. SERVIÇOS BÁSICOS 91

8.1	Ministério das Águas “rega” Pequena Semente	91
8.2	Trabalhadores da Elisal detidos por arruaça	91
8.3	Administração da Caála pretende cobrar taxa de lixo	92
8.4	Drenagem em Talatona precisa de duas bombas	92
8.5	Manutenção em zonas de Benguela	92
8.6	Milhares de consumidores sem fornecimento de água	93
8.7	Amontoados de lixo estão espalhados pelas principais ruas da cidade do Uíge	93
8.8	Água Jorra a 50% na cidade do Huambo	94
8.9	Elisal deixou de operar na ilha do mussulo há dez anos	94
8.10	Especialista afirma a necessidade de operadoras eficazes	94
8.11	Saurimo ganha sistemas de abastecimento de água	95
8.12	Toneladas de lixo no mar na ressaca do festim	96
8.13	Voluntariado... projecto Otchiva recolheu lixo no interior da península	97
8.14	Chuva e seca só cá estão para chatear o santo MPLA	98
8.15	O lixo é quem mais ordena	100
8.16	Lixo, águas paradas e ravinas invadem ruas de bairros periféricos de Luanda	102
8.17	Acesso ao saneamento básico ainda é baixo	103
8.18	Chuva levou à Ilha do Cabo enorme quantidade de lixo	103
8.19	Distribuição de água reforçada no Huambo	104
8.20	Zona Verde 3 com falta de quase tudo e em risco de ser engolida pelas ravinas	104
8.21	Greve... Atrasos salariais podem condicionar funcionamento do único aterro sanitário de Luanda	106
8.22	Cabinda reforça a recolha e tratamento de resíduos	107
8.23	ANPG e ANR unem forças para a gestão e valorização dos resíduos	108
8.24	Distribuição de água é reforçada no Dondo	108
8.25	Dondo pode melhorar fornecimento de água	109
8.26	Ligações domiciliárias a agenda da Lunda Norte	109

## 9. GÊNERO E VIOLÊNCIA 111

9.1	Violência doméstica aumenta no Andulo	111
9.2	Índice de delinquência tende a crescer no “Boa Esperança”	111
9.3	Kilamba regista melhorias em segurança pública	111
9.4	Vandalismo e assaltos preocupam moradores	112

9.5	Mulheres de «pedra e cab» na luta pela sobrevivência	113
-----	--	-----

## 10. AMBIENTE 115

10.1	Chuvas destroem 191 casas	115
10.2	Chuva acompanhada de ventos causa danos a infra-estruturas	115
10.3	Chuvas intensas pelo país deixam rasto de destruição	115
10.4	INAMET anuncia mais chuvas para Luanda	117
10.5	Enxurradas desalojaram mais de 300 pessoas no Bié	118
10.6	Chuvas mataram 41 pessoas no país	118
10.7	Chuvas pioram acesso ao Kikuxi	119
10.8	Chuvas... Mais de quarenta pessoas perderam a vida e 2.498 famílias ficaram ao relento em todo o país	119
10.9	Elisal deixou de oprar na ilha do mussulo há dez anos	120
10.10	Especialista afirma a necessidade de operadoras eficazes	120
10.11	Seca afecta 300 mil famílias e chuvas mataram 41 pessoas	121
10.12	Toneladas de lixo no mar na ressaca do festim	122
10.13	Venda ilegal de terrenos da urbanização ensombra Lar do patriota	123
10.14	Voluntariado... projecto Otchiva recolheu lixo no interior da península	124
10.15	Chuva e seca só cá estão para chatear o santo MPLA	125
10.16	O lixo é quem mais ordena	127
10.17	Chuvas devastam campos agrícolas	129
10.18	Construção em zonas de risco é penalizada	129
10.19	Lixo, águas paradas e ravinas invadem ruas de bairros periféricos de Luanda	130
10.20	Luanda acciona Plano de Contingência global	131
10.21	Desalojados... A vida difícil de mais de 200 famílias que há 13 anos sobrevivem em casebres no Golfe	131
10.22	País registou mais de seis milhões de casos de malária	132
10.23	Chuvas intensas acompanhadas de raios provocam 14 mortes	133
10.24	Chuva levou à Ilha do Cabo enorme quantidade de lixo	133
10.25	Chuvas ameaçam interditar troço Cachiungo/Chinguar	134
10.26	Chuvas desalojam famílias no Andulo	134
10.27	Saco plástico fora do mercado nacional	134
10.28	Chuvas devastam campos agrícolas	136
10.29	Falta de madeira dificulta trabalho em marcenarias	137
10.30	Chuva destroi 70 moradias	137
10.31	Chuva sem danos humanos e materiais	137
10.32	Muitas severas para os crimes ambientais	138
10.33	Sector petrolífero produziu aproximadamente 200 toneladas de resíduos em 2019	141

## 11. EXPLORAÇÃO MINEIRA 142

11.1	Falta de madeira dificulta trabalho em marcenarias	142
11.2	Muitas severas para os crimes ambientais	142
11.3	Sector petrolífero produziu aproximadamente 200 toneladas de resíduos em 2019	145

## 12. MIGRAÇÃO 147

## 13. INVESTIMENTOS CHINESES EM ANGOLA 147

13.1	Chineses negam participação na falsificação de kwanzas	147
13.2	A Cooperação entre a China e a Comunidade dos países de Língua Portuguesa(CPLP)	147
13.3	Mercado nacional recebe marca chinesa de camiões	149
13.4	Nenhum angolano na China está infectado	150

13.5	Trabalhadores denunciam maus - tratos	151
13.6	Chinês internado na Girassol não corre risco de morte	153

# I. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

## I.1 As terras, o seu aproveitamento e o combate à pobreza no campo

*Jornal de Angola*  
13 de Janeiro de 2020

As terras são um recurso natural de elevado valor económico, cujo aproveitamento efectivo pode contribuir para a resolução de problemas de milhares de famílias por via da produção de bens para consumo e comercialização.

Da terra podem sair produtos para alimentar a indústria transformadora que pode vir a desenvolver-se nos próximos tempos, o que, a acontecer, poderá incentivar a produção agrícola, com ganhos para os camponeses e para a sociedade.

Os camponeses precisam entretanto de possuir documentos que atestem a titularidade dos espaços em que cultivam, sem receio de serem perturbados por indivíduos gananciosos que se querem apropriar de terras, não tendo em muitos casos vocação para as aproveitar convenientemente.

Como afirmou o ministro de Estado e Chefe da Casa Civil do Presidente da República, Frederico Cardoso, “as pessoas não devem ter medo de cultivar, pensando que virá alguém para recuperar os terrenos.”

Há exemplos de muitos angolanos que detêm terras, às quais só se deslocam esporadicamente, passando mais tempo nas zonas urbanas do que a realizar projectos produtivos agrícolas. Será necessário analisar a situação de extensos espaços de terras férteis que não são aproveitados por pessoas que não as querem cultivar, quando há muitos camponeses dispostos a produzir.

O Executivo percebeu que, perante vários conflitos, era necessário dar segurança jurídica na utilização das terras pelos camponeses, associações e cooperativas agrícolas, com vista a que os angolanos que vivem e trabalham nas zonas rurais pudessem ter a possibilidade de adquirir rendimentos por via das terras.

É por isso louvável a decisão do Executivo de atribuir aos camponeses de todos os municípios de Angola direitos sobre terras a camponeses, concedendo-lhes títulos que lhes permitirão por

exemplo ter acesso a crédito, para potenciarem a sua produção, aumentando a oferta de produtos agrícolas em todo o país. A concessão de títulos aos camponeses, no âmbito do programa “Minha Terra”, terá um grande impacto na vida de muitas famílias que vivem no campo, na medida em que eles se sentirão motivados a produzir cada vez mais, porque poderão defender os seus direitos perante as autoridades competentes, em caso de eventual conflito.

É do interesse do Estado que haja muita produção agrícola, num momento que se fazem esforços para combater a pobreza. Frederico Cardoso afirmou que era necessário “dar mais segurança jurídica às famílias no meio rural, por ser de onde sai o ganha-pão, para dar estudos aos filhos, cuidar da saúde familiar e muito mais.”

No campo vivem muitos milhões de angolanos, e faz sentido que o Estado esteja a criar condições para evitar conflitos à volta das terras. É necessário promover a paz social no meio rural e defender a justiça, devendo-se desencorajar actos que possam lesar cidadãos que não têm outro meio de subsistência senão a terra.

Que não sejam apenas os ricos a possuir títulos de terras no nosso país. Que as famílias pobres do nosso país, que são a maioria, tenham a possibilidade de usufruir de uma riqueza que a todos os angolanos pertence, as terras, para poderem viver com dignidade.

## I.2 Executivo acelera PRODESI para melhorar a posição de Angola no Doing Business

*Jornal Expansão*  
17 De Janeiro de 2020  
Autor: Joel Costa

Angola pretende reduzir os custos e os prazos de exportação de produtos e acelerar os processos de registo de propriedade imobiliária até ao final do primeiro trimestre deste ano, constatou o Expansão com base na leitura do plano de tarefas de impacto para a melhoria da posição de Angola no ranking do Doing Business.

O documento, apreciado na última reunião da Comissão Económica do Conselho de Ministros, realizada no penúltimo dia de 2019, aponta 31 tarefas que serão desenvolvidas pelo Executivo até Março de 2020 (ver infografia), para melhorar a classificação de Angola no Relatório Ease of Doing Business.



"A meta do Plano Nacional de Desenvolvimento PDN 2018-2022 é elevar 15 posições, ou seja, alcançar, pelo menos, o lugar 160.º no Relatório do Doing Business, que será publicado em Outubro de 2022", lê-se no documento a que a Expansão teve acesso.

O Banco Mundial avalia anualmente os países, em 10 critérios, todos com o mesmo peso na avaliação.

Das 31 tarefas que constam no plano do Executivo para reverter a posição do País no Ranking do Doing Business, 80% concentram-se na Obtenção de Crédito, Comércio Internacional, Registo de Propriedade e Começar um Negócio, 4 dos 6 itens onde Angola tem os piores indicadores na realização de negócios.

Ou seja, a maioria das medidas está focada nos critérios em que o País teve a pior avaliação no último relatório, documento que é utilizado pelos investidores como barómetro para tomar decisões sobre o destino do seu investimento.

O critério Facilidade de começar um negócio é o que mais medidas apresenta no documento do Executivo. O País prepara nove reformas, sete de carácter legal e duas relacionadas com a melhoria das infra-estruturas tecnológicas para facilitar o acesso aos serviços.

Este critério, de acordo com relatório do Doing Business 2020, lançado em Outubro último, foi onde o País registou mais melhorias, o que contribuiu para aumentar 0,4 pontos na classificação.

Registo de propriedade é uma prioridade

As principais novidades, ou as medidas mais esperadas pelos empresários e exigidas durante as reuniões do grupo técnico empresarial com o Presidente da República, prendem-se com registo de propriedade.

Embora seja o 5.º critério em que o País obteve a pior avaliação no último relatório do Banco Mundial, é um dos que têm maior impacto em Angola. As dificuldades geradas pela falta de registo reflectem-se, por exemplo, na actividade dos bancos, nomeadamente na concessão de crédito, e nas empresas.

Os bancos não podem hipotecar os imóveis por não estarem registados em nome da pessoa que apresenta o pedido de crédito à instituição e, no balanço das empresas assim como dos bancos, esse imóvel não é um activo com valor, porque não está registado.

Ainda sobre o registo de propriedade, o Executivo pretende até Março rever a Lei de Terras para facilitar o acesso à terra e fomentar o investimento estrangeiro na agricultura e na indústria.

Outras medidas, aguardadas igualmente com expectativa pelos investidores, estão relacionadas com o segundo critério em que o País teve a pior classificação no ranking, a facilidade na obtenção de crédito. Aqui destaca-se a proposta de lei sobre o regime jurídico das garantias mobiliárias e o registo de garantias.

Finalmente, a nível do comércio internacional, critério em que o País teve a 4.ª pior avaliação em 2020, destacam-se as medidas que visam facilitar os custos e prazos de exportação e de importação de bens. Aqui, destacam-se, entre os objectivos inventariados, a redução dos honorários dos despachantes oficiais, um dos mais caros na região da SADC, e a redução dos prazos de emissão do documento único e do prazo de registo e inscrição das importações e exportações.

Reforma tem de avançar a todo o vapor

Dos 23 diplomas legais que o País está obrigado a criar ou a rever e publicar em Diário da República, até finais de Março, seis já foram remetidos para apreciação pelo Conselho de Ministros, oito estão em processo de revisão, quatro aguardam parecer de um dos ministros envolvidos, quatro estão em produção e um, a proposta de lei da criação das zonas francas, já foi submetido à aprovação dos deputados na Assembleia Nacional.

Uma análise ao cronograma apertado para se proceder às reformas legais e de infra-estrutura tecnológica indicia que, se o Executivo quiser cumprir esta meta, os departamentos ministeriais envolvidos no processo terão de andar a todo o vapor.

As medidas em curso foram elaboradas pelo Executivo em 2017, com o apoio do Banco Mundial, e foram publicadas no Programa de Apoio à Produção, Diversificação das Exportações e Substituição de Importações (PRODES!).

O Relatório Ease of Doing Business é publicado pelo Banco Mundial em Outubro de cada ano, correspondendo ao período de avaliação de reformas realizadas por 190 países no período compreendido entre o dia 2 de Maio de um determinado ano e o dia 1 de Maio do ano seguinte.

Em 2018, Angola ocupou o 175.º lugar entre 190 posições, e no ano de 2019 Angola ocupou o 173.º

A meta do PDN 2018-2022 é elevar 15 posições, ou seja, alcançar, pelo menos, o lugar 160.º no Relatório do Doing Business, que será publicado em Outubro de 2022.

### I.3 Combate à pobreza apoia famílias em zonas de risco

*Jornal de Angola*

*20 de Janeiro, 2020*

*Autor: Alfredo Ferreira*

O orçamento deste ano do Programa de Combate à Fome e à Pobreza, no município do Dande, província do Bengo, está direccionado aos habitantes locais que não têm recursos para começar um negócio e para os que vivem em zonas consideradas de risco, disse, ontem, em conferência de imprensa, em Caxito, o administrador municipal adjunto para a área Técnica e Infra-Estrutura Abeque José.

Sem referir o montante a que o município tem direito este ano, o responsável informou que, em 2019 foi atribuído ao Dande 300 milhões de kwanzas que foram aplicados na construção e reabilitação de duas escolas, um posto médico e a recuperação de pequenos sistemas de furos de água.

Novas obras em 2020

Abeque José anunciou que o município programou realizar várias obras de construção e reabilitar infra-estruturas sociais, à luz do Programa Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM), avaliadas em cerca de mil milhões e 500 mil kwanzas.

“Vamos reabilitar os centros médicos das localidades de Panguila, Úcua, e fazer obras de restauração em infra-estruturas escolares nas comunas de Quirindo, Balasende, Terra Nova e Cawan-go”, sublinhou o administrador adjunto.

Com 278 mil e 82 habitantes, o município do Dande possui uma extensão territorial de sete mil e 384 quilómetros quadrado, e está dividido em cinco comunas, nomeadamente Mabubas, Barra do Dande, Quicabo e Úcua.

### I.4 Mulheres de «pedra e cal» na luta pela sobrevivência

*Novo Jornal*

*31 De Janeiro de 2020*

*João Marcos e Gabriela T Avira*

O semblante de Joana sabina, 41 anos de idade, esconde o sentimento de frustração que, indiscutivelmente, toma conta de quem perde o emprego, e logo na função pública, o sector que alimenta o sonho de milhares de angolanos à espera dos prometidos 500 mil postos de trabalho.

Afastada do Hospital Municipal de Benguela, na sequência de conflitos laborais que colocaram vários enfermeiros no desemprego, há quatro anos, Sabina cedo percebeu que seria inútil andar de lamúrias em lamúrias.

Assim é que, alegre, está na periferia da cidade das «Acácias Rubras», ao lado de dezenas de mulheres, na venda de pedras, areia e brita, três produtos que os cidadãos adeptos da autoconstrução dirigida não dispensam.

A técnica de saúde "emprestada" à venda de inertes é uma mulher aparentemente alegre não porque o negócio dê altos rendimentos, mas pela necessidade de sobrevivência.

"Vendo areia e brita, mas nem sempre temos clientes, o dinheiro dá para um bocadinho, só para comprar alimentos", diz a senhora, que vê na comparticipação do marido nos gastos com a escola dos filhos "um grande alívio".

À semelhança das colegas, faz mais de dez horas diárias, entre às 6 e às 17, ciente de que "há dias sem clientes".

Como que a confirmar esta versão, a mais-velha Teresa Ndjaúca considera que a actividade não é rentável para quem aplica 12 mil kwanzas num camião de areia e 25 mil 'na aquisição de brita, dois inertes extraídos na «Mina», uma área que fica a alguns quilómetros do local de venda.

Ndjaúca, há um ano nesta empreitada, conta que as mulheres são obrigadas a juntar dinheiro para "pegar o negócio", do qual conseguem lucros nunca superiores a cinco mil kwanzas.

"Vendemos a areia a 1.200 kwanzas o monte, a brita um pouco mais, mas isto não dá para nada, continuamos pobres e a pensar em desistir", confessa a cidadã, mãe de quatro filhos.

Também Joana Cassinda, auxiliada pela filha na venda deste material, afirma que o dinheiro quase não chega para nada, nem para duas ou três refeições em dias consecutivos.

"Às vezes, não há o que comer, estamos a passar mal, muito mal mesmo", lamenta.

Convivência com homens e oportunidade para motoqueiros O lucro, como pudemos acompanhar, não é famoso, mas suficiente para pagar os 500 kwanzas à Administração Municipal de Benguela (AMB), que cobra pelo espaço que as vendedoras ocupam.

Cada uma paga o "imposto" duas vezes por semana, sublinham as senhoras, que não puderam, contudo, falar do destino do dinheiro cobrado pelos fiscais da AMB.

"Quem não entrega o dinheiro pode perder este lugar", dizem as nossas interlocutoras.

Trata-se de uma curiosidade digna de realce, tendo em conta que, num passado recente, os relatos apontavam para um ambiente de crispação, em outros pontos da província, entre as mulheres e as autoridades.

Não menos relevante é o facto de as mulheres estarem a dividir o espaço com alguns homens, como são os casos de Henrique Almeida Santos, ex-militar, e José Saraiva.

O primeiro, já com dez anos de venda, sublinha que a carência o levou para este negócio onde coabita com senhoras.

De acordo com Almeida Santos, a falta de emprego, aliada à fome, determina "o sofrimento nas pás, na areia e nas britas".

À espreita, até mesmo das movimentações da nossa reportagem, está o cidadão José Caley, um dos vários motoqueiros que têm na actividade das mulheres uma boa oportunidade de negócio.

Com a sua, "caleluya" - motorizada com carroçaria -, ele transporta os inertes até às obras dos clientes.

"Fazemos os carregamentos, cobrando 500 a 1000 mil kwanzas, e dá apenas para levar fuba e pão para casa. Um peixe para as crianças, só isso", explica, em desabafos, Caley.

## 2. MICROFINANÇAS

### 2.1 4,01 biliões de kwanzas cedidos em créditos

*Jornal Economia & Finanças*  
3 De Janeiro de 2020

Sector privado absorveu tal cifra no IIIº trimestre de 2019 que representa uma subida de 4,1 por cento de acordo com dados do “Panorama Macroeconómico” publicado pelos investigadores do Banco Atlântico

O crédito ao sector privado aumentou 4,1 por cento, para 4,01 biliões de kwanzas no IIIº trimestre de 2019.

A informação consta do relatório sobre o “Panorama macroeconómico” do IIIº trimestre publicado, esta semana, pela área de estudos e pesquisas de mercado do Banco Millennium Atlântico.

Na referida publicação, nota-se que a variação do crédito em termos homólogos fixou-se em 12,1 por cento, o maior registo desde o IVº trimestre de 2018, quando a taxa alcançou 13,6 por cento.

Por outro lado, o crédito ao sector público (excluindo a Administração Central) cresceu 12,2 no trimestre e 6,6 por cento em termos homólogos tendo se fixado em 131.215 milhões.

Quanto aos depósitos, representaram 51 por cento do total do passivo dos bancos no IIIº trimestre. Os mesmos (depósitos) ficaram avaliados em 8.388,0 mil milhões de kwanzas em Setembro de 2019, um aumento homólogo de 14 e de 7 por cento em termos trimestrais.

O nível revela que os depósitos continuam a ser a principal fonte de financiamento das actividades bancárias, sendo que mais de 90 por cento do total são poupanças privadas, enquanto o remanescente representam poupanças públicas. Importa ressaltar que durante o período em análise, os depósitos a prazo representam (52%) do total de depósitos do sistema e o remanescente correspondeu aos depósitos à ordem.

De acordo com o estudo do Atlântico, o nível de dolarização da economia no IIIº trimestre de 2019 fixou-se em 50 por cento, um incremento de 4 p.p. em relação ao mesmo período de 2018 e o maior nível desde o IIº trimestre de 2013, o que poderá reflectir a atractividade dos produtos em moeda estrangeira.

### 2.2 BNA “apanha” bancos com elevada exposição de crédito a accionistas

*Jornal Expansão*  
17 De Janeiro de 2020  
Autor: Nelson Rodrigues

O Banco Nacional de Angola (BNA) apurou, no processo de avaliação à qualidade de activos em que foram alvo 13 dos 26 bancos comerciais, que um grupo de instituições bancárias apresentam "uma exposição muito relevante" da sua carteira de crédito a partes relacionadas, ou seja, com seus accionistas.

Sem indicar nomes, o banco central já recomendou que os bancos 'apanhados' nestas condições devem reduzir essa exposição, recomendação que consta dos resultados do exercício que passou a 'pente fino' a situação patrimonial de 13 bancos que, à data de 31 de Dezembro de 2018 representavam, no conjunto, 92,8% do total de activos do sistema bancário nacional.

"O exercício fez uma análise da exposição das carteiras de crédito a partes relacionadas, tal como definidas na lei e regulamentação relevante, tendo sido apurado que alguns bancos apresentavam uma exposição muito relevante a este tipo de entidades com referência a 31 de Dezembro de 2018 e receberam recomendações para a sua redução", lê-se nos resultados do AQA A lei de base das instituições financeiras (LIBF) não proíbe que partes relacionadas dos bancos-sócios ou accionistas com participações qualificadas - recebam empréstimos. Ao contrário, permite que as instituições financeiras bancárias possam conceder crédito sob qualquer forma ou modalidade, incluindo a prestação de garantias às pessoas que nelas detenham, directa ou indirectamente, participações qualificadas.

Essa faculdade estende-se ainda às sociedades que estas mesmas pessoas, directa ou indirectamente, dominem ou que com ela estejam numa relação de grupo, segundo termos e condições definidos, por aviso, pelo Banco Nacional de Angola, como impõe o ponto 7 do artigo 83.º da LIBF.

Apesar de permitido por lei, um antigo quadro sénior do Banco Comércio e Indústria (BCI), que pediu anonimato, alerta ao Expansão para os vários riscos que os bancos incorrem ao concederem créditos a partes relacionadas. Segundo o próprio, as solicitações de créditos pelos accionistas tendem a não seguir, com rigor, os procedimentos, para a sua concessão. Acresce que quem quem autorizou a saída dos empréstimos pode ser beneficiário indirecto. "É uma violação de conflito de interesses. Podia não ter sido concedido. Como gestor, em princípio, não devo dar crédito a pessoas próximas amimo Deve-se evitar ao máximo. Há situações que se justificam mas têm de ser muito bem avaliadas internamente dentro das próprias estruturas dos bancos", sugere.

Também o ex-secretário de Estado para o Comércio. Interno, Jaime Fortunato, considera que "este tipo de operação [de crédito a partes relacionadas] levanta dúvidas sobre a seriedade das operações e principalmente compromete o nível de confiança das instituições no mercado". "Deste modo o risco associado a estas operações são fundamentalmente de confiança, robustez e capacidade em honrar compromissos com os clientes", conta.

#### Conflitos de interesse

Fonte da Associação Angolana de Bancos (ABANe) defende que as recomendações do banco central sobre redução da exposição da carteira de crédito a partes relacionadas visam prevenir conflitos de interesses e riscos associados. À semelhança do que prevê a lei, o quadro sénior do organismo considera ainda que todos os bancos no país "têm, até certo ponto, um nível de exposição com pessoas relacionadas".

"Em princípio, todos os bancos têm uma certa exposição com pessoas relacionadas. Não devemos [admitir] que, por exemplo, no BIC, as empresas da engenheira Isabel dos Santos sejam beneficiárias de créditos no banco, sendo ela accionista. Isso é assim toda banca", explica.

Por sua vez, o também economista Jaime Fortunato alerta ainda para o risco de "inadimplência" por parte de accionistas, já que, para ele, as operações de crédito a partes relacionadas "são operações sui generis com fins poucos claros". "Qual moral e ética haverá para recuperar créditos malparados existentes na praça quando se está numa situação desta natureza?", questiona o ex-governante.

Dados disponíveis até Maio do ano passado sobre o crédito mal-parado apontam para uma taxa perto dos 30%, precisamente 29,40%. Segundo fonte do

Expansão, o banco central deixou de actualizar os dados do malparado por conta do exercício do AQA.

No mesmo ano, até ao terceiro trimestre, o total de crédito concedido pelos bancos que tinham as contas publicadas situou-se nos 2,3 biliões Kz, com o Banco BIC a liderar o 'top 5' das instituições que mais libertaram dinheiro à economia, com um total de 478,3 mil milhões Kz.

#### 'Proibição' nos empréstimos

Se os accionistas podem pedir créditos, o mesmo não acontece com os membros dos órgãos sociais. Também no artigo 83.º da LIBF, precisamente no seu primeiro ponto, as entidades bancárias estão impedidas de "conceder crédito, sob qualquer forma ou modalidade, incluindo a prestação de garantias, directa ou indirectamente, aos membros dos órgãos de administração ou fiscalização ou equiparados, nem a sociedades ou outros entes colectivos por eles directa ou indirectamente dominados".

Além de não poderem solicitar crédito, os membros do órgão de administração ou fiscalização de uma instituição financeira também não podem participar na apreciação e decisão de operações e concessões de crédito a sociedades ou outras pessoas colectivas não incluídas no n.º 1 do presente artigo, de que sejam gestores ou que detenham participações qualificadas, exigindo tais operações a aprovação por maioria de pelo menos dois terços dos restantes membros do órgão de administração e o parecer favorável do órgão de fiscalização ou equivalente.

## 2.3 O crédito malparado e o financiamento da economia

*Jornal de Angola*  
20 de Janeiro, 2020

A possibilidade de o crédito malparado de bancos comerciais públicos vir a ser recuperado por via judicial criou a expectativa de que os dinheiros dessas instituições bancárias emprestados a cidadãos identificados e identificáveis poderão contribuir para aquecer a economia por via do financiamento das empresas.

Na verdade, se o dinheiro emprestado por aqueles bancos for recuperado, maior será a disponibilidade para emprestarem dinheiro a investidores de que dele precisam para, em muitos casos, reactivarem a actividade produtiva das empresas.



Sabe-se que no país muitas empresas foram à falência porque ficaram desprovidas de meios financeiros para honrar os compromissos de vária ordem. Estando os bancos comerciais, em particular as instituições bancárias públicas, com saúde financeira, eles poderão financiar cada vez mais a economia, que precisa de sair da crise em que se encontra.

No passado, bancos públicos emprestavam dinheiro sem exigir garantias eficazes dos créditos concedidos, tendo uma parte considerável de devedores feito mau uso do dinheiro que tomaram de empréstimo, sem a preocupação de que tinham como obrigação devolver o que deviam.

Há informações de que muitos devedores de bancos públicos recebiam avultadas somas em dinheiro, sem que essas instituições observassem os procedimentos que são normais em qualquer parte do mundo, com graves prejuízos para o Estado angolano.

Depois do anúncio de se querer recuperar o crédito malparado por via judicial, abre-se uma nova era de gestão do que é público, esperando-se que os gestores do Estado que trabalham em instituições bancárias passem doravante a actuar em cumprimento rigoroso do que as regras estabelecem.

Os bancos comerciais públicos são empresas que têm como objecto principal a maximização do lucro. Os bancos não são empresas que fazem doações, pelo que a sua gestão deve obedecer ao que deve estar centrada em práticas que não sejam lesivas dos interesses do Estado e dos seus clientes. Os bancos públicos foram criados para cumprirem, também eles, o papel de intermediários entre os que poupam dinheiro, por via dos depósitos, e os investidores, que precisam de capitais para realizar a actividade produtiva. Cumprindo os bancos este papel, a economia, em condições normais, cresce. Mas quando há demasiado crédito malparado, os bancos têm dificuldade para financiar a economia.

Pretende-se hoje em Angola que as instituições do Estado funcionem tendo em vista a salvaguarda dos interesses superiores da Nação, sendo louvável que se estejam a criar progressivamente condições para que os dinheiros públicos não estejam a saque. Será necessário, depois dos erros graves cometidos na gestão dos bancos comerciais públicos, que se reflecta sobre o perfil dos gestores que devem estar a gerir as instituições bancárias do Estado.

É necessário que os critérios de escolha dos gestores para os bancos públicos sejam objectivos, devendo integrar os conselhos de administração aquelas pessoas que realmente dão garantias de que vão tornar aquelas instituições robustas, para os novos

desafios que temos. É preciso colocar nos bancos comerciais públicos pessoas idóneas, competentes, patriotas e honestas. E temos cidadãos com este perfil no nosso país.

## 2.4 Pescadores têm potencial para obter crédito do PAC

*Jornal de Angola*

*21 de Janeiro de 2020*

*Autor: Manuel Barros*

O director da Agricultura, Pecuária e Pescas de Cacucaco, José de Castro, afirmou que exortou as cooperativas de pescadores daquele município a organizarem-se, para poderem habilitar ao Programa de Apoio ao Crédito (PAC), a componente de financiamento do Programa de Apoio à Produção, Diversificação das Exportações e Substituição de Importações (PRODESI).

José de Castro, que falava por ocasião das celebrações realizadas na Cooperativa de Pesca Artesanal dos Jovens Empreendedores da Barra do Bengo (COPAJE), apelou aos pescadores do município a integrarem as cooperativas ou associações, para que dessa forma possam beneficiar dos apoios do Governo. O presidente do COPAJE, André Luís, considerou que a pesca é a segunda actividade mais desenvolvida no município de Cacucaco, depois da agricultura, razão pela qual se torna essencial a luta pela melhoria das condições de operação dessa classe.

A falta de material de pesca como bóias, fios para pesca, anzóis, rolos de fio, malhas de rede, botas, capas de protecção, remos e motores, estão entre as dificuldades que os associados da cooperativa enfrentam. A Copaje congrega 30 sócios, entre homens e mulheres, ligados à pesca artesanal, transformação de pescado, venda, distribuição e conservação de produtos, bem como a gestão de travessia fluvial.

## 3. MERCADO INFORMAL

### 3.1 Crédito ao sector privado aumenta em 4,1 por cento

*Jornal de Angola*  
01 de Janeiro de 2020

O crédito ao sector privado aumentou 4,1 por cento, 4.013,5 mil milhões de kwanzas, de acordo com informações do relatório sobre o “Panorama macroeconómico” do terceiro trimestre, publicado há dois dias pela área de Estudos e Pesquisas de Mercado do Banco Millennium Atlântico.

Na publicação, nota-se que a variação do crédito em termos homólogos fixou-se ascendeu em 12,1 por cento, o maior registo desde o quarto trimestre de 2018, quando o crédito ao sector privado cresceu em 13,6 por cento.

O crédito ao sector público (excluindo a Administração Central) cresceu 12,2 por cento no trimestre e 6,6 por cento em termos homólogos, tendo-se fixado em 131.215 milhões.

Os depósitos representaram 51 por cento do total do passivo dos bancos no terceiro trimestre, estando avaliados em 8.388 mil milhões de kwanzas em Setembro de 2019, um aumento homólogo de 14 por cento e de 7,00 por cento em termos trimestrais.

O nível revela que os depósitos continuam a ser a principal fonte de financiamento das actividades bancárias, sendo que mais de 90 por cento do total são poupanças privadas, enquanto o remanescente representa poupanças públicas.

Importa ressaltar que, durante o período em análise, os depósitos a prazo domiciliados nos bancos e representam 52 por cento do total de depósitos do sistema e o remanescente correspondeu aos depósitos à ordem.

De acordo com o estudo do Atlântico, o nível de dolarização da economia no terceiro trimestre de 2019 fixou-se em 50 por cento, um incremento de 4 pontos percentuais em relação ao mesmo período de 2018 e o maior nível desde o segundo trimestre de 2013, o que poderá reflectir a atractividade dos produtos em moeda externa.

PIB sinaliza retoma

O Produto Interno Bruto (PIB) poderá registar crescimento real de 0,4 por cento em 2019, uma recuperação de 2,1 pontos percentuais, segundo a Fitch. A agência de “rating”, citada no estudo da Atlântico, perspectiva que, a partir do ano corrente, registre-se uma maior dinamização do sector não petrolífero em consequência do incremento da eficiência na alocação de moeda estrangeira, tal como da política cambial direccionada à descentralização do acesso às divisas.

Sobre a estimativa de crescimento para os anos seguintes, a Fitch fixou-os em 2,00 por cento em 2020 e 2,8 em 2021. No entanto, apresenta como riscos, a baixa implementação de reformas de suporte ao sector não petrolífero e a limitação no acesso ao financiamento externo.

Já o FMI perspectiva uma recessão de 0,3 por cento no ano corrente, pressionada pelo declínio na produção petrolífera, mas apresenta projecções de recuperação do desempenho da economia em 2020, ao fixar-se em 1,2 por cento, depois de quatro anos consecutivos de recessão. The Economist Intelligence Unit (EIU) estima uma recessão económica de 3,6 por cento em 2019.

### 3.2 Comércio de medicamentos no informal está em queda

*Jornal de Angola*  
3 de Janeiro de 2020  
Autor: Victorino Joaquim

O comércio informal de medicamentos em Luanda reduziu significativamente nos últimos dois anos, dez anos depois desta actividade ter sido proibida pelo Governo Provincial, declarou ontem ao Jornal de Angola o inspector geral da Saúde.

“A redução deveu-se às acções de fiscalização, aumento constante de quantidades de medicamentos disponíveis no mercado formal, melhoria das condições e aumento da rede farmacêutica do país, particularmente de Luanda. Aliadas a estes factores, estão também as campanhas de sensibilização da população, visando desaconselhar a aquisição de medicamentos nas praças”, disse Miguel Oliveira.

O inspector da Saúde notou que, hoje, já se pode observar uma oferta de maior quantidade e diversidade nas farmácias, bem como o aumento do número de estabelecimentos na província.

Por outro lado, acrescentou, o sector farmacêutico, constituído por grossistas, retalhistas, importadores e distribuidores tem vindo a aperfeiçoar o trabalho que desenvolve. “Hoje, temos importadores, distribuidores, armazenistas de depósitos de medicamentos devidamente preparados e com melhores condições, em conformidade com as regras estabelecidas internacionalmente, fruto de uma organização e dos investimentos feitos pelos seus responsáveis”, notou. Com as condições apontadas, avançou o responsável, a adesão à compra de medicamentos em locais impróprios baixou consideravelmente e, consequentemente, “este mercado, agora está em declínio”.

As campanhas de sensibilização da população, realizadas pelo grupo multisectorial liderado pelo Ministério da Saúde, convencem os consumidores a não adquirirem medicamentos em locais impróprios, devido aos males daí resultantes.

“Este facto levou a uma mudança de consciência de uma grande parte da população, que já vem sentindo as vantagens em comprar os medicamentos nos estabelecimentos apropriados”, considerou o inspector-geral da Saúde.

Proibição não funcionou

Devido ao mal que causava às pessoas, resultante do uso de medicamentos comprados em locais impróprios, o negócio foi proibido a 14 de Maio de 2009 pelo Governo Provincial de Luanda. A medida de proibição criou embaraços e, consequentemente, alguma redução e mais cautela na comercialização, mas não baniu o comércio clandestino, disse uma fonte da Direcção Nacional de Medicamentos e Equipamentos (DNME).

Em vários mercados e ruas de Luanda, milhares de medicamentos eram comercializados de qualquer maneira, sem serem observados os mínimos cuidados recomendados pelas instituições nacionais e internacionais. Produtos de origem duvidosa, mal conservados e com data de validade vencida eram vendidos à luz do dia.

Muito desse material fica exposto ao sol, perdia as propriedades químicas e os efeitos curativos, constituindo perigo para os doentes ou consumidores.

### 3.3 BNA adverte para aumento de risco de moeda contrafeita no câmbio informal

*Jornal O PAÍS*

*10 De Janeiro de 2020*

*Autor: André Mussuco*

A recomendação do banco central angolano vem na sequência das autoridades policiais continuarem a "identificar casos recorrentes de circulação de notas falsas de moeda nacional e estrangeira" no país.

"A contrafacção e a colocação de moeda falsa ou contrafeita em circulação, nomeadamente através da utilização dessa moeda para a realização de pagamentos, são crimes punidos por lei em Angola e na larga maioria dos países, com penalizações severas", adverte o BNA em comunicado trazido à estampa na sua página na Internet, ontem 9 de Janeiro.

O BNA adverte igualmente para o facto de, além do "risco de se estimular o exercício de actividades ilícitas", as notas falsas/contrafeitas não terem qualquer valor e, por essa razão, no caso da sua utilização a pessoa não receber qualquer compensação e estar ainda sujeita a ser condenada por crime de contrafacção ou de colocação de moeda falsa/contrafeita em circulação.

A autoridade do sistema monetário nacional assevera que a única forma de garantir a autenticidade das notas no acto de compra ou venda de moeda estrangeira é realizar as referidas operações numa instituição financeira autorizada a exercer o comércio de câmbios no país, nomeadamente bancos comerciais e casas de câmbio.

Em caso de dificuldades na realização das operações cambiais abrangidas pelo Aviso N.º 10/2019 numa instituição financeira autorizada a exercer o comércio de câmbios, os clientes devem remeter as suas reclamações ao Departamento de Conduta Financeira do BNA, através do endereço electrónico: [atendimento.reclamacoes@bna.ao](mailto:atendimento.reclamacoes@bna.ao).

Alerta a todos os interessados em operações desta natureza a consultarem na sua página oficial a lista de bancos comerciais e casas de câmbio autorizadas a realizar a compra ou venda de moeda estrangeira ([www.bna.ao](http://www.bna.ao)).

Com a entrada em vigor do Aviso N.º10/2019, no dia 02 de Janeiro de 2020, as pessoas singulares podem comprar moeda estrangeira até USD 120 mil (cento e vinte mil dólares dos Estados Unidos) por ano, para gastos com viagens, transferências unilaterais de natureza privada, incluindo para apoio familiar, sem necessidade de apresentação de documentação de suporte como era exigido anteriormente.

Doravante, é suficiente a avaliação da capacidade financeira do requerente no âmbito das regras de prevenção e combate aos crimes de branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo.

Entretanto, têm sido sinalizadas "dificuldades" junto dos balcões dos bancos comerciais quanto à aquisição de moeda estrangeira pelo que continuam as práticas do passado, em que as pessoas vão suprir as suas necessidades através do mercado negro.

Outro engodo para atracção da clientela para o mercado negro é sem dúvidas a oferta mais apetecível. Neste momento vender USD 100 nos balcões autorizados recebe em média 57 mil Kwanzas em contraposição com os 62 mil Kwanzas oferecidos pelo mercado informal, uma diferença em média de cinco mil Kwanzas.

O economista João Sousa considera a diferença de preços a principal razão pela qual o mercado informal continua a "bater a sua concorrente". Para ele, "o dia em que a paridade entre o informal e o formal aproximar-se da diferença zero, o mercado negro deixará de ser apetecível e a clientela de forma automática virar-se-á para o circuito formal".

O economista recomenda que "continuem" a ser tomadas medidas providenciais de combate à venda informal para "desencorajar", ao mesmo tempo que deve ser prestada atenção redobrada à fonte que alimenta o mercado paralelo e que segundo o especialista "só pode ser o próprio circuito oficial de distribuição de moeda".

### 3.4 Administração quer pôr fim à desordem dos taxistas

*Jornal de Angola*

*11 de Janeiro, 2020*

*Autor: Augusto Panzo*

Os táxis que circulam no município de Cacuo passam, a partir do dia 31 deste mês, a utilizar quatro selos de cor laranja nas laterais das viaturas, conforme orientação da Administração Municipal.

A medida surge no âmbito do ordenamento da mobilidade e trânsito na circunscrição, facilitar a identificação rápida das viaturas no que diz respeito aos crimes organizados, com realce para os raptos que muitos passageiros têm sido vítimas.

Num encontro realizado com os membros da Associação dos Taxistas de Angola (ATA), o administrador Auxílio Jacob informou que se pretende também dar outra dinâmica nas chamadas placas, que são designações adoptadas pelos proprietários das viaturas para identificar o seu grupo de trabalho.

Nesta vertente, o administrador municipal de Cacuo pretende pôr travão à ocupação anárquica de espaços na via pública da parte dos donos das frotas, passando, deste modo, a legalizá-los na administração.

Para Auxílio Jacob, as conhecidas placas também devem ser reorganizadas, pois o que se assistia antes era que cada um chegava a um determinado ponto e ocupava, inclusive colocava a sua placa sem qualquer autorização das instâncias administrativas.

“Queremos acabar com este tipo de comportamento. Os que pretenderem ter um espaço devem dirigir-se à Administração Municipal, a fim de solicitarem a devida licença e autorização”, disse o administrador.

Auxílio Jacob anunciou que vão ser ainda tomadas algumas medidas, sobretudo para os lotadores e os supostos proprietários de terrenos onde os táxis carregam passageiros.

O presidente da Associação dos Taxistas de Angola, Rafael Inácio, agradeceu a iniciativa da Administração, tendo, por isso, se manifestado satisfeito com a tomada da decisão, uma vez que vai permitir melhorar a actividade a nível da municipalidade.

### 3.5 “ A economia de mercado não existe em Angola. O mercado é o Estado

*Jornal Expansão*

*17 De Janeiro de 2020*

*Autor: João Armando*

Angola confirma o quarto ano de recessão económica. Não se notam melhorias mesmo com mudanças nestes dois últimos anos e a entrada do FMI. Afinal o que é que o país precisa para alavancar o seu crescimento económico?

Angola precisa muito mais de uma transformação estrutural do que reforma estrutural. São coisas muito diferentes. Reforma estrutural são pequenas coisas, que se aplicam por exemplo a Portugal, Grécia ou Irlanda, em que os países ganham rapidamente competitividade. Isso acontece quando o Estado entra muito na economia, aumenta os custos das empresas, engorda as estruturas. Depois há que fazer algumas alterações, privatizar coisas, liberalizar sectores, transformar os menos produtivos em mais produtivos, combater os salários ineficientes, quem produz mais ganha mais, etc,

O país também precisa disto...

Claro. Mas o que Angola precisa mesmo é de uma transformação estrutural. E isso está ligado à mentalidade, à atitude. Não são só as políticas que mudam as coisas. Transformação estrutural está ligada aos valores. Se analisarmos com atenção, no fim de uma crise de valores vem sempre uma crise económica.

Aconteceu nos Estados Unidos, na Europa. Primeiro crise de valores, depois crise económica.

É o que está a acontecer em Angola?

Em Angola os valores foram embora com aquele "boom" do dinheiro fácil e barato. Era de uma arrogância enorme, o pai do outro já não era o teu pai, a mãe do outro já não é a tua mãe, perdeu-se o respeito e a solidariedade, perderam-se os valores que existiam antes de 2002.

Crise de valores é o consumis-mo. Crise de valores é crédito fácil e barato, é o excesso de ministérios que não fazem nada, é uma ilusão que se cria nas pessoas. E isso é sempre alimentado por um financiamento ou por uma dívida. No nosso caso foi a dívida da China e o dinheiro fácil do petróleo.

Essas foram causas para o que estamos a viver agora?

A causa maior é o modelo económico, cuja matriz era o consumo. Porque é o único instrumento capaz de manter o poder político.

Porque o consumo dá a ideia que estamos a andar bem, mas isso é apenas no curto prazo. Como veio a acontecer. Por exemplo, todos os indicadores económicos interessantes que tínhamos eram artificiais. O crescimento económico era artificial. Nunca tivemos um período de ouro na nossa economia. Isso era artificial. O que tivemos foi um período de oportunidade perdida para mudar o modelo produtivo, que devia estar virado para o sector privado como motor da economia.

Acha que só faria parte de uma estratégia ou foi acontecendo porque os dirigentes se deslumbraram com tanto dinheiro?

Todos os países que vieram de um modelo com matriz socialista/comunista caíram nisso. Depois veio uma crise para restaurar. Basta olhar para o que aconteceu nos países de Leste europeu. Os únicos que não passaram por isso foram os que mandaram os jovens estudar para fora e que tiveram contacto com o modelo liberal americano. Estou a falar da Estónia ou da Lituânia, por exemplo.

Trouxeram novas ideias para as suas economias

Se repararem, estes países quando começaram a reestruturar as suas economias, a primeira coisa que fizeram foi reduzir a taxa tributária. Baixar os impostos ao mínimo para atrair mais pessoas, mais empreendedores para o sector produtivo, maior dimensão' ao sector privado que é o verdadeiro motor da economia. Houve até alguns que se tornaram paraísos fiscais.

Em Angola os impostos estão a aumentar todos os dias.

Tem sido ao contrário.

É verdade, não fizemos nada disso. Apenas mudámos a roupa, o corpo foi sempre velho, com as características do modelo socialista. A mentalidade da loja para o dirigente e a loja para o povo não mudou em 1992 e mantém-se até hoje. Mesmo não trabalhando tínhamos dinheiro. O País tem que mudar o modelo. Por exemplo, os discursos dos dirigentes deviam sair do macro e ser mais micro. Devem apelar ao espírito do trabalho, ao amor aos resultados, à solidariedade e confiança ...

É necessária uma componente educacional nesta mudança?

A mudança de mentalidade e de modelo económico não se faz apenas nas escolas. Mas mesmo nas escolas, veja-se a maneira como se ensina o curso de Economia no País, é para os alunos serem empreendedores ou trabalhadores? Os jovens saem da faculdade com espírito de irem trabalhar no Estado. Tem que se alterar esta forma de ensino para o espírito empresarial.

Mas existem outros constrangimentos à iniciativa privada?

Claro. Tem que ser simples criar um negócio. Por exemplo, porque é preciso um Guichet Unico? Porque é que é preciso ir buscar um papel do alvará comercial para as empresas de baixo risco? Depois



quando o empresário quiser ir buscar crédito, aí sim, vai tratar do alvará porque o banco lhe vai exigir. Está a tentar-se criar emprego com um

programa do Governo. Diga-me um País do mundo que criou emprego com um programa? Ou pelo menos emprego sustentável? Aqui criam-se programas para tudo em vez de criar as condições para que o mercado possa funcionar normalmente.

Mas o paradigma da nossa economia está a mudar. Ou não?

A economia de mercado em Angola não existe. O mercado é o Estado. Todos os países dependentes do petróleo não têm problemas e nós temos. Porque a nossa economia nunca dependeu do petróleo, na verdade dependeu sempre do Estado, e o Estado é que depende das receitas de petróleo. Olhemos para a Arábia Saudita, Emiratos Árabes, qual o país do mundo que depende do petróleo e tem quatro anos de recessão? Angola depende é do Estado, das negociatas, da manutenção dos privilégios, e a economia privada existe em função do Estado.

O que pode acontecer depois da saída do FMI. Essa mudança estrutural ficará feita?

O País precisa de outra visão. Perceber o que é o capitalismo de mercado. O FMI funciona como um banco, empresta dinheiro e cobra juros.

A reforma estrutural tem que ser feita por nós. Também é importante dizer que sempre que o FMI encontra problemas muito profundos, os resultados não são interessantes. Vai ver que depois da saída do FMI a dança vai continuar, mesmo nas finanças públicas como no Orçamento do Estado. Não estamos a fazer reforma estrutural. O Orçamento é sempre a réplica do ano anterior. Fazer reformas é alterar a estrutura da despesa, não é aumentar impostos. E viver dentro das nossas possibilidades.

Qual é a sua opinião sobre o Orçamento deste ano?

Um País que tem problemas enormes e que quer fazer consolidação orçamental não pode aumentar a dívida. Estamos a consolidar o quê? As empresas estão a fechar e o desemprego a aumentar. O Estado devia apoiar as empresas que já existem, mas continua a gastar demais para ter ministérios a funcionar que não servem para nada.

A nossa consolidação orçamental não é amiga do capitalismo. E o OE reflecte a situação da nossa economia - mais impostos, mais dívida, menos empresas privadas e menos cidadão.

Na verdade há maior pressão fiscal sobre os privados.

A primeira questão é que tipo de privados temos? Os privados não pagavam impostos. As empresas privadas eram do Estado. O nosso capitalismo era de compadrio. E mantém-se. Continuamos a confundir empresa pública com empresa privada. Depois tem uma outra questão, num Estado que vive dos recursos naturais, o povo não exige, acha que receber é um favor.

Eu sempre defendi que só se deve recorrer ao FMI em último caso.

Depois de explorar todo o talento interno. Foi assim em todos países, quando já não há outra solução.

Mas repare não foi o nosso caso. E nem pode ser justificado pelo valor 3,7 mil milhões de dólares. O que faltava eram ideias, compromisso com a República e com o País, e então foi-se buscar o FMI.

Serviu também para moralizar, para credibilizar a nossa imagem no estrangeiro.

Isso é um embuste. O FMI não vai estar aqui para sempre. A moralização vai depender de nós próprios. O triângulo de actuação do FMI são apenas três coisas - contas públicas, mercado financeiro (banco central) e privatizações. E só isso. Mas isso não é fundamental para o desenvolvimento económico e transformação estrutural que o País precisa.

Não há "massa-pensante" no País?

Massa pensante, intelectual, sempre existiu. Mas era conotada segundo aquela máxima, se pensam diferente, são contra nós. Foi sempre assim, e esse sentimento existe até agora. A verdade é que não é colocada no centro das decisões. Ouvem alguns, muitos que estão lá fora, é importante dizer que muitos angolanos de grande valor nas mais diversas áreas do saber saíram do País.

Mas tem havido maior abertura por parte de João Lourenço?

Não acredito que neste mandato o presidente vá buscar ideias fora do seu círculo político. No primeiro não, no segundo talvez. Agora o problema que se coloca é quando a doença estiver muito forte, o impacto da cura será muito menor.

### 3.6 Administração de Cacuaco define regras na actividade de mototaxista

*Jornal de Angola*

*19 de Janeiro de 2020*

*Autor: Álvaro Umba*

Moto-taxistas do município de Cacuaco, em Luanda, começam a ser cadastrados, licenciados e regulamentados, a partir do dia 31 deste mês pela administração local, anunciou a autoridade máxima da circunscrição, Auxílio Jacob.

A medida surge com base num encontro realizado na sexta-feira entre os responsáveis da Administração Municipal de Cacuaco e os moto-taxistas que, doravante, passam a adequar às regras de segurança e tarifas, que serão feitas através de um banco de dados onde constará a identificação completa de cada um.

O administrador de Cacuaco, Auxílio Jacob, disse que, com o projecto aprovado, depois de inúmeras reclamações dos usuários e profissionais, fica regulamentado o serviço de moto-táxi, uma actividade imprescindível para os munícipes da circunscrição.

“A administração reconhece a actividade dos moto-taxistas e têm a consciência do risco, não só por actos praticados por estes, mas também que possam ser praticados por outras pessoas contra os motoqueiros. Por esta razão, entendemos ser necessário a definição de critérios para o exercício desta actividade”, precisou.

Neste contexto, disse que foram criadas as condições para que a actividade seja feita com segurança no sentido de se acabar com a desordem promovida pelas motos que perturbam o trânsito no município.

Lembrou que a medida fará com que, o elevado número indiscriminado de moto-taxistas não habilitados que ousam fazer, de forma irresponsável, o transporte colectivo sem qualquer segurança, sejam disciplinados.

A administração vai criar paragens com estruturas equipadas com WC e bares em todos os bairros, distritos e comunas, onde cada usuário irá pagar uma quota, ainda por definir, no uso dos mesmos. A gestão será da responsabilidade dos próprios motoqueiros, de forma a dar-lhes dignidade.

Auxílio Jacob explicou que no processo de licenciamento, cada motoqueiro vai pagar pela licença o valor de 1.584 kwanzas e ainda uma taxa por definir.

Das medidas, consta o uso obrigatório do capacete, colete com identificação da área de trabalho, placas de identificação para as motos e os meios de transporte devem estar dotados de condições técnicas aceitáveis.

O administrador lembrou que não serão permitidos meios sem faróis, piscas, espelho retrovisor, além de que não será admissível a condução em contra-mão, tal como tem acontecido. Sublinhou que fará a sua parte, relativamente à questão da fiscalização, que tem a ver com a documentação, estado técnico dos meios e outros elementos necessários.

Motoqueiros satisfeitos

No final do encontro, os moto-taxistas aplaudiram a decisão da administração, que vai também inibir a actuação dos que praticam a actividade na clandestinidade.

“Foi a melhor coisa que poderia ter acontecido. Passamos a ter mais dignidade no exercício da nossa actividade e, com certeza, haverá maior responsabilidade dos moto-taxistas assim como dos passageiros”, disse João Ferreira, motoqueiro há mais de cinco anos.

João Carlos, que também exerce a actividade há cinco anos, reconhece o trabalho que esta á a ser desenvolvido pela administração e disse que a medida é bem vinda, pois visa disciplinar e regular “a nossa actividade que era exercida sem regra e sem segurança”.

“Com esta medida, as pessoas poderão confiar mais nos moto-taxistas” destacou, acrescentando que sobrevive desse serviço e o dinheiro que ganha dá para o sustento da família e, enquanto não encontra algo melhor, continuará com a mesma actividade.

Os passageiros que utilizam o transporte frequentemente também reagiram positivamente as medidas da administração.

Domingas João considerou ser a melhor medida, pois, no seu entender, é preciso disciplinar a actividade, porque transportar pessoas requer alguma segurança.

Elisabeth da Costa felicitou a administração pela iniciativa, tendo em conta que o trabalho dos moto-taxistas tem sido, nos dias de hoje, fundamental para as populações, que se deslocam para vários pontos do município.

### 3.7 Mais mercados fronteiriços reabrem na província do Uíge

*Jornal Economia and Finanças*

*24 de Janeiro de 2020*

*Autor: Silvino Fortunato*

Mercados comuns devem ser abertos brevemente em certas zonas fronteiriças de Angola com a RDC, no quadro de medidas do Executivo angolano que visa combater as transacções comerciais ilícitas

Alguns mercados existentes na fronteira entre a província do Uíge e a República Democrática do Congo (RDC) serão abertos em certos pontos dos municípios de Maquela do Zombo, Kimbele e Milunga. Segundo apurou o JE, o lugar onde vai ser instalada a janela única no Posto Fronteiriço de Kimbata, cuja estrada de acesso é a única via oficial reconhecida pela SADC, já foi definido.

Para o efeito, uma equipa de especialistas ligados ao Comércio Externo, Polícia Fiscal, AGT, Agricultura, Pescas, Administração e Reforma do Estado e outros estão, desde segunda-feira última, a criar as condições derradeiras para o funcionamento dos mercados oficiais junto dos postos fronteiriços dos municípios referidos.

O chefe da equipa, Assunção Pereira, ao apresentar o plano de implementação destes mercados ao governador provincial do Uíge, Pinda Simão, disse terem vindo ao Uíge, não mais para recolher matérias para a produção de relatório, mas sim para criar as condições que vão permitir em breve a abertura de mercados fronteiriços.

Assunção Pereira mostrou a preocupação do Executivo angolano com o tráfico ilegal de mercadorias que fazem parte da cesta básica para o território da RDC, sem o necessário retorno de capitais principalmente nos postos aduaneiros situados nas províncias angolanas de Cabinda e

Zaire, que já foram inspeccionados pela sua equipa.

“Verificamos em Cabinda e no Zaire que estamos a passar para fora (RDC) as mercadorias compradas e nacionalizadas para Angola, sem que haja qualquer retorno de capitais. Precisamos travar este tipo de contrabando que inclui os derivados de petróleo,

criando mercados oficiais, junto de algumas localidades fronteiriça”.

Disse terem já identificado a forma como os produtos, adquiridos com o orçamento geral do estado angolano estão a ser repassados para a RDC.

Acrescentou terem já previsto estratégias para travar tal contrabando em moldes propostos às entidades centrais. Precisou que nas localidades de difícil acesso serão chamadas as administrações comunais para fazerem cumprir a lei angolana, combatendo os contrabandos.

Têm sido identificados também vários problemas ligados à qualidade, contrafacção, tráfico, contrabando e falta de condições de vária ordem nos actuais postos fronteiriços que realizam trocas comerciais, que urge a sua supressão.

A missão tem também como objectivo inicial a formação das pessoas que vão executar o trabalho correspondente a fiscalização e a transacção comercial nas fronteiras, assim como cadastrar e capacitar os agentes locais que responderão pelas futuras tarefas.

Afirmou ser indispensável que os agentes públicos e comerciantes que operarem nos municípios fronteiriços e outros interessados sejam instruídos sobre a legislação comercial fronteiriça em vigor em Angola desde o ano de 2018, que corresponde ao Decreto Presidencial 210/18 de 11 de Setembro.

O regulamento sobre o comércio fronteiriço define como regiões administrativas fronteiriças a toda a extensão territorial nacional próxima ou contígua às fronteiras terrestres da República de Angola, com os países limítrofes, que distem num raio de até 10 quilómetros da fronteira para o interior do país.

#### Instrumento legal

O instrumento legal apenas autoriza, nas transacções fronteiriças, as quantidades compatíveis com as necessidades de subsistência ou auto consumo do adquirente, desde que não excedam no seu valor o máximo de 204 Unidade de Correção Fiscal (UCF), equivalente a 17.952 kwanzas por dia.

Para os derivados do petróleo, o valor da mercadoria que se traduzem aos combustíveis não deve ultrapassar a 17.900 kwanzas por mês, que se restringe apenas às populações residentes nas zonas fronteiriças, sendo proibido os produtos sujeitos à protecção da fauna e da flora.

## Expectativas do Governador

Por sua vez, o governador do Uíge, Pinda Simão, disse esperar que a missão destes especialistas possam dar as bases orientadoras para a efectivação dos mercados fronteiriços na província e a fluência em termos de partilha de informação e conhecimentos entre os vários agentes do comércio externo.

Segundo notificou, durante os dois últimos anos interagiram várias vezes com alguns serviços ligados ao Comércio Externo, que não resultaram em efeitos concretos. Para Pinda Simão, falta algo concreto para se efectivar o comércio transfronteiriço entre Angola e RDC, aqui no Uíge.

“A população nos tem interpelado neste sentido e não temos tido respostas para satisfazer as suas inquietações e corresponder aos pedidos que nos fazem”.

### 3.8 Vendedores do Mutundo sem água e energia eléctrica

*Jornal de Angola*

*27 De Janeiro de 2020*

*Autor: Arão Martins*

A falta de água potável e energia eléctrica preocupa os vendedores do mercado paralelo do Mutundo, nos arredores da cidade do Lubango, província da Huíla, disse o administrador Nelito Tchilume.

O administrador, que prestou a informação durante a visita do governador da Huíla, Luís Nunes, explicou que o mercado do Mutundo está localizado a oito quilómetros da cidade do Lubango, ocupando uma área de mais de oito hectares, onde existem “grandes” ravinas, que precisam de intervenção.

O mercado, referiu, tem 6.845 lugares, estando 5.942 ocupados e 913 desocupados por falta de adesão dos vendedores, que preferem efectuar a actividade em lugares impróprios. O administrador acrescentou que actualmente se regista o aumento considerável do comércio ambulante, praticado por adolescentes, homens e mulheres, tanto nos mercados como nas ruas e bairros da cidade do Lubango.

“Tal facto pode ser considerado positivo, na medida em que contribui para a redução do desemprego e aumento das rendas das famílias, mas pode ser considerado negativo, a partir do momento em que o exercício desta actividade é praticado por muitos desconhecidos ou por indivíduos que não cumprem as orientações da Administração do Estado,

acabando por infringirem as leis e normas que regulam este tipo de actividade comercial”, afirmou.

## Milhões de kwanzas

O mercado do Mutundo arrecada mensalmente oito milhões de kwanzas, anunciou o administrador municipal do Lubango, Armando Vieira.

“A população clama por uma série de situações, como a falta de água, energia eléctrica e o melhoramento das áreas de abate de animais. Tomámos boa nota e vamos reagir de imediato”, garantiu.

Referiu que outra preocupação prende-se com o posto de saúde instalado no mercado, que se torna cada vez mais pequeno. “Vamos ampliar a unidade para melhorar os serviços”, assegurou.

Os vendedores reclamam também o excesso da actuação da fiscalização. Armando Vieira informou que é uma situação que requer uma análise profunda. “Prometemos melhorar as condições de venda no mercado do Mutundo, mas também é preciso que os vendedores colaborem”, exortou o governador da Huíla, Luís Nunes, garantindo que o Governo vai melhorar também outros serviços, apesar da situação económica do país.

### 3.9 A maka dos medicamentos falsos

*Jornal de Angola*

*28 de Janeiro de 2020*

O recente anúncio da Inspecção Geral do Ministério da Saúde, que proíbe a importação, distribuição, comercialização e o uso da vacina do tipo BCG liofilizada para prevenção da tuberculose do fabricante indiano Green Signal Bio Pharma Pvt Ltd Índia, produzida em 2019, remete-nos para a maka dos medicamentos falsos.

Citado pela Angop, a circular do Ministério da Saúde, de 22 de Janeiro, que determina a proibição, refere que a medida se deve à inconformidade do medicamento com as directrizes da Organização Mundial da Saúde (OMS).

Na verdade, é bom que reforçemos os mecanismos que evitem que medicamentos falsos circulem no mercado angolano, pelo que devemos saudar o trabalho que os órgãos policiais, junto da fronteira norte de Angola, realizam quando apreendem quantidades de fármacos com destino para o nosso mercado.



Tratando-se de medicamentos para combater doenças, não devia ser permitido, sob nenhuma circunstância, a circulação de medicamentos sem a devida certificação ou sem os procedimentos normais que habilitam os remédios fabricados em Angola ou no estrangeiro a entrar para a rede hospitalar ou farmacêutica.

Atendendo aos factos, muitas vezes reportados pela imprensa, em muitos países, que dão conta da resistência de algumas enfermidades para com alguns tipos de antibióticos, não faz sentido que se permita a circulação de medicamentos falsos. Saudamos o facto de a Inspeção Geral do Ministério da Saúde ter dado conta a tempo das inconformidades que tornariam a referida vacina incompatível para Angola, da mesma maneira que instamos este importante órgão do Ministério da Saúde no sentido de apertar o cerco contra a entrada de fármacos de origem, fabrico e eficácia duvidosa.

Em África, a circulação de medicamentos falsos foi sempre um problema e hoje afigura-se como um desafio colossal na medida em que afecta milhões de pessoas, complica sobremaneira os esforços para a contenção de certas doenças e faz regredir tudo quanto sejam investidas na direcção certa. Urge apertar o cerco a este “negócio mortífero”, o dos medicamentos falsos, que gera milhares de milhões de dólares, sobretudo ao nível da África Subsariana, da mesma maneira que a mesma quantidade de óbitos.

Recentemente, cerca de sete países da África Ocidental decidiram criar uma plataforma de concertação, através da chamada Declaração de Lomé, por via da qual pretendem criminalizar o tráfico de medicamentos falsos.

A iniciativa é positiva numa altura em que a circulação de remédios adulterados está a tornar-se num flagelo que precisa da acção concertada dos Estados, sobretudo os fronteiriços.

Não seria de todo exagerado se Angola avançar com este tipo de iniciativa, a criminalização do tráfico de medicamentos falsos, numa acção concertada e coordenada com os seus vizinhos.

É enorme a quantidade de medicamentos de origem e fabrico duvidoso que tentam e, muitas vezes, acabam entrando pela fronteira norte do país. Esperemos que os mecanismos de controlo, acompanhamento e tomada de medidas por parte das entidades competentes sejam uma realidade, que inviabilizem a circulação de medicamentos falsos no país.

### 3.10 INADEC denuncia venda de carne em locais impróprios em Cabinda

*Jornal de Angola*

*29 De Janeiro de 2020*

*Autor: Leonor Mabiala*

O Instituto Nacional de Defesa do Consumidor (INADEC) denuncia o abate de animais em locais impróprios, bem como a comercialização de carne e de peixe em áreas sem higiene e próximas de amontoados de lixo, em Cabinda, o que constitui um autêntico atentado à saúde.

O responsável provincial do Instituto Nacional de Defesa do Consumidor, João BÁCala Macaia, disse que o mercado informal é o local de eleição dos vendedores dos referidos produtos.

“Esses alimentos são sensíveis e o processo de contaminação é muito rápido” disse, sublinhando que o INADEC, como medida profiláctica, tem estado a aconselhar os vendedores a velarem pela higiene, desenvolvendo boas práticas, como varrer e limpar o espaço antes de procederem qualquer tipo de venda ou afastarem-se do lixo.

O responsável do INADEC revelou que a área comercial, incluindo a de conservação de alimentos, é a que mais comete infracções. Segundo disse, o INADEC, em 2019, registou cerca de 324 infracções, contra 236 registadas no ano de 2018.

A venda de produtos com prazos de validade vencidos e má conservação de bens alimentícios são, entre outras, infracções registadas com frequência em Cabinda pelo INADEC, com o apoio do Serviços de Inspeção de Comércio, Saúde, Serviço de Investigação Criminal e Administração Geral Tributária.

O INADEC é uma instituição vocacionada em desenvolver acções voltadas em salvaguardar os interesses do consumidor, promover campanhas de sensibilização nos mercados informais, aconselhamentos, formação e seminários aos fornecedores ou prestadores de serviço em matérias ligadas com as boas práticas de higiene no local de trabalho, superfícies comerciais, venda e conservação de produtos alimentícios.



No âmbito do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), o responsável dos serviços provinciais do INADEC afirmou que a instituição tem estado a trabalhar seriamente com os agentes económicos, advertindo-os no sentido de não alterarem o preço de bens alimentícios, sobretudo os da cesta básica. "É preciso que cada um tome consciência do que está a fazer, porque ninguém pode alterar os preços dos bens alimentares", alertou, acrescentando que, quem assim proceder, poderá responder judicialmente.

O INADEC perspectiva, para este ano, segundo o seu responsável provincial, incrementar as acções de fiscalização, para aferir a qualidade de produtos alimentícios que são vendidos em superfícies comerciais, com particular destaque nos mercados informais, com vista a salvaguardar a vida dos consumidores.

### 3.11 Vendedores rejeitam voltar ao antigo mercado

*Jornal de Angola*

*30 De Janeiro de 2020*

*Autor: Fula Martins*

Mais de três mil vendedores do novo "Mercado do Sabadão", na comuna da Funda, município de Cacucaco, acusam o gestor do antigo mercado de querer forçá-los a abandonarem o espaço e regressarem ao lugar anterior.

Falando à imprensa, sob anonimato, os vendedores denunciaram que há duas semanas elementos afectos ao antigo mercado ameaçaram as vendedoras e levaram as mercadorias para lugar incerto.

Afirmam que o antigo mercado do Sabadão não oferece as mínimas condições de venda e de higiene, ao contrário do actual. "Somos livres em escolher onde queremos vender, não nos podem obrigar a vender num espaço que não reúne condições", desabafaram os vendedores.

Alfredo Bonifácio, administrador do "Mercado do Sabadão", condenou o comportamento de algumas pessoas que têm aparecido no local, alegando que o mercado vai deixar de ser tutelado pela Administração Municipal de Cacucaco, quando na verdade são argumentos enganosos.

O responsável disse que todas as informações são falsas e têm por objectivo denegrir a imagem da nova gestão do Grupo Mânico Henda. "São informações falsas que têm por objectivo "sujar a imagem da boa gestão do mercado".

Alfredo Bonifácio disse que recentemente orientou os vendedores que desejam abandonar o mercado que o fizessem de livre e espontânea vontade. "Nós não coagimos ninguém a ficar. Os vendedores são os que não aceitam voltar lá, porque o proprietário do outro mercado não sabe lidar com as vendedoras. Aqui encontram paz de espírito e sentem-se reconfortáveis", disse.

Isabel Capito, administradora do antigo mercado, reconheceu a falta de condições de venda do seu espaço, sobretudo no tempo chuvoso, uma vez que o mesmo fica inundado, sem possibilidade para as vendas, principal razão que originou a transferência dos vendedores para o novo espaço.

A taxa diária cobrada aos vendedores daquele mercado situado na comuna da Funda, em Cacucaco, é de 100 kwanzas, estando as mulheres da terceira idade e antigos combatentes isentos de qualquer pagamento.

O mercado do Sabadão está sob gestão do grupo empresarial privado Mânico Henda, que administra igualmente o mercado oficial do Kicolo, também localizado no município de Cacucaco, em Luanda.

### 3.12 Lunda - Norte Traficantes e garimpeiros desafiam. operação transparência

*Novo Jornal*

*31 De Janeiro de 2020*

*Texto: Borralho Ndomba*

O regresso em massa dos imigrantes ilegais e a reabertura das casas de compra e venda ilegais de diamantes na província da Lunda-Norte continuam a desafiar o Executivo, que há quase dois anos lançou a Operação Transparência.

Activista ouvido pelo Novo Jornal afirma que as «mãos pesadas» das autoridades contra as figuras aliciadas os garimpeiros teve pouca força, apesar de o plano que visa travar a imigração ilegal e o tráfico de diamantes em todo o território ter sido traçado no Conselho Nacional de Segurança.

Os cidadãos que constituem os mais de 400 mil estrangeiros ilegais que deixaram o país à força, mas também voluntariamente, estão a voltar às minas da «pedra preciosa» que continua a não brilhar para os naturais da Lunda-Norte, como afirma a população desta província.

As zonas de garimpo em algumas comunas da Lunda-Norte estão de novo abarrotadas de imigrantes que voltaram a entrar no país pela mesma porta por onde saíram em massa entre Setembro e Dezembro de 2018. Para além de ilegais da vizinha República Democrática do Congo, que são, na sua maioria, mão-de-obra barata na exploração do minério - uma das principais riquezas do país -, estão também os famosos «bosses», que são os donos dos comptuários onde a compra e venda de diamantes é feita sob olhar silencioso das autoridades.

No princípio deste mês, o próprio porta-voz da Operação Transparência garantiu à imprensa, na Lunda-Norte, que os imigrantes ilegais voltaram a lavar o cascalho nos pontos de onde tinham sido expulsos há dois anos.

António Bernardo, que esteve na cidade do Dundo para verificar os da Operação Transparência, afirmou que os órgãos de Defesa e segurança trabalham para encontrarem os melhores mecanismos de contenção dos garimpeiros, principalmente na Bacia do Cuango, região que integra os municípios diamantíferos do Capenda-Camulemba, Xá-Muteba e Cuango.

O reconhecimento surge depois de a mesma equipa que dirige a Operação ter negado em várias ocasiões o retorno dos garimpeiros nas minas.

Cidadãos angolanos que residem na Lunda-Norte afirmam que o regresso se deu dois meses depois da Operação. Vila de Cafunfu, município do Cuango, é um dos grandes exemplos, de acordo com os moradores que testemunham que os estrangeiros estão a financiar o garimpo e também a comprar diamantes sem nenhum receio das forças de segurança.

Segundo o activista Jordan Mwakambinza, os forasteiros, maioritariamente de origem senegalesa, estão a patrocinar garimpeiros. E que alguns aliciantes dos «caçadores de diamantes» simulam ser comerciantes normais, quando, na realidade, as suas lojas são os escritórios de compra da «pedra preciosa». Foi a 25 de Setembro de 2018 que o Governo, através da Casa de segurança do Presidente da República, deu início ao combate compulsivo do tráfico de diamantes e imigração ilegal com o lançamento da Operação Transparência.

### 3.13 Conversão da Economia informal prevê consumir Kz 4,4 mil milhões

*Jornal Economia e Finanças*

*31 De Janeiro de 2020*

*Texto: Mateu.s Cavumbo*

O programa de reconversão da economia informal vai consumir 4,446 mil milhões de kwanzas (8.867 milhões de dólares) no decurso deste ano. Estas contas feitas pelo Jornal de Economia & Finanças, baseadas no Orçamento Geral do Estado (OGE) deste ano, apontam que, além das despesas do referido programa, a cargo do Ministério da Economia e Planeamento, estão inclusos outros relacionados, especificamente do Ministério do Comércio, da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social (MAPTSS), da Acção Social, Família e Promoção da Mulher (MASFAMU), das Finanças (MINFIN), da Agricultura e Florestas (MINAGRIF), das Pescas e do Mar (MINPESMAR), dos Recursos Minerais e dos Petróleos (MIREMPET), Ministério dos Antigos Combates e Veteranos da Pátria (MACVP), da Administração do Território e Reforma do Estado (MATRF) e governos provinciais.

Só para economia informal, o Governo gasta 2.32 mil milhões de kwanzas e para os restantes programas relacionados 2.12 mil milhões de kwanzas. No programa, o valor a gastar será de 801.111 mil milhões de kwanzas, contra os 179.407 milhões de 2019. Nesse mesmo ano, o Ministério da Economia e Planeamento disponibilizou 35.837 milhões de kwanzas, cujos valores estão mais abaixo despendidos pelo Ministério do Comércio, que são 103.880 milhões de kwanzas.

A nível de Departamentos Ministeriais, especificamente para o Economia e Planeamento, a reconversão da economia informal tem uma verba programada para 2020 à volta de 768.596.602 milhões de kwanzas, muito acima dos kz 35.837.915 de 2019.

## Outros programas

A coordenação e monitorização da implementação do programa de reconversão da economia informal prevê despesas no valor kz 269.922.952, a estruturação do observatório nacional da actividade económica informal kz 192.753.156, bem como a organização do fórum anual sobre transição da economia informal para a economia formal com um peso orçamental de 12.069 milhões de kwanzas.

Em relação ao Ministério do Comércio, a reconversão terá despesas de kz 2.755.342 e o valor igual ao Diagnóstico do Comércio Informal no âmbito do referido projecto.

O Governo estima que o peso da actividade informal seja superior a 40% do total da economia nacional, o que tem implicações, não só no controlo e monitorização da economia, como também na receita fiscal.

Adicionalmente, os trabalhadores em regime informal não estão cobertos pela legislação laboral nacional, não usufruem de segurança social e estão sujeitos a instabilidade salarial. Sendo a economia informal determinante para cerca de 75% da população do país, justifica-se que o Estado implemente iniciativas que estimulem a transição desta economia de subsistência e familiar para modelos de economia formal, de maneira a aumentar os índices de rendimento das famílias nestas condições, e, com eles, melhorar a qualidade da saúde, da educação e o nível de vida em geral. Neste quadro, as sociedades cooperativas constituem um tipo de organização empresarial que abrange as várias dimensões de redução da pobreza e exclusão social e que pode funcionar como uma transição para a formalização, designadamente nas áreas rurais.

Num contexto em que o emprego por conta própria é a fracção dominante da economia informal, limita o crescimento das receitas fiscais e a normalização do funcionamento dos mercados. Este programa visa contribuir para uma estruturação mais adequada do mercado de trabalho e para a criação de condições concorrenciais mais justas, em particular através do incentivo à regularização da actividade económica.

## Coordenação

A Reconversão da Economia Informal é um programa multisectorial, estando enquadrado na Política de Emprego e Condições de Trabalho, no Programa de Promoção da Empregabilidade e no Programa de Melhoria da Organização e das Condições de Trabalho. Para este último programa, o Governo tem um orçamento no valor 30.221.420 de

kwanzas. Para a empregabilidade, 136.092.922 de kwanzas e reforço do sistema nacional de emprego e formação profissional 1.541 mil milhões de kwanzas.

No OGE 2020, o Sector Económico absorverá 11,0% da despesa fiscal primária e 4,3% da despesa total, o que corresponde a uma contracção de 28,7%, equivalente a kz 277,6 mil milhões, comparativamente à dotação orçamental atribuída no OGE anterior. Este comportamento deve-se em grande medida à decisão de uma menor intervenção do Executivo na economia nacional, suportada pelo processo de privatização e o fomento da iniciativa privada.

## 3.14 «Patrões» dos garimpeiros continuam Impunes

*Novo Jornal*

*31 De Janeiro de 2020*

Desde o lançamento da Operação Transparência, nenhuma das várias figuras conhecidas na Lunda-Norte como os principais patrocinadores dos garimpeiros ficou detida e muito menos as autoridades revelaram que são altas individualidades que alegadamente "apadrinham" os famosos donos das casas de compra e venda ilegais de diamantes.

A impunidade, de acordo com os habitantes de Cafunfu, está a dar origem à reabertura dos comptuários sem uma autorização oficial. Naquela região, os "patrões dos diamantes" tem casas de compra e venda no bairro Bala Bala.

O porta-voz da Operação Transparência, cuja primeira fase termina neste ano, disse em Outubro de 2018 que três cidadãos de nacionalidades britânica e alemã estão sob termo de identidade e residência por prática de patrocínio aos garimpeiros ilegais.

Entretanto, a Operação vai completar dois anos e nada se sabe sobre o processo-crime dos mesmos.

"Não temos conhecimento de processo-crime pessoas arroladas no âmbito da Operação Transparência. Em nenhum momento, ouvimos que o patrão X ou o boss Y está a ser processado. Isso não funciona porque esses indivíduos são protegidos por pessoas influentes no país. Aqui o estrangeiro continua a gozar de imunidade mais que o próprio angolano", lamentou o activista Jordan Mwakambinza.

O presidente do conselho de administração da Endiama, Ganga Júnior, disse recentemente que a exploração artesanal de diamantes no país promoveu

tráficos ilícitos da pedra, migração ilegal, fuga ao fisco e burlas. B.N.

### 3.15 “A economia informal é um mal necessário para colmatar problemas sociais”

*Jornal Economia e Finanças*

*31 De Janeiro de 2020*

*Texto: Vânia Inácio*

Um pouco influenciado pelo lançamento do seu livro intitulado "O poder da economia informal", e para responder perguntas sobre a caracterização da economia informal e perspectiva para o mercado, a curto, médio e longo prazo que o JE conversou com a economista Juliana Evangelista. O trabalho informal representa um conjunto das actividades e práticas económicas ilegais e ou ilícitas, que não cumprem as obrigações impostas por lei, no que diz respeito ao licenciamento, pagamento de impostos, evasão fiscal e regulação.

Uma explicação para a situação dramática que a sociedade angolana enfrenta actualmente é oferecida pela economista. Apesar de reconhecer os avanços inegáveis obtidos nos últimos tempos, que concorrem para a redução significativa da informalidade, com a implementação das reformas estruturais, a economia informal ainda "é um mal necessário" porque vem colmatar alguns problemas sociais.

Em outras palavras, a economista destaca os limites de um processo de melhorias sociais em meio a avanço da desindustrialização. As melhorias teriam sido sustentadas se tivessem acompanhadas por um contexto económico favorável. Com os níveis da dívida pública em alta e a inflação que se agravou com a crise, os termos do desenvolvimento económico angolano mudaram radicalmente. De acordo com Juliana Evangelista, com a redução da oferta trabalho no sector formal, porque a economia não cresce ao ritmo desejado, a tendência de desemprego é eminente e nestas condições os cidadãos recorrem ao trabalho informal como forma de obterem renda para a sua subsistência.

Fala-nos do seu livro?

O livro "O poder da economia informal", lançado ontem (quinta-feira), trata-se de um trabalho de investigação desenvolvido ao longo de 5 anos e destina-se a académicos, profissionais, estudantes e outros leitores, interessados em aprofundar conhecimentos relativos às questões fundamentais da economia informal.

O interesse pelo tema surgiu porque pretendia-se estudar o fenómeno da informalidade o seu impacto na economia mundial e particularmente nas economias africanas, bem como valiar a real extensão do problema da informalidade em Angola e o seu impacto a nível económico e social.

Pretendo com este ensaio, mostrar o real papel do fenómeno da economia informal.

Como caracteriza a economia informal angolana?

A economia informal angolana é complexa e intrínseca pelo facto de existir a dualidade dos dois sectores, porque existem bens produzidos no sector formal que são comercializados no sector informal.

Um exemplo prático é a venda de águas produzidas por empresas de referência e os seus produtos são vendidos no mercado paralelo. O mesmo acontece com os medicamentos que são importados e vendidos em farmácias e também distribuídos no mercado paralelo.

Sabemos que este sector é responsável por 65 por cento da subsistência da população angolana. Segundo dados oficiais, 41 por cento da nossa população, 12 milhões estão abaixo da linha de pobreza porque vivem com menos de 12 mil kwanzas. Com este baixo orçamento, é difícil manter as condições de subsistência, e esta é uma das razões para as populações abraçarem os empregos informais. No geral, as actividades informais são desenvolvidas na sua maioria por pessoas de baixa renda que actuam nos sectores do Comércio, Transportes, Agricultura, entre outros. Operam no sector informal, homens, mulheres, jovens, incluindo crianças, que estão fora do sistema de ensino. Este dado é preocupante e torna-se imperativo a definição de políticas públicas para a resolução deste problema. Mais do que a criação de políticas, é necessário criar planos de acção para implementação destas iniciativas.

O informalismo é um fenómeno normal ou é uma consequência derivada da desestruturação socio-económica?

As duas afirmações são verdadeiras. Não há nenhuma economia no mundo sem informalismo e nesta perspectiva pode ser considerado um fenómeno normal. Assim, o sector informal é visto como um complemento da economia formal, ou seja, ela resulta da incapacidade da economia gerar um nível de eficiência económica que permita melhorar a combinação de factores de produção. Surge também pela incapacidade que os Estados têm em resolver problemas ligados as demandas sociais. Por exemplo, existem poucas oportunidades de trabalho no sector



formal, num contexto recessivo, porque a economia não cresce a um ritmo que permita reduzir significativamente o desemprego. Logo, as pessoas recorrem ao trabalho informal para sobre-viverem. Portanto, a economia informal "é um mal necessário" porque vem colmatar alguns problemas sociais.

Até que ponto é que o sector informal tem contribuído para a diminuição do desemprego no país?

De acordo com dados oficiais, a taxa de desemprego é de cerca de 28 por cento. A economia informal representa cerca de 42 por cento do total da economia. E como já referi anteriormente, a economia informal não é uma causa, mas a consequência dos vários problemas estruturais e conjunturais que os Estados não conseguem dar resposta. A economia informal vem oferece estas oportunidades de emprego que o sector formal não conseguiu suprir.

Com os níveis da dívida pública em alta e a necessidade de se estancar a inflação que se agravou com a crise, os termos do desenvolvimento económico angolano mudaram radicalmente. Como isso impactou no mercado de trabalho?

As ineficiências de mercado têm normalmente como consequência a redução das taxas de crescimento, retração do investimento público e privado e estagnação económica. Associando a esses aspectos, a inflação, desvalorização da moeda são factores que forçam as empresas na direcção do informalismo, além de distorcer os mercados e a alocação eficiente de recursos.

Portanto, com redução da oferta trabalho no sector formal e registo de um ambiente incerto, porque a economia não cresce ao ritmo desejado, a tendência de desemprego é eminente e nestas condições os cidadãos recorrem ao trabalho informal como forma de obterem renda para sua subsistência.

A economia informal é um mal ainda difícil de se eliminar? Quais as medidas que deveriam ser adoptadas para atacar o problema da informalidade?

Existem várias acções e estratégias tendentes à redução significativa da informalidade. Além das reformas estruturais, uma medida concorre significativamente para esse objectivo prende-se com a formalização dos negócios informais. No entanto, sendo o sector informal, determinante para cerca de 65 por cento da população do país, justifica-se a aceleração da implementação das iniciativas que estimulem a transição/reconversão desta economia

de subsistência e familiar para modelos de economia formal, de forma a aumentar os índices de rendimento das famílias, e nestas condições, melhorar a qualidade de vida dos cidadãos.

Tem-se notado a preocupação do Executivo em formalizar o informal? Qual é a opinião que tem a esse respeito?

Sou de opinião que o Estado reconhece a importância de todas as informações sobre a extensão e o desenvolvimento do sector informal e o segmento de actuação destas actividades, para melhor perspectiva o futuro e tomar decisões. Existem acções tendentes a formalização dos negócios informais.

Que cenário perspectiva neste caso para nós, a curto, médio e a longo prazo?

No curto prazo, continuaremos a assistir excesso da informalidade a um ritmo descontrolado e como consequência, baixas taxas de crescimento económico, baixa qualificação dos recursos humanos e baixo investimento. Existe claramente uma participação significativa do sector informal que pode contribuir para o processo de diversificação da economia. Desde que a médio e longo prazos, estas actividades estejam formalizadas e correctamente controladas, podem contribuir para o aumento da robustez do sector formal.

### 3.16 "Não pode haver desenvolvimento económico e crescimento, com os níveis de informalidade que se registam"

*Jornal Economia e Finanças*  
31 De Janeiro de 2020

Para que Angola atinja níveis desejados no que toca ao ambiente de negócios, o informalismo não é uma realidade a combater?

Não pode haver desenvolvimento económico e crescimento, com os níveis de informalidade que se registam. Nesse sentido, o crescimento do sector informal deve merecer maior atenção, não só no que tocam às causas que o originam, mas, sobretudo, na criação de soluções de fortalecimento do sector formal e regulação dos mercados. Não há dúvida que temos que baixar consideravelmente a quota informal da nossa economia.

Como o mercado bancário se posiciona diante da gritante informalização económica?



A banca exerce um papel muito importante no processo de diversificação da economia. Porquanto, é necessário que as instituições financeiras bancárias e não bancárias, enfoquem as suas estratégias de negócio, no aproveitamento das oportunidades que surgem, quer no sector formal, quer no informal, desde que se influenciem os agentes informais a introduzirem novos conceitos de formalização de actividades que exercem.

Ao reforçar o sistema bancário nacional, o país estará em condições de promover os investimentos de capital que a economia precisa.

Cabe ao sector bancário direccionar o crédito para actividades produtivas em sectores como o da Agricultura, Indústria Transformadora, bem como, direccionar o financiamento à micro, pequenas

E medias empresas, pequenos empreendedores e famílias de baixo rendimento.

Tem como comparar a nossa situação com outras realidades africanas que vivem fenómenos semelhantes?

A nível da região SADC (Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral), a economia informal é muito presente e estende-se a sectores que vão desde a agricultura básica e de subsistência, até às actividades formais, rondando cerca de 42 por cento do PIB. Comparativamente aos países vizinhos, apenas três economias apresentam taxas inferiores a Angola, nomeadamente África do Sul, Namíbia e Botswana, com 29, 33 e 34,5 por cento, respectivamente. Por outro lado, apresentaram índices de economia informal superiores a Angola, países como o Zimbabwe com 63 por cento, Congo com 49 e Zâmbia e RDC com 50.

### 3.17 Comércio quer assegurar qualidade

*Jornal Economia & Finanças*  
31 De Janeiro de 2020

Um dos objectivos particulares do Projecto de Reconversão do Comércio Informal é aumentar a disponibilidade e qualidade, tanto dos produtos e serviços comercializados, como as condições em que são vendidos.

O Minco, através da Direcção Nacional do Comércio Interno e Serviços Mercantis, pretende igualmente garantir a sustentabilidade dos negócios, a inclusão social para combater a fome e a pobreza.

O documento que o JE teve acesso defende ser urgente potenciar a rede de Balcões Único do

Empreendedor (BUE) como um dos mecanismos de simplificação administrativa que promovam a criação de micro e pequenas empresas dedicadas ao sector de maior informalidade.

Neste contexto, o plano abrange alocação de espaços públicos para feiras, mercados e apetrechamento das infra-estruturas de comércio e de suporte com condições de segurança e higiene.

Actividades previstas Neste particular, está em curso um diagnóstico detalhado ao contexto actual do comércio informal, por via da sua segmentação, localização dos diferentes tipos de comerciantes, fornecedores e clientes. Está ainda prevista a definição de modelo de incentivos, com destaque para soluções de microcrédito e outras formas de financiamento, cuidados de saúde e segurança de vida e trabalho, segurança social, formação, acesso a meios de trabalhos e outros.

O projecto abrange ainda brigadas de fiscalização para apreender as mercadorias para a venda que não cumprirem as normas XA

### 3.18 Mercados serão reorganizados

*Jornal Economia & Finanças*  
31 De Janeiro de 2020  
Texto: Xavier António

O Ministério do Comércio (MINCO) dará início, em breve, a uma estratégia que incluiu os governos provinciais e Administração Geral Tributária (AGT), com objectivo de melhor reorganizar os mercados municipais em todo o país.

O facto foi revelado pelo técnico sénior do Minco, Artur Pinheiro, no âmbito do Projecto de Reconversão do Comércio Informal (PRCI), tendo avançado que os produtos que mais preocupam o sector no informal são os alimentos. "Medicamentos, discos, máquinas fotográficas, objectos cortantes, assim como a troca de moedas estão também na "mira" das preocupações", apontou.

Em entrevista ao JE, o responsável acrescentou que a lei que regula o exercício da actividade ambulante proíbe a comercialização destes produtos em hasta pública.

Artur Pinheiro entende que os governos provinciais têm a competência de criar condições rápidas para a realização de feiras de modo a facilitar o cadastramento dos ambulantes e contribuir para a formalização dos negócios.

Disse que está provado a nível de uma pesquisa do Banco Mundial (BM) que as pessoas que estão no mercado informal têm direito à vida e trabalho como forma de garantir a sua sobrevivência.

"Há informalidade em quase todos os sectores da economia, mas no comércio é mais visível porque expõe a venda nas ruas e lugares inapropriados devido ao nível de pobreza das famílias", precisou.

Destacou que o PRCI tem a sua conclusão em 2022 em conformidade com o Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN). O especialista admite que neste período não será possível atingir as metas definidas no Projecto de Reconversão do Comércio Informal,

Justificou igualmente que Brasil, um dos principais mercados da América Latina, só conseguiu reduzir a informalidade na economia depois de 10 anos. "Por isso, pensamos que 2022 é muito próximo a julgar que o país está em crise e há muito desemprego", referiu.

Dados que o JE teve acesso explica que o Projecto de Reconversão do Comércio Informal prevê assegurar o aumento do peso da actividade do comércio formal via mecanismos que visam privilegiar a conversão dos comerciantes do sector informal.

Consta dos propósitos gerais do projecto, potenciar o mercado com impacto na qualidade e segurança dos consumidores e no alargamento da base de tributação fiscal.

Segundo apurou o JE, a Associação dos Jovens Ambulantes e Vendedores de Rua de Angola controla mais de 30 mil vendedores em todo o país.

### 3.19 Terceirização foi a via encontrada para rentabilizar os mercados

*Jornal Economia & Finanças*  
31 De Janeiro de 2020

Há mais de quatro anos que o governo provincial de Luanda terceirizou os mercados construídos pelo Estado para melhor contribuir no Orçamento Geral do Estado.

A gestão privada deve-se ao facto das administrações não terem conseguido encontrar mecanismos para manter os mercados conservados, alegando falta de dinheiro.

As receitas e as taxas que cada vendedor paga diariamente (100 kwanzas), sejam destinadas para a manutenção das infra-estruturas e recuperação do investimento.

A intenção é que, com base no contrato de terceirização entre as administrações municipais e os gestores privados, 30 por cento das receitas devem reverter aos cofres do Estado e 70 por cento para o privado que deve manter o funcionamento normal dos mercados.

Dados apresentados revelam que o mercado do Kikolo controla 6.800 vendedores e arrecada cerca de 680 mil kwanzas diariamente, desse valor, 25 por cento são para os cofres do Estado e o restante fica para as despesas de manutenção do mercado.

No entanto, há mercados que além da cobrança da taxa diária de kz 100, tem outros serviços como de estacionamento de viaturas e de congelação de frescos, como os do Asa Branca, Kikolo e Kwanzas.

Em alguns mercados há uma equipa de jovens, autorizados pela administração do mercado, que se dedica à cobrança de dinheiro aos os jovens que andam com os carros de mão para levar os produtos dos compradores das bancadas para as viaturas.

Essas receitas se fossem encaminhados para os cofres do Estado serviria para cobrir algum défice, assegura a fonte.

Contudo, o Governo perde milhares de kwanzas devido a inexistência de vendedores em alguns mercados, como o da Estalagem e da Fapa, Viana em Luanda.

O mercado dos Kwanzas com cerca de 5.400 vendedores, o do Asa Branca com 4.500, Mabunda 400. O economista Francisco Cambuta defende que o Governo pode ganhar muitas receitas com entrega dos mercados a terceiros, contudo, defende que este, apenas pode ter sucesso se for incrementada a actividade fiscal.

"Gastaram-se milhares de kwanzas para a construção dos mercados em Luanda, há necessidade de recuperar o valor investido para dar sequência a outros projectos económicos", disse.

Alerta ainda, que os gestores devem buscar formas mais eficazes para rentabilizar os mercados. E caso houver incapacidade para dar o valor e rentabilizar a infra-estrutura, deve se adjudicar o empreendimento a outro agente.

"Não se pode facilitar quando não recompensa. Aqueles que acham que não estão a render entregue a obra a outro agente". AE

### 3.20 Cartoon

*jornal economia e Finanças*  
31 De Janeiro de 2020



## 4. OGE, INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA

### 4.1 OGE e Habitação

*Novo Jornal*

*10 De Janeiro de 2020*

AGT arrecada mais de 40 mil milhões com IPU

A Administração Geral Tributária (AGT) arrecadou em 2019, mais de 40 mil milhões de kwanzas resultantes da cobrança do Imposto Predial Urbano (IPU), na vertante património e renda, revelou nesta quinta-feira, em Luanda, uma fonte da instituição.

Segundo o técnico da direcção dos serviços fiscais da AGT, Osvaldo Bravo, em declarações à Rádio Nacional de Angola anunciando a abertura da cobrança este ano da primeira prestação do IPUA AGT espera, este ano, duplicar a cobrança do imposto referente a 2019.

BPC inicia recuperação do crédito malparado

O Banco de Poupança e Crédito (BPC) está a organizar processos para a recuperação do crédito malparado, por via judicial, depois de em 2019 ter-lhe sido reembolsados 47mil milhões de kwanzas. Esse valor devolvido pelos clientes cor responde apenas a 4,2% da carteira de 1.118 mil milhões de kwanzas em dívida citado pela Angop. Do crédito recuperado o ano passado, 841,1 milhões de kwanzas foram possíveis graças à

"Campanha Renascer", dirigida a particulares, com os quais BPC tem renegociado as condições dos empréstimos.

CFM perde mais de 10 milhões de kwanzas

O Caminho de Ferro de Moçâmedes (CFM) perdeu, nos últimos sete dias, 10 milhões e 902 mil kwanzas, devido à suspensão da actividade de transporte de passageiros e mercadorias na localidade de Olivença (Chibia), no troço Lubango/Menongue.

A actividade de transporte de passageiros foi suspensa devido ao rompimento de uma das passagens hidráulicas do ramal, resultando no desabamento de terra, no referido troço ferroviário. O PCA do CFM, Daniel Quípaxe, disse que a suspensão da actividade começa a pesar nas receitas

da empresa, daí estarem a trabalhar para a reposição integral do comboio do Lubango a Menongue.

### 4.2 Receita fiscal baixa no Cunene

*Jornal Economia & Finanças*

*10 De Janeiro 2020*

*Autor: Elautério Silípuleni*

As receitas tributárias na Sexta Região da Administração Geral Tributária (AGT), que corresponde às províncias do Cuando Cubango e Cunene, tiveram uma queda de 1,3 mil milhões de kwanzas em 2019, ao colectar 16,7 mil milhões contra os 17.7 mil milhões de 2018.

Segundo o director da Sexta Região Tributária da AGT, Milton Costa, que fazia o balanço das actividades desenvolvidas durante o ano transacto, a instituição previa arrecadar nesse período 23 mil milhões, o que não foi concretizado.

O responsável justificou a fraca colecta de receitas com a elevada diminuição do fluxo aduaneiro, que se verifica nos últimos tempos nos postos fronteiriços que compõem a região tributária.

Milton Costa disse que as inúmeras dificuldades financeiras que o país atravessa contribuíram para a redução considerável das importações de mercadorias, a partir da fronteira terrestre com a República da Namíbia.

O director da Sexta Região Tributária destacou que o posto fronteiriço de Santa Clara, apesar da diminuição na arrecadação, continua a ser a principal fonte de receitas na região, ao arrecadar mais de 14,8 mil milhões de kwanzas para os cofres de Estado dos 16,4 mil milhões alcançados em 2019.

Referiu que, em 2018, a AGT através da Sexta Região Tributária tinha definido como meta atingir os 24,4 mil milhões de kwanzas e alcançar apenas os 17.7 mil milhões, e no ano de 2019 os números a alcançar eram de 23 mil milhões e obtiveram 16,4 mil milhões, o que representa uma queda acentuada na colecta de receitas em cada ano que passa.

"Temos que continuar a aproximar-nos cada vez mais dos contribuintes fiscais e aduaneiros, realizando campanhas de sensibilização para que estes se sintam facilitados na hora de cumprir com as obrigações", apontou.

### 4.3 Receitas petrolíferas ficaram 10% abaixo do previsto no OGE revisto 2019

*Novo Jornal*

*10 De Janeiro de 2020*

*Autor: Mauricio Viera Dias*

O Estado angolano previa encerrar o ano de 2019 com receitas fiscais petrolíferas no valor de 3,6 biliões de kwanzas, mas fechou o exercício tributário do ano passado com rendimentos por via do crude estimado em 3,2 biliões de kwanzas, menos 10% do previsto, atestam os dados da Administração Geral Tributária (AGT) e do Orçamento Geral do Estado (OGE) revisto de 2019 consultados pelo NJ.

Os dados da AGT comparados com os do OGE revisto assinalam, deste modo, que deixou de entrar para os cofres do Estado menos 9,5 mil milhões de kwanzas como receitas fiscais previstas, tendo em conta que não se atingiu o projectado.

O país exportou; em 2019, 418,6 milhões de barris a uma média de 62,72 dólares por barril, contra uma previsão, inscrita no OGE, de 542,4 milhões de barris, a 55 dólares cada um.

A informação resulta de uma análise feita pelo Novo Jornal ao histórico dos 12 meses dos relatórios da AGT sobre as receitas com a venda de petróleo.

Estes resultados são influenciados, de acordo com análise aos relatórios da AGT, pela quebra na produção petrolífera, face ao esperado, e pela descida da cotação do barril de crude ao longo do ano. Pois, Desde o segundo semestre de 2019 que o petróleo foi transaccionado abaixo de 70 dólares o barril.

Na origem destes dados estão números sobre a receita arrecadada com o Imposto sobre o Rendimento do Petróleo (IRP), Imposto sobre a produção de Petróleo (IPP), Imposto sobre a Transacção de Petróleo (ITP) e receitas da concessionária nacional, a sonangol.

Os dados constantes nestes relatórios da AGT resultam das declarações fiscais submetidas àquela entidade pelas companhias petrolíferas, incluindo a Sonangol.

O Governo admite que o choque resultante da queda do preço do petróleo, iniciado em finais de 2014, gerou nos últimos cinco anos em Angola desafios económicos e financeiros muito exigentes e completamente diferentes dos que se colocaram no quinquénio anterior.

Economia refém do preço do crude

"A economia angolana continua fortemente exposta à volatilidade do preço do petróleo no mercado internacional e à queda da produção petrolífera nacional", lê-se no relatório de fundamentação do OGE 2020.

Razão pela qual, os choques resultantes da queda abrupta do preço do petróleo, nos anos 2014-2017, tiveram um impacto significativo nos fundamentos macroeconómicos e na estrutura da economia angolana.

Para o exercício fiscal 2020, o aGE prevê que o Estado vai arrecadar receitas petrolíferas na ordem dos 5,5 biliões de Kwanzas, correspondente a um crescimento de 56% face aos 3,6 biliões de Kwanzas inscritos no orçamento revisto do ano passado.

O Governo entende que, uma maior volatilidade do preço internacional do petróleo tornará a receita fiscal petrolífera mais volátil, com potencial impacto nas necessidades de financiamento economia.

### 4.4 OGE e Justiça Redistributiva

*Jornal Economia e Finanças*

*31 De Janeiro de 2020*

Na sabedoria milenar chinesa cada ano é governado por um animal, sendo que o 2020, que começa a 25 de Janeiro, ser o ano do Rato, embora a presença deste vertebrado seja, às vezes, associada à pobreza, o caso chinês colapsa completamente com esta máxima.

O Presidente Xi Jinping, a exemplo de Mao Tsé-tung, o restaurador, e Deng Xiaoping, o reformador, quer deixar o seu legado, erradicando a pobreza na China, em 2020, e completar o "sonho chinês", de ser a supremacia mundial.

Está claro que o centro de gravidade da economia mundial está se dispersando. E a China, que por si só, já tirou mais de 600 milhões de pessoas da pobreza, durante os últimos 30 anos, é a estrela cintilante, graças a sua política de justiça redistributiva.

As abordagens filosóficas de justiça redistributiva é campo dividido com caminhos paralelos que parecem irreconciliáveis. Enquanto a corrente neo-liberal, formada por Nozick, Hayek e Friedman que defendem o mérito como medida de manutenção da justiça entre cidadãos, sob o argumento de que às oportunidades são ofertadas a todos de igual forma e têm na eficiência individual a chave para lograr determinado propósito. A corrente social democrata



de Rawls, Stiglitz, Atkinson e Barr assentam a sua abordagem em princípios de equidade, considerando a desigual condição económica, social, cultural e política entre cidadãos. Aqui, a desigualdade é o elemento orientadora política pública e se privilegia os desfavorecidos para que se atinja igualdade de oportunidades .

Após libertação do jugo colonial e desilusão com o sistema de planificação socialista, os países africanos em geral precisam de uma "terceira libertação"; livrar-se da poor governance, promovendo reformas fiscais assertivas, aumento da receita justa e imparcial, redução de gastos supérfluos e aumento do gasto social, para alcançar metas de redistribuição.

O índice de pobreza multidimensional nacional (IPM), recém divulgado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE, 2019), indica que 65 dos 164 municípios do país apresentam uma incidência de pobreza multidimensional na ordem dos 90 por cento. Segundo a versão global do índice de pobreza multidimensional, existe em Angola uma taxa de pobreza de 88,2 por cento nas áreas rurais e 29,9 por cento nas áreas urbanas.

São dados pouco simpáticos para um país, que é tão somente a 66a Nação mais rica do planeta em termos de PIB nominal (FMI, 2018), partilhando a sua riqueza de forma eminentemente desigual, como sugerem os indicadores, coeficiente de Gini (42,7) e índice de Desenvolvimento Humano (IDH) (0,574).

Os cifrões da nossa economia têm impacto marginal no combate às desigualdades, assimetrias regionais e pobreza, porque o Estado realiza as suas funções económicas, sem a adequada maximização do nível de bem-estar das populações.

O OGE 2020, como qualquer obra humana, é imperfeito e eivado de defeitos e virtudes. Arquitectado presumivelmente para agradar o FMI, cabendo 56,8 por cento do seu total para liquidação da dívida pública, admite o aumento da inflação até 25 por cento; fraco no investimento público e na qualidade da despesa que tendencialmente privilegia o litoral ao invés do interior, mais pobre, e assim, desconsidera os valores liberal-igualitário de intervenção estatal na distribuição justa da riqueza social. Paradoxalmente, este orçamento tem o mérito de profetizar o ruir das despesas ineficientes e regressivas, que consomem avultadas somas do orçamento, mas beneficiam desproporcionalmente os mais abastados. Ao assumir o fim dos preços subsidiados e conseqüente transferência da renda para intervenções redistributivas.

Recorda-se que este orçamento tinha de ser o mais equilibrado possível, pois, foi coincidentemente concebido e aprovado no ano (2019) em que o casal Esther Duflo e Abhijit Banerjee, e Michael Kremer arrebatarem o Prémio Nobel de Economia, precisamente por terem desenvolvido, novos métodos experimentais para identificar políticas de intervenções mais efectiva para combate à pobreza.

As ideias de Amartya Sen, resumidas na sua teoria de capacidades, enfatiza a necessidade de reconciliação entre ética e economia, destacando o ser em detrimento do ter; são agora estimadas com a emergência de um novo capitalismo interventivo o Stakeholder Capitalismo

O conteúdo "obsceno" do relatório Tempo de Cuidar da ONG Oxfam, publicado na véspera do Fórum Económico Mundial de Davos, alerta os governos a agir para construir uma economia humana, avesso à pobreza e desigualdades. De modo que as incursões liberais da nossa economia, não devem comprometer a função do Estado enquanto o principal provedor dos direitos civis, pautando a intervenção estatal para ampliar as oportunidades sociais e dirimir as iliberdades. A velha paixão por gastos populistas sem benefícios sociais palpáveis devem ser reavaliadas sob critério da eficiência e justiça redistributiva. Sob pena de aumentarem a desigualdade; um mau presságio para um mercado distante do equilíbrio como nosso, que quer entrar na rota do crescimento económico e pisca o olho ao investimento directo estrangeiro (IDE).

#### 4.5 AGT alarga prazo para pagamento do IPU

*Jornal Economia e Finanças*  
31 De Janeiro de 2020

Administração Geral Tributária (AGT) prorrogou, para até final de Abril, o prazo do pagamento da primeira prestação do Imposto Predial Urbano (IPU), geralmente liquidada e cobrada até ao dia 31 de Janeiro de cada ano.

Nos termos da Lei, o IPU pode ser pago em duas (2) prestações, nos meses de Janeiro e Julho, sem necessidade de autorização da Administração Geral Tributária ou em quatro (4) prestações, nos meses de Janeiro, Abril, Julho e Outubro com necessidade de solicitação de autorização à AGT.

Em comunicado de imprensa, a AGT esclarece que o Estado não pretende que o sistema tributário seja asfíxiante para o contribuinte, nem tão-pouco potenciador do incumprimento das obrigações

tributárias. Pelo contrário, "pretende-se um sistema que satisfaça as necessidades de financiamento do Estado, mas que seja igualmente incentivador do cumprimento, tendo sempre em vista a maximização da arrecadação de receitas", lê-se.

Todavia, adianta que, visando cumprir esse binómio arrecadação de receitas e a adequação do enquadramento das obrigações tributárias, estão em curso trabalhos conducentes à revisão do regime fiscal do património imobiliário, que serão posteriormente submetidos à aprovação da Assembleia Nacional.

Acordo com Bolsa de Londres

Um acordo de formação entre a London Stock Exchange Group (LSEG) e Bolsa de Dívida e Valores de Angola (BODIVA) foi assinado recentemente, em Londres, pela ministra das Finanças.

Vera Daves manifestou, na ocasião, a necessidade de acelerar o aprofundamento dos instrumentos do mercado de capitais para o financiamento da economia angolana.

O acordo assinado simbolicamente no horário de fecho da bolsa de Londres, estabelece os termos de um programa de capacitação institucional e profissional com a designação de "Readiness to Capital Markets", a fim de conferir maior robustez ao Programa de Privatização (PROPRIV).

Assim, a partir de Maio de 2020, serão ministradas três sessões de formação nos domínios relacionados com a preparação dos processos de capitalização em bolsa, nomeadamente estratégia, governança, abordagem de riscos e responsabilidade social corporativa. Estas formações serão dirigidas aos administradores das empresas que integram o Propriv, membros da Bodiva, Igape, CMC, e empresas privadas identificadas e com interesse em capitalizar-se em bolsa.

A London Stock Exchange Group (LSEG), através do seu braço para a formação, a LSEG Academy, desenvolve e oferece cerca 180 cursos, frequentados, anualmente, por 2.100 indivíduos em todo mundo.

A cerimónia de assinatura do referido acordo foi prestigiada com a presença do embaixador de Angola no Reino Unido, Geraldo Sachipengo, da baronesa Lindsay Northover, o administrador da Bodiva, Mário Caetano João.

## 4.6 Gestores orçamentais analisam Regras do OGE

*Jornal Economia e Finanças*

*31 De Janeiro de 2020*

A ministra das Finanças, Vera Daves, disse, esta semana, em Luanda, à margem do seminário metodológico sobre as regras de execução do orçamento ser intenção do seu pelouro lembrar aos gestores e fornecedores do Estado as normas a adoptar nos seus 'actos.

Para Vera Daves, pretende-se, ainda, as melhores práticas de transparência e concorrência previstas nas Regras de Execução Orçamental, na Lei dos Contratos Públicos e em toda a legislação aplicável, disse nesta terça-feira, 28 de Janeiro, a ministra das Finanças, Vera Daves de Sousa.

Vera Daves de Sousa que discursava na cerimónia de abertura do Seminário sobre as Regras de Execução Orçamental, afirmou ser fundamental que todos conheçam e pratiquem essas regras, para que seja possível eliminar todas as práticas danosas para os recursos do Estado.

"É possível definirmos mecanismos mais eficientes de formas a ganharmos velocidade sem violar a lei, que documentos podem ser padronizados, quais os procedimentos mais adequados em função de determinada situação, para assim assegurar que no ano otimizamos o tempo, as soluções que a lei confere para sermos mais-eficientes", aclarou.

Visando a boa governança, a ministra das Finanças apelou à boa fé dos gestores orçamentais.

"Essa boa-fé obriga os gestores orçamentais a perseguirem o fim último que a todos nos obriga, enquanto servidores públicos, fim último esse que é a prestação do melhor serviço possível a todos os cidadãos, sem excepção, propiciando-lhes condições para um modo de vida melhor. Vamos fazer pedagogia, porque acreditamos na boa-fé dos agentes do Estado e dos fornecedores do Estado e porque estamos convencidos do poder de persuasão das razões para aderirem e praticarem as Regras de Execução Orçamental".

A governante instou o debate aberto, apelando para que os participantes questionassem e apresentassem ao longo das várias sessões as dificuldades que encontram no dia a dia e sugeriram acções concretas para gerir essas mesmas dificuldades.

Com a duração de dois dias, o seminário destinou-se aos gestores das unidades orçamentais, ao nível da Administração Central e Local, e versou sobre as Regras de Execução do Orçamento Geral do Estado e as boas-práticas.

#### 4.7 Stock do crédito foi calculado em kz 3,35 biliões

*Jornal Economia e Finanças*  
31 De Janeiro de 2020

Em 2019, o stock do crédito em moeda nacional registou uma expansão acumulada de 18,83%, tendo atingido o stock de 3,35 biliões de kwanzas.

No âmbito dos Avisos nº 4 e 7119, do total dos novos créditos e créditos reestruturados que foram aprovados, registou-se desembolsos de 62,11 mil milhões de kwanzas.

Em Dezembro de 2019, a Base Monetária em moeda nacional, variável operacional da política monetária situou-se em 1,59 biliões de kwanzas, registando uma variação anual de 22,21%.

O agregado monetário M 2 em moeda nacional que congrega a totalidade dos depósitos bancários em moeda nacional e as notas e moedas em poder do público, registou uma variação nos últimos 12 meses de 14,45%, fixando-se em 4,85 biliões de kwanzas.

Em Dezembro, 110 mercado monetário interbancário, foram transaccionados 67,9 mil milhões de kwanzas, representando um aumento de 175,84 mil milhões (4,77%) face ao período anterior. A Luibor na maturidade overnight situou-se em 22,48%, o que representou uma diminuição face a Novembro de 2019 (26,47%).

Neste contexto, procurando manter o curso de estabilidade de preços na economia e apoio ao regime cambial adoptado, a política monetária permanecerá restritiva, pelo que o CPM decidiu manter a taxa básica de Juro, Taxa BNA, em 15,5%; as taxas de juro das facilidades permanentes de absorção de liquidez, com maturidades overnight e sete dias em 0% e 10%, respectivamente e manter em 22% e 15% os coeficientes de reservas obrigatórias para moeda nacional e estrangeira, respectivamente.

A reunião do CPM visou analisar o comportamento recente dos principais indicadores económicos e decidir sobre as taxas directoras.

#### 4.8 Finanças quer kwanza bem gasto

*Jornal Economia e Finanças*  
31 De Janeiro de 2020

O Executivo almeja que cada kwanza do Orçamento Geral do Estado seja aplicado, com transparência e sem desvios, nos fins a que se destina.

Quem o diz é o secretário de Estado das Finanças e Tesouro, Osvaldo João, quando procedia ao encerramento, na quarta-feira, do seminário metodológico sobre as regras de execução do OGE.

"Todos somos chamados a esse rigor de gestão do Erário e dos Bens Públicos, do mais alto nível do Estado às estruturas centrais dos ministérios, aos Governos Provinciais e Administrações Municipais. Todos são chamados a conhecer e a executar, com o máximo escrupulo ético e profissional, as boas-práticas da contratação pública, o que hoje já é possível fazer-se dentro dos sistemas eletrónicos", disse.

Ressaltou ainda a necessidade de melhoria da qualidade da despesa pública, e instou os órgãos do poder local a darem ênfase à geração e arrecadação de receitas próprias e canalizarem estes recursos para a conta associada ao Portal do Município.

## 5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA

### 5.1 Eleições autárquicas marcam ano político

*Jornal de Angola*

*01 De Janeiro de 2020*

*Autor: Fonseca Bengui*

O ano político vai ser marcado pela realização das primeiras eleições autárquicas no país, não obstante as reticências de alguns partidos da oposição, devido ao atraso na aprovação da Legislação que vai regular o processo.

Dos mais de 11 diplomas do pacote legislativo autárquico, discutido amplamente pela sociedade civil em 2018, apenas quatro foram aprovados, em definitivo, até ao momento. Trata-se da Lei Orgânica sobre as Eleições Autárquicas, que define as regras estruturantes para a eleição dos órgãos executivos e deliberativos das autarquias locais, a Lei Orgânica sobre o Poder Local, a Lei Orgânica sobre a Organização e Funcionamento das Autarquias Locais e a Lei da Tutela Administrativa das Autarquias Locais. O Conselho de Ministros apreciou, recentemente, mais quatro propostas de Lei adicionais ao Pacote Legislativo Autárquico, elevando para 11 o total de propostas de Lei remetidas pelo Executivo à Assembleia Nacional. Trata-se da Proposta de Lei sobre o Regime Geral da Cooperação Inter-autárquica, a Proposta de Lei que aprova o Estatuto dos Eleitos Locais, a Proposta de Lei sobre os Símbolos das Autarquias Locais e a Proposta de Lei sobre o Regime e Formulários dos Actos da Autarquia Local. No entanto, o MPLA reafirmou, recentemente, a realização das eleições autárquicas em 2020, por ser uma promessa eleitoral e um compromisso feito para o povo. Segundo o deputado Manuel da Cruz Neto, foi o grupo Parlamentar do MPLA que anunciou a realização das eleições autárquicas.

"Temos consciência de que é uma promessa eleitoral é um compromisso com o povo e vai acontecer", reafirmou.

O político alertou que a ansiedade às vezes é um problema para as pessoas. "Se não, confiamos nas instituições, teremos muitos problemas".

O presidente da Assembleia Nacional, Fernando da Piedade Dias dos Santos, apelou, também, os deputados a empenharem-se e se dedicarem para concluir a aprovação do Pacote Legislativo Autárquico, até Agosto deste ano. Ao discursar na abertura da 3 Sessão Legislativa da IV Legislatura da Assembleia Nacional, realizada em Outubro' Fernando da Piedade Dias dos Santos disse esperar espírito de concórdia, inter-ajuda e solidariedade durante as discussões desses diplomas, que considerou prioritários.

A realização das primeiras eleições autárquicas em 2020 foi anunciada pelo Presidente João Lourenço, em Março de 2018, na primeira reunião do Conselho da República. Na ocasião, o Chefe de Estado indicou que a implementação das autarquias seria feita, de forma faseada. A proposta foi acolhida por todos os membros do Conselho da República.

"Que se criem todas as condições técnicas, administrativas, materiais e financeiras para a implementação das autarquias locais na presente Legislatura Recomendou, por consenso, o ano 2020 para a realização das primeiras eleições autárquicas no país", referia o comunicado final.

#### Dinheiro

Recentemente, a ministra das Finanças, Vera Daves, garantiu que o Executivo tem previsto recursos orçamentais para o processo da implementação das autarquias, mas em reserva orçamental. A ministra, que falava na sessão do Parlamento que aprovou o Orçamento Geral do Estado para este ano, adiantou que os referidos recursos serão mobilizados "tão logo haja decisão política por parte da Assembleia Nacional sobre o momento de avançar e como avançar".

Alguns líderes políticos da oposição têm estado a manifestar cepticismo quanto ao Governo cumprir a promessa de realizar as eleições autárquicas, previstas para este ano.

Para o deputado e presidente da UNITA, Adalberto da Costa Júnior, o MPLA não está a agilizar as matérias relativas às autarquias, porque "não está habituado a um poder vertical e receia as autarquias por introduzir no país um poder horizontal".

O antigo líder da CASA-CE, Abel Chivukuvuku, que lidera o projecto político PRA-JA Servir Angola, também disse não acreditar nas primeiras eleições autárquicas em 2020, "porque o MPLA receia o voto dos cidadãos".

Além do calendário para a discussão e aprovação do pacote legislativo autárquico, o financiamento aos



candidatos, o tempo de antena e a observação eleitoral são algumas das questões que dividem os partidos representados na Assembleia Nacional, conforme se observou durante o debate e aprovação da Lei Orgânica sobre as Eleições Autárquicas.

Para o presidente do grupo

Parlamentar do MPLA, Américo Cuanonoca, que considerou aprovação da Lei Orgânica sobre as Eleições Autárquicas "um passo importante para criação de instrumentos que vão reger um novo ente da Administração Local", a opção para um financiamento público condicionado com uma percentagem mínima de 15 por cento dos resultados visa adequar participação e a representatividade mínima prevista nos termos da Constituição. Para a CASA-CE, que votou contra esta última lei, não há como concordar com os 15 por cento de votos validamente expressos, exigidos por lei para que uma candidatura tenha direito a financiamento público.

"O financiamento a posterior não é problema para a CASA-CE, mas a cifra de 15 por cento, pensamos que estaria melhor em 5 por cento, porque corremos o risco de entregar as autarquias aos indivíduos com grandes posses financeiras, em detrimento daqueles que, de facto, têm valor para assumir essas autarquias", disse André Mendes de Carvalho, numa das discussões na especialidade.

## 5.2 Gradualismo

*Jornal de Angola*

*01 De Janeiro de 2020*

Apesar da aprovação do diploma que prevê a implementação gradual das autarquias, a Lei sobre a Institucionalização das Autarquias Locais, alguns partidos da oposição continuam a falar da necessidade de as eleições autárquicas serem realizadas em simultâneo, em todos os municípios do país.

O artigo 4º da referida Lei estabelece que compete à Assembleia Nacional criar as autarquias mediante leis, cabendo-lhe, também, aprovar as listas dos municípios para experiência inicial, de acordo com os critérios definidos.

O Executivo propôs que o processo de implantação das autarquias esteja concluído num período não superior a dez anos. Mas os partidos da oposição receiam que o gradualismo geográfico acentue as assimetrias e desigualdades, o Executivo afirma ainda que os municípios que não forem seleccionados para a experiência inicial não ficam esquecidos, nem os cidadãos nele residentes ficam abandonados.

"Pelo contrário, define-se que, nesses municípios, se promova a criação de condições (infra – estruturas e serviços) para assegurar o desenvolvimento harmonioso do território nacional e prepara -los para a sua autonomia", esclareceu o ministro da Administração do Território e Reforma do Estado, Adão de Almeida.

Para o líder do Grupo Parlamentar da CASA-CE, Alexandre Sebastião André, a descentralização administrativa e o exercício do modelo de governação horizontal no país pressupõem a implementação das autarquias locais em todos os municípios.

A UNITA, o maior partido na oposição, entende, que era desejável que o país tivesse certeza do horizonte temporal e das condições objectivas para institucionalização das autarquias em todos os municípios e em simultâneo.

A UNITA propõe, também, uma mudança da composição da Comissão Nacional de Eleições (CNE) e a realização de um novo registo eleitoral.

"É tempo de repensarmos e corrigirmos o actual modelo de composição da CNE, que, no actual quadro, pouco ou nada tem de independente", declarou o líder do grupo parlamentar da UNITA, Liberty Chiaka.

Em seu entender, a representação e composição da CNE devia ser igual e contar com figuras de elevada idoneidade política e moral da sociedade civil.

## 5.3 Autarquias estão fora da agenda dos primeiros debates parlamentares

*Novo Jornal*

*10 De Janeiro de 2020*

*Autor: Borralho Ndomba*

Pacote Legislativo Autárquico ganhou mais quatro novas propostas de leis sobre as autarquias apreciadas em Novembro pelo Conselho de Ministro.

A Assembleia Nacional retomou esta semana os trabalhos na especialidade, deixando fora da sua agenda as propostas de leis do Pacote Legislativo Autárquico, cuja aprovação é aguardada com muita expectativa pelo facto de 2020 ser o ano marcado para a realização das primeiras eleições autárquicas no país.

Tendo em conta a execução da primeira reunião plenária de 2020, os deputados começaram a discutir e aprovar várias iniciativas legislativas. As propostas



de Lei da Identificação e Localização Celular e Vigilância Electrónica para Fins de Prevenção e Repressão Criminal e da Lei das Acções Encobertas para Fins de Prevenção e Investigação Criminal foram os primeiros diplomas apreciados.

Os parlamentares continuam a debater com os membros do Executivo a proposta de lei que aprova o código de Processo Penal, assim como a proposta de Lei que Autoriza o Banco Nacional de Angola a Emitir e Pôr em Circulação uma Nova Família de Notas do Kwanza.

Algumas dessas iniciativas legislativas poderão ter aprovação final no fim deste mês, segundo uma fonte da Assembleia Nacional. Entretanto, o Pacote Legislativo Autárquico, que na última sessão plenária do ano 2019 teve mais um dos seus diplomas aprovado na globalidade, continua sem data para a nova discussão.

A proposta de Lei orgânica sobre as Eleições Autárquicas foi a última legislação para a institucionalização do poder local em Angola, aprovada no dia 19 de Dezembro do ano passado.

No passado 28 de Novembro, o Conselho de Ministros apreciou em Luanda novas propostas de leis relativas à implementação das autarquias locais, previstas para este ano. Trata-se da proposta de Lei sobre o Regime Geral da Cooperação Interautárquica, proposta de Lei sobre os Símbolos das Autarquias Locais, proposta de Lei sobre o Regime e Formulário dos Actos da Autarquia Local e a proposta de Lei que Aprova o Estatuto dos Eleitos Locais.

Este último estabelece o regime jurídico de direitos, regalias e deveres dos titulares dos órgãos da autarquia local, assegurando-lhes a dignidade que o exercício das suas funções exige.

Deputados do grupo parlamentar do MPLA que fazem parte da primeira comissão de trabalhos especializados da Assembleia Nacional, garantem que não sabem quando é que as autarquias voltam a ser discutidas. Os parlamentares, que preferiram anonimato, disseram ao Novo Jornal que o Pacote Legislativo Autárquico não é o único que é prioritário. "A única urgência não é as eleições. Todas estas leis que estamos a apreciar são urgentes. Quer dizer que o país não vai ficar só no pacote autárquico. As discussões do orçamento foram quase dois meses". Os deputados afirmam que tudo está a ser feito para que todo o pacote seja aprovado.

## 5.4 MPLA garante realização das eleições autárquicas

*Jornal de Angola*

*11 de Janeiro, 2020*

*Autor: Garrido Fragoso*

O líder da bancada parlamentar do MPLA manifestou-se, ontem, em Luanda, optimista quanto à realização, este ano, das eleições autárquicas, salientando que o partido vai enfrentá-las por serem um imperativo constitucional e uma promessa do Chefe de Estado.

“As eleições autárquicas são um imperativo constitucional e uma promessa do Presidente da República durante a campanha eleitoral, ao longo da qual garantiu realizá-las durante este mandato”, declarou Américo Cuononoca, no final da reunião de líderes das bancadas parlamentares, que apreciou os pontos constantes da agenda da reunião plenária ordinária do dia 23, com destaque para a votação final global da Proposta de Lei das Acções Encobertas para Fins de Prevenção e Investigação Criminal.

Américo Cuononoca lembrou que a Assembleia Nacional não trabalha apenas para o pacote autárquico. “Existem outras questões que têm a ver com a vida do país, inclusive situações urgentes”, afirmou o parlamentar, para quem tão logo o Parlamento conclua a discussão e votação do pacote legislativo haverá a convocação das eleições autárquicas. “Ainda resta muito tempo para trabalharmos neste sentido”, referiu.

O parlamentar considerou “uma falsa expectativa” as reiteradas afirmações segundo as quais o MPLA tem medo de enfrentar as eleições autárquicas. “Não há outro partido mais interessado em realizar as eleições autárquicas do que o MPLA. É uma promessa eleitoral. Também porque temos, depois, de ajustar as contas com o nosso eleitorado”, afirmou o deputado, recordando que nas eleições gerais de 2017 o partido venceu em 155 ou 158 municípios, do total dos 164 existentes em todo o território nacional.

A plenária do próximo dia 23 também vai proceder à votação final global das Propostas de Lei da Identificação ou Localização Celular e da Vigilância Electrónica para Fins de Prevenção e Repressão Criminal, das Áreas de Conservação Ambiental, da que Altera o Código dos Valores Mobiliários, e da que Autoriza o Banco Nacional de Angola (BNA) a emitir e pôr em circulação uma nova família de notas do Kwanza.

Os deputados vão, ainda, votar, na generalidade, as Propostas de Lei da Expropriação por Utilidade Pública e da Requisição Civil. Está, igualmente, prevista a votação de Projectos de Resolução que aprovam a substituição de membros indicados pelo MPLA nas comissões provinciais e municipais eleitorais.

UNITA ainda acredita

O presidente da bancada parlamentar da UNITA, Liberty Chiaka, lamentou o facto de, na agenda da próxima sessão plenária, não constar a questão relacionada com as autarquias. “O compromisso feito pelo Estado em relação às eleições autárquicas deverá ser assumido, em debates na especialidade, durante os meses de Fevereiro e Março”, afirmou Liberty Chiaka.

“Apesar de alguma pressão, queremos acreditar que existe tempo e também vontade política para concertações entre as diferentes forças políticas”, sublinhou.

Liberty Chiaka, que ontem participou, pela primeira vez, na conferência de líderes, após ser nomeado chefe da bancada da maior organização política da oposição, defendeu o respeito pela diferença de opiniões e maior abertura na discussão dos vários pacotes legislativos, visando a salvaguarda do interesse nacional.

“O ambiente de trabalho no Parlamento denota que existe vontade política para se ultrapassar uma série de questões de interesse nacional”, referiu Chiaka, salientando que a UNITA vai sugerir, na plenária do dia 23, a apresentação de votos de pesar em função das mortes nos últimos dias, em consequência das fortes chuvas que se abatem em várias regiões do país.

Posição do PRS

O presidente da representação parlamentar do PRS, Benedito Daniel, disse que as eleições autárquicas não podem ser uma questão sem solução. “As autarquias fazem parte da democracia e um Estado democrático real é aquele que transfere poderes do centro para a periferia”, sublinhou.

Dos 12 pontos constantes da agenda de trabalhos para a próxima sessão plenária, Benedito Daniel destacou a aprovação da Lei de Expropriação por Utilidade Pública. Salientou que “as expropriações no país vieram empobrecer a maioria dos cidadãos, que nem sempre eram recompensados com o que lhes era retirado”.

Benedito Daniel defendeu a revisão urgente da referida Lei para que os cidadãos, cujas propriedades venham a ser expropriadas, sejam indemnizados de forma mais justa.

O representante da CASA-CE, Alexandre Sebastião André, garantiu que, na próxima plenária, a coligação vai aproveitar para fazer uma incursão sobre o orçamento da Assembleia Nacional.

## 5.5 UNITA quer aprovação da legislação até Março

*Jornal de Angola*

*12 de Janeiro, 2020*

*Autor: César André*

O presidente da UNITA, Adalberto Costa Júnior, defendeu ontem, em Luanda, a aprovação do pacote legislativo autárquico, pela Assembleia Nacional, até ao mês de Março.

“Não há razões para a não aprovação deste instrumento jurídico importante. Conhecemos muito bem a dinâmica da Assembleia Nacional e acredito que se pode aprovar neste período”, disse Adalberto Costa Júnior, quando discursava no acto político que marcou a abertura das actividades políticas para o ano em curso.

O líder da UNITA referiu ainda que se o Parlamento não aprovar o pacote legislativo naquele período, estará a ir ou agir contra a vontade e expectativas dos angolanos.

Adalberto Costa Júnior defendeu também a necessidade de se fazer, ainda este ano, um novo registo para sustentar a realização das eleições autárquicas.

“Ainda vamos a tempo de realizar esse acto (registo) porque o instrumento jurídico que vai sustentar este escrutínio ainda não foi aprovado na sua totalidade pela Assembleia Nacional”, sublinhou.

O presidente da UNITA advogou que as autarquias devem ser realizadas em simultâneo em todo o país, um compromisso que foi assumido pelos governantes. “Eles devem cumprir e honrar com a sua palavra”, salientou.

“Estamos muito atentos e a pressionar para a realização deste acto que, apesar de terem sido detectados alguns indícios, da sua não realização”, acrescentou o líder do maior partido na oposição.

No seu entender, a forma supostamente velada de não se pretender realizar as eleições começa pelo próprio Parlamento, que há muitos anos tem o pacote legislativo autárquico, mas a sua aprovação está a ser demorada intencionalmente.

O líder da UNITA disse ainda que o partido não vai aceitar esse tipo de manobra e já orientou ao Grupo Parlamentar a tudo fazer para que o pacote legislativo seja concluído.

Adalberto Costa Júnior indicou que já passaram quase dois anos e a única coisa que a UNITA está a verificar é a falta de seriedade por parte do partido que governa. "É uma clara intenção de adiar as expectativas do povo angolano", acusou.

Na quinta-feira, o presidente do Grupo Parlamentar do MPLA, Américo Cuononoca, manifestou-se optimista quanto à realização, este ano, das eleições autárquicas, salientando que o partido vai enfrentá-las por serem um imperativo constitucional e uma promessa do Chefe de Estado.

A anteceder ao acto político, a UNITA organizou uma marcha que partiu do Largo da Sagrada Família e terminou nas imediações da Escola Mutu Ya Kevela, onde foi inaugurada a nova sede do Comité Provincial do Partido.

## 5.6 Autarquias... Activistas condenam postura «partidária» do MAT

*Jornal Expansão*

*17 De Janeiro de 2020*

*Autor: António Gaspar*

Seis organizações não-governamentais condenaram esta semana o que consideram "partidário" e "débil" a forma como o Ministério da Administração do Território (MAT) está a abordar a questão do processo autárquico.

Trata-se das associações Projecto AGIR, Plataforma Cazenga em Acção (PLACA), Núcleo Belas, Laulenu, Mizangala Tu Yeno Kupolo e o Projecto Okulinga, que promovem debates e campanhas de sensibilização sobre as autarquias em vários bairros periféricos do país.

Numa conferência de imprensa sobre "mais cidadania, menos militância", as ONGs afirmaram que o MAT está a tomar uma posição antipatriótica, ignorando a importância da descentralização administrativa e da proximidade dos serviços básicos aos cidadãos que as autarquias locais poderão proporcionar ao país.

Sublinharam igualmente que aquela instituição do Estado deve colocar em primeira instância os interesses nacionais, respeitando o processo autárquico em conformidade com os parâmetros da Constituição angolana e não de modo "partidário e débil como se tem registado".

"A implementação das autarquias devolverá o poder ao cidadão e irá promover novos autores sociais e políticos que deverão ser uma lufada de esperança para os angolanos dos 164 municípios. Por isso, o processo não pode ser encarado numa perspectiva partidária, mas numa visão participativa e seriamente democrática, envolvendo todos de forma igual", disse.

Disseram ainda que discordam da forma "dilatória" de como as autarquias têm sido tratadas na Assembleia Nacional (AN), onde, segundo aquelas ONGs, são priorizados diplomas de menos importância como é o caso da "Lei do Transplante e a Lei do Agente Encoberto, deixando de fora as reais necessidades do país".

"Nota-se claramente a falta de interesse por parte das autoridades competentes em institucionalizar as autarquias locais em Angola", auguraram.

Por esse motivo, apelaram à AN a dedicar primeiro trimestre do ano em curso à aprovação do pacote legislativo autárquico de modo a ser consolidado o direito constitucional.

"Queremos que, no mesmo período em que for aprovado o pacote autárquico, que se deve também se produzir o cartão de município, que tem de ser feita por uma comissão interministerial sob coordenação do MAT", pediram.

Por último, referiram que, para a efectivação das autarquias locais, se deve ter em conta o princípio de universalidade e o de igualdade do cidadão, como está plasmado nos artigos 22.º e 23.º da Constituição da República de Angola.

Associações prometem manifestar-se no dia 23 de Janeiro Responsáveis das seis organizações apartidárias sem fins lucrativos disseram que, no dia 23 do corrente mês, vão levar a cabo uma série de manifestações ao portão sul da Assembleia Nacional contra os vícios que enfermam o pacote legislativo autárquico.

"Este mês, enquanto os deputados estiverem na sala do plenário da AN a discutir sobre os vários projectos de lei, nós, os cidadãos abnegados, vamos nos manifestar", garantiram.

## 5.7 Eleições Autárquicas já e para todos? O MPLA deixa?

*Jornal Folha 8*

*18 De Janeiro de 2020*

Um grupo de jovens de organizações cívicas angolanas anunciou uma manifestação para 23 de Janeiro em frente ao Parlamento angolano “contra os vícios” do pacote legislativo autárquico”, exigindo que seja aprovado no primeiro trimestre de 2020. Como habitualmente o MPLA ou não lhes responderá ou, em alternativa, mandará a resposta na ponta dos bastões da Polícia.

Denominados “Jovens Pelas Autarquias”, que apresentaram hoje, em conferência de imprensa, a sua posição sobre o processo autárquico, cujas primeiras eleições estão previstas para 2020, exigem que as autarquias sejam realizadas nos 164 municípios angolanos.

Segundo Scyth Kambolo, coordenador da Plataforma Cazenga em Acção (PLACA), um dos promotores da conferência, as organizações cívicas fizeram sugestões e propostas sobre as “várias incongruências” que constam do pacote autárquico e “não tiveram qualquer respaldo das autoridades”.

As sugestões e propostas “foram previamente entregues aos grupos parlamentares, ao Titular do Poder Executivo, em Abril de 2019, e até ao presente momento não tiveram retorno destas autoridades, mesmo estando, nós, no chamado novo tempo”, disse.

Os jovens, que já se manifestaram em Abril e Agosto passados em frente ao Parlamento angolano para alertar a classe política sobre a inclusão da cidadania no processo autárquico, reprovam igualmente a “forma dilatória” como o processo autárquico tem sido tratado no Parlamento.

Para o líder da PLACA, que apresentou a posição conjunta dos jovens sobre o processo autárquico, as autarquias correspondem à devolução do poder aos cidadãos, por isso, observou, condenam “o modo partidário e rigidamente institucional como o Ministério do Território está a abordar a questão autárquica”.

“Nas perspectivas jurídica e económica, ignora-se a importância da descentralização administrativa e da proximidade dos serviços sociais básicos dos cidadãos, que as autarquias proporcionarão”, adiantou.

As eleições autárquicas estão previstas para 2020 (tudo depende do que o MPLA entender que é melhor para esmagar a Oposição) e, nas discussões, o Governo defende gradualismo no processo, enquanto a Oposição quer autarquias em simultâneo nos 164 municípios angolanos.

As leis orgânicas sobre as eleições autárquicas e a organização e funcionamento das autarquias locais e a lei da tutela administrativa das autarquias locais são, até agora, os três diplomas já aprovados pelo Parlamento dos 10 que compõem o pacote legislativo autárquico.

O Parlamento agendou para 23 de Janeiro a primeira reunião plenária de 2020 e dos 12 pontos que serão discutidos não consta nenhum sobre o pacote legislativo autárquico.

Os jovens defendem que as questões autárquicas, “mais fracturantes sejam resolvidas pelas lideranças partidárias, parlamentares e extraparlamentares” em vez de “confinar questões tão importantes ao plenário de uma Assembleia que se auto-legitima”.

Os “Jovens Pelas Autarquias” entendem que a efectivação do processo deve ter em conta os princípios da universalidade e igualdade do cidadão, previstos na Constituição, augurando que o pacote legislativo seja aprovado no primeiro trimestre de 2020.

“Apelamos que no dia 23 de Janeiro, enquanto os deputados estiverem no plenário da Assembleia Nacional a discutirem sobre as várias propostas de lei, nós, os cidadãos abnegados dessa pátria, estaremos no portão sul do Parlamento a protestar contra os vícios do pacote legislativo autárquico”, pediram.

Por sua vez o coordenador do Projecto Agir, organização sociedade civil angolana, considerou hoje que a convocação de eleições autárquicas em 2020 vai traduzir-se na “inauguração de uma nova ética republicana” e espera que o Presidente da República “cumpra a promessa”.

“Quanto à ideia de haver eleições em 2020, não é uma questão de crença, mas sim de inaugurarmos uma nova ética republicana pautada pelo princípio do cumprimento e a honra da palavra dada”, afirma Fernando Gomes.

Segundo o líder cívico, João Lourenço “deve mostrar que inaugurou um novo momento do cumprimento da palavra dada”.



Para Fernando Gomes, que apontou a necessidade da aprovação do pacote legislativo autárquico até Março de 2020, Angola precisa de “uma República de cidadãos e não de militantes”.

O MPLA, partido no poder em Angola desde a independência, disse na sexta-feira passada, que “não tem medo” das eleições autárquicas, previstas para 2020, afirmando ser “o mais interessado do processo”.

“Nas eleições de 2017, dos 164 municípios do país o MPLA ganhou 156, isto é para ter medo? O MPLA é um partido de consenso, é uma máquina que trabalha, prepara muito bem, não tem medo”, afirmou o presidente do grupo parlamentar do MPLA, Américo Cuononoca.

Em relação ao posicionamento do líder parlamentar do MPLA, Fernando Gomes aplaudiu, afirmando que as autarquias “não são para serem temidas, mas para serem efectivadas por serem um direito garantido ao cidadão”.

“E pensamos que o jogo não devia ser do medo ou não, temos que ter pressa porque as autarquias são coisas para ontem, então, é bom que elas sejam efectivadas nos 164 municípios”, rematou.

Para o presidente do grupo parlamentar da UNITA, o maior partido da oposição que o MPLA (ainda) permite que exista, Liberty Chiyaka, as autarquias “são um compromisso do Estado que deverá ser assumido”, referindo que “existe tempo e vontade política para as pessoas consertarem”.

“Independentemente dos interesses de grupos e partidários há um interesse nacional a salvaguardar, a defesa da democracia e realização da dignidade da pessoa. Acho que há sim esta abertura, o ambiente de trabalho e pelo que senti hoje há sim esta vontade”, disse.

Por seu lado, o líder parlamentar da CASA-CE, Alexandre Sebastião André, manifestou crença que as eleições autárquicas decorram em 2020, porque o país “precisa de uma democracia real e não apenas nominal”.

Já o presidente e deputado do PRS, Benedito Daniel, disse que o seu partido já trabalha com vista às primeiras eleições autárquicas do país por ser “um ponto assente” que elas se realizam no decurso de 2020. “Em nenhum momento as eleições autárquicas foram anuladas”, disse.

Recorde-se que, ainda como Presidente da UNITA, Isaías Samakuva colocou o dedo na ferida ao afirmar que “nos círculos do poder, a euforia à volta das

autarquias abrandou de tal forma que os angolanos começaram a duvidar da vontade política do Estado de implementar as autarquias em 2020”.

Relembre-se também que o processo de preparação para a prometida concretização de autarquias locais em Angola está em curso e poderá estar concluído até 2021, anunciava em 15 de Novembro de 2016, em Luanda, o então vice-Presidente de Angola.

Manuel Vicente discursava na abertura do IV Fórum dos Municípios e Cidades de Angola, uma organização do Ministério da Administração do Território, subordinado ao tema “Finanças Locais como Instrumento de Desenvolvimento Económico”.

Angola ainda não realizou as primeiras eleições autárquicas no país, perante as críticas da oposição, face à demora e ausência datas concretas. É claro que, também nesta matéria, a Oposição em “lato sensu” julga que Angola é aquilo que não é: um Estado de Direito Democrático.

## 5.8 Protesto a favor das autarquias «barrado» com detenções de manifestantes e jornalistas

*Novo Jornal*  
24 De Janeiro de 2020

A Polícia Nacional deteve na manhã desta quinta-feira, 23, uma dezena de jovens manifestantes que nas imediações do Parlamento pretendiam protestar a favor da implementação das autarquias nos 164 municípios do país.

Para além dos cidadãos que realizam protestos periódicos à entrada da Assembleia Nacional, foram também detidos dois jornalistas da agência Lusa.

Durante as primeiras horas da manhã, um forte cordão policial esteve de plantão nas principais vias de acesso à «casa das leis» e zonas adjacentes, sendo efectuadas revistas às pessoas que ali circulavam.

O reporter deste jornal, que chegou momentos depois da detenção, foi interpelado e revistado em duas ocasiões, por diferentes efectivos. Alguns operativos estavam à paisana.

Seis organizações da sociedade civil convocaram a manifestação por não estarem satisfeitas com o ritmo de aprovação do pacote legislativo autárquico. Ao todo, o pacote é constituído por dez leis, mas só metade foi aprovada até agora.



Os membros do movimento autodenominado "Jovens pelas Autarquias" estão exigir aos deputados que acelerem o passo e aprovelem o pacote legislativo autárquico até ao final do mês de Março. "Queremos dizer aos deputados que é chegado o momento dedicarem toda a atenção ao pacote autárquico, sem mais dilação", afirma Fernando Gomes, coordenador do projecto AGIR, um dos organizadores da manifestação, numa conferência de imprensa.

## 5.9 Quem tem medo das eleições autárquicas em Angola?

*Novo Jornal*

*24 De Janeiro de 2020*

O ano que agora começa ficará registado nos anais do nosso Estado Democrático e de Direito. Pela primeira vez depois da consagração das autarquias locais [artigo 214.º] na Carta Política de 2010, tudo indica que o país vai realizar as primeiras eleições municipais. É o início de uma nova página na história da nossa jovem democracia.

As autarquias são pessoas colectivas territoriais correspondentes ao conjunto de residentes em certas circunscrições do território nacional e que asseguram a prossecução de interesses específicos resultantes da vizinhança, mediante órgãos próprios representativos das respectivas populações. Elas têm - segundo o disposto no artigo 219.º da Constituição de Angola - "atribuições nos domínios da educação, saúde, energias, águas, equipamento rural e urbano, património, cultura e ciência, transportes e comunicações, tempos livres e desportos, habitação, acção social, polícia municipal [ ... ] defesa do consumidor e saneamento básico".

Este modelo, que durante anos parecia ter sido atirado para as calendas gregas, vai alterar o paradigma de governação em Angola e permitir que várias localidades sejam controladas por forças políticas da oposição - a contragosto do MPLA. Com a sua efectivação, maior será a proximidade entre municípios e governantes, fazendo com que os problemas que afligem a vida das pessoas de uma determinada circunscrição municipal possam merecer um tratamento célere e eficiente a nível da estrutura local.

Foi gerado -é certo- um debate aceso entre as forças políticas sobre o modelo mais acertado a ser posto em prática nas autarquias locais em Angola. É o Ministério da Administração do Território e Reforma do Estado, de forma acertada, realizou vários encontros com especialistas vindos de Cabo Verde, Moçambique, Rwanda, Portugal e Brasil para colher

experiências desses países em matéria de Poder Local. Não menos importante foi o trabalho de auscultação pública levado a cabo em todo o território nacional que juntou sociedade civil, académicos, entidades religiosas cujo resultado se traduziu na elaboração do Pacote Legislativo Autárquico.

Não existe um pingão de dúvida quanto aos inúmeros ganhos que haverá com a efectivação pela primeira vez das autarquias em Angola. Depois de muitos e longos anos de "absolutização do poder", muitas tarefas que antes se encontravam sob a responsabilidade do poder central poderão ser libertadas. Mas é uma ingenuidade e um erro pensar que elas vão servir de panaceia para a resolução dos problemas estruturais que afectam o nosso país.

### GRADUALISMO

Jorge Bacelar Gouveia, no livro *Direito Constitucional de Angola*, considera que, no tocante à Administração Autárquica, o legislador constitucional cobriu-se de cautelas, porventura excessivas, porque o princípio do gradualismo, em vez de possuir uma dimensão territorial, tem uma dimensão material e institucional, possibilitando a criação de mini-autarquias (Gouveia, 2014, pág.644). É legítima a tese expandida por este autor, mas penso que o debate em torno do gradualismo geográfico ou funcional à luz da realidade angolana é um exercício de *wisful thinking*.

Se analisarmos bem, vários países que já possuem uma longa tradição no domínio da institucionalização do poder local começaram a implementar as autarquias de forma paulatina, para que não fossem cometidos erros. Um exemplo eloquente é Moçambique, cujo princípio do gradualismo foi tido em linha de conta na génese da sua criação, bem como na transferência de competência do Estado para as autarquias. O outro caso passível de comparação no que ao elemento gradual diz respeito é a União Europeia. O que começou como um projecto formado por seis países [Alemanha, Bélgica, França, Itália, Luxemburgo e países Baixos], se foi alargando de forma progressiva e hoje é constituído por 27 Estados-membros com excepção do Reino Unido, que anunciou o seu divórcio na conhecida novela do Brexit.

Em política, o bom senso é fundamental. Além disso, se alguns dirigentes deixassem de lado a mesquinhez e o tacticismo, que parece caracterizar o espectro político nacional, prestando a devida atenção ao Relatório sobre Pobreza Multidimensional que foi apresentado em Novembro de 2019 pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), 65 dos 164 municípios do nosso país apresentam índices elevados de

pobreza, o que significa que nessas localidades onde a mão do Estado falha (ou) de forma escandalosa não há condições para a realização de eleições autárquicas. Uns afirmam que, se o processo for conduzido nos moldes em que foi estabelecido, vão aumentar as assimetrias regionais. julgo que não é uma opinião correcta, porque o Governo tem como objectivo a execução das autarquias em todo o território nacional.

#### PACOTE LEGISLATIVO AUTÁRQUICO

A Assembleia Nacional aprovou vários diplomas legais sobre as autarquias locais, de entre os quais podemos referenciar a Lei Orgânica sobre as Eleições Autárquicas, documento que define as regras estruturantes relativas à eleição dos órgãos executivos e deliberativo das autarquias e

garante o efectivo respeito ao princípio da autonomia local. Foi igualmente aprovada a Lei da Tutela Administrativa sobre as Autarquias Locais. Por aprovar, faltam os seguintes documentos que, entretanto, já se encontram na Casa das Leis: Lei das Finanças Locais, Lei da Transferência de Atribuições e Competências do Estado para as Autarquias Locais, Lei sobre a Institucionalização das Autarquias, Lei sobre o Regime Geral da Cooperação Interautárquica, proposta de Lei sobre os

Símbolos das Autarquias Locais, proposta de Lei sobre o Regime e Formulário dos Actos da Autarquia Local e a proposta de Lei que aprova o Estatuto dos Eleitos Locais.

Esperamos, finalmente, que as primeiras eleições autárquicas decorram num ambiente de tranquilidade e sejam pautadas por regras democráticas tais como transparência, urbanidade e lisura, contribuindo assim para a consolidação do Estado Constitucional de Direito em Angola:

#### EXCERTOS QUE DEVEM ESTAR EM DESTAQUE:

« Depois de muitos e longos anos de "absolutização do poder", muitas tarefas que antes se encontravam sob a responsabilidade do poder central poderão ser libertadas. »

ü « É um erro pensar que as autarquias locais vão servir de panaceia para a resolução dos problemas estruturais que afectam o nosso país.»

(\*\*) Salomão Abílio, 24 anos / Estudante de Direito Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto (FD/UAN).

## 5.10 Lei obriga afastamento de sobas “fantasmas”

*Jornal de Angola*  
27 de Janeiro de 2020

A aprovação da Proposta de Lei sobre as Instituições do Poder Tradicional vai permitir um cadastramento de quem são realmente as autoridades tradicionais que merecem essa dignidade, afirmou o presidente do Grupo Parlamentar do MPLA, Américo Cuononoca.

O diploma vai à votação final global na reunião plenária marcada para o dia 23, a primeira deste ano.

“Esta Lei vai permitir que existam autoridades tradicionais que obedeçam a esses pressupostos. Ter um território, população e também ser entronizado ou investido de acordo com a própria tradição”, sublinhou o parlamentar, no final da reunião dos líderes dos grupos parlamentares.

O poder tradicional, disse, é regido por normas consuetudinárias, que não podem colidir nem lesar a dignidade da pessoa humana, acrescentando que a maior parte da população angolana está no campo e lá o que rege é a cultura, a tradição e as normas ancestrais.

A directora nacional das Comunidades e Instituições Tradicionais do Ministério da Cultura, Rosa Melo, informou que o Estado controla actualmente 40.075 autoridades tradicionais, com quem gasta, mensalmente, 800 milhões de kwanzas em subsídios.

“A Lei, obviamente, por si só, poderá peneirar, de algum modo, as ditas autoridades fantasmas. A Lei também vai ajudar a verificar quem são e quem não são, quem é legítimo e quem não é”, sublinhou a responsável.

Rosa Melo reconhece que há muito mais autoridades tradicionais além das 40.075 que são subsidiadas. “Há muito mais. Algumas vão trabalhando mas não são subsidiadas. É muita autoridade e o peso para o Estado é enorme, na medida em que mensalmente o Estado gasta cerca de 800 milhões de kwanzas para subsidiar o trabalho das autoridades tradicionais”, frisou.

A proposta foi submetida à consulta pública de académicos, estudantes e autoridades tradicionais., no ano passado, antes de ser remetida à Assembleia Nacional.

O diploma tem 30 artigos e visa definir a natureza jurídica e o enquadramento das instituições do poder tradicional na materialização das suas atribuições, regras e limites de actuação no relacionamento com

os órgãos e serviços administrativos do Estado, bem como o estatuto das autoridades tradicionais.

A directora nacional das Comunidades e Instituições do Poder Tradicional do Ministério da Cultura, Rosa Melo, reconhece que é a primeira vez que se senta para se legislar e encontrar um modo de o Estado articular as actividades desenvolvidas pelas instituições do poder tradicional.

De acordo com a responsável, vários pontos se destacam, com realce para a demasiada dependência financeira das autoridades tradicionais do próprio Estado, situação que deve ser revista na Lei, e a indumentária actual que não reflecte a diversidade cultural do país.

“Vamos ter que evidenciar, ressaltar e resgatar a nossa cultura. Temos uma Angola multiétnica e cada região é rica do ponto de vista de indumentária e penteados que têm que ser reflectidos na postura e na apresentação das próprias autoridades tradicionais”, ressaltou.

A reunião plenária do dia 23 prevê igualmente a votação final global das Propostas de Lei das Acções Encobertas para Fins de Prevenção e Investigação Criminal, da Identificação ou Localização Celular e da Vigilância Electrónica para Fins de Prevenção e Repressão Criminal, das Áreas de Conservação Ambiental, da que Altera o Código dos Valores Mobiliários, e da que Autoriza o Banco Nacional de Angola a emitir e pôr em Circulação uma Nova Família de Notas do Kwanza.

Os deputados vão ainda votar, na generalidade, as Propostas de Lei da Expropriação por Utilidade Pública e da Requisição Civil. Está igualmente prevista a votação de Projectos de Resolução que aprovam a substituição de membros indicados pelo MPLA nas comissões provinciais e municipais eleitorais, bem como o Projecto de Resolução que aprova o Orçamento da Assembleia Nacional para o exercício económico de 2020.

## 5.11 Autoridades tradicionais informadas sobre o PIIM

*Jornal de Angola*

*31 De Janeiro de 2020*

*Autor: Valter Gomes*

O Programa Integrado de Intervenção dos Municípios (PIIM) prevê para o município do Puri, na província do Uíge, várias acções, com destaque para a asfaltagem e sinalização das ruas do casco urbano, reabilitação das vias terciárias, construção de

pontes, salas de aula, centros e postos de saúde, bem como a melhoria do saneamento básico e a conclusão de obras não acabadas no ano passado.

Estes dados foram tornados públicos durante a reunião convocada pela Administração Municipal para dar a conhecer às autoridades tradicionais as acções em curso na região, no âmbito do PIIM.

O presidente da Associação das Autoridades Tradicionais do Puri, Clemente João da Silva, considerou a melhoria das estradas e pontes um factor fundamental para o desenvolvimento do município e o bem estar da população, visto que vai permitir o escoamento de produtos agrícolas, circulação de pessoas e instalação de vários serviços nas localidades, com destaque para os centros e postos de saúde e escolas.

A autoridade tradicional defende a intervenção urgente nas vias que ligam as regedorias do Kinzamba até Kimuinga, com 30 quilómetros, desde a sede do Puri ao município de Cangola, de Calumbo, com a regedoria do Quibaba, até ao município do Bungo, bem como das pontes mais degradadas.

Considerou as referidas localidades zonas estratégicas do município, sobretudo no domínio da agricultura, pescas, bem como nas trocas comerciais. “Queremos maior apoio aos camponeses, sobretudo em máquinas de lavoura e instrumentos básicos, como enxadas, catanas, limas, motobombas e sementes melhoradas, para alargar o nível de produção agrícola”.

Segundo o soba grande, o Puri tem terras férteis e uma população que produz essencialmente mandioca, ginguba, batata doce e rena, gergelim, milho, feijão e abóbora, todavia os camponeses sentem dificuldades no escoamento dos produtos, devido ao mau estado das estradas.

Associações de camponeses

O soba Clemente João da Silva considerou o PIIM um instrumento que vai minimizar os problemas e melhorar as condições de vida da população.

Pediu à Administração Municipal no sentido de primar por uma gestão transparente, melhorando os mecanismos de fiscalização, para que a população beneficie das acções previstas no referido programa.

Defendeu também a necessidade da melhoria do abastecimento de água potável nas comunidades, instalação de energia eléctrica, através de grupos geradores ou painéis solares, de moagens, visto que a falta destes serviços cria embaraços ao bem-estar das famílias.

A falta de um posto de identificação civil na sede do município e de uma agência bancária cria dificuldades à população, sobretudo aos funcionários, comerciantes, autoridades tradicionais e empresários. A nível do município estão controlados 219 autoridades tradicionais, 24 regedores e seus adjuntos e 130 sobas e seus auxiliares, distribuídos em 219 aldeias.

## 6. URBANISMO E HABITAÇÃO

### 6.1 Algumas obras públicas têm vida curta por falta de boas fundações

*Jornal de Angola*

*3 De Janeiro de 2020*

*Autor: Augusto Cuteta*

As más fundações feitas na construção de edifícios públicos e privados, por falta de estudos dos solos, são uma das principais anomalias registadas pelo Instituto Nacional de Obras Públicas (INOP) até ao início do quarto trimestre do ano passado.

O chefe do Departamento de Regulamentação Técnica do INOP, João Carlos Pereira, que prestou, recentemente, a informação ao Jornal de Angola, realçou que a instituição tem constatado que boa parte dos empreiteiros não faz estudo dos solos, por indisponibilidade de técnicos especializados.

Segundo o responsável, há empresas que, mesmo não dispendo de especialistas para realizar um estudo dos solos, dificilmente fazem recurso ao Laboratório de Engenharia de Angola (LEA), para as ajudar na realização da tarefa, preferindo fazer obras sem ter em conta aquele pressuposto fundamental na construção.

Em função disso, o chefe do Departamento de Regulamentação Técnica do INOP lamentou o facto de, pouco tempo depois, edifícios, construídos sem um estudo dos solos, acabarem por apresentar problemas nas suas fundações, causando fissuras.

João Carlos Pereira revelou que uma outra anomalia tem a ver com a aplicação dos materiais a nível dos edifícios ou nouro tipo de obras. Por isso, o responsável assegurou que trabalhos de sensibilização vão ser levados a cabo junto das construtoras para inverter esse quadro.

Além disso, o chefe do Departamento de Regulamentação Técnica do INOP disse que há necessidade de revisão das intervenções dos operadores, com base nos regulamentos ou normas existentes, para que sejam respeitadas as normas de aplicação dos materiais.

O responsável salientou que, em função do tipo da anomalia, o INOP pode embargar uma obra, se for grave, ou orientar que se faça uma reparação ao problema, caso seja algo de fácil resolução.

“Anomalia pode acontecer em todo o tipo de obras e afectar quer edifícios públicos, quer privados, sendo que a nossa acção de fiscalização tem o mesmo peso para qualquer uma delas”, realçou João Carlos Pereira.

#### Obras em seguimento

O Instituto Nacional de Obras Públicas, criado a 9 de Abril de 2018, com base no Despacho Presidencial 90/18, está a fazer o acompanhamento de algumas obras, em termos de fiscalização, com destaque para o Centro Político Administrativo de Cabinda, o troço rodoviário Bibala-Lola e a construção de 450 casas económicas no Distrito Urbano do Sequele, município de Cacuaco, província de Luanda.

Além dessas empreitadas, o INOP está a preparar uma intervenção de fiscalização das obras do Palácio do Governo Provincial do Bengo e, ainda na mesma província, o acompanhamento de projectos nos sectores da Saúde e da Educação, e também na Barra do Kwanza, município de Belas, província de Luanda.

O INOP já executou trabalhos de fiscalização em obras de administrações municipais das províncias de Luanda e do Bié, sendo que, na última, fiscalizou, igualmente, a execução dos edifícios da Assembleia Nacional, da sede do governo e do Museu da Embala.

Na província do Moxico, o INOP acompanhou a execução da sede do Serviço de Registo Civil e Notariado e, em Cabinda, os trabalhos realizados nos edifícios sede do Governo provincial e do Comando local da Polícia Nacional. Já nas províncias de Malanje e do Cuanza-Norte, o instituto garantiu a qualidade das obras dos palácios dos governos provinciais.

#### Promover o instituto

O INOP é uma instituição nova. Por isso, João Carlos Pereira avançou que a sua direcção vai apostar, este ano, na divulgação da missão do instituto do Ministério da Construção e Obras Públicas, para que os operadores do sector possam conhecê-lo mais e melhor.

O chefe de departamento realçou que o INOP está vocacionado para elaborar normas e regulamentos, conceber e elaborar projectos, fiscalizar obras da administração pública, supervisionar a qualidade e avaliar critérios de elaboração de projectos e técnicas de execução de obras de construção civil.

João Carlos Pereira assegurou que a grande diversidade do corpo técnico (engenheiros, arquitectos, desenhistas projectistas, economistas,



etc.) e a experiência profissional de cada especialista permitem que o instituto realize várias actividades nas áreas da sua competência.

## 6.2 Centralidade tem “lotação esgotada”

*Jornal de Angola*

*Autor: Delfina Victorino*

*6 de Janeiro de 2020*

Na entrada para o município do Cuito, pela Estrada Nacional 240, que liga as províncias do Huambo e Bié, está localizada a centralidade “Horizonte”, cujos edifícios de cores roxa, creme e laranja saltam à vista.

Três anos após a inauguração, o número elevado de assaltos às residências constitui a principal preocupação dos moradores. Inesperadamente, o sonho da casa própria veio acompanhado pelo permanente sobressalto, ante o sentimento de insegurança, sobretudo nos últimos meses.

A inquietação é partilhada pela gestão da centralidade “Horizonte”, como o confirma o administrador Henriques Arsénio. Com designação ainda provisória, a urbanização “Horizonte” está actualmente lotada por moradores provenientes dos diferentes municípios e mesmo de outras províncias do país. O projecto habitacional veio suprir a carência de muitos cidadãos que enfrentavam o problema da falta de residência.

O responsável máximo da centralidade revelou que 20 mil habitantes ocupam as 2.830 habitações da urbanização da cidade do Cuito. O preenchimento das casas foi precedido de candidaturas, feitas em duas modalidades, tendo em conta a capacidade financeira do cidadão.

Assim, os moradores que optaram pelo sistema de renda resolúvel pagam mensalmente 39 mil Kwanzas, enquanto quem arrendou sem opção de compra desembolsa 12.500 Kwanzas.

A centralidade, erguida pela empresa construtora “Kora-Angola”, apresenta situações que têm merecido queixas, como falta de passeios e jardins, nos arredores das casas duplex, edifícios e moradias.

Henriques Arsénio reconheceu que a falta de passeios e jardins não deveria ser da responsabilidade dos moradores. Porém, exortou-os a colaborar para melhorar a imagem da urbanização.

Ravinas preocupam

A falta de zonas verdes e passeios à volta dos edifícios, em várias quadras, está a permitir o surgimento de pequenas ravinas ao redor das estruturas, facto que preocupa os moradores, como confirma o administrador.

“O surgimento de ravinas ao redor dos edifícios é fruto da falta de jardins e passeios, que não foram colocados durante a construção”.

Henriques Arsénio salientou que a administração está preocupada com o surgimento destas ravinas, uma vez que podem causar transtornos graves.

De forma preventiva, está a ser realizado um trabalho de sensibilização dos moradores.

“A província do Bié possui terreno arenoso, o que facilita o surgimento de ravinas. Por isso, os jardins ao redor dos edifícios são necessários, tendo em conta a profundidade dos edifícios da centralidade”, afirmou. Henriques Arsénio.

Lembrou que a centralidade não é orçamentada, razão pela qual não possui recursos financeiros que lhe permitiriam colocar passeios e jardins ao redor dos edifícios. Acrescentou que o projecto “Horizonte” do Cuito foi entregue aos moradores sem acabamentos, com realce para a falta de mosaicos e azulejos em todos os apartamentos, duplex e moradias.

Em relação às licenças para modificação dos apartamentos, Henriques Arsénio lembrou a obrigatoriedade do pagamento de uma taxa, para a execução de acabamentos internos.

Sobre a designação da urbanização, a gerência, em colaboração com os moradores e o Governo do Bié, estão a criar mecanismos para a escolha de um nome, dentro da Toponímia.

Para dar vazão às preocupações dos moradores, a administração da centralidade possui um gabinete do Fundo Habitacional, que tem recebido informações e reclamações dos moradores. As queixas estão ligadas, sobretudo, à gestão dos descontos das residências.

Novos edifícios vão gerar 398 moradias

O Governo da Província do Bié tem o controlo das estruturas públicas existentes em todos os municípios, segundo o director do Gabinete Técnico e Infra-estruturas. Abel Guerra Paulo revelou que novos edifícios, dentro do projecto adjudicado à Kora-Angola, vão estar em construção, para aumentar a centralidade do Cuito, tendo em conta a procura na região.

“Está prevista a construção de mais edifícios, com 398 moradias, entre apartamentos, duplex e vivendas, para beneficiar cidadãos que ficaram de fora na primeira fase. A empresa construtora Kora-Angola está, nesta altura, a aprovisionar os materiais”, considerou.

O estado técnico das centralidades garante segurança e estão acautelados aspectos com as empresas construtoras, afirmou.

“A fiscalização das obras a serem executadas vai ser mais eficaz, comparativamente aos anos anteriores, para evitar danos posteriores”.

Abel Guerra referiu que, na província do Bié, somente os municípios do Cuito e Andulo têm centralidades. Nas restantes localidades foram construídos fogos habitacionais. O director do Gabinete Técnico e Infra-Estruturas revelou ainda que a construção de mais 500 casas, no Cuito, estão na sua fase final.

Em relação às ravinas que surgem ao redor dos fogos habitacionais e centralidades, Abel Guerra disse que a prevenção e combate estão devidamente acautelados.

Insegurança e outras queixas

Os moradores da centralidade “Horizonte” lamentam o elevado número de assaltos, registados nos últimos meses e em vários períodos, e solicitam o reforço da vigilância policial.

Filipina Figueiredo, de 28 anos, funcionária pública moradora da centralidade há 8 meses, disse que os principais transtornos são o saneamento básico e a falta de segurança. “Estas duas situações mexem com a nossa tranquilidade aqui na centralidade. Quer de dia, quer de noite não temos segurança”, lamentou.

A falta de casa própria levou Manuel Sassolo, de 30 anos, funcionário público, a aderir à centralidade, onde vive há um ano e seis meses. “Sem casa própria, a oportunidade que surgiu foi aqui e não hesitei”, disse.

Apesar das dificuldades apontadas, o facto de haver água e energia de forma permanente satisfaz os moradores, como o confirma Manuel Sassolo.

“A água e a energia estão no sistema pré-pago, facto que ajuda os moradores a economizar as suas finanças”, disse.

O mau estado dos esgotos, os amontoados de lixo, a falta de lugares de lazer e campos desportivos são outras preocupações dos moradores, assim como o custo da habitação.

António Lussaty, de 35 anos, revelou que vivia em casa de aluguer, na zona periférica. Acredita que o sistema de pagamento da renda resolúvel deve ser reavaliado, face à actual situação financeira.

Outra moradora da centralidade, Conceição Ngola, 45 anos, síndica da quadra 16, afirmou que o sistema pré-pago de água foi uma surpresa para os moradores da centralidade. Garantiu, no entanto, que existe uma relação saudável com a administração da urbanização.

“Estamos muito preocupados com o elevado preço das residências, porque, face à actual situação de crise financeira, fica muito difícil honrar os compromissos relativos aos pagamentos mensais. Por outro lado, a falta de segurança tem criado muitos transtornos aos moradores”, salientou.

### 6.3 Falta quase tudo

*Jornal de Angola*

*6 de Janeiro de 2020*

*Autor: José Chaves*

A centralidade do Andulo, de no Bié, foi inaugurada a 8 de Março de 2018, à luz do projecto traçado pelo Executivo e que se enquadra no Programa Nacional de Habitação. Tem, nesta primeira fase, apenas 172 habitações, das mil inicialmente previstas. 144 são apartamentos, 14 moradias térreas e outras 14 residências de dois pisos. Uma rede de energia, abastecida a partir de um grupo gerador, alimenta o complexo, que dispõe de um sistema de água e outro de tratamento de resíduos.

Os municípios aguardam ansiosos pelo arranque da segunda fase, cuja data ainda se desconhece. A centralidade resulta do programa “Meu Sonho, Minha Casa”, erguida em parceria com a construtora Kora Angola.

Entretanto, a carência de bens e serviços preocupa os moradores. Entre as principais queixas destacam-se a falta de centros infantis, jardins de infância, centro de saúde, mini-mercados e uma escola do ensino primário do I ciclo.

Maria Helena, 45 anos, é moradora e diz percorrer longas distâncias para levar as crianças à escola. “O aspecto que mais nos preocupa é a educação, porque aqui, na centralidade, ainda não foi construída uma escola primária”, referiu.

Domingos António, professor do ensino secundário no Andulo e um dos moradores da centralidade, disse que a falta de centros infantis, jardins de infância e centro de saúde cria problemas.

O município disse igualmente que estas preocupações têm de ser resolvidas o mais rápido possível, devido ao número de pessoas que habita na centralidade.

O professor sublinhou que a centralidade, neste momento, já tem mais de mil habitantes. “E onde existe este número de habitantes não pode deixar de existir, pelo menos, um posto médico”, disse.

Antónia Silepo, outra moradora, disse, por seu lado, que a zona habitacional também carece de segurança. “Este problema é o da ausência de uma Comissão de Moradores faz com que qualquer indivíduo entre e retire o que encontrar”. O município do Andulo fica a 130 quilómetros do Cuito, capital da província do Bié. Tem uma superfície de 10.700 quilómetros quadrados e uma população de 250 mil habitantes.

#### Qualidade das habitações

A qualidade do material usado na construção das centralidades do Cuito e do Andulo tem deixado reticentes moradores. Algumas moradias já apresentam rachas nas paredes e no tecto, infiltração de água na época das chuvas e cheiro nauseabundo das fossas em alguns períodos do dia.

O facto de não merecerem acabamentos, como mosaicos e azulejos, também leva moradores a questionarem o valor das casas e o tempo útil estabelecido pelo construtor.

“Estas casas foram construídas sem vigas, pilares e cabocos. Como pode um edifício sobreviver assim por mais de 25 anos, numa província onde o clima é húmido e com chuvas regulares?”, inquiriu o morador José Sebastião.

O nosso interlocutor argumentou ainda que algumas moradias da centralidade do Cuito foram concluídas em 2012 e entregues cinco anos depois, o que pode estar associado às rachaduras verificais a olho nú.

As moradias foram construídas com painéis pré-fabricados em BCA (betão celular autoclavado), material até então nunca utilizados na construção civil no país.

O facto de as infiltrações de água ocorrerem sempre em época chuvosa e as reparações serem sempre paliativas, nunca definitiva, deixa moradores preocupados, sobretudo quem está a pagar de forma resolúvel.

“Eu pago todos os meses 38 mil kwanzas. Sempre que chove, tenho de ligar para o apoio ao cliente da Kora-Angola e eles vêm. Quando eles deixarem de

dar o apoio técnico, como ficamos”, questionou Adalberto Sumbo.

O Jornal de Angola contactou os serviços de apoio ao cliente da empresa construtora Kora Angola. Foi informado que o cliente pode, se quiser desistir da compra, recorrer ao Fundo Habitacional.

Entretanto, o cliente que adquiriu uma moradia na modalidade renda resolúvel não pode mudar para renda normal, independentemente de como se apresentar a residência. A troca de modalidade de pagamento só pode ser facilitada em caso de mudança da situação financeira do inquilino.

## 6.4 Imogestin desmente venda de habitações

*Jornal de Angola*  
8 de Janeiro de 2020

A Imogestin esclareceu, ontem, em comunicado, que não abriu qualquer processo de candidaturas ou inscrições para a venda ao público de habitações nas centralidades.

A empresa informa que as inscrições se farão logo que seja definido, pelas autoridades competentes, designadamente o Ministério do Ordenamento do Território e Habitação e o Fundo de Fomento Habitacional.

A informação surge em função de notícias postas a circular nas redes sociais sobre uma alegada denúncia pública à Procuradoria-Geral da República, supostamente da autoria de um grupo de trabalhadores da Imogestin, dando conta da existência de candidaturas ou inscrições para aquisição de habitações nas centralidades, antes da abertura oficial das vendas ao público. A Imogestin explica que, nos últimos tempos, tem vindo a ultimar os processos de candidaturas de funcionários afectos a organismos da Administração pública, órgãos de Defesa e Segurança e de empresas públicas e privadas. O processo consiste na recepção e validação de documentos e entrega de chaves, entre outros.

A empresa sublinha que as vendas ao público vão ser realizadas através do portal de candidaturas [www.imocandidaturas.co.ao](http://www.imocandidaturas.co.ao), o qual atribuirá, automaticamente e sem intervenção humana, um número de candidatura sequencial que permite ao cidadão conhecer a sua situação, face ao número de habitações disponíveis.

## 6.5 Cobrança do IPU está em curso até ao fim do mês

*Jornal de Angola*  
9 de Janeiro de 2020

A Administração Geral Tributária (AGT) iniciou a cobrança da primeira prestação do Imposto Predial Urbano (IPU) de 2019 no primeiro dia do ano, num processo que se estende até ao dia 31 de Janeiro, noticiou a Angop.

O IPU, uma contribuição anual devida pelo contribuinte ao Estado pela posse ou usufruto de uma casa, apartamento, moradia ou terreno, pago na repartição fiscal da área de localização do imóvel, com incidência sobre o valor patrimonial ou sobre o rendimento gerado pelo arrendamento.

A fonte cita uma nota da AGT a lembrar que os contribuintes têm a prerrogativa de efectuar o pagamento em duas prestações, se assim o desejarem, devendo a segunda ser paga durante o mês de Julho.

Para os imóveis não inscritos, os titulares devem apresentar a Declaração Modelo 5 do IPU, de modo a que possam inscrevê-lo.

Os imóveis com valor de até cinco milhões de kwanzas estão isentos do pagamento do IPU. Acima deste valor, é apenas pagável a diferença, sobre a qual se aplica uma taxa de 0,5 por cento.

Para a avaliação do valor patrimonial do imóvel pela AGT, são tidos em conta factores como a localização, antiguidade do imóvel, disponibilidade de serviços (água, luz e saneamento básico) e área de construção.

A junção destes coeficientes determina o resultado da avaliação (acima ou abaixo de cinco milhões de kwanzas). De realçar que, em caso de não liquidação anual do IPU, os contribuintes acumulam dívidas fiscais que podem dar origem à instauração de processos de execução fiscal, levando o Estado a cobrar de forma coerciva.

## 6.6 Fundo de Fomento Habitacional afere prontidão para as vendas no Zango 5

*Jornal de Angola*  
9 de Janeiro de 2020  
*Autor: Hélder Jeremias*

O Conselho de Administração do Fundo de Fomento Habitacional (FFH) está empenhado nas

derradeiras averiguações relativas aos pressupostos básicos e necessários para vender residências em projectos habitacionais públicos como o Zango 5, um processo para o qual está prevista a abertura de inscrições para arrendamento e compra (por renda resolúvel) primeira quinzena deste mês.

O Jornal de Angola apurou de uma fonte daqueles serviços que os pormenores técnicos para as inscrições, a serem levadas a cabo por intermédio de um portal na Internet, estão criados para que os candidatos à obtenção de apartamentos e vivendas concorram em igualdade de circunstâncias, mas o anúncio do arranque do processo depende da constatação “in loco”, da existência de infra-estruturas auxiliares.

A fonte revelou o decurso, desde sexta-feira, de trabalhos de campo para a verificação das condições, com equipas que também integram altos responsáveis da Imogestín, empresa responsável pela triagem dos candidatos habilitados ao aluguer e compra dos imóveis, ao que se segue uma conferência de imprensa para esclarecer todos os detalhes em torno do processo.

De acordo com a fonte, o objectivo do trabalho de campo é evitar que os futuros utentes das unidades habitacionais se confrontem com dificuldades inerentes ao incumprimento de determinadas cláusulas contratuais por parte dos empreiteiros, as quais podem resultar em constrangimentos para quem pretende obter casa própria num ambiente mais confortável.

“Enquanto entidade vocacionada para implementar os projectos de desenvolvimento urbanísticos sob tutela do Estado, o FFH procura aferir a qualidade do trabalho levado a cabo pelos empreiteiros, assim como a existência das redes técnicas que configuram garantias para uma boa qualidade de vida dos utentes, ao passo que a comercialização e gestão é uma tarefa exclusiva para empresas especializadas, neste caso, a Imogestín”, frisou a fonte.

Tal facto foi reiterado por um alto funcionário do Gabinete de Comunicação e Imagem da Imogestín, que aproveitou para desencorajar as pessoas que, nos últimos tempos, têm optado por fazer uma campanha de especulação sobre o processo para a obtenção das moradias, tendo aconselhado os interessados a entrarem no portal da empresa na Internet de forma a obter todo o tipo de informação credível. Esta última fonte recordou que apenas estão habilitadas à compra de imóveis (por renda resolúvel), pessoas que ainda não tenham adquirido em processos anteriores. A comercialização das habitações pode ser feita por três modalidades: para o



público, grandes empresas públicas e as grandes empresas privadas.

Durante a curta permanência da nossa reportagem nos escritórios da companhia, foi possível constatar um significativo número de populares que, junto da Secretária da Direcção Comercial da Imogestim, procurava obter todo tipo de informações em torno da tramitação para se habilitar ao concurso público, para o qual a abertura do processo de inscrição (15 de Janeiro) foi anunciada na inauguração da centralidade do Zango 5, em finais de 2020.

A centralidade do Zango 5 foi inaugurada a 19 de Dezembro pelo Presidente da República, João Lourenço, constituindo-se num projecto que, concebido para 47.784 habitantes, tem 7.964 habitações.

Edificada no sudeste da cidade de Luanda, no município de Viana, a Centralidade do Zango 5 inclui moradias isoladas e geminadas do tipo T 3, em edifícios com dois e três pisos. Os primeiros moradores receberam as chaves em Outubro de 2018.

Quando estive no Zango 5, em Dezembro, o Presidente João Lourenço inaugurou, também, uma escola primária com 24 salas de aula, das seis existentes no perímetro, com o que a centralidade conta, no ano lectivo que inicia em Fevereiro, com mais de 11 mil vagas estarão disponíveis.

Está prevista para 2020 a entrada em funcionamento de três escolas primárias e um complexo escolar para alunos da 7<sup>a</sup> à 12<sup>a</sup> classe, um Instituto Politécnico e um Técnico Médio de Saúde.

## 6.7 Contribuintes devem pagar o IPU até 31 deste mês

*Jornal Economia & Finanças*  
10 De Janeiro 2020

A Administração Geral Tributária (AGT) iniciou na última quarta-feira (01) a cobrança da primeira prestação do Imposto Predial Urbano (IPU) de 2019, cujo processo vai até dia 31 deste mês.

O IPU, uma contribuição anual devida pelo cidadão ao Estado pela posse ou usufruto de uma casa, apartamento, moradia ou terreno, deve ser pago na repartição fiscal da área de localização dos imóveis. Este imposto incide sobre o valor patrimonial do imóvel ou sobre o rendimento gerado pelo seu arrendamento.

De acordo com uma nota da AGT, os contribuintes possuem a prerrogativa de efectuar o pagamento em duas prestações, se assim o desejarem, devendo a segunda ser efectuada durante o mês de Julho.

Para os imóveis não inscritos, os titulares devem apresentar a Declaração Modelo 5 do IPU, de modo a que possam proceder à inscrição.

Sempre que possível, a declaração deverá ser acompanhada de documentos que auxiliem na descrição do imóvel, nomeadamente a memória descritiva, a planta do imóvel, a certidão ou o título de propriedade horizontal, o contrato promessa de compra e venda, ou ainda o termo de quitação.

Porém, a ausência dos referidos documentos não impede a inscrição do imóvel, podendo o titular apresentá-los posteriormente. Os imóveis com valor até cinco milhões de kwanzas estão isentos do pagamento do Imposto Predial Urbano. Acima deste valor, é apenas pagável a diferença, sobre a qual se aplica uma taxa de 0,5 por cento.

Para avaliação do valor patrimonial do imóvel, pela Administração Geral Tributária, são tidos em conta factores como a localização, a idade do imóvel, a disponibilidade de serviços (água, luz e saneamento básico) e ainda a área de construção do imóvel. A junção destes coeficientes determina o resultado da avaliação (acima ou abaixo de cinco milhões de kwanzas.

Caso não procedam à liquidação anual do IPU, os contribuintes acumulam dívidas fiscais, que podem dar origem à instauração de um processo de execução fiscal, levando o Estado a cobrar de forma coerciva o imposto em falta.

Na primeira prestação de 2019, a AGT colectou kz 4,7 mil milhões, um aumento de 15 por cento em relação a 2018.

## 6.8 Longonjo aposta na produção de adubo

*Jornal Economia & Finanças*  
10 De Janeiro 2020  
Autor: Adolfo Mundombe

Cerca de 34 mil toneladas de adubo orgânico foram produzidos, no ano passado, pela empresa “Soyadubos”, situada no município do Longonjo, na província do Huambo, apesar da situação de depreciação da moeda nacional.

O presidente do Conselho de Administração da empresa, Sousa Jerónimo, revelou que a fábrica tem



capacidade para produzir 1.600 sacos de 50 quilos (kg) por dia.

Sublinhou que resultante de esforço conjunto, entre colaboradores e os camponeses foi possível atingir a cifra, o que poderá contribuir para o aumento da produção agrícola nas comunidades rurais, principalmente as da região Centro e Sul, numa altura em que a aposta da firma é fazer perceber sobre a importância do uso do adubo orgânico no solo.

“Em 2013 entramos no mercado e os nossos preços continuam os mesmos. Em Dezembro, ajustamos com o aumento de 500 kwanzas, estando o saco de adubo orgânico de 50 quilos a custar três mil”, justificou.

O trabalho de sensibilização, junto das comunidades nos campos agrícolas, tem sido desenvolvido em parceria com as direcções provinciais da Agricultura e a Estação de Desenvolvimento Rural, através de programas traçados sobre a importância do uso de adubo orgânico.

#### Recuperação de 69 km de estrada

A administração do município do Longonjo, na província do Huambo, prevê reabilitar o troço rodoviário que liga a comuna sede com as comunas do Cacuco e Chilata, numa extensão de 69 quilómetros (km) de estrada, no âmbito do Programa Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM).

O administrador municipal Bonifácio Vissetaka disse que, além das acções de recuperação das estradas que ligam as comunas, consideradas críticas, o plano contempla também a construção de um ponto metálico, sobre o rio Caunje, com 22 metros, assim como um posto de saúde, na comuna de Catabola, reabilitação do Centro Materno Infantil municipal, colocação de lances e a requalificação do parque infantil.

Os investimentos, na óptica de Bonifácio Vissetaka, trarão melhoria nas condições de vida das populações, destas localidades que foram, numa primeira fase, as indicadas a serem intervencionadas com base nos projectos elaborados e submetidos a concurso público, dentro das regras constantes do PIIM.

#### Exploração de minério

A exploração de minério, na montanha de Cimbiulundo, vai permitir a criação de dois mil postos de trabalho directo, sobretudo junto da camada mais jovem, tendo sido efectuado, nesta fase, estudos de prospecção no local.

“Numa primeira fase, a empresa seleccionada, em parceria com a Ferrangol, efectuou a prospecção e espera, posteriormente, começar a exploração do minério, que serve para o fabrico de telemóveis e baterias industriais”, sublinhou o administrador.

## 6.9 OGE e Habitação

*Novo Jornal*

*10 De Janeiro de 2020*

AGT arrecada mais de 40 mil milhões com IPU

A Administração Geral Tributária (AGT) arrecadou em 2019, mais de 40 mil milhões de kwanzas resultantes da cobrança do Imposto Predial Urbano (IPU), na vertente património e renda, revelou nesta quinta-feira, em Luanda, uma fonte da instituição.

Segundo o técnico da direcção dos serviços fiscais da AGT, Osvaldo Bravo, em declarações à Rádio Nacional de Angola anunciando a abertura da cobrança este ano da primeira prestação do IPUA AGT espera, este ano, duplicar a cobrança do imposto referente a 2019.

BPC inicia recuperação do crédito malparado

O Banco de Poupança e Crédito (BPC) está a organizar processos para a recuperação do crédito malparado, por via judicial, depois de em 2019 ter-lhe sido reembolsados 47 mil milhões de kwanzas. Esse valor devolvido pelos clientes corresponde apenas a 4,2% da carteira de 1.118 mil milhões de kwanzas em dívida citado pela Angop. Do crédito recuperado o ano passado, 841,1 milhões de kwanzas foram possíveis graças à "Campanha Renascer", dirigida a particulares, com os quais BPC tem renegociado as condições dos empréstimos.

CFM perde mais de 10 milhões de kwanzas

O Caminho de Ferro de Moçâmedes (CFM) perdeu, nos últimos sete dias, 10 milhões e 902 mil kwanzas, devido à suspensão da actividade de transporte de passageiros e mercadorias na localidade de Olivença (Chibia), no troço Lubango/Menongue.

A actividade de transporte de passageiros foi suspensa devido ao rompimento de uma das passagens hidráulicas do ramal, resultando no desabamento de terra, no referido troço ferroviário. O PCA do CFM, Daniel Quipaxe, disse que a suspensão da actividade começa a pesar nas receitas da empresa, daí estarem a trabalhar para a reposição integral do comboio do Lubango a Menongue.

## 6.10 Mais meios rolantes e menos estradas

*Jornal Vanguarda*

10 De Janeiro de 2020

A informação de que Luanda será agraciada com novos autocarros, no âmbito do reforço e reordenamento do "Transporte Urbano Regular de Passageiros" e novas operadoras é bem-vinda. Mas este número, como é sabido é de longe insuficiente para colmar a gritante falta de meios públicos de locomoção, sendo que os taxistas, vulgo "candongueiros" é que garantem quase a estabilidade no transporte de passageiros da periferia para o centro da cidade e vice-versa. Luanda vive sérios problemas de mobilidade urbana. A exploração de apenas nove por cento da sua capacidade de transporte mostra isso mesmo: os graves problemas de mobilidade da cidade. Ainda que o seu plano director, que previa um total de 1800 autocarros entre 2014 e 2015, fosse concretizado hoje, face ao crescimento da cidade, esse número já não era suficiente para satisfazer as reais necessidades da capital do País. Com uma frota actual de apenas 183 "autocarros, a falta de velocidade comercial e baixa tarifa são apontadas como causas de insucesso das operadoras, que levou à falência técnica de duas delas, a Tura e a SGO. Com efeito, o que vai mudar com a entrada de novas operadoras e novos autocarros? Muitos cidadãos são unânimes em dizer "quase nada", devido a diferentes factores e um deles tem que ver com a falta de estradas capazes de fazer circular esses meios rolantes. É notória alguma melhoria, sobretudo no-casco urbano e em algumas vias intermunicipais a recuperação de alguma malha rodoviária. Mas isso será incapaz de atender a demanda e a eficiência que se quer a nível dos transportes públicos. Seja como for, já se sabe também que a prioridade da nova frota, com 109 rotas deverá incidir às várias centralidades, antevendo, a priori, a dificuldade da circulação no que toca ao casco urbano devido também ao trânsito infernal que se observa em determinadas horas do dia. A ver vamos se a definição de corredores exclusivos para os autocarros públicos vai minimizar a problemática da falta de velocidade comercial de que se queixam as operadoras devido ao mau estado das estradas.

## 6.11 Mobilidade trava crescimento urbano da cidade de Luanda

*Jornal Vanguarda*

10 De Janeiro de 2020

Luanda vive sérios problemas de mobilidade urbana. O ministro Adão de Almeida, que tutela a pasta da Administração do Território e Reforma do Estado, reconheceu o facto há um ano (aquando da apresentação oficial do actual governador de Luanda) ao admitir também que governar Luanda é desafiante, devido à complexidade territorial, populacional e à mobilidade urbana.

Diz o velho adágio popular que "os sábios aprendem com os erros dos outros, os tolos com os próprios erros e os idiotas não aprendem nunca".

Há, sensivelmente, 10 anos registou-se a tentativa de geminação entre Luanda e a cidade francesa de Bordéus. Há cerca de três anos, houve igualmente uma tentativa de geminação entre Luanda e a cidade portuguesa do Porto. No primeiro caso, houve passos mais ousados com a vinda a Luanda de especialistas franceses, mas já no segundo ter-se-á ficado pela intenção.

O objectivo do acordo era de melhorar o estilo de vida dos habitantes da capital do País, particularmente no domínio dos transportes interurbano e da gestão urbana.

Havia tal interesse, porque Bordéus é uma cidade no mundo com 19 geminações espalhadas pelo mundo. Existem muitas cidades de referência mundial que há décadas fizeram geminação com Bordéus para melhorar a mobilidade urbana e outros aspectos próprios dos centros metropolitanos.

Com Bordéus fizeram geminação as cidades francófonas de Bamako (Mali), Casablanca (Marrocos), Oran (Argélia), Ouagadougou (Burkina Faso) Quebec (Canadá).

Lembramos que há 10 anos, acreditava-se numa Luanda muito melhorada neste aspecto, pelo facto de Bordéus também manter acordos de geminação com cidades europeias.

Bilbao e Madrid (Espanha), Bristol (Grã-Bretanha), Cracovia (Polónia), Munique (Alemanha), Porto (Portugal) e Riga (Letónia), estão entre as cidades que fizeram geminação com Bordéus. Incluem-se também as cidades do mediterrâneo, no caso de Ashdod (Israel) e Ramallah (Palestina).

Mas não pára por aqui, pois as cidades asiáticas de Fukuoka (Japão), S. Petersburgo (Rússia) e Wuhan (China) também melhoraram a sua mobilidade urbana buscando a experiência da cidade francesa. E mais: até as americanas de Lima (Peru) e Los Angeles (EUA) também o fizeram.

Nunca se percebeu o recuo que a governação registou na altura, neste caso concreto. E é por desconhecer os motivos que não queremos dizer ao novo governador para insistir num acordo com Bordéus, mas com a equipa, encontrar as melhores soluções para a mobilidade urbana em Luanda; que o ministro do Território elegeu como sendo dos mais complexos problemas de governação de Luanda.

É tempo de Luanda melhorar também apostando numa possível geminação, desde que a mesma traga melhorias concretas ao seu território e habitantes.

O certo é que a capital continua como está. Os taxistas, vulgo "candongueiros", é que garantem quase 100% da estabilidade no transporte de passageiros da periferia para o centro e vice-versa.

Não é assim que acontece nas capitais com melhor estruturação nesse aspecto.

Os funcionários públicos que todos os dias asseguram a estabilidade do aparelho do Estado não o conseguiriam se dependessem (em grande medida) dos transportes públicos.

As estradas terciárias que "rasgam" os musseques de Luanda, para onde o novo governador vai dedicar especial atenção, não ajudam para uma perfeita mobilidade urbana, daí os afunilamentos no trânsito nas vias principais.

Entre as duas opções de geminação avançadas, gostaria de recordar os efeitos positivos que a primeira poderia proporcionar a Luanda.

## 6.12 TCUL, MACON e Angoastral resistem apesar das adversidades do mercado

*Jornal Vanguarda*

*10 De Janeiro de 2020*

*Autor: Agostinho Rodrigues*

Com 25 carreiras ao nível urbano e interprovincial, a operadora estatal conta com 92 autocarros.

A operar para as províncias do Zaire, Uíge, Cuanza-Norte, Huambo, CuanzaSul, Malanje, a TCUL está a construir uma base no planalto central (Huambo) para atender as províncias ao sul do País. "A TCUL está a fazer o esforço de expandir os seus serviços, fruto disto está a construir uma base no Huambo e em Viana", revela o PCA interino da empresa estatal.

Por sua vez, a MACON dispõe de 60 autocarros e seis serviços: urbano, de aluguer, interprovincial, cargas e encomendas e internacionais.

Critérios para exploração de autocarros

Para Concessão e Exploração de Serviço de Transporte, de novos autocarros entregues à Província de Luanda, no âmbito da Estratégia do Reforço e Reordenamento do Transporte Urbano Regular de Passageiros só serão admitidos concorrentes que reunirem os seguintes requisitos:

As empresas devem estar sedeadas na Província de Luanda ou possuírem uma representação local;

Estarem licenciadas para exercício da actividade de transporte rodoviário regular de passageiros, nos termos do DP n° 154/10, de 26 de Julho; Ser titular de 5 autocarros, devidamente licenciados para esta actividade;

Não possuir nenhuma dívida pedente com o Ministério dos Transportes em relação a financiamentos anteriores de frota.

Ter a sua situação tributária devidamente regularizada perante o Instituto Nacional de Segurança Social e Administração Geral Tributária;

Demonstrar capacidade técnica e possuir uma base operacional habilitada para a realização das manutenções aos autocarros que compõem e venham a compor a sua frota, que deve durar até 9 de Janeiro de 2020.

PR e a fluidez nos transportes públicos

O Presidente da República, João Lourenço; exigiu aquando da tomada de posse do novo ministro dos transportes, soluções mais arrojadas para o transporte público urbano e interurbano, sobretudo nas grandes cidades, com particular destaque para Luanda.

João Lourenço referiu, na altura, que as soluções encontradas até aqui ao nível do sector para debelar o défice nos transportes públicos se revelaram insuficientes e pouco eficazes.

O Chefe de Estado insistiu na necessidade de se encontrarem outras soluções que garantam maior rapidez e fluidez no transporte de passageiros, sugerindo que deve haver, também, transportes públicos com melhores condições de comodidade e que sirvam melhor o interesse público.

"Esses são os grandes desafios que vão encontrar. Sabemos que a demanda é sempre crescente e a população aumenta. Os problemas são resolvidos hoje, mas amanhã parece que se repetem", ressaltou.

### 6.13 Um calvário de décadas com soluções duvidosas

*Jornal Vanguarda*

*10 De Janeiro de 2020*

*Autor: Agostinho Rodrigues*

Mais oito empresas devem juntar-se nos próximos dias a TCUL, MACON e ANGOAUSTRAL no transporte de passageiros no âmbito da abertura de candidaturas para "Concessão e Exploração de Serviço Público de Transporte" de novos autocarros entregues à província de Luanda pelo ministério de tutela.

A estratégia do Executivo consiste no reforço e reordenamento do "Transporte Urbano Regular de Passageiros".

Divulgado no Jornal de Angola do dia 6 de Janeiro de 2020 pelo Governo da Província de Luanda (GPL), as candidaturas para "Concessão e Exploração de Serviço Público de Transporte" decorreram até ontem, Quinta-feira, 9.

Três das cinco operadoras asseguram actualmente o transporte urbano e municipal de passageiros na

capital, sendo que as outras duas, a TURA e SGO estão tecnicamente falidas.

Dados do GPL indicam que Luanda dispõe apenas de 183 autocarros, para uma cidade com perto mais de 7 mil habitantes, muito aquém da demanda como reconhecido por Jovino Santana, técnico do gabinete de transporte do governo de Luanda em declarações à TV Zimbo.

Nova frota

Luanda deverá contar nos próximos dias com mais 220 novos autocarros no âmbito do reforço e reordenamento do "Transporte Urbano Regular de Passageiros", cujos candidatos para concessão e exploração destes meios estão a ser apurados.

"Estes autocarros surgiram com o projecto escolar que passa agora para o reforço e reordenamento do transporte urbano Regular", diz Jovino Santana, acrescentando que, o plano geral director da província de Luanda previa um total de 1.800 autocarros, mas que actualmente esta cifra "também já não satisfaz".

Dos 1.800 autocarros, soube o Vanguarda, chegara ao País mais de 400 autocarros, dos quais Luanda foi contemplado com 220.

"Luanda é servida de transportes rodoviários regulares, autocarros urbanos, táxis colectivos, ferroviários; mas ainda assim não está bem servida", garante Jovino Santana.

A prioridade da nova frota, com 109 carreira já definidas, de acordo ainda com o GPL, deverão ser centralidades. A ausência de velocidade comercial, tarifa baixa, infra-estruturas rodoviárias degradantes e a falta de divisas para aquisição de acessórios estão na base do fracasso das operadoras de transportes públicos na capital.

A paralisação da Tura e da SGO são exemplos evidentes da difícil situação de sobrevivência em que se encontram as demais operadoras. "Temos o exemplo da TURA que está paralisada", testifica Jovino Santana.

O GPL elaborou um programa de revitalização dos eixos viários, que remeteu ao Ministério dos Transportes e das Finanças para que se reveja a baixa velocidade comercial. "O GPL com a colaboração das operadoras elaborou uma planilha de custos que remeteu as autoridades de transporte público direito, porque com essa tarifa baixa não conseguem resolver as suas necessidades, não conseguem adquirir mais meios, inclusive têm problemas de base, como por

exemplo, o pagamento de salários", reconhece jovino Santana.

Um estudo conjunto, GPL e demais operadora permitiu o governo de Luanda definir corredores exclusivos para autocarros públicos na capital, para atender a problemática falta de velocidade comercial, os corredores, de acordo com o técnico do gabinete de transportes, devem entrar em funcionamento com a concessão e exploração dos 220 novos autocarros. Para tal, insiste a fonte, foram definidos seis corredores exclusivos: o da Samba, 21 de janeiro, Deolinda Rodrigues, Pedro de Castro Van-Dúnem Loy, Cacuoaco e via Expressa. "Vamos ensaiar agora os corredores com o reforço dos 220 autocarros. O GPL já definiu estes corredores, falta apenas implementar", adianta jovino Santana.

GPL e operadoras divergem

O governo de Luanda e as operadoras divergem sobre a colocação ou não de separadores nos corredores exclusivos paralização dos corredores exclusivos por taxistas e outros veículos, é imperioso a colocação de separadores devido a extensão de algumas vias, e, conseqüente facilitação do trabalhos agentes reguladores de trânsito.

"Os corredores deveriam ter separadores, via-Expressa e Deolinda Rodrigues, exemplo, devido a sua extensão deveriam existir separadores", defende Pedro Pereira, PCA interino da TCUL.

"As vias exclusivas são importantes, se não vamos ter os mesmos problemas do passado", corrobora Armando Macedo, coordenador da MACON, que defende paragens confortáveis para o utente.

Lotação excessiva

A TCUL e a MACON associam o excesso de lotação dos autocarros ao mau estado das estradas e ao estado caótico do trânsito.

"A regularidade ou pontualidade depende das vias", garante Armando Macedo da MACON. Em 2001 e 2002, por exemplo, num período de 15 minutos passava um autocarro nosso.

O utente sabia que num período de 15 minutos passava um outro autocarro", exemplifica, apontando como nota positiva daquele feito o trânsito fluido na época.

"A lotação dos autocarros é a crença do passageiro de que o próximo não vai chegar a tempo", sustenta Pedra Pereira da TCUL, sublinhando que com o actual tráfego é difícil definir intervalos entre autocarros.

## 6.14 Luanda acciona Plano de Contingência global

*Jornal de Angola*

*15 de Janeiro de 2020*

A Comissão Provincial de Protecção Civil de Luanda está a implementar, durante este período chuvoso, em alguns municípios, um Plano de auto Contingência global e específico.

O plano contempla limpezas das sarjetas, bacias de retenção, valas de drenagem, sucção de águas e recolha de resíduos sólidos, com realce para os municípios de Belas, Viana, Talatona e Luanda.

Em declarações à Angop, o porta-voz, Faustino Minguês, explicou que foram já limpas as sarjetas ao longo da Avenida Fidel de Castro, feita a recolha de resíduos sólidos arrastados pelas águas da chuva na Baía de Luanda e no canal do bairro das Salinas.

O porta-voz disse ainda haver necessidade de continuar com as acções de sensibilização e cadastramento das famílias que vivem em residências construídas nas linhas de água, bem como responsabilizar criminalmente as que insistem nesta prática.

Faustino Minguês disse ter havido redução de perdas humanas e prejuízos materiais, nas últimas chuvas, em relação aos anos anteriores, devido aos trabalhos feitos pelas comissões municipais, no que toca ao perfilamento das bacias de retenção das águas, desassoreamento das manilhas, linhas de passagem e zonas desobstruídas, permitindo o escoamento das águas.

Em Luanda, a chuva, este ano causou um morto e deixou 208 casas inundadas. Entretanto, o Vice-Presidente da República, Bornito de Sousa, reuniu-se na semana passada com responsáveis dos organismos que integram o Conselho Nacional de Viação e Ordenamento do Trânsito (CNVOT), órgão de consulta do Titular do Poder Executivo em matérias relativas à Viação e Ordenamento do Trânsito a nível nacional, para analisar os danos causados pelas chuvas no país, em particular as infra-estruturas com impacto na mobilidade rodoviária e ferroviária.

Na reunião participaram representantes dos departamentos ministeriais do Interior, da Administração do Território e Reforma do Estado, da Construção e Obras Públicas, dos Transportes e Finanças e o governador da província de Luanda, foi de carácter informativo.



No sábado, um dia depois da última chuva, o retrato de Luanda foi assustador, com os bairros inundados, ravinhas, ruas intransitáveis. Na Baía de Luanda, o cenário era desolador: grandes quantidades de lixo foram dar ao mar, incluindo animais mortos.

## 6.15 Kilamba regista melhorias em segurança pública

*Jornal de Angola*

*15 de Janeiro de 2020*

Luanda - Um projecto denominado "A Nossa Esquadra" está a ser implementado no Distrito Urbano do Kilamba, para melhorar a segurança pública na área, informou a comandante da 52ª esquadra, Inspector-chefe Gorete Fernando.

De acordo com a comandante, o projecto é uma nova filosofia de policiamento que traz consigo serviços e dinâmicas de actuação policial que contribuíram para a melhoria significativa da segurança pública a nível da Centralidade do Kilamba e em outras áreas.

Hoje, continuou, a situação de segurança pública na área é estável e regular, com o registo de um a dois casos por dia. Mas, de acordo com Gorete Fernando, há dias em que não se registam ocorrências, fruto das medidas que têm sido tomadas no âmbito do policiamento e da prevenção primária e geral.

A Inspector-chefe que falava à Angop a propósito do plano de férias "Meu Kamba", que está a ser implementado pela corporação, disse que actualmente a centralidade apresenta um quadro diferente no que diz respeito a tipologia criminal.

Anteriormente, esclareceu, o Kilamba tinha registos de casos de roubos em interior de residências e acessórios de viaturas, hoje o quadro reverteu e a situação preocupante tem sido a violência doméstica.

Informou que a polícia tem recebido muitos casos de violência doméstica, principalmente aos finais de semana e do mês.

Indicou que no Kilamba existem muitas zonas de lazer e no final de semana há um incremento na ingestão de bebidas alcoólicas, que acaba muitas vezes em desentendimento entre casais.

Aos finais do mês, explicou, os casos de violência doméstica estão associados à falta de prestação de alimentos.

Pontualizou que em média se tem registado três a quatro casos de violência doméstica, desde o último semestre de 2019.

O plano de férias "Polícia Meu Kamba" visa uma aproximação saudável entre a polícia e a comunidade e a promoção do equilíbrio psicomotor das crianças, adolescentes e adultos.

Visa, igualmente, dar a conhecer o trabalho da polícia, porque, segundo os mentores do projecto, a falta de conhecimento dos serviços e de uma relação saudável entre o cidadão e o polícia muitas vezes gera o sentimento de medo e de desconforto.

“O polícia é um cidadão do bem que tem a missão de garantir a segurança, a ordem e o bem-estar e é importante que tenha boa relação com a comunidade”, frisou.

O plano é um projecto-piloto e está a ser implementado, numa primeira fase, em duas esquadras do Distrito Urbano do Kilamba.

## 6.16 Moradores querem integrar requalificação

*Jornal de Angola*

*16 de Janeiro de 2020*

*Autor:Manuela Mateus*

“As casas não foram construídas à revelia, como lemos no Jornal de Angola”. A afirmação é do ex-coordenador da Comissão de Moradores do bairro Merengue, Carvalho Miango, feita depois da divulgação de uma notícia pelo Jornal de Angola sobre um plano urbanístico e de ordenamento do território que não incluiu aquele numa lista de bairros circunvizinhos da Cidade do Sequele que vão ser requalificados.

Carvalho Miango revela que o bairro Merengue surgiu primeiro que a Cidade do Sequele, daí não perceber a não inclusão na lista dos 16 bairros por requalificar, dos 22 existentes em volta da Cidade do Sequele.

“Estamos aqui desde 1992”, relata Carvalho Miango, que diz ser importante a divulgação desse dado para contrapor a convicção das autoridades do município de Cacucaco de que o bairro Merengue surgiu depois da Cidade do Sequele.

A não inclusão do bairro Merengue da lista de bairros por requalificar tem sido motivo de irritação de moradores por não concordarem com o tratamento que recebem das autoridades, em virtude de alegarem que o bairro é antigo e a sua existência já era do

conhecimento dos administradores cessantes do município de Cacucaco.

A título de exemplo, o excoordenador cita o nome de Rosa Janota, uma antiga administradora municipal de Cacucaco, que chegou, de acordo com Carvalho Miango, a prometer a melhoria das condições sociais dos moradores numa visita efectuada ao bairro Merengue.

Carlos Kafukila, o substituto de Rosa Janota, também visitou o bairro Merengue, onde deixou um “pacote de promessas”, recorda o excoordenador, que se interroga: “como é que agora dizem que vivemos como ocupantes ilegais?”

O bairro Merengue não tem energia eléctrica nem água. A água para a lavagem de roupa e loiça é adquirida numa lagoa, enquanto a utilizada para cozinhar e beber sai dos tanques. Cada bidão custa 50 kwanzas.

A existência de um posto médico é uma miragem. Quando estão doentes, os habitantes do bairro Merengue recorrem ao centro médico em funcionamento na Cidade do Sequele.

Maria José, moradora do bairro há mais de 15 anos, tem uma lavra, a única fonte de rendimento, de onde saem produtos para consumo e venda do excedente.

Na condição de Maria José, está, praticamente, um expressivo número de habitantes que praticam a agricultura familiar.

António Manuel, também morador do bairro há anos, refere que o bairro Merengue “é muito pobre”, mas a esperança por uma vida melhor continua presente no seio dos seus habitantes.

“A Administração do Distrito Urbano do Sequele tem conhecimento da existência do bairro e conhece as nossas dificuldades”, justifica António Manuel, que elege a Saúde e a Educação como sectores prioritários.

O policiamento existe, mas não tem sido feito com regularidade, uma preocupação que tem sido manifestada pelos moradores do bairro.

Vida escolar

O bairro também não tem escola. A solução encontrada pela comunidade foi a instalação de uma casota de chapas, onde são dadas explicações a 209 crianças nos períodos da manhã e de tarde.

Alfredo Kutuma, um dos explicadores, disse que mais de 1.500 crianças, dos cinco anos aos 15, do bairro

Merengue, estão fora do sistema de ensino, um problema que é do conhecimento da Repartição da Educação do Distrito Urbano do Sequele.

Alfredo Kutuma recorda que, em 2017, técnicos da Administração do Distrito Urbano do Sequele estiveram no bairro Merengue, onde fizeram um levantamento do número de crianças fora do sistema de ensino e sem registo de nascimento.

“O problema não se alterou até hoje”, lamenta Alfredo Kutuma, mencionando a existência no bairro de mais quatro espaços onde são dadas explicações, uma forma de garantir a instrução aos que ainda não conseguiram ser absorvidos pelo sistema de ensino formal.

## 6.17 Casas prontas há mais de 10 anos estão desabitadas até hoje

*Jornal de Angola*

*16 de Janeiro de 2020*

*Autor: Pereim Dinis e Roque Silva*

Cerca de 60 moradias sociais construídas, há mais de 10 anos, em Bom Jesus, município de Icolo e Bengo, província de Luanda, estilo, até hoje, desocupadas e são constantemente vandalizadas e refúgios de marginais.

O Jornal de Angola apurou no local que, das 59 moradias, todas construídas com financiamento do Fundo Coca -Cola, numa área ainda sem fornecimento de água potável nem de energia eléctrica, 15 foram erguidas para serem casas de passagem para técnicos de Saúde e da Administração Municipal de Icolo e Bengo e as restantes para serem distribuídas a moradores da comuna de Bom Jesus.

Depois da construção das 59 casas sociais pelo Fundo Coca -Cola surgiram na mesma área mais moradias, já erguidas por membros da comunidade de Bom Jesus, alguns dos quais, em declarações ao Jornal de Angola, disseram ser “vergonhoso” o estado de abandono a que estão votadas as moradias.

A irritação dos moradores da zona com o estado de abandono das moradias e também resultante da utilização por marginais de algumas casas, em cujo interior dormem em camas improvisadas, consomem drogas, arquitectam planos de assaltos a moradias habitadas e guardam alguns bens roubados.

Fernando Segunda, protecção física colocado na área pela lá falida empresa de segurança que fazia o asseguramento durante a fase de construção das 59 moradias, disse que a utilização por marginais de

algumas das casas abandonadas preocupa os moradores, porque, como disse, "um dia vamos encontrar cadáveres aqui".

"Não falta muito", admitiu Fernando Segunda, que para reforçar o seu pressentimento, disse terem moradores escutado, no mês passado, gritos de uma mulher que saíam do interior de uma moradia abandonada. Fernando Segunda, agora vigilante da escola do I e II ciclos do ensino secundário número 6072, construída com financiamento da petrolífera norte-americana Chevron, disse acreditar que os meliantes não são moradores da zona.

É provável que os marginais sejam oriundos da cidade de Luanda", admitiu Fernando Segunda, depois de ter revelado que alguns meliantes chegam à zona a bordo de motorizadas.

Marquinha Francisco, uma outra moradora da zona, disse ao Jornal de Angola que o Fundo Coca-Cola, no âmbito da sua política de responsabilidade social, ajudou o Executivo, com a construção das moradias, até hoje desocupadas' quando se sabe que "muitos jovens estão à procura de casa" própria.

As 59 moradias sociais estão a ser engolidas pelo capim e todas foram saqueadas, um cenário que salta à vista por estarem desprovidas de portas, janelas, loiça sanitária e muitas delas sem cobertura.

Ana Maria, também moradora, disse que, além de ser "vergonhoso" o estado em que se encontram as moradias, "o Fundo Coca-Cola pode não querer investir mais em projectos sociais no país", A moradora lembrou que as moradias chegaram a ser ocupadas ilegalmente por algumas pessoas, que decidiram, depois, ali voluntariamente, na sequência da intervenção do ex - administrador do município de Icolo e Bengo, que prometeu uma distribuição de forma transparente, Até agora continuam ocupadas apenas três das 59 moradias, encontrando-se a viver numa delas o vigilante Fernando Segunda, que, de acordo com o próprio, decidiu permanecer no local depois de a empresa de segurança privada para a qual trabalhava e cuidava da protecção dos imóveis ter declarado falência.

"O novo administrador já esteve aqui com a mesma conversa e até hoje nada se vê", acentuou Ana Maria, defendendo que algumas das casas devem ser distribuídas a professores que saem da cidade de Luanda; onde vivem, para dar aulas no município de Icolo de Bengo.

"Eu não consigo imaginar o montante que gastam com transporte para chegarem ao local de trabalho", adiantou Ana Maria, que revelou ter a comunidade já

pensado em escrever uma carta para o governadora provida de Luanda, Sérgio Luther Rescova, com cópia para a ministra de Estado para a Área Social, Carolina Cerqueira.

Na carta, além de poderem relatar a situação das casas abandonadas, os moradores vão pedir a Intervenção do governador Sérgio Luther Rescova para que, num curto espaço de tempo, a área habitacional venha a ter energia eléctrica e água canalizada.

"Temos percorrido até ao bairro Alto, Localizado a 10 quilómetros, para comprar água não tratada" , lamentou a moradora Ana Marta, que disse ser 10 kwanzas o preço de 20 litros de água bruta, à razão de dois kwanzas por cada Litro.

Amor ao próximo

Apenas três pessoas têm energia eléctrica na área onde estão erguidas as 59 moradias sociais construídas com financiamento do Fundo Coca-Cola.

Trata -se de um oficial superior da Polícia de Intervenção Rápida (PIR) , proprietário de uma moradia construída de raiz junto às 59 moradias sociais, de Maria da Conceição e de um jovem que vive com a família numa das três casas que estão ocupadas.

O jovem tem acesso à energia eléctrica devido à generosidade do oficial superior da Polícia de Intervenção Rápida e da moradora Maria da Conceição, os únicos autorizados a receber energia eléctrica proveniente de um, "posto privado de transformação de energia, vulgo PT.

Com sentimento de amor ao próximo, Maria da Conceição também ajuda vizinhos quando pretendem carregar baterias de telemóveis ou mesmo conservar produtos perecíveis.

A ajuda que tem prestado aos vizinhos é "interrompida" pelos marginais, por estes terem ditado uma espécie de "recolher obrigatório", a partir das 18 horas.

Maria da Conceição explica-se da seguinte forma: "o vizinho que quiser levantar um produto perecível, como frango ou peixe, depois das 18 horas, sabe que pode ser assaltado". Os moradores abordados aplaudiram o empenho do comandante local da Polícia Nacional que tem tido a paciência de, diariamente, fiscalizar a área a bordo da sua motorizada.

Os moradores afirmaram que os marginais se movimentam com facilidade porque a Polícia não tem meios suficientes e foram unânimes em dizer que, se as casas forem habitadas, o capim e as cobras vão desaparecer, assim como "os amigos do alheio" vão ter pouco espaço de manobra.

O bairro dispõe apenas da escola do I e II ciclo do ensino secundário número 6072, que não lecciona no período nocturno, por falta constante de energia eléctrica proveniente de um gerador que esta sempre a avariar.

As oito salas de que dispõe estão apetrechadas com carteiras e quadros novos, constatou o Jornal de Angola. Curiosamente, a maioria dos alunos é de bairros longínquos e os professores vivem na cidade de Luanda.

Um grupo de meninas com quem a equipa de reportagem se cruzou disse que percorrem mais de 10 quilómetros, a partir do bairro Cafunguisa, onde residem, para chegarem a escola, fazendo no total mais de 20 quilómetros, diariamente. As meninas disseram que têm consciência dos perigos que correm diariamente desde a possibilidade de serem vítimas de mordeduras de serpentes a probabilidade de encontrarem pelo caminho marginais que se escondem na mata.

## 6.18 Condomínio «tornado de assalto» por obras «não justificadas»

*Jornal Economia & Finanças*  
17 De Janeiro de 2020

O Artigo 28.º do Regime Jurídico do Condomínio estabelece que "quaisquer obras que constituam inovações que sejam realizadas nos lotes de terreno privados dos condomínios, dependem da aprovação da maioria dos condóminos, devendo essa maioria representar dois terços do total do condomínio.

Entretanto, a realidade no Pelicano está muito longe de obedecer a esta normativa, uma vez que os moradores se queixam de não serem tidos nem achados, na sequência de construções de novas infra-estruturas que estão a ser erguidas em espaços comuns sem a anuência da Comissão de Moradores.

"Não tem sido cumprido, já que foram e estão a ser erguidas infra-estruturas sem a devida autorização dos condóminos, nem se conhece quem são os seus proprietários, nem o seu objecto social, não obstante

serem os condóminos a suportarem os encargos com a segurança dos referidos empreendimentos através do pagamento da Taxa de Condómino", denunciaram.

O Artigo 29: do mesmo regime jurídico refere-se também às inovações proibidas, e sobre as mesmas estabelece o seguinte:

"Nas partes comuns do condomínio não são permitidas inovações capazes de prejudicar a utilização por parte de algum ou alguns dos condóminos, tanto das coisas próprias como das comuns".

Os condóminos, nas relações entre si, estão sujeitos, quanto aos lotes e às construções autónomas a que exclusivamente pertençam e quanto às respectivas partes comuns, às limitações impostas aos proprietários e aos coproprietários de coisas imóveis.

## 6.19 Corrida às habitações do Zango 5 arrancam terça-feira com candidaturas online

*Jornal Expansão*  
17 De Janeiro de 2020  
Autor: Faustino Diogo

O processo de candidaturas para venda de habitações no regime livre, assim como arrendamento, em Luanda, arranca oficialmente na terça-feira, 21 de Janeiro, no Zango 5, dois meses depois do inicialmente previsto pela ministra da Ordenamento do Território e Habitação, Ana Paula de Carvalho.

Para já, estão disponíveis 3.800 imóveis, entre vivendas e apartamentos no Zango 5, ficando de fora outras centralidades da capital, como, por exemplo, o Zango O, que tem 1.700 apartamentos fechados e alguns deles a serem vandalizados.

O Expansão apurou que os preços dos imóveis no Zango 5 variam em função da tipologia. Assim, os apartamentos T3 irão rondar os 8 milhões Kz. Já as vivendas, vão dos 11 aos 13 milhões Kz, tratando-se de geminadas ou não.

No processo de venda livre, que tem entre os objectivos a arrecadação de receitas para o Estado de forma rápida e eficaz, os interessados deverão pagar o valor na totalidade, ou em duas prestações, sendo a primeira correspondente a 50% do valor do imóvel, na altura do contrato, e os restantes 50% devem ser pagos nos 5 anos seguintes.

Já nos arrendamentos, a prestação mensal andará à volta dos 15 mil Kz e será penos para os cidadãos com rendimento mensal até 121 mil kz.

A venda livre no Zango 5, inaugurado oficialmente em Dezembro, pelo Presidente da República João Lourenço, acontece depois de terem já sido atribuídos imóveis a funcionários públicos, à semelhança do que acontece nas restantes centralidades do

País. As candidaturas serão feitas apenas de forma online, ficando de fora qualquer outra forma de inscrição.

Embora o processo de venda aberto na próxima semana não abranja o Zango O, o Expansão apurou que nesta localidade o apartamento do tipo T3 custará 18 milhões Kz e o T4 rondará os 23 milhões Kz. Nesta centralidade também está previsto, pela primeira vez, o regime de arrendamento com prestação mensal entre os 13 e os 25 mil Kz mês.

De acordo com informações apuradas pelo Jornal, ainda este mês está prevista abertura das vendas nas províncias de Benguela e Namibe.

Fundo de Fomento à Habitação assume centralidades

O Fundo de Fomento Habitacional ligado ao Ministério do Ordenamento do Território e Habitação, assumiu desde final do 2018 a gestão dos projectos imobiliários do Estado, que até então estavam nas mãos da imobiliária Imogestín.

A medida incluiu também o fim da gestão directa dos dinheiros públicos destinados ao financiamento da construção de novos projectos. Venda de habitações e a execução do processo de cobranças das rendas dos imóveis.

O fraco retorno dos financiamentos públicos aplicados no quadro do Programa de Fomento Habitacional Social em Angola terá precipitado o afastamento da Imogestín, como avançou na altura o Expansão.

## 6.20 Desalojados... A vida difícil de mais de 200 famílias que há 13 anos sobrevivem em casebres no Golfe

*Jornal Economia & Finanças*

*17 De Janeiro de 2020*

*Autor: Dulcineia Lufua*

As famílias retiradas de zonas de risco, em alguns bairros da província de Luanda, com a promessa de serem alojadas em habitações com melhor comodidade, dizem-se esquecidas pelo Governo Provincial de Luanda (GPL) e pedem audiência com o governador Sérgio Luther Rescova. Os casebres encontram-se localizados no município do Kilamba Kiaxi, no bairro Golfe 2, próximo da Igreja Josafat (Maná).

Cansados de residir em casas de chapas, os sinistrados são oriundos dos bairros Neves Bendinha, Palanca, Havemos de Voltar, Vila Estoril, Golfe I e Camama, zonas que em 2007 foram gravemente afectadas pelas chuvas. Na altura, o GPL prometeu solucionar o problema daquelas famílias num curto espaço de tempo.

Entretanto, há 13 anos que as famílias aguardam pelas casas prometidas.

Do governador provincial aquelas famílias querem saber em que «pé» está o processo de alojamento.

"O nosso dossier é do conhecimento dos governantes que passaram por Luanda e do novo governador, Sérgio Luther Rescova. Enviámos duas cartas, como não tivemos respostas, pretendemos falar com ele [o governador] e pedir que nos visite e nos tire deste calvário", disse Carlos Keta, coordenador do pequeno bairro.

O responsável lembrou que, desde 2007 até à data actual, já passaram mais de quatro governadores na província de Luanda e "todos tinham conhecimento da nossa situação, mas quase nada fizeram para nos retirar deste local".



"Sai governador, entra governador e só nós é que continuamos no mesmo sítio e com a mesma miséria. Estamos cansados de viver nessas condições, onde banhamos nas bacias dentro das nossas casas e as necessidades fisiológicas são feitas em sacos de plásticos e depois jogados na lixeira a escassos metros dos nossos casebres, o que constitui um atentado à saúde", desabafou.

Desprovidos de todos os serviços básicos como luz da rede pública, água canalizada, escolas, casas condignas, latrinas e saneamento básico, as 263 famílias consideram mesmo que, nas condições em que estão, não vivem, mas sobrevivem.

"Não conseguimos ficar todos dentro de casa porque o espaço é pequeno e aquece muito. No tempo chuvoso é pior, não dormimos por causa das infiltrações", relatou José Luís, um dos moradores.

Luís contou ainda a humilhação por que passa por dividir a cama com os filhos, situação que para ele é "lastimável" e "vergonhoso".

"Os bate-chapas são muito pequenos, vivo éom os meus filhos em situação precária, dividimos a cama com a esposa e os filhos", lamentou o interlocutor que outrora vivia no bairro Calemba 2.

Vasco Domingos, um dos anciãos da área, fez saber que de princípio residiam no campo 836 famílias. Deste número, foram alojados, até ao momento, mais de 500 famílias no Zango e na Sapu.

"Houve três fases de alojamento, as duas primeiras foram em 2007. A última em Dezembro de 2012. Foi-nos prometido que seríamos alojados todos, mas processo foi interrompido, ficando 263 famílias", lembra.

Vasco Domingos conta que, na altura, vice-governador de Luanda para a área técnica garantiu que o processo continuaria quatro dias depois, o que não aconteceu até hoje.

«Quando chove, ninguém dorme, as casas ficam inundadas e crescem os casos de cólera e paludismo», acrescentou.

## 6.21 P&W Imóveis embolsou em sete anos 623 milhões de kwanzas

*Jornal Economia & Finanças*  
17 De Janeiro de 2020

Em Maio de 2012, quando chegou à gestão do Condomínio, a P&W Imóvel encontrou definido um valor da taxa de condomínio de AKZ 22.900,00

(vinte e dois mil e novecentos kwanzas) por cada residência.

Este valor, de acordo com a exposição dos condóminos, é integralmente entregue à direcção da P&W Imóveis. Ao longo de sete anos e sete meses, feitas as contas, a empresa recebeu só de taxas um valor total de 623 milhões de kwanzas.

No total deste último valor, deve-se descontar 10 por cento (62 milhões e 300 mil kwanzas), que correspondem ao valor relativo à participação de cada conta no Fundo Comum de Reserva, conforme determina a Lei 141/15, de 29 de Junho, Regime Jurídico do Condomínio.

"Dinheiro esse que fica nos cofres da P&W Imóveis, o que inviabiliza a realização de pequenas obras de emergência por parte da administração do condomínio conforme reiteradas vezes alegou o administrador", escreveram os condóminos, na exposição à IGAE.

O valor referente ao Fundo Comum de Reserva é gerido pela P&W Imóveis, quando o Artigo 7.º do Regime Jurídico do Condomínio estabelece que o valor referente a este fundo "deve ser depositado em instituição bancária, competindo à Assembleia de Condóminos a respectiva administração".

"Ainda sobre a questão da taxa, os condóminos têm vindo a questionar a mesma, pois o condomínio não dispõe de serviços que justifiquem tal quantia, visto que os serviços prestados se resumem na limpeza e recolha de resíduos sólidos e ao pagamento dos serviços de segurança. Por outro lado, em termos comparativos existem na área [zona da Camama] outros condomínios com maior quantidade e qualidade de serviços prestados cuja taxa de condómino é inferior a que suportam os condóminos do Pelicano", revelaram.

Sobre o Fundo Comum de Reserva, segundo o regime jurídico, é obrigatória sua constituição em cada condomínio para custear as despesas de conservação do edifício ou conjunto de edifícios.

O mesmo regime jurídico determina também que cada condomínio deve contribuir com uma quantia correspondente a, pelo menos, 10 por cento da sua quota-parte.

Os condóminos lamentaram na exposição o facto de que há três anos estão a enfrentar problemas que dizem respeito à distribuição de energia eléctrica, sobretudo no que diz respeito à iluminação pública e de água.

Em relação ao último problema sobre a água, afirmam que 2016 fizeram uma contribuição de 15 mil kwanzas cada residência [o que perfaz um valor de 4 milhões e 485 mil kwanzas), a fim de ser construído um reservatório de água que até hoje não se concretizou, uma vez que a obra ficou pelo caminho.

A justificação para não-resposta a estas reclamações, afirmam, é de que o valor é entregue integralmente à direcção da empresa gestora do condomínio.

## 6.22 P&W Imóveis «usupra» titularidade de imóvel do Estado

*Jornal Economia & Finanças*

*17 De Janeiro de 2020*

*Autor: Nok Nogueira*

A P&W Imóveis, uma empresa de direito angolano, constituída em 2005 e cujo objecto social é a gestão imobiliária e prestação de serviços, está a ser acusada de ter usurpado a titularidade do Condomínio Pelicano, sito na zona da Camama 1, construído com recurso ao Tesouro Nacional e "pertença" do Secretariado do Conselho de Ministros.

O assunto não é novo de todo. Em Fevereiro de 2019, uma exposição/denúncia não tornada pública foi entregue à Inspeção Geral da Administração Geral do Estado (IGAE) – com conhecimento do Tribunal de Contas, Casa de Segurança do Presidente da República e o Serviço de Investigação Criminal no intuito de alertar as autoridades sobre uma alegada irregularidade no processo que resultou na entrega da gestão do imóvel à P&W Imóveis.

Apesar de não terem recebido ainda qualquer resposta por parte da entidade à qual dirigiram a exposição, alguns condóminos foram nos últimos dias surpreendidos com a informação segundo a qual a titularidade do imóvel passou para a P&W Imóveis.

O facto deu-se quando um dos condóminos decidiu, junto da Administração Tributária (AGT), proceder ao pagamento do Imposto Predial Urbano (IPU) da residência onde reside, tendo-se este deparado com a informação de que o condomínio tem um "novo titular".

"A certidão matricial do imóvel tem a titularidade do Conselho de Ministros porque o documento apresentado na altura da inscrição foi uma declaração do Conselho de Ministros. Ainda não ocorreu nenhum processo de transmissão. Este só ocorre por solicitação do interessado", indicou uma fonte da

AGT ao condómino através de uma correspondência à qual o NJ teve acesso.

O referido documento informava o condómino sobre o processo de pagamento do IPU que foi interrompido por inconformidade de dados constantes na base de registos da Administração Geral Tributária.

"No processo de solicitação para a transmissão verifiquei que a P&W (Imóveis) é a detentora da titularidade do imóvel. Neste caso, é necessário que antes da transmissão a certidão matricial esteja em conformidade com o real titular".

O NJ tentou apurar junto de uma outra fonte da AGT se a informação corresponde ou não à verdade, mas sem sucesso, uma vez que esta alegou "problemas no sistema que têm impossibilitado a consulta, inscrição e alteração de matrizes".

A P&W Imóveis, por seu turno, recusou-se a prestar esclarecimentos ao NJ, alegando que não tem autorização superior para se pronunciar sobre o assunto. Leonel Rebelo aconselhou mesmo uma abordagem sobre o assunto junto do Secretariado do Conselho de Ministros, "que é a entidade indicada para se pronunciar".

No contacto estabelecido com o Secretariado do Conselho de Ministros ficou a recomendação e a promessa de uma reacção ao assunto mediante um documento por escrito dirigido àquele órgão.

### O condomínio

Na primeira década dos anos 2000, o Secretariado do Conselho de Ministros decidiu erguer o Condomínio pelicano, com objectivo de minimizar a carência de casas com que se deparavam os seus funcionários e outros afectos aos Serviços de Apoio ao Presidente da República.

Este objectivo, de acordo com a exposição apresentada à IGAE, não foi alcançado com lisura, uma vez que parte das residências foi também entregue a familiares dos funcionários que não faziam parte dos quadros dos dois órgãos.

Em 2010, na sequência da saída de Reis Júnior (actualmente deputado à Assembleia Nacional), o Secretariado do Conselho de Ministros, então liderado pelo actual chefe da Casa Civil do Presidente da República, Frederico Cardoso, decidiu, segundo os condóminos, entregar por ajuste directo a gestão do condomínio à empresa P&W imóveis, sem a realização de um concurso público, ao arripio do Decreto Presidencial n.º 141/15, de 29 de Junho.

Após assinatura do contrato de promessa das residências entre o Secretariado do Conselho de Ministros e os funcionários, a P&W Imóveis entrou em cena tendo sido a entidade a favor da qual os candidatos às residências tiveram de desembolsar o valor inicial de 500 mil kwanzas (o equivalente na altura a cinco mil dólares americanos) para terem acesso às casas.

Segundo a exposição à IGAE, a P&W imóveis embolsou, em Maio de 2012, um valor total por cada residência de 149 milhões e 500 mil kwanzas, que, à taxa de câmbio na altura, perfazia um valor total de quase 1,5 milhão de dólares, correspondente a 299 casas. Entretanto, neste valor não consta o valor da «casa 300», por estar a ser ocupada pela P&W Imóveis.

Na exposição à IGAE, os condóminos também chamavam a atenção para o facto de, desde 2014, os moradores terem deixado de proceder ao depósito do valor da amortização das residências, por terem descoberto, afirmaram, que "o valor não era canalizado para a Conta Única do Tesouro, nem tão pouco tinham um comprovativo do Ministério das Finanças sobre a renda resolúvel.

## 6.23 Trinta e cinco mil funcionários públicos não pagam as casas recebidas do Estado

*Jornal Expansão*

*17 De Janeiro de 2020*

*Autor: Faustino Diogo*

**mil funcion 35** Cerca de ários públicos estão em incumprimento no pagamento das habitações recebidas nas centralidades, apurou o Expansão de fonte governativa.

Ou seja, dos 50 mil trabalhadores do Estado que receberem imóveis do Programa Nacional de Habitação e de outros projecto habitacionais, 70% não têm honrado regulamente as suas prestações mensais.

"Estes trabalhadores não têm pago as prestações e, quando pagam, fazem-no com atrasos e não liquidam a dívida toda", disse a fonte do Expansão.

Dos fogos construídos pelo Estado em diversas localidades do País muito deles ao abrigo de linhas de crédito, acima de metade são entregues directamente a organismos do Estado, que, por sua vez, contemplam os seus funcionários.

"Geralmente, nas obras do Estado a quota entregue a funcionários públicos é acima da metade, sobretudo naquelas localidades onde a maioria dos trabalhadores estão no funcionalismo público", explicou a fonte

E aqui começa a "dor de cabeça", porque os apartamentos são entregues no "princípio da boa-fé", onde a única garantia é ser trabalhador do Estado.

"Quando os trabalhadores são contemplados, fica o compromisso de estes pagarem regularmente. Mas, infelizmente, isso não está a acontecer. E a falta de uma garantia agrava a situação.

O salário, só por si já não basta", garante o nosso interlocutor. Em alguns casos, os funcionários públicos assinam um compromisso de desconto directo nos salários, que, devido a diversas situações, não tem sido executado, explica a fonte.

A agravar a situação há ainda aqueles casos de trabalhadores do Estado que receberam imóveis com valores acima dos permitidos em função dos salários recebidos. Um processo que não é novo e que coloca entre os incumpridores beneficiários da primeira fase da Urbanização Nova Vida

No entanto, garante a fonte, está a ser feito um trabalho para recuperação da dívida em falta.

"Está-se a trabalhar, primeiro, na base de dados única, porque, como sabe, ao longo do processo de comercialização das centralidades estiveram envolvidas diferentes entida-des. Agora, o processo está centralizado e será mais fácil gerir, de facto, quem são os devedores para a sua regularização".

Outra forma de reduzir estes "incumprimentos públicos" seria "acabar com "os privilégios que os funcionários públicos têm neste quesito e passarem a ser tratados com as mesmas regras com que são tratados os restantes cidadãos, que, por norma, têm de ter garantias para adquirir uma habitação ao Estado".

Especialistas defendem que a regularização desta dívida ao Estado deverá passar por uma concertação entre as partes, tendo o salário como o principal instrumento de negociação, ou em última instância poderá ser de forma coerciva.

Mas não são só os funcionários públicos que estão em incumprimento nas centralidades. Entre os "caloteiros" incluem-se cidadãos que adquiriram imóveis no regime de venda livre e que não cumprido com os pagamentos.

Embora seja uma percentagem "residual, o número de devedores neste segmento tem vindo a aumentar.

"Também existem devedores que não são funcionários públicos. Sobretudo aqueles que adquiriram nas primeiras vendas, onde bastava inicialmente o pagamento de um ano. É verdade, que menos, mais existem", explica a fonte.

A depreciação da moeda nacional é apontada como uma das causas para o aumento do número de cidadãos que não consegue pagar a suas prestações mensais, sobretudo na centralidade do Kilamba.

Com a entrada em cena, no ano passado, do Fundo de Fomento à Habitação (FFH), ligado ao Ministério do Ordenamento do Território e Habitação (MINOTH), na gestão das centralidades, em substituição da imobiliária Imogestin, o número de incumpridores tem aumento.

"A situação não é boa. Muitos cidadãos não estão a conseguir pagar as casas", garante um quadro do MINOTH.

Mais "apertados" estão os cidadãos que adquiriram apartamentos na primeira fase da Urbanização Vida Pacífica, sob responsabilidade da Sonangol Imobiliária e Propriedades (SONIP).

Aqui, a subsidiária da Sonangol mantém os preços indexados ao dólar, o que tem provocado muitos dissabores aos moradores.

"Já não sei como fazer. Constituímos advogado e o melhor que conseguimos foi parar o constante aumento do preço das rendas (na modalidade de renda resolúvel), mas a SONIP alargou o período dos anos de pagamento", disse uma moradora.

O jurista Nelson Miguel garantiu ao Expansão que a indexação destes contratos à moeda dos EUA é ilegal.

"Estes contratos são ilegais. A lei não permite que sejam feitos contratos públicos indexados a moedas estrangeiras. E espanta-me que até agora o Estado ainda não tenha resolvido esta situação", rematou.

## 6.24 Zango 5 uma nova centralidade com velhos problemas

*Jornal Folha 8*

*18 De Janeiro de 2020*

*Autor: André Pinto*

O conceito centralidade entra para o nosso vocabulário como sinónimo de urbanismo e um bem

estar social adquirido por força das condições do país que somos, onde há muito por fazer, sobretudo no capítulo das necessidades básicas.

A nova centralidade do Zango 5, que há dois anos, tem estado a cadastrar e a vender os apartamentos T3 dos seus edifícios abriu-se à sociedade com um aspecto magnífico, que deixa qualquer um sonhar entre quatro paredes, sem os incómodos do aluguer ou da dependência familiar. Entra-se para a centralidade e os olhos brilham de satisfação pela beleza paisagística dos edifícios e avenidas largas, desenhadas para causar boa impressão e oferecer maior fluidez à circulação rodoviária.

E ficamos efectivamente satisfeitos quando notamos que o asfalto das avenidas vai desembocar à porta de casa, causando uma agradável sensação de bem estar e ansiedade.

O Zango 5, bonito que é pelo paisagismo, deixa entretanto a desejar, por não ter, dois anos depois de começar a alojar pessoas, um sistema de recolha do lixo, transportes públicos acautelados, serviços de emergência hospitalar, farmácias, morgue, salão de festas, esquadra da polícia, lazer, etc.

Tirando isso apenas a alegria das escolas primárias, secundárias e superior, parques infantis, jardins, fazem a diferença no meio de outras estruturas próprias de uma centralidade.

No Zango 5, há dificuldade nas telecomunicações, por não se ter acautelado um concurso público de adesão para os operadores. Nestes termos viver no Zango 5 torna-se de facto num grande constrangimento, pelo isolamento comunicacional em que a pessoa está entregue, em caso de emergência.

A segurança pública está ameaçada pelo surgimento de bairros clandestinos à volta da centralidade, o que pressagia, a breve trecho a coexistência com o crime, designadamente os assaltos domésticos e à mão armada.

À entrada da centralidade o aspecto rústico dos armazéns comerciais denuncia o ambiente típico dos esquemas tradicionais de construção de armazéns de comércio a grosso e a retalho, indiciando negócios pouco convencionais, tal como se observa noutras localidades. Resultado: a centralidade já está condenada à partida a perder o seu urbanismo, o seu modelo paisagístico, a segurança, a edibilidade, por esses factores externos nefastos que lhe tiram a originalidade. Infelizmente não há quem se preocupe com estes elementos fundamentais da vida num meio urbanizado, onde as pessoas possam desfrutar de um



conforto material e espiritual em ambiente saudável. Implantada numa zona microclimática e com áreas verdes preenchidas por imbondeiros de vários tamanhos, a centralidade do Zango 5 tende a expandir-se mais tarde. Segundo se diz, “ainda que seja com o sacrifício dos imbondeiros à sua volta, o que para mim constitui um crime contra a natureza e um campo aberto às alterações climáticas da área, que podem interromper neste momento, que a chuva, por vezes intensa, amenize o calor que deixa os moradores em brasa. A centralidade do Zango 5 é finalmente um modelo de como as soluções de habitação de baixa renda podem no futuro, fazer esquecer as tristes experiências dos Zangos 1,2,3 e 4, onde a ausência de infraestruturas básicas transformam a prazo, essas áreas em autênticos ghettos, com os problemas de insalubridade, insegurança, que se conhecem.

A disputa de terrenos, o açambarcamento de zonas e moradias, pelos responsáveis administrativos constituem, alguns dos problemas que essas zonas de concentração populacional em massa, enfrentam.

As estradas principais construídas sob bases primárias de sustentação, apenas com duas linhas de ligação para o centro e à centralidade provocam engarrafamentos, em pontos de intersecção que levam o condutor a permanecer mais de duas horas para alcançar o centro da cidade.

As ravinas, as águas pluviais concentradas, os cogumelos de bairros de lata, dão aos primeiros quatro Zangos o aspecto de uma grande sanzala, tipo Cidade de Deus, no Brasil, onde impera tudo menos o bem estar material e espiritual.

A Centralidade do Zango 5 veio corrigir aspectos infraestruturais não previstos nas primeiras 4 urbanizações concebidas para alojar famílias de baixa renda, boa parte delas a viverem em zonas de risco na província de Luanda. Numa altura em que se criam as bases de implantação do poder local, após as eleições autárquicas previstas para breve, o modelo encaixa-se perfeitamente em futuras iniciativas imobiliárias que o país possa vir a assumir noutras regiões.

E é nisto que os governantes têm de começar a pensar se quiserem merecer dos municípios as honras e glórias pelo excelente trabalho que realizarem, ou seja, se quiserem constar no coração dos seus governados.

## 6.25 Origem curiosa dos novos bairros

*Jornal de Angola*

*19 De Janeiro de 2020*

*Autor: Guimarães Silva*

O crescimento populacional da vila deu-se num ápice. De vila Cacucaco passou a município e hoje abarca, estimativamente, 1.279.000 habitantes, muito por força do crescimento desenfreado dos bairros periféricos.

Qual criança em fase de crescimento, o município não para. Vários "denominadores" são comuns a quase todo o território: ocupação turbulenta, urbanização pouco conseguida, água abastecida por chafarizes, predomínio da telefonia móvel, televisão por satélite (parabólicas), transporte público por motoqueiros e táxis ...

Um dos bairros mais emblemáticos do passado, o Mulenvos de Baixo, conhecido por ser parte do curso do leito do rio seco, com regime intermitente e usado para piqueniques, hoje é distrito urbano!

O Mulenvos de Baixo, onde o coordenador Sousa tinha bué de galinhas d'Angola, pertencia a Cacucaco. O Mulenvos de Cima fica lá para as bandas das antenas da rádio, hoje Kalawenda, ao Cazenga. Por estes tempos, os dois bairros são super povoados e com planos de cimento a prazo, com os administradores a publicarem editais de concursos públicos para obras no âmbito do Programa Integrado de Intervenção Municipal (PIIM).

Novas mensagens

Os novos bairros de Cacucaco têm denominações que suscitam interesse e curiosidade, porque são cópias de algo. Temos geralmente em mente a ideia de Paraíso como o local para acolher os justos que vão para o "Reino dos Céus", e conhecer um bairro com o mesmo nome, por trás do mercado do Quicolo, é mesmo curioso.

Antes de ser uma zona residencial, o Paraíso era um ponto de passagem; melhor, era uma via alternativa para os motoristas que fugiam à inspecção dos reguladores de trânsito na via principal da vila de cacucaco. O bairro hoje é bastante populoso. No início deste século era um descampado e ponto de trânsito de camiões IFA, Ural, Gaz e Kraz, que,



saídos do "ferro velho" da guerra, recolhiam e escoavam o bombó e o gengibre de Maquela do Zombo, Kazuangongo, Nambuanguo e Bula Atumba.

Os peso-pesados mecânicos transportavam igualmente a laranja do Loge, no Ambriz, o peixe seco do Nzeto, a ginguba do Songo e outras especiarias nacionais para os mercados do Quicolo e Kwanzas.

A via alternativa era tão concorrida que a administração municipal decidiu transformá-la em bairro, no âmbito da auto-construção dirigida.

O bairro Paraíso, nos seus primórdios, tinha uma administração local, um posto e móvel dos serviços identificação civil e um tanque elevado para abastecimento de água por gravidade à população. O parceiro Fundo de Apoio Social (FAS) financiou a construção de uma escola de três salas, um posto médico e um ponteco para permitir a travessia do rio seco. Era então o Paraíso o prenúncio de um bairro de sonho, que todavia não se concretizou, porque hoje é um emaranhado de casas desordenadas.

#### De pedreira a residencial

O bairro Pedreira, fronteiro com o Paraíso, surgiu quase na mesma altura, por um processo de ocupação ilegal de terrenos sob batuta dos ngangeiros (intermediários ilegais de venda de terrenos).

Cientes do fenómeno, os directores da empresa que explorava a pedreira conversaram com os "invasores" para, ao menos, preservarem os pedregulhos, com toneladas de peso, úteis para a ingente tarefa na altura que era a protecção costeira da Ilha do Cabo. O bairro era algo inóspito, sem arborização, só se viam pedras, pedregulhos e buracos que formavam lagoas quando chovesse. Daí o nome Pedreira, hoje um bairro residencial suburbano que pertence ao distrito urbano do Mulenvos de Baixo.

#### Belo Monte no planalto

O Belo Monte é dos bairros mais populosos do município de Cacucaco. Cresceu; igualmente, de forma desordenada, na primeira década de 2000. No princípio chamava-se Monte Belo, em alusão proveniência dos primeiros habitantes, oriundos do município do Bocoio, um dos maiores produtores de abacaxi, em Benguela.

Aos poucos juntaram-se moradores de diferentes latitudes, conformando um mosaico de transição e potencial zona de caça ao voto, por altura das eleições gerais. Algum receio ou excesso de zelo de gente anónima fez com que se alterasse o nome do

bairro para Belo Monte, num espaço geográfico sem elevação e nem sequer beleza natural. Enfim, é eufemismo quanto baste ...

## 6.26 Falta de dinheiro "trava" projectos

*Jornal de Angola*

*22 de Janeiro de 2020*

*Autor: Adelaide Mualimisi*

A falta de verbas está a condicionar a conclusão do projecto de loteamento para a auto-construção dirigida de residências, equipamentos sociais e zonas de lazer, nos bairros Onahumba II, Omwongo I e Omwongo II, arredores de Ondjiva, município do Cuanhama, no Cunene, disse o administrador municipal adjunto para a área Técnica, Infra-estruturas e Serviços Comunitários.

Edson Soares referiu que o projecto de Onahumba II, por exemplo, está paralisado há quatro anos, por falta de dinheiro, e prevê 601 lotes para a construção de residências sociais, equipamentos e áreas de lazer.

Segundo o administrador adjunto, no ano passado estava prevista a materialização do referido plano, mas não foi possível devido à falta de cabimentação de verbas, a partir do Orçamento Geral do Estado, para a execução de projectos virados para os municípios.

Edson Soares acrescentou que contribuiriam também para a não execução do programa as acções de emergência de combate à seca, a partir do mês de Fevereiro do ano passado. Justificou que foi dada prioridade às acções viradas para o abastecimento de água às populações, com a reabilitação de furos, aquisição de reservatórios, assim como ajuda alimentar aos sinistrados.

Anunciou que para este ano estão previstos três planos de loteamento das reservas fundiárias, que culminarão com a distribuição dos lotes aos beneficiários, no âmbito do Programa Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM). Fez saber também que, além de Onahumba III, a cidade de Ondjiva conta com as reservas fundiárias das localidades Omwungo II e III, loteadas entre 2014 e 2015, faltando infra-estruturas de abastecimento de água e electricidade, projectos que aguardam por disponibilidade financeira para a sua execução.

## 6.27 Inscrições para o zango 5 começam na segunda-feira

*Jornal de Angola*

*22 de Janeiro de 2020*

*Autor: Victorino Joaquim*

O processo de venda livre de habitações na Centralidade do Zango 5, em Luanda, começa a partir da próxima segunda-feira, através do endereço electrónico [www.imocandidaturas.co.ao](http://www.imocandidaturas.co.ao).

Lançado ontem, em conferência de imprensa, pelo Ministério do Ordenamento do Território e Habitação, o Portal deverá estar disponível aos interessados a partir das zero horas de segunda-feira.

O secretário de Estado para a Habitação, Joaquim Silvestre, fez saber que a decisão de apenas iniciar-se na próxima semana visou dar oportunidades aos interessados de prepararem-se melhor e nesse intervalo entre a apresentação (ontem, e o arranque tratem deste ou daquele documento, como são os casos das declarações de serviço ou o Bilhete de Identidade.

“Os interessados deverão apresentar as suas candidaturas, através do portal, bastando, para o efeito, indicar por meio de um formulário o tipo de habitação e anexar os principais documentos, nomeadamente, o Bilhete de Identidade e declaração de serviço com o salário discriminado”, disse.

Ainda de acordo com Joaquim Silvestre, o acesso às novas habitações obedecerá, essencialmente, três modalidades: arrendamento, pronto pagamento e renda resolúvel.

Estão disponíveis dois mil 390 moradias, das sete mil 964 construídas pelo Governo angolano, sendo 134 vivendas T3 isoladas para arrendamento urbano, 146 vivendas T3 isoladas para renda resolúvel e 40 para pronto pagamento, perfazendo um total de 320.

Já para vivendas T3 geminadas, estão disponíveis 302 para arrendamento urbano, 150 para renda resolúvel, perfazendo um total de 452. Enquanto que para os apartamentos, estão mil 503 para arrendamento urbano e 115 para renda resolúvel, um total de mil e 618.

Para as três modalidades (pronto pagamento, renda resolúvel e renda urbana), os preços vão, desde os oito milhões e 300 mil kwanzas aos 11 milhões e 620 mil kwanzas.

A prestação mensal a ser paga em 30 anos, para habitações em renda resolúvel vai dos 34 mil e 832 a 48 mil 765 kwanzas. Nesta modalidade, os candidatos devem possuir, como salário mínimo 87 mil e 080 aos 121 mil e 913 kwanzas.

Para renda urbana, a mensalidade vai desde os 14 mil e 253 a 15 mil 506 kwanzas, o salário mínimo deverá ser de 35 mil 633 aos 38 mil 765 kwanzas.

Para pagamento dos imóveis os candidatos podem agregar o rendimento familiar. O rendimento familiar é constituído pelo somatório dos rendimentos do candidato e do seu cônjuge. Mas, explicou, cada casal, apenas um dos cônjuges tem direito a candidatar-se, caso nunca nenhum dos dois tenham beneficiado de nenhuma habitação.

### Critérios de elegibilidade

São considerados como elegíveis, os trabalhadores por conta própria ou por conta de outrem, reformados e pensionistas que reúnam as condições, nomeadamente, ter nacionalidade angolana e mais de 18 anos de idade, ser trabalhador e proceder a descontos para a Segurança Social, não ter antes comprado nem arrendada casa ao Estado.

Igualmente, deve ter salário ou rendimentos pessoais ou familiares (cônjuges) suficiente para o pagamento das prestações devidas pela compra ou arrendamento da habitação, receber salário, rendimento pessoal ou familiar (cônjuges) por via bancária. Todas as condições contrárias a estas são consideradas factores de exclusão.

Serão comercializadas às pessoas singulares 30 por cento do total global das habitações.

O contrato Promessa de compra e venda sob renda resolúvel será da responsabilidade do Fundo de Fomento Habitacional (FFH). O contrato de arrendamento e o contrato de promessa de compra e venda (pronto pagamento), serão da responsabilidade do Instituto Nacional da Habitação (INH).

## 6.28 Agente imobiliário defende menor intervenção do Estado

*Jornal Economia and Finanças*  
24 de Janeiro de 2020

O Estado deveria concentrar-se na execução das infra-estruturas e dar ao privado a oportunidade de desenvolver os projectos imobiliários, afirma o vice-presidente da Associação dos Promotores Imobiliários de Angola (APIMA), Cleber Correia.

No entender do especialista, o Estado deve apostar na bonificação dos juros no crédito imobiliário, para facilitar a população a comprar qualquer tipo de imóvel, o que se vai traduzir na “retro alimentação de disponibilidade de casas para venda ao público, o que se traduz no aumento no crescimento da economia, bem como na arrecadação de impostos”.

“Ao participar directamente no negócio imobiliário, o Estado perde duas vezes. Por um lado, não tem lucros, e por outro, não recupera o investimento a julgar pela forma como cobra”, disse.

Como exemplo da intervenção directa do Estado no mercado imobiliário, Cleber Correia destaca o resultado e indicadores que se verificam na centralidade do Kilamaba, em Luanda, onde o “Estado não consegue cobrar a renda, pois assumiu o papel do privado e assim a economia não cresce”.

Concorrer nas centralidades

O cidadão Adriano Francisco disse estar devidamente informado sobre os requisitos necessários para se candidatar a uma casa na centralidade Zango Cinco, e tenciona fazer a sua inscrição nas primeiras horas de segunda-feira, para adquirir um apartamento do tipo T3.

João Vicente, morador do município do Cazenga prefere aguardar pelas próximas centralidades.

## 6.29 Imogestim lança prémio de habitações Kubikus

*Novo Jornal*  
24 De Janeiro de 2020

A imobiliária Imogestim lançou esta semana em Luanda a 3ª edição do prémio de habitações sociais Kubikus 2020, visando colher contribuições de técnicos e melhorar condições de habitabilidade, a preços aceitáveis.

Segundo o chefe do serviço de comunicação e imagem da Imogestim, Mário Guerra, o concurso

enquadra-se no programa de responsabilidade social da empresa, porquanto as soluções para habitações sociais não competem só ao Executivo, mas a toda sociedade.

O concurso, destinado a arquitectos e engenheiros de construção civil, tem por objectivo incentivar e promover a inovação e a criatividade na concepção de projectos de habitação social urbana e rural para Angola. A propósito dessa iniciativa, o representante do corpo de jurado, o engenheiro Júlio Ponseca, informou que as candidaturas devem ser entregues até ao dia 15 de Junho próximo e os resultados serão conhecidos um mês depois e validados pela Imogestim.

Os vencedores de cada categoria (rural e urbana) receberão 2 milhões e 500 mil kwanzas, enquanto os segundos e terceiros classificados receberão menções honrosas.

A parte da inovação terá 25% da avaliação, a funcionalidade do projecto 20%, o uso de produtos locais 15%, sustentabilidade energética e hídrica 15% e a integração dos projectos no ambiente 10%.

A primeira edição do Prémio Kubikus aconteceu em 2015 e foram validados 11 projectos. Destes, seis eram direccionados à habitação social urbana e os restantes para habitação social rural.

## 6.30 Modalidade de acesso às habitações na centralidade do Zango 5 divide opinião dos cidadãos

*Jornal Economia & Finanças*  
24 De Janeiro de 2020  
Autor: Vânia Inácio

No processo de "Venda Livre" de habitações na centralidade do Zango 5, em Luanda, que começa na próxima segunda-feira (27), o Estado disponibilizará, numa primeira fase, 2.390 moradias, dentre as quais 1.939 estão disponíveis para modalidade de arrendamento urbano, 441 para renda resolúvel e 40 para pronto pagamento.

As reacções da população não se fizeram esperar e dividem-se, entre os elogios à promoção do estilo de vida urbano, e as críticas sobre a divisão desproporcionais das respectivas casas nas diferentes modalidades.

A equipa de reportagem do JE apurou que alguns cidadãos estão descontentes, sobretudo com o

número disponível para a propriedade resolúvel, considerado pouco face à demanda.

Edgar Mendes, supervisor bancário, considera as três modalidades "justas". Para ele, a adesão às modalidades vai depender das possibilidades de cada concorrente, mas defende que sendo a renda resolúvel a mais solicitada por parte da população, devia ter mais disponibilidade.

"Devia haver mais casas para a renda resolúvel. Seria o mais sensato", aponta.

Ina Guê entende que no caso dos jovens, a forma mais correcta de investimento é sempre a renda resolúvel, onde no final das contas, a casa é comprada, do que pagar uma quantia menor para depois continuar sem a casa própria.

"Estou à espera das casas do Zango o (zero). As casas do Zango 5 estão muito distantes do centro da cidade e criaria muitos transtornos, mas a quantidade de casas disponíveis para renda resolúvel para o número de jovens sem casa própria é muito reduzida", avança.

No caso de Maura Saldanha, em véspera de se casar, a iniciativa do Estado é muito boa, já que é o sonho de qualquer jovem ter uma casa. O nosso interlocutor mostrou satisfação, principalmente, porque até as pessoas com um salário médio de 80 mil kwanzas poderão aderir.

"Acho que este preço cabe no bolso de qualquer cidadão. Eu sou uma delas", considera.

"Mas, sinceramente, é complicado saber que vou concorrer com tanta gente para apenas 411 casas. Gostaria que pensassem bem na possibilidade de aumentar o número, porque a adesão vai ser grande", advoga.

Carlos Anderson, engenheiro informático, alega que o processo de arrendamento de casas nas centralidades é bom, por causa da população que não tem condições de pagar para outras modalidades.

Por outro, entende que o número de casas disponíveis para a renda resolúvel é pouco para satisfazer a procura.

"É tudo uma questão de bom senso. Acho que a medida também vai desincentivar as pessoas que compram as casas para depois alugar a preços exorbitantes, já que o Estado arrendará por 15 mil kwanzas", afirmou.

Apreciação técnica

Na opinião do economista Carlos Gomes, as novas modalidades de aquisição por renda resolúvel ou arrendamento dos apartamentos nas centralidades, tanto em Luanda como noutras províncias, anunciadas pelo Ministério do Ordenamento do Território e Habitação resultam, certamente, da melhor ponderação sobre os factores menos conseguidos anteriormente.

Para o especialista, a questão não se coloca em termos de concordar ou não com as referidas modalidades.

"Em presença da crise económica que vivemos, o poder aquisitivo da maioria das pessoas está corroído e, por se tratar de património erguido pelo Estado, com recurso a fundos públicos, deve atender, por um lado à necessidade habitacional das pessoas, mas, por outro lado, assegurar o retorno do investimento aplicado através do pagamento pelo preço justo", afirmou

Em relação ao arrendamento, o economista subjaz

Promotores

Para o vice-presidente da Associação dos Promotores Imobiliários de Angola (APIMA), Cleber Correia, o Estado deveria concentra-se na execução de infra-estruturas e dar ao privado a oportunidade de entrada no mercado da construção civil,

"O Estado quer assumir o papel que é privado. Enquanto tiver essa postura a economia não crescerá e muito menos pessoas terão casa própria", afirmou.

Para ele, o Estado deveria encarregar-se da bonificação dos juros no crédito, para emponderar a população para a compra do imóvel próprio.

Segundo avança, com esta medida haveria uma "retro alimentação" na disponibilidade de imóveis para avenda, crescimento da economia com mais arrecadação de impostos.

"Visivelmente os preços das casas estão abaixo do custo. Com isso, o Estado deita dinheiro fora duas vezes, ou seja, não tem lucro e não recupera o dinheiro gasto, devido a forma de cobrança", informa.

Prova disto, alerta, é a quantidade alta de pessoas "no Kilamba que até hoje não pagaram uma parcela, desde que adquiriram o imóvel".

## 6.31 População quer mais renda resolúvel

*Jornal Economia and Finanças*

*24 de Janeiro de 2020*

*Autor: André Sibi*

As populações apelam ao Governo a elevar a quota de habitações do Estado na modalidade renda resolúvel, para o Zango 8.000, devido ao esperado número de solicitação.

A partir das 0h00, da próxima segunda-feira, 27, até ao dia 5 de Fevereiro, estarão disponíveis para “venda livre”, cerca de 2.390 unidades habitacionais, com realce para vivendas isoladas, geminadas e apartamentos do tipo T3, na centralidade do Zango 5, em Luanda.

Segundo o secretário de Estado para Habitação, Joaquim Silvestre, que falava na cerimónia que marcou a apresentação do portal para as candidaturas das casas nas centralidades do Zango 5, foram construídas 7.964 unidades habitacionais, das quais 40 por cento já foram comercializadas para a Função Pública e 30 para as grandes empresas públicas e privadas.

As casas que serão comercializadas a pessoas singulares, denominada “Venda Livre” correspondem a 30 por cento.

O responsável destacou que poderão ainda ter acesso a estes projectos habitacionais, os reformados e pensionistas, cujos rendimentos sejam compatíveis com o valor das prestações ou rendas mensais das habitações a que se candidatam, ou seja, desde que cumpram os critérios de elegibilidade.

### Taxa de esforço

A taxa de esforço mínimo exigido para se candidatar a estas centralidades é de 40 por cento do total do salário do candidato.

As moradias podem ser adquiridas em três modalidades, nomeadamente a renda resolúvel, arrendamento e pronto pagamento.

As vivendas do tipo T3 isoladas destinadas para o arrendamento estão disponíveis 134 unidades, renda resolúvel 146, para o pronto pagamento estão disponíveis apenas 40 vivendas T3 isoladas, perfazendo um total de 320 vivendas isoladas disponíveis. As T3 geminadas para o arrendamento estão disponíveis 302 unidades, propriedade resolúvel

150 unidades, a pronto pagamento nenhum, o que totaliza 452 unidades habitacionais.

Os apartamentos T3 para o arrendamento estão disponíveis 1.503 unidades, propriedade resolúvel 115 unidades e a pronto pagamento nenhum totalizando 1.618 unidades. O total para o arrendamento 1.939 para propriedade resolúvel 411 e pronto pagamento 40, totalizando 2.394. Depois das candidaturas, será feito um sorteio para se apurarem os felizardos.

### Restrições

Entre as restrições estão os cidadãos com moradias adquiridas e arrendadas ao Estado. Ficam igualmente excluídos do processo os candidatos e parceiros com moradias nas centralidades existentes um pouco por todo o país, bem como menor de idade, interessados que não têm salários domiciliados no banco.

O director Comercial da Imogestín, Gilberto Monteiro, explicou que os preços variam de acordo com as condições das habitações.

A título de exemplo, demonstrou que os custos para aquisição de uma vivenda isolada T3 está fixada no valor de 11 milhões e 600 mil kwanzas, com prestações mensais estimadas em 48.766 kwanzas, durante 30 anos.

O rendimento mensal do interessado deverá ser igual ou superior a 121.913 kwanzas.

### Porcedimentos

O Contrato Promessa de Compra e venda Sob Propriedade Resolúvel será da responsabilidade do Fundo de Fomento Habitacional (FFH). O Contrato de Arrendamento e o Contrato Promessa de Compra e Venda (Pronto Pagamento), serão da responsabilidade do Instituto Nacional da Habitação (INH).

Após o encerramento das candidaturas via Portal será realizado um sorteio de entre todas as candidaturas submetidas e aceites no limite das unidades habitacionais disponíveis.

O sorteio será público, oportunamente anunciado e realizado até 15 dias após o encerramento das candidaturas, promovido por uma entidade independente credenciada pelo Instituto de Supervisão de Jogos.

A previsão de conclusão de todo este processo para as unidades habitacionais consideradas é de 60 a 90 dias.



Por outro lado, o secretário de Estado para Habitação advertiu que o Estado poderá adoptar medidas, como retenção na fonte, recurso judicial e despejos aos ocupantes devedores das prestações mensais nas centralidades do Estado.

Joaquim Silvestre revelou que cerca de 50 por cento dos ocupantes dos dos 20 mil apartamentos da centralidade do Kilamba, em Luanda, inseridos no regime de renda resolúvel, estão com “graves incumprimentos” no pagamento das prestações mensais ao Estado.

### 6.32 Preço do cimento está em retracção

*Jornal de Angola*

*24 De Janeiro de 2020*

O preço do saco de cimento de 50 quilos, que até Dezembro chegou aos três mil kwanzas em quase todo o país, caiu para entre 2.400 e 2.600 kwanzas nos mercados de Luanda, mercê do abrandamento da economia e da baixa procura no sector da construção civil, de acordo com números divulgados, ontem, pela Angop.

A fonte nota que, apesar da procura ter reduzido com a paralisação quase total das obras, ao longo da crise económica que afecta o país desde 2014, situação que obrigou as cimenteiras a redireccionar as estratégias de venda para o mercado externo, a quebra não se traduziu na estabilização dos preços, que chegaram a aumentar, nos últimos dois anos, devido ao efeito da política cambial e da desvalorização do kwanza.

Com a depreciação da moeda nacional, as cimenteiras viram os custos operacionais subirem, com a aquisição de combustível e equipamentos.

Mas, a redução dos preços do cimento na capital do país, nas últimas três semanas, é motivada pela fraca procura desse produto, tendo em conta a perda do poder de compra das famílias e a quase paralisação de grande parte de projectos de obras públicas e privadas, que absorvem a maior parte da oferta de cimento.

Apesar dessa redução, os revendedores e clientes finais consideram elevado o preço actual, se comparado com os meses anteriores de Outubro e Novembro, quando o saco de cimento de 50 quilos custava entre 1.800 e dois mil kwanzas.

Ao atingir os três mil kwanzas, em Dezembro, o preço do cimento bateu um recorde, por ser a primeira vez que se comercializou a esse preço na capital do país.

A par de outros materiais de construção, o preço actual do cimento está a retardar a concretização de obras de muitos cidadãos e a afectar a rentabilidade das fábricas e dos revendedores, que têm registado uma queda significativa nas vendas.

A título de exemplo, a Nova Cimangola, a unidade fabril mais antiga do país, tinha uma produção de dois milhões de toneladas por ano, fixada agora em 1,2 milhões de toneladas, apesar de manterem-se constantes os níveis de venda de 100 mil toneladas por mês.

Revendedores declararam uma tendência para novas descidas do preço do cimento, com o mercado a hesitar comprar o produto ao preço actual de 2.400 kwanzas.

### 6.33 2.390 residências estão disponíveis para “venda livre”

*Jornal Economia & Finanças*

*24 de Janeiro de 2020*

*Autor: André Sibi*

Apartir das oho, da próxima segunda-feira, 27, até ao dia 5 de Fevereiro, estarão disponíveis para "venda livre", cerca de 2.390 unidades habitacionais, com realce para vivendas isoladas, geminadas e apartamentos do tipo T3, na centralidade do Zango 5, em Luanda.

Segundo secretário de Estado para Habitação Joaquim Silvestre, que falava na cerimónia que marcou a apresentação do portal para as candidaturas das casas nas centralidades do Zango 5, foram construídas 7.964 unidades habitacionais, das quais 40 por cento já foram comercializadas para a Função Pública e 30 para as grandes empresas públicas e privadas.

As casas que serão comercializadas a pessoas singulares, denominada "Venda Livre" corresponde a 30 por cento.

O responsável destacou que poderão ainda ter acesso a estes projectos habitacionais, os reformados e pensionistas, cujos rendimentos sejam compatíveis com o valor das prestações ou rendas mensais das habitações a que se candidataram, ou seja, desde que cumpram os critérios de elegibilidade.

Taxa de esforço

A taxa de esforço mínimo exigido para se candidatar a estas centralidades é de 40 por cento do total do salário do candidato.

As moradias podem ser adquiridas em três modalidades, nomeadamente a renda resolúvel, arrendamento e pronto pagamento.

As vivendas do tipo T3 isoladas destinadas para o arrendamento estão disponíveis 134

(unidades, renda resolúvel 146, para o pronto pagamento estão disponíveis apenas 40 vivendas T3 isoladas, perfazendo um total de 320 vivendas isoladas disponíveis. As T3 geminadas para o arrendamento estão disponíveis 302 unidades, propriedade resolúvel 150 unidades, a pronto pagamento nenhum, o que totaliza 452 unidades habitacionais.

Os apartamentos T3 para arrendamento' estão disponíveis 1.503 unidades, propriedade resolúvel 115 unidades e a pronto pagamento nenhum totalizando 1.618 unidades. O total para o arrendamento 1.939 para propriedade resolúvel 411 e pronto pagamento 40, totalizando 2.394. Depois das candidaturas, será feito um sorteio para se apurarem os felizardos.

#### Restrições

Entre as restrições estão os cidadãos com moradias adquiridas e arrendadas ao Estado. Ficam igualmente excluídos do processo os candidatos e parceiros com moradias nas centralidades existentes um pouco por todo o país, bem como menor de idade, interessados que não têm salários domiciliados no banco.

O director Comercial da Imogestim, Gilberto Monteiro, explicou que os preços variam de acordo com as condições das habitações.

A título de exemplo, demonstrou que os custos para aquisição de uma vivenda isolada T3 está fixada no valor de 11 milhões e 600 mil kwanzas, com prestações mensais estimadas em 48.766 kwanzas, durante 30 anos. O rendimento mensal do interessado deverá ser igualou superior a 121.913 kwanzas.

#### Porcedimentos

O Contrato Promessa de Compra e venda Sob Propriedade Resolúvel será da responsabilidade do Fundo de Fomento Habitacional (FFH). O Contrato de Arrendamento e o Contrato Promessa de Compra e Venda (Pronto Pagamento), serão da responsabilidade do Instituto Nacional da Habitação (INH).

Após o encerramento das candidaturas via Portal será realizado um sorteio de entre todas as candidaturas submetidas e aceites no limite das unidades habitacionais disponíveis.

O sorteio será público, oportunamente anunciado e realizado até 15 dias após o encerramento das candidaturas, promovido por uma entidade independente credenciada pelo Instituto de Supervisão de Jogos.

A previsão de conclusão de todo este processo para as unidades habitacionais considera- das é de 60 a 90 dias. Por outro lado, o secretário de Estado para Habitação advertiu que o Estado poderá adoptar medidas, como retenção na fonte, recurso judicial e despejos aos ocupantes devedores das prestações mensais nas centralidades do Estado.

Joaquim Silvestre revelou que cerca de 50 por cento dos ocupantes dos dos 20 mil apartamentos da centralidade do Kilamba, em Luanda, inseridos no regime de renda resolúvel, estão com "graves incumprimentos" no pagamento das prestações mensais ao Estado.

## 6.34 Documentação para o Zango 5 abarrota as repartições fiscais

*Jornal de Angola*

*25 De Janeiro de 2020*

O fluxo de contribuintes às repartições fiscais, para actualizar o número do cartão de identificação fiscal, aumentou consideravelmente nas duas últimas semanas, sob influência da exigência desse documento no processo de inscrições para a obtenção de residências na Centralidade do Zango 5, apurou ontem o Jornal de Angola.

Dados obtidos na 1ª Repartição Fiscal de Luanda indicam que uma média diária situada entre 600 e 700 contribuintes afluíu àquela unidade, movida pela necessidade urgente de cumprir com um dos pressupostos para se habilitar ao concurso de habitação, cujo arranque está marcado para segunda-feira, através de um portal na Internet.

Com horário de entrada em funcionamento a partir das 8H00, os profissionais da 1ª Repartição Fiscal de Luanda já tinham, à essa hora de ontem, um registo de 571 senhas distribuídas aos potenciais candidatos, um indicador plausível de que as inscrições junto da Imogestim serão marcadas por elevados índices de procura.

Um funcionário, cuja identidade preferiu anonimato, revelou, em declarações à nossa reportagem, que a presença do excessivo número de contribuintes, dentro e fora das instalações, tem causado muitos transtornos ao normal funcionamento da repartição,

com particular destaque para o cumprimento do horário de fecho e o desconforto dos funcionários.

A fonte lamenta o facto de grande parte das pessoas continuar com a cultura de “deixar tudo para a última hora”, razão pela qual são obrigados a trabalhar horas extraordinárias, já que, apesar da hora de encerramento normal ser às 15H30, têm que continuar a trabalhar até que os cidadãos que já se encontram no interior sejam atendidos.

“Enquanto o último cidadão não for atendido, temos a obrigação de continuar a trabalhar, na medida em que, a maior parte deles, chega cedo e cumpre a ordem da fila fora da repartição”, notou, tendo acrescentado que o número de pessoas na sala tem ultrapassado a centena, quando o recinto foi concebido para metade.

“Depois de receber a senha, passam para a segunda fase, que é o cumprimento da fila no interior, pelo que não temos como evitar a nossa permanência no local de trabalho por mais algumas horas, ainda que tenhamos a necessidade de regressar à casa para o merecido descanso”, voltou a lamentar o funcionário.

O processo de inscrição arranca segunda-feira, 27 de Janeiro, com uma oferta de 2.390 moradias, das 7.964 construídas pelo Executivo, o que estimulou a classe jovem a aproveitar a oportunidade, por tratar-se de venda livre.

O processo para o acto de inscrição inclui o Número de Contribuinte, Bilhete de Identidade, declaração de serviço direccionada ao Fundo de Fomento Habitacional e três últimos recibos salariais, em dados que deverão ser enviados para o endereço electrónico [www.imocandidaturas.co.ao](http://www.imocandidaturas.co.ao).

João Pedro, que permanecia na fila para tratar o cartão de contribuinte, disse à nossa reportagem que já tinha actualizado o número e que regressou à repartição porque, ao renovar o número a pedido do serviço, entregou o original sem tirar cópias.

“Como não tenho nenhum exemplar, sou obrigado a tratar outro, porque o serviço já arquivou o original no processo e foi transferido para uma outra área”, explicou João Pedro, impaciente na fila.

## 6.35 Candidatos tentam a sorte nas duas mil residências

*Jornal de Angola*  
27 De Janeiro de 2020

O processo de venda livre de habitações no Zango 5, em Luanda, começou às zero horas de hoje e estende-se ao dia 5 do próximo mês, devendo os candidatos inscreverem-se através do portal [www.imocandidaturas.co.ao](http://www.imocandidaturas.co.ao).

De acordo com o secretário de Estado da Habitação, estão disponíveis 2.309 residências de um total de 7.964 da centralidade do Zango 5.

Em conferência de imprensa realizada quinta-feira, em Luanda, o secretário de Estado da Habitação, Joaquim Silvestre, disse que as casas a serem comercializadas correspondem a 30 por cento do total das 7.964 da centralidade, para pessoas singulares, na modalidade de venda livre.

A avaliação da capacidade dos candidatos será feita através da declaração de salário e/ou rendimento do casal. Após o encerramento das candidaturas via Portal será realizado um sorteio de entre todas as candidaturas submetidas e aceites no limite das unidades habitacionais disponíveis.

O sorteio público será promovido por uma entidade independente credenciada pelo Instituto de Supervisão de Jogos, quinze dias após o encerramento das candidaturas. Os candidatos que tenham sido sorteados serão notificados por via SMS para preparação das condições de realização da entrevista, assinatura do contrato, pagamento da primeira prestação e recepção da casa.

A previsão de conclusão de todo este processo para as unidades habitacionais consideradas é de 60 a 90 dias.

Antes do início das candidaturas, segundo secretário de Estado para Habitação, já foram comercializadas as habitações destinadas a dois dos três grupos de clientes alvo, nomeadamente para a Função Pública, correspondente a 40 por cento, grandes empresas públicas e privadas correspondente a 30 por cento.

## Reformados e pensionistas

Os reformados e pensionistas, desde que cumpram os critérios de elegibilidade, também podem inscrever-se para a modalidade de Venda ao Público, desde que tenham rendimentos compatíveis com o valor das prestações ou rendas mensais das habitações a que se candidatam.

Para esse efeito, a taxa de esforço máxima considerada para avaliar a capacidade de pagar as prestações e rendas mensais é de 40 por cento do respectivo salário ou outra forma de rendimento mensal.

No geral, os candidatos devem ter os salários ou rendimentos domiciliados num banco, devendo auferir rendimentos que lhe permitam fazer face às obrigações de pagamento das prestações ou renda das habitações, pelo que deverão verificar a sua condição financeira na tabela de preços existente em cada projecto habitacional.

As habitações são destinadas a cidadãos de nacionalidade angolana com mais de 18 anos de idade que não tenham antes arrendado ou comprado casa ao Estado e cujos salários ou rendimentos sejam compatíveis com o preço da tipologia a que se candidatam.

## 6.36 Vandalismo e assaltos preocupam moradores

*Jornal de Angola*

*27 De Janeiro de 2020*

*Autor: Avelino Umba*

Moradores da Centralidade da Marconi, no distrito do Hoji Ya Henda, no município do Cazenga, clamam por um posto policial com maior número de efectivos, face ao elevado índice de actos de vandalismo e de assaltos em residências, com recurso à arma de fogo, de que têm sido alvo.

A reportagem do Jornal de Angola constatou no local que mais de 200 portas e 100 contadores de energia eléctrica foram vandalizados, mas algumas foram apreendidas pela Polícia da Ordem Pública, com apenas quatro efectivos, aí destacados.

A viverem uma clima de tensão, os residentes consideram difícil enfrentar os meliantes quase todos os dias, muito dos quais em posse de arma de fogo. A falta de energia eléctrica na via pública e de policiamento, sobretudo às noites, está na origem do aumento da delinquência.

Joana Domingas, doméstica de 34 anos, residente no Hoji Ya Henda, revelou ao Jornal de Angola que os postes de iluminação colocados nas ruas servem apenas de enfeite e não propriamente para iluminação pública.

“Frequento esta centralidade desde que foi inaugurada. No princípio era um “mar-de-rosas”, mas, infelizmente, nos dias de hoje, sobretudo no período nocturno, não é aconselhável passar por aqui, pois corre-se muitos riscos”, conta. Acrescentou ainda que as ruas ficam às escuras e, com base nisso, os amigos do alheio aproveitam-se da situação. “Eles fazem das suas e, muitas vezes, com recurso à arma de fogo”.

José Joaquim, de 45 anos, funcionário público e morador da centralidade queixa-se, igualmente, da falta de iluminação pública nas vias e na urbanização. “A escuridão tem ajudado os meliantes a fazerem das suas”, desabafou.

Quem alinha do mesmo pensamento é Luzia Neto, que considera ser difícil viver num clima de tensão quase todos os dias. “A minha casa já foi assaltada por duas vezes. Os ladrões levaram vários utensílios de cozinha, inclusive a botija de gás”.

Explica que acção do género ocorre com normalidade, principalmente aos fins-de-semana. “Os assaltos em minha casa foram à luz do dia, quando me encontrava ausente, tudo porque a zona não tem segurança. Estamos atirados à nossa sorte”.

O presidente da Comissão de Moradores, Euclides Carlos, disse, ao Jornal de Angola, que a maior parte dos edifícios está desabitada, o que constitui um perigo iminente. Acrescentou que isto tem originado com que as residências por habitar sejam alvo de vandalismo.

O director do Gabinete de Comunicação Institucional e Imprensa do Comando Provincial de Luanda da Polícia Nacional, intendente Hermenegildo de Brito, disse, ao Jornal de Angola, que a corporação está ao corrente da situação e o Comando Municipal do Cazenga trabalha no sentido de reforçar, nos próximos dias, o efectivo naquela centralidade para pôr cobro aos problemas que aí se registam. “Estamos por dentro da situação que se vive na Centralidade da Marconi, que tem a ver com os assaltos e vandalismo das casas. O Comando Municipal do Cazenga já está a trabalhar neste sentido para inibir a criminalidade”, tranquilizou. A centralidade conta com 30 edifícios concluídos, dos 74 previstos, com uma média de 16 apartamentos cada. A mesma foi construída no âmbito do projecto de requalificação do Distrito Urbano do Sambizanga,



mas o grosso dos edifícios está desabitado, numa altura em que muita gente procura um tecto para morar.

Na centralidade cada edifício dispões de apartamentos T2 e T3. Tem duas escolas, sendo uma do ensino primário e outra do ensino secundário, mas não foi projectada uma esquadra policial.

Erguida numa área de 20 hectares (equivalente a 20 campos de futebol), a urbanização tem também 24 lojas, ainda por distribuir, o Centro Integrado de Atendimento ao Cidadão (SIAC), que ainda não funciona, e uma estação de tratamento de água.

Inaugurado em Agosto de 2017, pelo ex-Presidente da República, José Eduardo dos Santos, a Centralidade da Marconi está situada na zona adjacente à Refinaria de Luanda, na conhecida Petrangol, num espaço onde funcionava o centro de comunicações, cuja extinção deu lugar à construção de edifícios modernos.

### 6.37 Mais de 44 mil inscritos no primeiro dia das vendas

*Jornal de Angola*

*28 de Janeiro de 2020*

*Autor: Victorino Joaquim*

O portal de candidaturas para a compra de habitações concluiu mais de 44 mil inscrições com sucesso até às 16 horas de ontem, de acordo com dados divulgados ontem pela Televisão Pública de Angola, secundando uma nota de imprensa do Ministério do Ordenamento do Território e Habitação enviada às redacções, dando conta da reactivação do portal que, depois de aberto, ficou indisponível por quatro horas no primeiro dia da operação.

Segundo o documento, o processo, intermediado pela empresa de gestão imobiliária Imogestín, iniciou às 00H00 de ontem, mas foram registados problemas técnicos que ocasionaram a indisponibilidade do sistema por quatro horas.

No princípio da tarde de ontem, a equipa técnica responsável pela gestão da plataforma continuava a trabalhar para garantir o normal funcionamento do portal, por onde se promete estar assegurado o reenvio das mensagens de confirmação das candidaturas.

“Reafirmamos que o portal estará disponível 24 horas até às 23H59 do dia 5 de Fevereiro de 2020, sendo igualmente tratadas todas as candidaturas,

independentemente da data de submissão”, conclui a nota de imprensa.

#### Reunião com parceiro

Em declarações à Rádio Luanda, o porta-voz da Imogestín, Mário Guerra, afirmou que a imobiliária estava a trabalhar com a empresa que desenvolveu o “site” de candidaturas para compra de habitação no Zango 5, para apurar as razões que estão na base das falhas. Apesar da indisponibilidade registada horas depois do arranque do “site”, Mário Guerra garante que o processo vai continuar até ao dia 5 do próximo mês, ficando em aberto a possibilidade de os candidatos procederem às inscrições nos dias subsequentes.

Ontem mesmo, foi realizada uma reunião entre as partes, sobre a qual o porta-voz não forneceu mais detalhes.

#### Falhas na submissão

A escolha do projecto habitacional, da tipologia de habitação e selecção do município de residência foram as principais falhas declaradas ao Jornal de Angola pelos cidadãos que tentaram fazer a inscrição para a compra de habitação pelo portal de imocandidaturas. Edna António, candidata à compra de uma habitação, lamentou ter permanecido das 23H00 até perto das 4H00 da manhã a tentar fazer a inscrição através do portal, sem ter tido sucesso.

“Tudo podia começar bem mas, quando fosse preencher os espaços para seleccionar o projecto e enviar a candidatura, o sinal ia abaixo, ficava estático. A situação repetia-se várias vezes. Depois de superar esta dificuldade, surgiram outras: então, tive de desistir”, disse o funcionário público Edson Paulo.

O técnico de informática Alberto Manuel, atento ao processo, afirmou ter-se sentado diante do computador às 00H00, levantando-se da cadeira quase às 3H00 da manhã. “Mesmo assim, não consegui e, como tinha de ir trabalhar, desisti. Eram muitas falhas, desde à selecção do município de residência, escolha do projecto habitacional e da tipologia de habitação, até ao momento de enviar”.

Apesar dos constrangimentos, algumas pessoas conseguiram fazer a inscrição depois de várias tentativas, disse a funcionária pública Clara Sicato, acrescentando que testemunhou alguns colegas de trabalho que tentaram e conseguiram.

#### Negociação dos contratos

Para a fase das vendas que iniciou ontem, estão disponíveis 2.390 habitações, 320 das quais são



vivendas T3 isoladas, 452 vivendas geminadas e 1.618 apartamentos destinados a três modalidades de contrato: arrendamento urbano, propriedade resolúvel e pronto pagamento.

A modalidade de arrendamento urbano reserva 1.939 habitações, sendo 134 vivendas T3 isoladas, 302 vivendas geminadas e 1.503 apartamentos.

Para propriedade resolúvel estão disponíveis 411 casas (146 vivendas T3 isoladas, 150 geminadas e 115 apartamentos).

### 6.38 Imposto predial urbano pode ser pago em seis prestações

*Jornal de Angola*  
30 De Janeiro de 2020  
Autor: Madalena José

A Administração Geral Tributária (AGT) está a estudar a possibilidade de alargar as prestações de pagamento do Imposto Predial Urbano (IPU) de quatro para seis prestações, informou, ontem, a directora dos Centros de Estudos Tributários.

Em declarações ao Jornal de Angola, Silveira Boloto disse que a matéria já foi motivo de análise e discussão na instituição e consta da Proposta de Lei do IPU que aguarda discussão e aprovação do Parlamento. Na terça-feira, a AGT alargou o prazo de pagamento da primeira prestação do IPU, inicialmente previsto para 31 de Janeiro, passando para o dia 31 de Abril. Na base da decisão, disse, está o facto de a AGT reconhecer as dificuldades que as famílias enfrentam para cumprir com as obrigações fiscais neste período do ano.

“O alargamento do prazo teve em conta as dificuldades económicas que as famílias enfrentam, sobretudo no mês de Janeiro”, justificou.

Alargar o período para 31 de Abril é uma medida que vai permitir que o contribuinte tenha a possibilidade de liquidar a primeira prestação do IPU, num prazo mais dilatado, podendo fazê-lo em Fevereiro, Março, ou Abril. “O Estado não pretende que o sistema seja asfíxiante para os contribuintes”, referiu.

Para quem já efectuou o pagamento da primeira prestação, disse, deve apenas conservar o documento da cobrança e regressar no mês de Julho, para efectuar o segundo pagamento. Caso tenha feito o pagamento na totalidade, precisará somente regressar em Janeiro de 2021, para o cumprimento da obrigação referente ao exercício económico de 2020.

Em 2019, a AGT arrecadou do IPU cerca de 49 mil milhões de kwanzas. O IPU é uma contribuição monetária que cada cidadão deve pagar ao Estado pela posse, detenção, usufruto de imóvel ou fruição de rendas referentes a imóveis, desde que não se destinem à actividade agrícola, silvícola ou pecuária.

### 6.39 É muita gente no “movimento sem tecto”

*Jornal O País*  
31 De Janeiro de 2020

Cordiais saudações, meus amigos e compatriotas do jornal OPAÍS.

Escrevo para lamentar um pouco sobre as casas do Zango 5, embora o mundo e, agora, o nosso país estejam com as atenções viradas ao Coronavírus. Quanto a esta doença, vamos ter fé que não venha a se instalar no nosso país, aliás, dada a quantidade de problemas que temos, se não morremos até hoje é porque Deus mesmo também é angolano.

Ora bem, a minha reclamação sobre Zango S surge pelo facto de ter tomado conhecimento de que pelo menos até hoje (30 de Janeiro) um total de 115 mil candidaturas foram feitas e recebidas na Imogestin. Isto é, 115 mil cidadãos estão na luta por uma casa na centralidade do Zango 5 e lá tem apenas 2.390 casas disponíveis.

Parece mentira, mas afinal tem mesmo muita gente no "movimento sem tecto". Tem muita gente sem casa própria; que ainda vive na casa dos pais, vive na renda e quer sair deste sufoco. Este número de pessoas a apresentar as candidaturas demonstra isso. O Estado tem de se preocupar.

### 6.40 AGT alarga prazo para pagamento do IPU

*Jornal Economia e Finanças*  
31 De Janeiro de 2020

Administração Geral Tributária (AGT) prorrogou, para até final de Abril, o prazo do pagamento da primeira prestação do Imposto Predial Urbano (IPU), geralmente liquidada e cobrada até ao dia 31 de Janeiro de cada ano.

Nos termos da Lei, o IPU pode ser pago em duas (2) prestações, nos meses de Janeiro e Julho, sem necessidade de autorização da Administração Geral Tributária ou em quatro (4) prestações, nos meses de Janeiro, Abril, Julho e Outubro com necessidade de solicitação de autorização à AGT.

Em comunicado de imprensa, a AGT esclarece que o Estado não pretende que o sistema tributário seja asfixiante para o contribuinte, nem tão-pouco potenciador do incumprimento das obrigações tributárias. Pelo contrário, "pretende-se um sistema que satisfaça as necessidades de financiamento do Estado, mas que seja igualmente incentivador do cumprimento, tendo sempre em vista a maximização da arrecadação de receitas", lê-se.

Todavia, adianta que, visando cumprir esse binómio arrecadação de receitas e a adequação do enquadramento das obrigações tributárias, estão em curso trabalhos conducentes à revisão do regime fiscal do património imobiliário, que serão posteriormente submetidos à aprovação da Assembleia Nacional.

#### Acordo com Bolsa de Londres

Um acordo de formação entre a London Stock Exchange Group (LSEG) e Bolsa de Dívida e Valores de Angola (BODIVA) foi assinado recentemente, em Londres, pela ministra das Finanças.

Vera Daves manifestou, na ocasião, a necessidade de acelerar o aprofundamento dos instrumentos do mercado de capitais para o financiamento da economia angolana.

O acordo assinado simbolicamente no horário de fecho da bolsa de Londres, estabelece os termos de um programa de capacitação institucional e profissional com a designação de "Readiness to Capital Markets", a fim de conferir maior robustez ao Programa de Privatização (PROPRIV).

Assim, a partir de Maio de 2020, serão ministradas três sessões de formação nos domínios relacionados com a preparação dos processos de capitalização em bolsa, nomeadamente estratégia, governança, abordagem de riscos e responsabilidade social corporativa. Estas formações serão dirigidas aos administradores das empresas que integram o Propriv, membros da Bodiva, Igape, CMC, e empresas privadas identificadas e com interesse em capitalizar-se em bolsa.

A London Stock Exchange Group (LSEG), através do seu braço para a formação, a LSEG Academy, desenvolve e oferece cerca 180 cursos, frequentados, anualmente, por 2.100 indivíduos em todo mundo.

A cerimónia de assinatura do referido acordo foi prestigiada com a presença do embaixador de Angola no Reino Unido, Geraldo Sachipengo, da baronesa Lindsay Northover, o administrador da Bodiva, Mário Caetano João.

## 7. TERRA

### 7.1 Mais de 12 mil habitantes situados na região do Luacho

*Jornal de Angola*

*4 de Janeiro de 2020*

*Autor: António Gonçalves*

Mais de 12 mil habitantes da localidade do Luacho, na comuna do Dombe Grande, província de Benguela, continuam sitiados, em consequência do transbordo do leito do rio Coporolo.

O administrador da comuna de Dombe Grande, Edgar Fernandes, lançou um alerta e pedido de socorro sobre a rotura dos diques de retenção que provocaram o vazamento das águas, que devastaram as culturas nas margens do rio. Lembrou que a situação agravou-se devido à fragilidade das obras paliativas realizadas.

O Jornal de Angola soube que a população sitiada resolveu utilizar canoas para o transporte de pessoas e mercadorias de uma margem para a outra do rio.

Entretanto, o administrador municipal da Baía Farta, José Ferreira, considerou perigosa a forma como a população faz a travessia, criticando os responsáveis pela transportação pouco segura estarem apenas preocupados com o lucro. Sublinhou que, em função da actual situação, foram angariados bens de primeira necessidade, destinados à população isolada e em risco.

De acordo com o responsável, por se tratar de um problema cíclico, a solução do transbordo do rio Coporolo passa pelo desassoreamento regular do leito do rio e na construção e ampliação dos diques de retenção das águas.

O administrador municipal da Baía Farta considera que tais situações poderão ser ultrapassadas com a alocação de verbas destinadas a atender situações de calamidade natural na localidade, onde as fortes chuvas e correntes que se formam no rio, provocam inundações cíclicas que afectam a sede da comuna do Dombe Grande. “Acredito que tão logo haja recursos disponíveis, o problema do rio Coporolo e de tantos outros que têm criado dissabores às comunidades, poderão ser resolvidos”, garantiu José Ferreira.

#### Reassentamento

Face à situação criada pelo transbordo do rio Coporolo, os membros do Conselho Municipal da

Baía Farta reuniram-se na quinta-feira, 2, no sentido de criarem condições para o reassentamento dos habitantes das zonas ribeirinhas, para a localidade de Boa Amizade, onde foi identificado um espaço para loteamentos.

No encontro com a comunidade do Luacho, o administrador José Ferreira solicitou aos líderes comunitários no sentido de não construírem lavras à beira do rio, optando por outros locais para a lavoura sem a ameaça das cheias do rio.

Enquanto o Governo opta pelo reassentamento da população para a localidade de Boa Amizade, o cidadão José Luís, residente no Luacho há mais de 30 anos, reprova a ideia das autoridades municipais de deslocarem-nas para outras zonas, alegando questões de propriedade e investimento nas zonas que servem de sustento às suas famílias.

Apontou como solução, o desassoreamento do leito do rio Coporolo, para que a população possa viver de forma segura. Acrescentou que a resolução do problema não reside em desalojar a população daquela localidade para outra, mas sim no desassoreamento do rio.

“ O local onde pretendem colocar mais de 27 mil pessoas não oferece condições para acolher tanta gente, com diferentes estilos de vida ao longo dos anos”, disse.

Apesar da população do Luacho viver numa zona de risco devidamente identificada, o sociólogo Melo Tchanja, partilha igualmente da ideia de que a movimentação dessa população para outras zonas traria consigo outras consequências.

Para o especialista, o facto de constituir uma população que vive nessa localidade há mais de três décadas e habituado a um modo de vida ligado à agricultura, a sua movimentação de um ponto para outro acarreta outros problemas maiores.

“Eu penso que a solução para este problema, que já está identificado, passa mesmo pelo desassoreamento do rio”, lembrando que o município da Catumbela resolveu os mesmos problemas, com um grande trabalho de engenharia realizado pela construtora brasileira Odebrecht, que oferece hoje à região um quadro totalmente diferente.

“O rio transbordava e inundava a Vila da Catumbela e, pelo trabalho de desassoreamento, temos hoje o problema ultrapassado”, argumentou o sociólogo, que citou igualmente os problemas com que se debatiam os bairros da Calomanga e Caloburaco em Benguela, onde foi efectuado idêntico trabalho de engenharia no rio Cavaco.

## 7.2 Inscrições para terrenos infra-estruturados terminam hoje

*Jornal Economia & Finanças*  
10 De Janeiro 2020

A primeira fase de inscrições para a aquisição de terrenos infra-estruturados, iniciada dia 10 de Dezembro de 2019, em Luanda, termina hoje (sexta-feira).

Em declarações à Angop, o administrador para a área técnica da Empresa Gestora de Terrenos Infra-estruturados (EGTI, E.P.), Kilson Gouveia, até hoje, o processo de pré-candidatura completará 30 dias, período definido para esta fase.

Para esta fase, estão disponíveis 560 lotes para a construção de habitações unifamiliares (vivendas) e multifamiliares (prédios), infra-estruturas para educação, saúde, lazer, cultura e comércio.

O responsável prometeu fazer o pré-balanço desse processo somente na próxima semana, altura em que terá disponível os dados mais consolidados e aptos para divulgação.

### Pré-candidatura

A pré-candidatura para a compra de terrenos infra-estruturados está a ser feita online no site da empresa ([www.egti.gov.ao](http://www.egti.gov.ao)) ou presencialmente no stand de vendas do Kilamba, Avenida Imperial Santana, defronte ao Shopping Xyami Kilamba.

A comercialização dos terrenos está aberta a pessoas individuais e colectivas, nacionais e estrangeiras, que possuam capacidade de aquisição dos terrenos infra-estruturados e de construção.

Nesta fase, serão excluídos dos lotes habitacionais unifamiliares todos os candidatos que tenham adquirido habitação em projectos do Estado.

Além do Sequele e Kilamba, as urbanizações do Camama e Jardim de Rosa também contam com projectos de infra-estruturação, que estão em fase de conclusão.

Nos terrenos infra-estruturados já estão instalados equipamentos para canalização de água potável, pontos de ligação de energia eléctrica. Os espaços contam também com arruamentos, saneamento básico, parques de estacionamento e espaços verdes.

## 7.3 Lar do Patriota pede à PGR investigação de denúncias

*Jornal de Angola*  
10 de Janeiro de 2020

A sociedade Fundadores do Lar do Patriota (FLP) apelou ontem, em Luanda, à Procuradoria-Geral da República (PGR) e à Inspeção-Geral da Administração do Estado (IGAE) no sentido de investigarem as denúncias públicas sobre o envolvimento de funcionários intermédios do Estado na criação, com objectivos criminais, da associação denominada Anandengue e no financiamento de uma rede de ocupação ilegal de terrenos na Urbanização Harmonia.

A FLP denunciou a existência de uma rede de cidadãos que se dedica à ocupação ilegal de terrenos, usando nomes de cidadãos nacionais com elevada relevância social, política e militar. Em comunicado, a sociedade indicou que a rede de cidadãos anónimos, denominada associação Anandengue, ocupou ilegalmente terrenos pertencentes à Urbanização Harmonia, projecto habitacional edificado pela Cooperativa O Lar do Patriota, no município de Talatona.

A sociedade refere que os ocupantes usam nomes de figuras como o deputado Julião Mateus Paulo “Dino Matross” e da ministra Maria Bragança Sambo como proprietários de extensões de terrenos cuja titularidade sequer alguma vez lhes pertenceu.

“A sociedade vai intentar uma acção judicial contra a referida associação e contra todos os que se digam seus representantes, tanto no foro civil como criminal, para a reposição da legalidade e em honra ao bom nome da sociedade FLP”, lê-se na nota à imprensa.

As acções dos ocupantes, segundo o comunicado, não são novas e foram, no passado, alvo de resposta adequada dos serviços técnicos da Administração da FLP e das autoridades locais competentes. Desta vez, segundo a nota, os ocupantes estão a fazer uma nova investida sem que, para tal, haja resposta conveniente dos órgãos da administração local do Estado.

A rede, segundo o comunicado da FLP, instrumentaliza grupos de cidadãos, sobretudo mulheres de condição social menos favorável, instando-os a serem os mentores da ocupação ilegal de terrenos que, posteriormente, são vendidos a terceiros, aos quais é atribuída documentação manifestamente irregular.

“Suportados pela impunidade, os responsáveis da associação Anandengue esquivam-se ao contacto directo com a administração da FLP, usando, como escudos humanos, cidadãos de condição social desfavorável, instigando-os a recorrerem a meios violentos para viabilizarem a ocupação forçada de parcelas de terreno de que é titular a FLP, detentora do direito de superfície emitido pelo Governo Provincial de Luanda, conforme a documentação disponível para a devida averiguação nos termos legais”, lê-se na nota.

A sociedade considera que os ocupantes recorrem amiúde a órgãos de comunicação social posicionando-se como vítimas, numa situação em que são eles próprios os ocupantes ilegais. “Apelamos aos cidadãos a não se deixarem levar pela maquinação dos responsáveis da associação Anandengue na promoção da ocupação ilegal de terrenos e aconselhamos os cidadãos a não comprar terrenos no espaço da Cooperativa O Lar do Patriota sem que a titularidade seja previamente confirmada pela administração da FLP, sob pena de caírem em situação de burla”, lê-se na nota.

## 7.4 Camponeses obtêm títulos e habilitam-se ao crédito

*Jornal de Angola*

*12 de Janeiro, 2020*

*Autor: Sampaio Júnior*

Cento e trinta e três camponeses do município do Cubal (Benguela) receberam, na sexta-feira, títulos de cedência de direitos fundiários no âmbito do programa “Minha Terra”, com o que se habilitam a utilizar as parcelas para prestar garantia na obtenção de crédito bancário.

Os camponeses, que ocupam espaços com dois a seis hectares, já estavam implantados nessas terras, as quais, doravante, passam a deter de forma legal, viabilizando a introdução de noções empresariais e de propriedade à formação de cooperativas e associações de camponeses.

O ministro de Estado e Chefe da Casa Civil do Presidente da República, Frederico Cardoso, que participou no acto de outorga de títulos, entregou, igualmente, uma viatura ao Instituto de Geodesia e Cartografia de Angola (IGCA), para apoio ao projecto.

O responsável anunciou que o programa vai estender-se a todos municípios do país, para que os camponeses possam produzir acima da média e escoar os bens para os principais mercados.

“As pessoas não devem ter medo de cultivar, pensando que virá alguém para recuperar os terrenos, por isso, devem todos aderir a esta campanha”, exortou.

Frederico Cardoso considerou ainda que a falta de segurança na utilização das terras pelas comunidades locais tem influenciado, em grande medida, a usurpação por grupos organizados.

É com o objectivo de dar resposta a esta preocupação que está a ser implementado o programa “Minha Terra”, que visa a concessão de títulos a favor de comunidades rurais, associações e cooperativas agrícolas.

“É necessário dar mais segurança jurídica às famílias no meio rural por ser de onde sai o ganha-pão para dar estudos aos filhos, cuidar da saúde familiar e muito mais”, disse.

A ministra do Ordenamento e Habitação e coordenadora do Grupo Técnico da Comissão Interministerial para o Registo dos Terrenos Rurais a Favor das Comunidades Locais, Ana Paula de Carvalho, referiu que está a ser desenvolvida uma plataforma de cadastro de terra e concessão que vai permitir a materialização do projecto.

Ana Paula de Carvalho acrescentou que este sistema vai fazer com que o Estado detenha o controlo eficaz do uso, ocupação e transformação da terra, garantindo o alargamento da base tributária.

A concessão de direitos sobre terras visa também combater a pobreza e assegurar o desenvolvimento económico, social e a protecção social do cidadão devendo, também, servir de fonte de arrecadação de receitas para a economia.

Para a efectivação do programa “Minha Terra” foram realizados trabalhos de concertação com os camponeses e autoridades tradicionais.

O presidente da Confederação das Associações de Camponeses e Cooperativas Agro-Pecuárias de Angola (UNACA) em Benguela, Simão Januário, considerou que a entrega dos títulos vai garantir maior protecção da classe face aos vários conflitos de terra que a província regista.

Simão Januário considerou que os municípios do Cubal, Caimbambo e Chongoroi são os que mais conflitos de terra registam. Em 2019, revelou, foram registados 10 casos naquela província, onde a organização tem registado 60 mil camponeses.



O programa já foi oficialmente lançado nas províncias de Luanda, Bié, Huambo, Namibe, Moxico, Cabinda e Benguela. O primeiro acto da campanha “Minha Terra” decorreu no município do Chinguar, na província do Bié, em Outubro passado.

## 7.5 Populares invadem terrenos no Huambo

*Jornal de Angola*

12 de Janeiro, 2020

*Autor: Estácio Camassete*

A governadora provincial do Huambo, Joana Lina Cândido, garantiu ter baixado orientações à Administração Municipal no sentido de se conter a invasão que se tem registado nos terrenos pertencentes ao Instituto de Investigação Veterinária e da Faculdade de Medicina Veterinária, afectas à Universidade José Eduardo dos Santos, localizados no bairro Santo António.

Segundo Joana Lina Cândido, "é urgente conter a invasão de terrenos e a progressão de construções de casas, em virtude da inexistência de instrumentos jurídicos que penalizam os populares invasores".

O Instituto de Investigação Veterinária dispunha de 1.200 hectares, mas, actualmente, perto de 179 hectares foram invadidos com construções anárquicas, tendo uma boa parte reservada à prática agrícola sofrido danos consideráveis, com o abate indiscriminado de árvores e animais, disse a governadora.

A reabilitação das infra-estruturas do Instituto de Investigação Veterinária e da Faculdade de Medicina Veterinária do Huambo, defendeu a governadora, deve constituir uma prioridade e merecer maior atenção, por serem activos que contribuem para o desenvolvimento da província.

A falta de laboratórios, insuficiência de recursos humanos e materiais gastáveis, que dificultam as actividades dos técnicos do instituto e da Faculdade de Medicina Veterinária, foram outras das inquietações constatadas por Joana Lina Cândido, durante a visita de campo, na qual se fez acompanhar de alguns responsáveis do governo local.

Fernando Maia, decano da Faculdade de Medicina Veterinária, sublinhou que ao longo dos anos a instituição formou muitos médicos, mas poucos desempenham as funções pelas quais foram formados, por incapacidade de absorção pelo Estado e sector privado.

## 7.6 As terras, o seu aproveitamento e o combate à pobreza no campo

*Jornal de Angola*

13 de Janeiro de 2020

As terras são um recurso natural de elevado valor económico, cujo aproveitamento efectivo pode contribuir para a resolução de problemas de milhares de famílias por via da produção de bens para consumo e comercialização.

Da terra podem sair produtos para alimentar a indústria transformadora que pode vir a desenvolver-se nos próximos tempos, o que, a acontecer, poderá incentivar a produção agrícola, com ganhos para os camponeses e para a sociedade.

Os camponeses precisam entretanto de possuir documentos que atestem a titularidade dos espaços em que cultivam, sem receio de serem perturbados por indivíduos gananciosos que se querem apropriar de terras, não tendo em muitos casos vocação para as aproveitar convenientemente.

Como afirmou o ministro de Estado e Chefe da Casa Civil do Presidente da República, Frederico Cardoso, “as pessoas não devem ter medo de cultivar, pensando que virá alguém para recuperar os terrenos.”

Há exemplos de muitos angolanos que detêm terras, às quais só se deslocam esporadicamente, passando mais tempo nas zonas urbanas do que a realizar projectos produtivos agrícolas. Será necessário analisar a situação de extensos espaços de terras férteis que não são aproveitados por pessoas que não as querem cultivar, quando há muitos camponeses dispostos a produzir.

O Executivo percebeu que, perante vários conflitos, era necessário dar segurança jurídica na utilização das terras pelos camponeses, associações e cooperativas agrícolas, com vista a que os angolanos que vivem e trabalham nas zonas rurais pudessem ter a possibilidade de adquirir rendimentos por via das terras.

É por isso louvável a decisão do Executivo de atribuir aos camponeses de todos os municípios de Angola direitos sobre terras a camponeses, concedendo-lhes títulos que lhes permitirão por exemplo ter acesso a crédito, para potenciarem a sua produção, aumentando a oferta de produtos agrícolas em todo o país.

A concessão de títulos aos camponeses, no âmbito do programa “Minha Terra”, terá um grande impacto na vida de muitas famílias que vivem no campo, na medida em que eles se sentirão motivados a produzir cada vez mais, porque poderão defender os seus direitos perante as autoridades competentes, em caso de eventual conflito.

É do interesse do Estado que haja muita produção agrícola, num momento que se fazem esforços para combater a pobreza. Frederico Cardoso afirmou que era necessário “dar mais segurança jurídica às famílias no meio rural, por ser de onde sai o ganha-pão, para dar estudos aos filhos, cuidar da saúde familiar e muito mais.”

No campo vivem muitos milhões de angolanos, e faz sentido que o Estado esteja a criar condições para evitar conflitos à volta das terras. É necessário promover a paz social no meio rural e defender a justiça, devendo-se desencorajar actos que possam lesar cidadãos que não têm outro meio de subsistência senão a terra.

Que não sejam apenas os ricos a possuir títulos de terras no nosso país. Que as famílias pobres do nosso país, que são a maioria, tenham a possibilidade de usufruir de uma riqueza que a todos os angolanos pertence, as terras, para poderem viver com dignidade.

## 7.7 Desalojados... A vida difícil de mais de 200 famílias que há 13 anos sobrevivem em casebres no Golfe

*Jornal Economia & Finanças*

*17 De Janeiro de 2020*

*Autor: Dulcineia Lufua*

As famílias retiradas de zonas de risco, em alguns bairros da província de Luanda, com a promessa de serem alojadas em habitações com melhor comodidade, dizem-se esquecidas pelo Governo Provincial de Luanda (GPL) e pedem audiência com o governador Sérgio Luther Rescova. Os casebres encontram-se localizados no município do Kilamba Kiaxi, no bairro Golfe 2, próximo da Igreja Josafat (Maná).

Cansados de residir em casas de chapas, os sinistrados são oriundos dos bairros Neves Bendinha, Palanca, Havemos de Voltar, Vila Estoril, Golfe I e Camama, zonas que em 2007 foram gravemente afectadas pelas chuvas. Na altura, o GPL prometeu

solucionar o problema daquelas famílias num curto espaço de tempo.

Entretanto, há 13 anos que as famílias aguardam pelas casas prometidas.

Do governador provincial aquelas famílias querem saber em que «pé» está o processo de alojamento.

"O nosso dossier é do conhecimento dos governantes que passaram por Luanda e do novo governador, Sérgio Luther Rescova. Enviámos duas cartas, como não tivemos respostas, pretendemos falar com ele [o governador] e pedir que nos visite e nos tire deste calvário", disse Carlos Keta, coordenador do pequeno bairro.

O responsável lembrou que, desde 2007 até à data actual, já passaram mais de quatro governadores na província de Luanda e "todos tinham conhecimento da nossa situação, mas quase nada fizeram para nos retirar deste local".

"Sai governador, entra governador e só nós é que continuamos no mesmo sítio e com a mesma miséria. Estamos cansados de viver nessas condições, onde banhamos nas bacias dentro das nossas casas e as necessidades fisiológicas são feitas em sacos de plásticos e depois jogados na lixeira a escassos metros dos nossos casebres, o que constitui um atentado à saúde", desabafou.

Desprovidos de todos os serviços básicos como luz da rede pública, água canalizada, escolas, casas condignas, latrinas e saneamento básico, as 263 famílias consideram mesmo que, nas condições em que estão, não vivem, mas sobrevivem.

"Não conseguimos ficar todos dentro de casa porque o espaço é pequeno e aquece muito. No tempo chuvoso é pior, não dormimos por causa das infiltrações", relatou José Luís, um dos moradores.

Luís contou ainda a humilhação por que passa por dividir a cama com os filhos, situação que para ele é "lastimável" e "vergonhoso".

"Os bate-chapas são muito pequenos, vivo éom os meus filhos em situação precária, dividimos a cama com a esposa e os filhos", lamentou o interlocutor que outrora vivia no bairro Calemba 2.

Vasco Domingos, um dos anciãos da área, fez saber que de princípio residiam no campo 836 famílias. Deste número, foram alojados, até ao momento, mais de 500 famílias no Zango e na Sapu.

"Houve três fases de alojamento, as duas primeiras foram em 2007. A última em Dezembro de 2012.

Foi-nos prometido que seríamos alojados todos, mas processo foi interrompido, ficando 263 famílias", lembra.

Vasco Domingos conta que, na altura, vice-governador de Luanda para a área técnica garantiu que o processo continuaria quatro dias depois, o que não aconteceu até hoje.

«Quando chove, ninguém dorme, as casas ficam inundadas e crescem os casos de cólera e paludismo», acrescentou.

## 7.8 Mais de 56 mil disputam 560 lotes no Kilamba

*Jornal de Angola*

*18 de Janeiro de 2020*

*Autor: André Sibi*

O presidente do Conselho de Administração da Empresa Gestora de Terrenos Infra-Estruturados (EGTI), Pedro Cristóvão, revelou ontem, em Luanda, que a companhia recebeu mais de 56 mil candidaturas durante a primeira fase das inscrições, para 560 lotes na centralidade do Kilamba, realizada durante um mês, entre 10 de Dezembro e 10 de Janeiro últimos.

Quarenta e sete mil inscrições foram recebidas via “online” e mais de oito mil processos foram entregues de forma presencial, afirmou Pedro Cristóvão, apontando a recepção de 92 inscrições de Portugal e 40 dos Estados Unidos, assim como outras, provenientes da Argélia e Moçambique, pelo que decorre uma triagem para conferir se os remetentes são cidadãos nacionais.

O segmento habitacional registou a maior cifra de inscrições, na ordem dos 75 por cento, apesar da oferta também prever lotes para a edificação de infra-estruturas de saúde, ensino e lazer.

### Sorteio e custos

O presidente do Conselho de Administração da EGTI afirmou que, para tornar o processo transparente, a empresa vai agrupar todos os inscritos para, depois, seleccionar as inscrições consideradas válidas e inválidas. A seguir realiza, um sorteio para apurar vencedores.

Entre as inscrições passíveis de serem consideradas inválidas contam-se as de candidatos e respectivas parceiras com moradias nas diferentes centralidades e outros projectos habitacionais existentes no país. Para os candidatos que usaram o mesmo endereço electrónico, será validada apenas a primeira inscrição.

O administrador para área Técnica da EGTI, Kilson Gouveia, lembrou que os preços para aquisição dos lotes variam de 75,15 dólares por metro quadrado ao câmbio do dia, até 150, 31 dólares.

Entre os factores, que vão influenciar os preços dos lotes consta a localização, área bruta de construção, número de pisos bem como a utilidade do espaço. A título de exemplo, o responsável explicou que um lote de 15 por 25 metros quadrados, por exemplo, vai custar aproximadamente treze mil dólares ao câmbio do dia.

### Forma de pagamento

Kilson Gouveia explicou que os lotes podem ser pagos em várias prestações num período de até cinco anos. No entanto, a primeira prestação deverá ser igual ou superior a 20 por cento do valor total do lote.

Já o administrador para área Financeira, Quilaco Pedro, assegurou, que a empresa prevê entregar os primeiros lotes a partir de Outubro deste ano. Depois da capital do país Luanda, seguem-se as províncias de Benguela e Huíla e depois o resto do país. Aproveitou a ocasião para explicar que um terreno é considerado infra-estruturado, quando está localizado numa zona asfaltada, com pontos definidos para ligação da energia, redes de água, saneamento básico e passeios concluídos. O responsável alertou que a titularidade dos lotes será intransmissível, não podendo ser revendidos.

## 7.9 Falta de dinheiro “trava” projectos

*Jornal de Angola*

*22 de Janeiro de 2020*

*Autor: Adelaide Mualimisi*

A falta de verbas está a condicionar a conclusão do projecto de loteamento para a auto-construção dirigida de residências, equipamentos sociais e zonas de lazer, nos bairros Onahumba II, Omwongo I e Omwongo II, arredores de Ondjiva, município do Cuanhama, no Cunene, disse o administrador municipal adjunto para a área Técnica, Infra-estruturas e Serviços Comunitários.

Edson Soares referiu que o projecto de Onahumba II, por exemplo, está paralisado há quatro anos, por falta de dinheiro, e prevê 601 lotes para a construção de residências sociais, equipamentos e áreas de lazer.

Segundo o administrador adjunto, no ano passado estava prevista a materialização do referido plano,

mas não foi possível devido à falta de cabimentação de verbas, a partir do Orçamento Geral do Estado, para a execução de projectos virados para os municípios.

Edson Soares acrescentou que contribuiriam também para a não execução do programa as acções de emergência de combate à seca, a partir do mês de Fevereiro do ano passado. Justificou que foi dada prioridade às acções viradas para o abastecimento de água às populações, com a reabilitação de furos, aquisição de reservatórios, assim como ajuda alimentar aos sinistrados.

Anunciou que para este ano estão previstos três planos de loteamento das reservas fundiárias, que culminarão com a distribuição dos lotes aos beneficiários, no âmbito do Programa Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM). Fez saber também que, além de Onahumba III, a cidade de Ondjiva conta com as reservas fundiárias das localidades Omwuongo II e III, loteadas entre 2014 e 2015, faltando infra-estruturas de abastecimento de água e electricidade, projectos que aguardam por disponibilidade financeira para a sua execução.

## 7.10 Investidores apalpm terreno para a Refinaria do Soyo

*Jornal Economia and Finanças*

*24 de Janeiro de 2020*

*Autor: Jaquelino Figueiredo*

Empresários estrangeiros estiveram no município petrolífero e examinaram as condições técnicas para o arranque das obras

Trinta e um representantes de investidores estrangeiros inteiraram-se das condições técnicas do local onde se irá construir a futura Refinaria do Soyo, na província do Zaire, com capacidade para processar até 100 mil barris de petróleo dia.

Os investidores visitaram no dia 17, o espaço seleccionado para o efeito, cujas características foram consideradas apropriadas para a implementação do projecto.

A visita ao espaço com cerca de 700 hectares, localizado na zona da Sereia, junto à costa ocidental da cidade do Soyo, faz parte das etapas constantes do processo para a selecção do potencial investidor estrangeiro que vai construir a futura Refinaria de petróleos do Soyo.

Na ocasião, o governador provincial do Zaire, Pedro Makita, mostrou-se satisfeito com a visita dos

potenciais INVESTIDOOS res estrangeiros ao município do Soyo, na medida em que, o projecto a implementar vai proporcionar, a par do desenvolvimento da região, empregos para os cidadãos locais e a transformação da sociedade angolana em geral.

“A população do Zaire pode esperar o melhor, porque uma refinaria que vai se juntar a outros projectos não menos importantes vai garantir emprego e o desenvolvimento da sociedade angolana”, acrescentou.

Para o feito, o governante assegurou aos investidores que, a sua presença no Soyo, enquanto titular do poder na província, visa impulsionar o referido processo, no sentido de se tornar realidade o sonho da refinaria local para o gáudio de todos os angolanos.

“Estamos aqui para impulsionar o processo, para que o sonho da refinaria possa de uma forma célere nascer para o gáudio de todos os angolanos. Nós garantimos aos investidores que, viemos dar a cara como se diz na gíria, com o fito de dizer, faremos o que for possível para que o projecto nasça”, garantiu.

Por seu turno, o Presidente da Comissão Executiva da Sociedade Nacional das Refinarias de Angola, Joaquim Soares Kiteculo, à frente de uma equipa técnica do Ministério dos Recursos Minerais e Petróleos, disse que a visita faz parte do programa do concurso público, numa altura em que, cumpre-se o prazo de preparação e apresentação das propostas que vão ser entregues em Março próximo.

“Os candidatos visitaram o local seleccionado para a obra aqui no Soyo, porque faz parte do programa do concurso. Viemos cumprir essa etapa e temos o prazo que ainda está a decorrer que é de preparação e apresentação da proposta que será entregue em Março próximo”, avançou.

De acordo com Joaquim Soares Kiteculo, após a visita dos cerca de 700 hectares do espaço seleccionado no Soyo, os 31 concorrentes inscritos para o concurso público, mostraram-se muito impressionados, pelo que tudo indica, o projecto vai ser concretizado.

## 7.11 Investidores apalpm terreno para a Refinaria do Soyo

*Jornal Economia & Finanças*

*24 De Janeiro de 2020*

*Autor: Jaquelino Figueiredo*



Trinta e um representantes de investidores estrangeiros inteiraram-se das condições técnicas do local onde se irá construir a futura Refinaria do Soyo, na província do Zaire, com capacidade para processar até 100 mil barris de petróleo dia.

Os investidores visitaram no dia 17, o espaço seleccionado para o efeito, cujas características foram consideradas apropriadas para a implementação do projecto.

A visita ao espaço com cerca de 700 hectares, localizado na zona da Sereia, junto à costa ocidental da cidade do Soyo, faz parte das etapas constantes do processo para a selecção do potencial investidor estrangeiro que vai construir a futura Refinaria de petróleos do Soyo.

Na ocasião, o governador provincial do Zaire, Pedro Makita, mostrou-se satisfeito com a visita dos potenciais investidores estrangeiros ao município do Soyo, na medida em que, o projecto a implementar vai proporcionar, a par do desenvolvimento da região, empregos para os cidadãos locais e a transformação da sociedade angolana em geral.

"A população do Zaire pode esperar o melhor, porque uma refinaria que vai se juntar a outros projectos não menos importantes vai garantir emprego e o desenvolvimento da sociedade angolana", acrescentou.

Para o feito, o governante assegurou aos investidores que, a sua presença no Soyo, enquanto titular do poder na província, visa impulsionar o referido processo, no sentido de se tornar realidade o sonho da refinaria local para o gáudio de todos os angolanos.

"Estamos aqui para impulsionar o processo, para que o sonho da refinaria possa de uma forma célere nascer para o gáudio de todos os angolanos. Nós garantimos aos investidores que, viemos dar a cara como se diz na gíria, com o fito de dizer, faremos o que for possível para que o projecto nasça", garantiu.

Por seu turno, o Presidente da Comissão Executiva da Sociedade Nacional das Refinarias de Angola, Joaquim Soares Kiteculo, à frente de uma equipa técnica do Ministério dos Recursos Minerais e Petróleos, disse que a visita faz parte do programa do concurso público, numa altura em que, cumpre-se o prazo de preparação e apresentação das propostas que vão ser entregues em Março próximo.

"Os candidatos visitaram o local seleccionado para a obra aqui no Soyo, porque faz parte do programa do concurso. Viemos cumprir essa etapa e temos o prazo que ainda está a decorrer que é de preparação e

apresentação da proposta que será entregue em Março próximo", avançou.

De acordo com Joaquim Soares Kiteculo, após a visita dos cerca de 700 hectares do espaço seleccionado no Soyo, os 31 concorrentes inscritos para o concurso público, mostraram-se muito impressionados, pelo que tudo indica, o projecto vai ser concretizado.

## 7.12 Rescova aponta desafios na governação de Luanda

*Jornal de Angola*

*25 De Janeiro de 2020*

O governador de Luanda apontou, ontem, a educação, a segurança pública, o combate à corrupção, a venda ilegal de terrenos e as construções anárquicas como os principais desafios do Executivo provincial e chamou a atenção dos administradores municipais, comunais e distritais para o melhoramento da cidade.

Falando durante uma re-cepção às entidades emblemáticas e figuras tradicionais da província, alusiva aos 444 anos da cidade de Luanda, Sérgio Rescova elegeu também a diminuição do número de crianças fora do sistema de ensino, o melhoramento do saneamento básico e a diminuição da malária, como outros desafios a emprender na sua governação.

Aos administradores municipais, comunais e distritais, Sérgio Rescova pediu uma maior entrega, bem como o combate às más práticas para se ter uma Luanda melhor para todos.

De acordo com o governador, as chuvas que sempre foram vistas como um grande problema para Luanda, "hoje já não constituem grave problema", salientando que actualmente esse fenómeno natural tem causado um baixo número de mortes, comparativamente aos anos anteriores.

"Houve uma redução substancial. O melhor seria não haver nenhuma morte. Esse tem que ser o nosso objectivo, quanto menos mortes houver melhor", disse para quem as acções de prevenções devem continuar.

Rescova referiu que o país está empenhado numa grande frente contra a corrupção e apelou a todos os munícipes a adoptarem uma conduta de denúncia de práticas incorrectas.

Na sua intervenção, Sérgio Rescova agradeceu o apoio que tem recebido para a árdua missão de



governar uma cidade com 444 anos e com cerca de oito milhões de habitantes.

### 7.13 Empresas incumpridoras podem ser multadas

*Jornal De Angola*

*31 De Janeiro de 2020*

*Autor: Manuela Gomes*

A directora nacional de Protecção e Avaliação de Impactes Ambientais disse que muitas empresas operam à margem da lei, em áreas impróprias para este tipo de actividades, noutros casos, sem qualquer documento que autoriza o seu funcionamento.

Nelma Caetano apontou os sectores da Geologia e Minas e o de Exploração de Recursos Florestais como os menos cumpridores, no que toca a documentação que valida o exercício das actividades com impactos directos ao meio ambiente. Ao passo que, os sectores que mais cumprem são os da Indústria, dos Petróleos, infra-estruturas e construção civil.

A responsável avançou que as empresas que não possuem licenciamento ambiental, documento de controlo, realização e acompanhamento de actividades que utilizem recursos naturais, que sejam poluidoras degradem o meio ambiente, correm o risco de serem responsabilizadas social e penalmente, caso não se municiarem da licença.

"Estas empresas podem ser penalizadas de acordo com o decreto da responsabilização ambiental e do punidor pagador. De acordo com a legislação em vigor, sobre licenciamento ambiental, no Decreto 59/07, em termos de coimas e multas as empresas podem pagar entre 1.000 a um milhão de dólares, o equivalente em kwanzas", alertou a responsável.

Nelma Caetano explicou que um investidor, que pretende instalar uma indústria, deve dirigir-se ao Ministério da Indústria, onde lhe será exigido a licença ambiental, depois ao Instituto de Planeamento e Gestão Urbana de Luanda (IPGUL) e outros departamentos ministeriais, a fim de tratar a devida documentação.

"Dentro em breve, vamos trabalhar de forma integrada, para que o próprio utente ou investidor, ao solicitar a um destes departamentos governamentais, previamente saber o que está afecto à sua actividade, que tipo de licença deve proceder e solicitar", explicou.

Por outro lado, a directora, aplaudiu o crescente número de empresas que, cada vez mais, procuram pelos serviços da Direcção Nacional de Protecção e Avaliação de Impactes Ambientais para licenciarem, cadastrar e oficializar o funcionamento das suas actividades.

#### Denúncia

A directora nacional de Protecção e Avaliação de Impactes Ambientais disse que, qualquer cidadão que se sinta lesado ou "agredido" pelas acções de alguma empresa, no que toca à poluição sonora ou outra, pode e deve fazer denúncia.

O Ministério do Ambiente tem aberta uma linha para o efeito, denominada "Linha Verde", onde o utente pode ligar e propalar informações sobre o prejuízo que determinada empresa esteja a causar no bairro. "O número de denúncias contra empresas que atentam ao ambiente tem sido cada vez frequente, isso é bom. Embora a população ainda não tem muito a cultura de denúncia", disse a responsável, para quem ainda é preciso sensibilizar mais a população para o efeito.

Nelma Caetano apreciou o balanço das actividades desenvolvidas em 2019 pela sua direcção, onde o número de solicitações por parte das empresas tem aumentado. "A título de exemplo, em 2018, tivemos mais de 350 para o licenciamento, enquanto que até Agosto de 2019, só na componente física, recebemos 450 solicitações e no Sistema Integrado online temos actualmente mais de 400".

Algumas empresas, disse, por incumprimento às normas exigidas para o exercício das actividades, viram as suas obras embargadas e actividades suspensas.

"Quando as nossas equipas se deparam com investidores, empresas incumpridoras, inicialmente, começamos com um trabalho pedagógico, que passa pelo diálogo e sensibilização, onde procuramos saber o porquê do incumprimento desta ou daquela documentação".

A lei, clarificou, dá legitimidade para proceder o embargo e recolha dos equipamentos dessas empresas incumpridoras e estas ficarem temporariamente encerradas, até resolver todas as questões ambientais, às vezes documentais e outras por causar danos ao ambiente.

Por outro lado, realçou a boa actuação das equipas do Ministério do Ambiente, pois o trabalho, desempenhado de forma integrada, tem possibilitado com que, aquele órgão tenha maior controlo dos

desequilíbrios ao ambi-ente que vão acontecendo um pouco pelo país.

A Direcção Nacional de Protecção e Avaliação de Im-pactes Ambientais tem descentralizado as suas competências, com a criação de gabinetes provinciais de gestão do ambiente, resíduos e serviços comunitários com capacidades de actuação.

De acordo com a responsável, brevemente, o órgão que dirige vai integrar o Sistema Integrado do Ambiente (SIA) ao portal dos serviços electrónicos do Estado, CEP.

#### Sistema Integrado do Ambiente

Lançado em Agosto de 2019, o Sistema Integrado do Ambiente (SIA), uma plataforma online que visa facilitar aos investidores o registo ou pedido de licenças ambientais, teve a sua implementação em Setembro do mesmo ano, tendo numa primeira fase, avançado com a solicitação de instalação, operação e renovações de licenças ambientais.

O Sistema prevê a integração de todos os serviços prestados pelo Ministério do Ambiente, desde as licenças ambientais, autorizações de importação de produtos químicos, certificação das empresas e futuramente a emissão de licenças CITES.

De acordo com a directora da Direcção Nacional de Prevenção e Avaliação de Impactes Ambientais, o SIA tem sob controlo empresas devidamente cadastradas e outras em processo. A direcção está a desenvolver um trabalho coordenado com o Ministério dos Recursos Naturais e Petróleo, para um levantamento das mesmas.

Foi criada, em 2019, uma Comissão Técnica coordenada pelos ministros dos Recursos Minerais e Petróleos e do Ambiente, que regularmente trabalham em todas as questões ambientais, fim de "encontrar" as empresas que pretendem operar no ramo de exploração, extracção e torná-las habilitadas em todas as vertentes.

"Todas as empresas que constam do nosso Sistema estão devidamente licenciadas, aquelas que não estão operar à margem da Lei. Temos o Serviço Nacional de Fiscalização do Ambiente que toma conta dessas situações de incumprimentos e felizmente, temos tido algum sucesso no que toca à abordagem a esses investidores prevaricadores", sublinhou.

Nelma Caetano, explicou que às empresas incumpridoras é concedido um pra-zo (três meses), é orientado como ela deve proceder para o cumprimento das normas. O não cumprimento das recomendações leva com que o Ministério adopte

outra postura, como o pedido de actuação do Serviço de Fiscalização que dá início ao processo de notificações. Nestes casos, se o investidor não se pronunciar, a empresa é multada ou até mesmo encerrada.

## 8. SERVIÇOS BÁSICOS

### 8.1 Ministério das Águas “rega” Pequena Semente

*Jornal de Angola*

*1 De Janeiro de 2020*

*Autor: Victorino Joaquim*

O Centro de Acolhimento “Pequena Semente”, em Luanda, recebeu ontem, um donativo composto por bens alimentares não perecíveis, como arroz, massa, açúcar, óleo vegetal, leite, feijão e fuba de milho, entregue pelo Ministério da Energia e Águas.

O donativo, entregue no âmbito do Natal Solidário, inclui roupa de cama, produtos de higiene pessoal e material escolar

O secretário de Estado da Energia, Belsa da Costa, que procedeu à entrega dos bens, lembrou que o Natal Solidário é uma iniciativa presidencial com o objectivo de proporcionar às pessoas vulneráveis uma quadra festiva agradável.

Belsa Costa disse que o Ministério da Energia e Águas vai continuar a apoiar alguns centros de acolhimento para diminuir as dificuldades em vestuário, material escolar, alimentação e assistência médica.

O director e fundador do centro, pastor Franck Cassulle, agradeceu o gesto, sublinhando que vai ajudar a minimizar a carência alimentar.

O centro acolhe mais de 90 crianças, 54 delas em regime de internato .

A campanha de solidariedade do Ministério da Energia e Águas começou, segunda-feira, com uma visita à cadeia do WakuKungo, no Cuanza Sul, e ao Centro de Acolhimento de Misfron, pertencente a uma Organização Não Governamental, no Zango 3, em Luanda.

Neste centro, o secretário de Estado da Energia procedeu, igualmente, à entrega de um outro donativo composto por bens alimentares. O Ministério da Energia e Águas promete entregar ao centro um autocarro para facilitar o transporte de crianças.

### 8.2 Trabalhadores da Elisal detidos por arruaça

*Jornal de Angola*

*4 de Janeiro de 2020*

Seis trabalhadores grevistas da Empresa de Limpeza e Saneamento de Luanda (ELISAL) foram detidos, ontem, pela Polícia Nacional, por terem incentivado actos de arruaça.

O porta-voz do Comando Provincial da Polícia Nacional, em Luanda, Hermenegildo de Brito, disse à Angop que os grevistas foram acusados de alterar a ordem e tranquilidade pública, por danificação parcial de viaturas da empresa e agressão a um motorista.

Tudo aconteceu quando um grupo de trabalhadores da Elisal tentou impedir, na manhã de ontem, a saída de viaturas subcontratadas para serviços mínimos, o que criou tumulto entre os grevistas e efectivos da Policia Nacional.

Os trabalhadores não permitiam que os meios de uma empresa subcontratada pela Elisal, para prestar serviços mínimos, saíssem à rua para actividades de limpeza.

Os funcionários, que reivindicam melhores condições de trabalho e a regularização do pagamento de salários, paralisaram as suas actividades desde 23 de Dezembro, por tempo indeterminado.

O secretário adjunto para a mobilização da comissão sindical da Elisal, Agostinho Neto, disse que, até ao momento, não receberam os salários de Dezembro nem os subsídios de Natal, situação que coloca os trabalhadores em desespero.

Por outro lado, acusa a entidade patronal de não querer manter o diálogo com os trabalhadores grevistas que estão dispostos a retomar as actividades.

O porta-voz da comissão de gestão da Elisal, Gonçalves Imperial, disse que existe boa vontade e abertura para conversar com os trabalhadores.

Acrescentou que num encontro com a comissão sindical ficou o compromisso de que serão efectivados os pagamentos tão logo sejam ultrapassadas as dificuldades financeiras.

### 8.3 Administração da Caála pretende cobrar taxa de lixo

*Jornal de Angola*  
6 de Janeiro de 2020

As autoridades do município da Caála, província do Huambo, tencionam implementar, a partir de Fevereiro próximo, o Decreto Presidencial 196/12 referente à cobrança de taxa de recolha de lixo, disse o administrador local, Francisco Kata, num encontro com a classe empresarial e agentes económicos locais.

Numa primeira, segundo a Angop, que cita Francisco Kata, as taxas vão ser aplicadas aos estabelecimentos comerciais e industriais.

A medida, explicou, visa manter a cidade da Caála mais limpa e, conseqüentemente, envolver os agentes económicos no processo de higienização, com vista a prevenir os munícipes de muitas doenças, com destaque para a malária.

A Caála, situada a 23 quilómetros da cidade do Huambo, tem 537 agentes económicos com a situação documental regularizada e em actividade.

O administrador municipal prometeu trabalhar, em parceria com a classe empresarial, para o fomento do crescimento económico-social, visando a melhoria das condições de vida da população.

No município da Caála, um dos 11 da província do Huambo, com 331 mil e 23 habitantes, foram recolhidas, em 2019, seis mil e 350 toneladas de lixo, quer dos habitantes quer de entidades colectivas.

### 8.4 Drenagem em Talatona precisa de duas bombas

*Jornal de Angola*  
8 de Janeiro de 2020

A bacia de retenção da Vana no município de Talatona necessita de duas bombas de drenagem para baixar os níveis de água que transbordaram, devido as últimas chuvas que Luanda recebeu sábado último.

A empresa encarregue da limpeza da bacia funciona, no momento, apenas com uma das bombas, o que compromete o processo de aceleração da sucção que se espera ser concluído com o trabalho de retirada dos resíduos, para dar maior capacidade de retenção das águas.

O esclarecimento foi prestado ontem ao governador de Luanda, Sérgio Luther Rescova, durante a jornada

de campo, que visou avaliar os estragos das chuvas no município de Belas e Talatona.

A jornada também serviu para projectar a entrada em funcionamento de novos planos para o desimpedimento nas valas e bacias para melhor responder às enxurradas que a cidade vem recebendo.

Sérgio Luther Rescova seguiu para o município de Belas, onde inteirou-se também de soluções urgentes para a bacia de retenção das Salinas e dos estragos causados pelo transbordo da mesma, principalmente no que toca à inundações de dezenas de casas. Face à situação, os líderes comunitários pediram que se faça regularmente limpeza às valas de drenagem para facilitar o escoamento das águas.

O responsável apelou para o reforço das campanhas de sensibilização e de fiscalização de forma a inibir os munícipes de construírem em zonas de risco.

Depois de visitar a ilha do Mussulo, onde constatou os trabalhos de limpeza em curso na orla marítima, o governador fez visitas de constatação ao centro de saúde, a capitania e ao Serviço de Protecção Civil e Bombeiros, onde se inteirou das necessidades da corporação.

No final dos trabalhos, o director do Gabinete Provincial de Infra-Estruturas, Mauro Lucas, disse à imprensa que a jornada serviu, também, para tirar notas e dar continuidade a alguns projectos que se encontram paralisados a nível da capital. Mauro Lucas avançou que a entrada em funcionamento destes projectos e os trabalhos a serem realizados brevemente nas valas e bacias, permitirão dar melhor resposta às enxurradas que a cidade vem recebendo.

### 8.5 Manutenção em zonas de Benguela

*Jornal de Angola*  
08 de Janeiro de 2020  
Autor: António Gonçalves

As zonas C, D e F do município de Benguela ficam privadas do fornecimento de água das 8 às 18 horas de quinta-feira, devido a trabalhos de limpeza e manutenção dos equipamentos.

Segundo uma nota de imprensa da Empresa Pública de Água e Saneamento, as zonas A e B do município de Benguela ficam também privadas do fornecimento de água das 12 horas de quinta-feira às 20 horas de sexta-feira.

A direcção da Empresa Pública de Água e Saneamento de Benguela apela ao público consumidor no sentido de efectuar reservas, para se evitarem constrangimentos.

## 8.6 Milhares de consumidores sem fornecimento de água

*Jornal de Angola*

*Justino Victorino*

*8 de Janeiro de 2020*

Pelo menos 25 mil consumidores, do casco urbano e periferia da cidade do Huambo, estão, desde a passada sexta-feira, privados do fornecimento de água potável, devido à inundação registada na Estação de Tratamento de Água do Rio Culimahãla, tendo causado infiltração nos equipamentos eléctricos, em consequência das fortes chuvas que se abatem sobre a província.

O chefe do Departamento técnico da Empresa de Saneamento e Águas do Huambo avançou que vários equipamentos, como electro-bombas, compressores, filtros, bombas de vácuo do compressor e sistema de pulsador, ficaram danificados, acrescentando que alguns meios técnicos foram desmontados e enviados às instalações do CFB-Huambo para secagem em estufa.

Filipe Chilala apelou aos consumidores a manterem a calma, porque, disse, esforços estão a ser envidados para a reparação dos equipamentos, que vão permitir a reposição, no mais curto espaço de tempo, do fornecimento de água potável. Em 2016, recordou, uma situação do género foi registada.

A Estação e Tratamento de Água do rio Culimahãla, localizada no bairro da Bomba Alta, tem capacidade para bombear 2.720 metros cúbicos por hora, mas, neste momento, estão apenas disponíveis mil metros cúbicos, que cobrem parte do casco urbano e algumas zonas periféricas da cidade do Huambo.

As chuvas, acompanhadas de fortes ventos, causaram ainda inundações a várias residências construídas de forma anárquica, nas margens do rio Culimahãla.

## 8.7 Amontoados de lixo estão espalhados pelas principais ruas da cidade do Uíge

*Jornal de Angola*

*9 de Janeiro de 2020*

*Autores: Mavitidi Mulaça e Joaquim*

*Júnior*

Os amontoados de lixo que proliferam na cidade do Uíge estão a dar lugar a um cheiro nauseabundo e enormes quantidades de mosquitos em várias artérias da circunscrição.

O administrador municipal do Uíge, Emílio Castro, disse, recentemente, que a instituição que dirige não recebe verbas para a recolha de resíduos sólidos, estando a responsabilidade da limpeza da cidade a cargo do Governo Provincial.

Na ronda que a reportagem do Jornal de Angola fez em algumas artérias da cidade constatou que, em quase todas as esquinas há lixo acumulado. Devido às chuvas constantes que se abatem sobre a região, em algumas zonas o lixo está espalhado ao longo das ruas.

Os bairros Candombe Velho e Novo, Bem-Vindo, Papelão, Kakiuia, Gai, Pedreira, Dunga, Catapa e Quindenuco são os que apresentam um quadro preocupante em termos de acumulado de lixo. O cheiro está de tal forma no ambiente que se respira que as pessoas que circulam pelas ruas passam por momentos de grande sufoco.

Castigo Oliveira, morador do bairro Papelão, na zona do Paco e Benze, disse que os habitantes locais estão irritados com o lixo que enche as ruas. “Estes resíduos atraem ratos, baratas e moscas. Agora que está a chover constantemente afiguram-se como um autêntico atentado à saúde da população”, disse.

Oswaldo Caluanga, morador do bairro Candombe Velho, diz que está muito agastado com a situação, porque próximo de casa existem várias lixeiras, pelo que “a família é obrigada a utilizar ‘tapa nariz e boca’ para se proteger do mau cheiro e das moscas”.



O estudante de Enfermagem Santos António disse que o lixo a céu aberto pode causar leptospirose, uma doença infecciosa provocada pela bactéria leptospira, normalmente encontrada na urina de ratos. “Com o andar do tempo, as pessoas que vão tendo contacto com os montões de lixo correm o risco de contraírem esta e outras patologias bacterianas”, alertou.

#### Apelo à sociedade civil

Samuel Macumbo, município do Uíge, disse à nossa reportagem que o problema da proliferação do lixo nas ruas do Uíge “deixou de ser apenas responsabilidade do Governo Provincial”, porque devido ao estado calamitoso que se está a viver, todas as forças vivas devem mobilizar-se para efectuarem campanhas de limpeza.

#### Recolha voluntária

António Vezua, empresário local, teve um gesto digno de realce, ao mobilizar meios e alguns populares para limparem o lixo que estava perto da Paróquia de Fátima, da Igreja Católica, no bairro Mbemba Ngango. “Ao invés de andarmos apenas a criticar, devemos mostrar que estamos inconformados com o lixo. Portanto, é com este espírito que tomei a iniciativa de limpar o lixo que estava aqui ao lado da Igreja Católica”, disse.

## 8.8 Água Jorra a 50% na cidade do Huambo

*Jornal Economia & Finanças*  
10 De Janeiro 2020

O abastecimento de água potável à cidade do Huambo foi já restabelecido, a 50 por cento, ontem, sete dias depois da chuva ter afectado o sistema eléctrico das duas estações de captação, tratamento e distribuição de água a partir do rio Kulimañhala.

O facto foi avançado à Angop pelo presidente do Conselho de Administração da Empresa de Águas, Adolfo Elias Gomes, referindo que as cheias haviam atingido meio metro de altura nas duas captações.

## 8.9 Elisal deixou de oprar na ilha do mussulo há dez anos

*Novo Jornal*  
10 De Janeiro de 2020

Fonte ligada à Elisal, Empresa de Limpeza e Saneamento de Luanda, explicou que o Mussulo se vê a braços com a velha história da acumulação de lixo em épocas como carnaval, natal e ano novo

desde que aquela empresa deixou de operar naquele ponto turístico que mais fornece resíduos aos aterros sanitários localizados em Luanda.

A fonte disse ainda que, durante a permanência daquela operadora, era possível serem vistas outras empresas do sector, mas, acrescenta, todas elas eram monitoradas pela Elisal, uma vez que esta tinha meios e utensílos capazes de responder, com eficácia, aos problemas do saneamento durante as épocas de maior movimentação.

Actualmente, a empresa Vista é a responsável pela gestão dos resíduos sólidos naquele lugar. A referida empresa possuiu a recolha do lixo e a limpeza durante dois dias, tendo feito a limpeza da costa após o regresso de muitos banhistas à rotina normal.

Segundo os funcionários, parte do lixo deu à costa devido à chuva que caiu na capital nos primeiros dias do ano. "Muitos resíduos eram atirados ao mar por banhistas que, durante as travessias, consumiam bebidas", acusa Marcos Seba, da empresa Vista, que havia sido destacado para trabalhar no segundo dia do ano ..

Do embarcadouro até ao Mussulo, centenas de "ilhas de lixo", que se formaram depois da chuva, podiam ser vistas no mar e, segundo explicações de operadores, a água da chuva carregou o lixo urbano através das valas de drenagem, rios e das próprias ruas, seguiram o seu curso até ao mar e devido às correntes marinhas acabaram nas praias do Mussulo.

## 8.10 Especialista afirma a necessidade de operadoras eficazes

*Novo Jornal*  
10 De Janeiro de 2020  
Autor: Ernesto Gouveia

A falta de consciência no seio da sociedade e uma legislação que existe mas não penaliza, diz a bióloga ambiental Karélia Costa, contribui para episódios com o cenário do Mussulo, depois da quadra festiva.

O aumento do consumo por parte dos cidadãos no final do ano, segundo a bióloga ambiental Karélia Costa, traz como consequência a produção diária considerável de resíduos por pessoa. A especialista, também ligada ao Ministério do Ambiente, considera que este fenómeno está alinhado com o défice dos recipientes para deposição e falta de consciência ambiental.

"É visível o excesso de resíduos na linha da costa do Mussulo oriunda principalmente do continente", disse.

A entrevistada fala ainda de uma má gestão de resíduos, no caso de Luanda, que contribuiu directamente para o aumento dos custos operacionais

"Não nos devemos concentrar apenas no Mussulo, sendo que situações como estas são visíveis em várias áreas da província de Luanda" adverte Karélia Costa.

No que toca à prevenção, Karélia explica que existem medidas como a sensibilização dos munícipes, a colocação de contentores suficientes, tendo em conta o número de habitantes, e a necessária recolha diária do lixo. A valorização de materiais como o plástico, vidro, metal e outros é um aspecto que apontou.

"Não podemos considerar que as associações de defesa e protecção do ambiente, por si só, estejam à demanda da gestão e tratamento dos resíduos a nível do país", afirma a entrevistada, que alerta a necessidade de primar por operadoras que estejam equipadas adequadamente com capital humano e maquinaria.

"Dá que seja fundamental a fiscalização por parte das administrações, locais de forma as operadoras funcionarem eficazmente", recomendou.

A redução do uso de utensílios de plástico, prática que já não é muito comum noutros países, é um pormenor que salta à vista da bióloga: "É preciso que Angola entre nessa abordagem, considerando que uma embalagem de plástico tem um tempo de vida útil muito alargado, podendo durar cerca de 100 anos".

Daí, acrescenta, advém o facto do plástico, que existe em excesso nas comunidades, ir parar ao mar ser uma grande preocupação.

Explicou que o Ministério do Ambiente tem feito o seu papel mas, afirma, é preciso que todos se sintam responsáveis pela melhoria das condições.

Karélia Santos reforça que já existe uma legislação que penaliza quem faz recurso às transgressões administrativas, tais como a deposição de lixo em lugar impróprio, e considera importante que as autoridades actuem.

"Há uma falta de consciência no seio da sociedade, mas a maioria das pessoas sabe que é errado fazer a deposição ou despejo incorrecto dos resíduos. Todos devemos ser fiscais porque as consequências são visíveis e atingem qualquer franja da sociedade.

Lixo não favorece o rendimento dos espaços turísticos

A deposição de lixo em locais impróprios chega a prejudicar os responsáveis de restaurantes, resorts e casas de recreio na Ilha do Mussulo, como explica o secretário geral da Associação das Agências de Viagens e Operadores Turísticos de Angola (AAVOTA).

António Pedro afirma que os complexos turísticos ali existentes têm feito trabalhos de limpeza nas zonas que circundam os espaços que ocupam, mas o cenário de desordem instalado por banhistas, muitas vezes provenientes de outras zonas, e o comportamento das pessoas da comunidade quanto à questão do lixo, afugentam potenciais turistas.

"A ideia que fica é de desordem e falta de higiene nas épocas festivas", desabafa.

"Apesar de ser uma época alta em termos de ocupação, onde tomamos alguma atenção quanto ao lixo produzido, encaramos situações que fogem do nosso controlo, não por nossa vontade", explica o gerente de um dos resorts ali situados. A colaboração das operadoras de recolha de lixo, tal como explica, poderia ser mais eficaz, mas isso não acontece e obriga o redobrar de esforços das equipas de limpeza dos diferentes estabelecimentos.

Aém das casas da recreio, as casas abandonadas, apontou, são outro foco de lixo que compromete a higiene e o ar que se pretende respirar na região.

"Não devemos olhar só para a questão do lixo na quadra festiva, mas também para as casas abandonadas que acabam por servir de depósito de lixo em toda a época do ano", alertou o gestor.

Apelou à necessidade de uma maior fiscalização, no sentido de facilitar o negócio ali desenvolvido.

## 8.11 Saurimo ganha sistemas de abastecimento de água

*Jornal Economia & Finanças*

*10 De Janeiro 2020*

*Autor: Kamuanga Júlia*

As obras de construção de dois sistemas de abastecimento de água, com capacidade para 30 mil litros, para beneficiar mais de 10 mil habitantes, da regedoria Cazembe, na cidade de Saurimo, na Lunda Sul, arrancam brevemente. Segundo o governador provincial da Lunda Sul, Daniel Neto, as obras estarão a cargo de uma empresa chinesa e terminam dentro de dois meses.

Reafirmou o compromisso de continuar a resolver os problemas de forma paulatina para melhorar as condições de vida da população, que ganha também este ano, duas escolas do ensino primário e do I ciclo do ensino geral, uma com 12 salas e outra com 14, respectivamente. Solicitou a colaboração dos cidadãos na efectivação de acções que concorram na melhoria de vida de todos e a preservação de bens colocados à sua disposição.

Em entrevista à imprensa, o empreiteiro da obra, Vu Duy Thanh, avançou que a empreitada, que inclui a construção de três chafarizes, está orçada em mais de 60 milhões de kwanzas.

#### Inquietações

Das inquietações apresentadas pelos moradores, através do seu regedor Cazengue Mutombo, apontam melhorias das vias secundárias e terciárias, instalação de um posto policial e de energia pública a fim de melhorar as condições de vida da população e reduzir actos de criminalidade no período nocturno.

## 8.12 Toneladas de lixo no mar na ressaca do festim

*Novo Jornal*

*10 De Janeiro de 2020*

*Autor: Ernesto Gouveia*

O que acontece no Mussulo é uma autêntica transformação. Do cenário de beleza a um retrato de lixo, sujidade e falta de asseio.

Da ponta final do ano à transição para o ano seguinte, as operadoras de recolha de lixo têm noção do lixo que vão encontrar em praias como o Mussulo.

O cenário de total sujidade é a imagem que foi divulgada nas redes sociais, algumas horas depois do sol raiar no período após as festas. As fotografias divulgadas apelavam à intervenção das autoridades, ao mesmo tempo que alguns comentários de internautas repudiavam a atitude negligente dos banhistas.

Enormes quantidades de lixo foram recolhidas ao longo da península do Mussulo. Aquela zona balnear, preferência de muitos banhistas após o natal, é o local onde grande parte das festas de fim de ano acontece, o que leva uma moldura humana considerável a fazer a travessia de 10 minutos para o convívio.

Os técnicos da VISTA, empresa responsável pela recolha dos resíduos naquela praia, não conseguem quantificar o lixo que é recolhido durante a ressaca de

fim de ano, mas garantem que se trata de um volume considerável, chegando a atingir pouco mais de cinco toneladas.

"Juntando o que é recolhido da água, dos restaurantes e resorts, a conta final atinge uma "quantidade alta de resíduos", afirma um funcionário do aterro sanitário dos Mulenvos, que tem por missão receber muito do lixo que surge das zonas balneares.

Manuel Muhongo refere que a melhor maneira de controlar a quantidade de lixo produzida nas praias em épocas festivas é observar o que é depositado nos aterros sa-nitários. Muhongo explica ainda que a quantidade nos últimos quatro anos é reduzida porque, afirma, "há um maior controlo no consumo, porque a vida encareceu mais".

No caso particular do Mussulo, a situação que menos preocupa os convivas, após vários dias de convívio, é onde colocar o lixo. Para os turistas, todo lugar serve. Este comportamento proporciona ao lugar um cenário de pouca higiene e a «Isso reduz a qualidade da água, para além de se converter num potencial vector de doenças» ideia de um comportamento negligente dos banhistas.

Segundo a administração da comuna do Mussulo, os objectos deixados naquelas praias não só afectam as espécies marinhas e os próprios banhistas, como também trazem prejuízos económicos.

Os materiais de plástico e vidro são os que imperam entre os resíduos encontrados nas praias ao longo daquela península.

"A época de final e começo de ano, onde as pessoas festejam e migram para as praias para aproveitar as férias, mas nem sempre da forma correta, representa o capítulo mais preocupante", afirma o responsável de um dos resorts que alí estão situados.

Uma das grandes preocupações que o gestor apresentou é o facto de surgirem acidentes resultantes da deposição de lixo em locais inapropriados, principalmente objectos de vidro que são partidos e lançados à areia.

A sujidade que o lixo provoca à água é outra das questões que não deixou de apontar. "Isso reduz a qualidade da água, para além de se converter num potencial vector de doenças, tornando-a imprópria para o uso dos banhistas", explica.

Os responsáveis para área técnica da administração comunal do Mussulo afirmam que nada recebem da administração municipal para que o lixo seja combatido continuamente, mesmo em épocas que não sejam festivas, tendo em conta que existem

vários espaços concebidos para a realização de eventos.

#### Fraca educação ambiental

Segundo os técnicos da administração do distrito urbano da Samba, os produtores de eventos têm também alguma responsabilidade na manutenção do estado das praias, propriamente nos locais que escolhem para as suas actividades.

"Muitas vezes, depositam o lixo de forma desordenada, e esperam que os serviços da administração ou as operadoras de lixo façam o resto", denunciam.

A agravar o problema está o fraco domínio de questões ligadas à educação ambiental. Alguns ambientalistas afirmam que esta situação pode perdurar por mais algum tempo e, como prova disso, é o cenário em que são deixadas as praias em determinadas épocas do ano. Os especialistas são unânimes em afirmar que a época de maior pressão e dinâmica na gestão de resíduos sólidos é o verão.

Na visão dos membros de organizações de luta a favor do ambiente, alguma coisa tem mudado, mas há ainda muito por fazer, principalmente junto das novas gerações, que poucas vezes tem acesso a informações ligadas à protecção do ambiente.

### 8.13 Voluntariado... projecto Otchiva recolheu lixo no interior da península

*Novo Jornal*

*10 De Janeiro de 2020*

*Autor: Ernesto Gouveia*

Cerca de 80 jovens ligados ao projecto otchiva Mangais, destinado à protecção do meio ambiente com o reflorestamento de Mangais em várias zonas do litoral, organizaram-se para uma campanha de limpeza ao longo de toda a extensão do Mussulo.

Alarmados com o aglomerado de lixo produzido naquela fase do ano, durante os dois últimos dias do ano, recolheram resíduos depositados arbitrariamente.

A campanha aconteceu simultaneamente em Luanda, no Soyo e nalguns pontos da orla litoral que compõem o Lobito.

Na capital do país, o foco das actividades esteve virado à recolha de lixo no interior do Mussulo. José Palanga, uma das pessoas responsáveis pela acção que

foi desenvolvida em Luanda, revelou que a quantidade de lixo recolhida pelo grupo de voluntários inseridos no projecto foi muito grande.

"Embora não pudéssemos quantificar em termos de tonelagem, podemos afirmar que os diferentes grupos recolheram uma enorme quantidade de resíduos sólidos", José Palanga.

Aquele engenheiro especializado em saneamento explicou que, apesar da grande quantidade, o número é inferior ao lixo que foi produzido no ano passado.

"Estou em crer que é pela redução do poder aquisitivo que muitos optaram por festejar em casa ao invés de se deslocarem à Ilha do Mussulo", calculou.

Sobre as motivações da iniciativa que já leva dois anos, destinada à recolha de lixo no natal e ano novo, Palanga explicou que tem que ver com o facto de a Ilha do Mussulo ser um ponto de referência turística, onde se observa a produção de uma grande quantidade de lixo.

Do início do dia ao cair da tarde, José Palanga afirma não ter visto alguma operadora de recolha de lixo, mas contaram com a participação da comunidade, em quem ainda foi possível perceber um fraco nível de educação ambiental.

O voluntário explicou que, além dos visitantes, parte do lixo que a península recebe provém da cidade de Luanda, sendo transportado pelos canais de drenagem e pela chuva, acabando por chegar ao mar e até às praias por via das das correntes marinhas .

"Conhecer as regras sobre reciclagem e tentar saber o que podemos fazer dentro da nossa própria comunidade sobre alguns materiais mais prejudiciais ao ambiente" é uma das premissas que Fernanda Renée, coordenadora do projecto Otchiva, recomenda.

A reflorestação de Mangais é a acção que resume a actividade do projecto, que tem desenvolvido uma campanha de plantação deste importante elemento da natureza na intenção de evitar não só o seu desaparecimento, mas também proteger as zonas húmidas contra todas as catástrofes naturais, como calem as, erosão e ventos fortes,

Segundo dados da organização Otchiva, a com uma do Mussulo já beneficiou do projecto com a plantação de 30 mil plantas.



## 8.14 Chuva e seca só cá estão para chatear o santo MPLA

*Jornal Folha 8*

*11 De Janeiro de 2020*

A época chuvosa em Angola já provocou 41 mortos, destruiu mais de mil casas e afectou 2.498 famílias, num total de 11.990 pessoas, em 12 províncias do país, informou hoje a Comissão Nacional de Protecção Civil. Se não é a chuva é a seca. Coisas novas, ao que parece, no nosso país.

Segundo o coordenador da comissão, o ministro do Interior, Eugénio Laborinho, de Agosto de 2019 à presente data, as chuvas destruíram 12 igrejas e quatro pontes e deixaram parcialmente destruídas 1.145 residências, havendo ainda o registo de 975 casas inundadas.

Os dados avançados hoje na primeira reunião da Comissão Nacional de Protecção Civil dão conta ainda que, das 18 províncias do país, 12 foram afectadas: Luanda, Bié, Benguela, Huambo, Cuanza Norte, Cuanza Sul, Lunda Norte, Lunda Sul, Malanje, Namibe, Uíje e Zaire.

Eugénio Laborinho disse que as chuvas estão igualmente a causar problemas a nível de ravinas, de forma mais preocupante na Lunda Norte, Lunda Sul, Uíje, Zaire, Moxico, Cuando Cubango, Malanje e Bié, onde “estão a progredir de forma assustadora, ameaçando o corte da movimentação por estradas, destruição de infra-estruturas, bem como o desenvolvimento destas localidades”.

O coordenador da Comissão Nacional de Protecção Civil abordou também a questão da seca severa, que Angola registou em 2019 na parte sul do país, nomeadamente nas províncias do Cunene, Huíla, Namibe, Cuando Cubango, parte do Cuanza Sul e Benguela, afectando 1.789.376 pessoas e 2,3 milhões de cabeças de gado bovino e 1,2 milhões de gado caprino e ovino, resultando na morte de 30.823 animais.

De acordo com Eugénio Laborinho, a situação da seca atingiu nas regiões afectadas “contornos alarmantes”, sobretudo das famílias das zonas rurais.

O governante angolano frisou que apesar dos esforços do Governo para minimizar a situação, através da prestação dos apoios necessários, “continua-se a registar, nas províncias mencionadas, um índice elevado de desnutrição aguda, o abandono escolar e o absentismo dos alunos”.

Nesse sentido, o coordenador da Comissão Nacional de Protecção Civil apelou à sociedade civil para continuar a prestar as ajudas necessárias às vítimas da seca e outras calamidades, realçando que quem recebe os bens deve encaminhá-los a quem necessita, “caso contrário serão responsabilizados, de acordo com os normativos legais”.

Face a essas preocupações, prosseguiu o coordenador da comissão, alcançar comunidades resilientes no país é a prioridade, pelo que, com vista a melhorar as actividades realizadas, está em curso a adopção de uma nova abordagem da actividade de protecção civil em Angola.

De acordo com Eugénio Laborinho, pretende-se realizar acções e planos que visam evitar a criação de novos riscos, redução dos existentes, garantir uma gestão de crise e emergência eficaz, inclusiva e participativa, assim como desenvolver acções que visam reconstruir melhor, razão pela qual está em curso a actualização da lei de bases da Protecção Civil.

A comissão pretende actualizar também o plano nacional e provinciais de preparação, contingência, resposta e recuperação de desastres e calamidades, reactivar o Centro de Coordenação Operacional, com o objectivo de melhorar a articulação nas acções de planeamento e resposta aos desastres entre os diferentes sectores da Comissão Nacional de Protecção Civil.

Entre as acções a serem realizadas, Eugénio Laborinho destacou a necessidade de um trabalho intensivo de sensibilização das comunidades para evitarem a construção em zonas de risco, com vista a melhorar a capacidade nacional de prevenção e socorro da população.

A reunião serviu para analisar danos e perdas na presente época chuvosa, o grau de intervenção das autoridades, os apoios prestados e os meios disponíveis e utilizados, bem como as perspectivas dos sectores na presente época chuvosa e perfil de risco de desastres de inundação e seca em Angola.

No dia 10 de Abril de 2019, o Governo (que desde 1975 é da responsabilidade do MPLA) admitiu que a resposta aos fenómenos atmosféricos relacionados com as fortes chuvas e consequentes inundações em Angola “não se tem revelado oportuna e suficiente”.

Ao abrir, em Luanda, a Reunião da Comissão de Secretários de Estado e Representantes da Sociedade Civil Angolana, no âmbito do Quadro de Recuperação Pós-Seca 2018/2022 e à Época das Chuvas, Salvador Rodrigues lamentou a desadequada



“prestação de serviços básicos e de socorro, por falta de meios essenciais, incluindo muitas vezes a exiguidade de verbas”.

Importa, como intróito, reconhecer que João Lourenço só é Presidente desde Setembro de 2017 e que o MPLA só está no Governo desde Novembro de... 1975. E, e tão pouco tempo, seria inexequível fazer mais e melhor.

“Embora tenhamos um plano nacional de preparação, contingência, resposta e recuperação de calamidades e desastres, a nossa intervenção no terreno não se tem revelado oportuna e suficiente”, sublinhou o secretário de Estado do Interior para o Asseguramento Técnico de Angola.

“Neste contexto, tendo em conta a degradante situação social em que se encontram as populações afectadas, e não existindo stock suficiente de meios e bens para atenuar o sofrimento, é urgente e necessário que a Protecção Civil se preocupe e se debruce sobre o assunto”, avisou Salvador Rodrigues. Isto foi dito em Abril do ano passado.

Para o governante, o Serviço Nacional de Protecção Civil e Bombeiros (SNPCB) tinha de encontrar forma de mobilizar atempadamente meios para socorrer as vítimas, “recorrendo à prestimosa atenção do Ministério das Finanças na disponibilização de recursos para a implementação de acções imediatas de resposta humanitária e reposição das condições básicas de vida daquelas populações”.

Também em Abril, mas de 2013, o então Presidente da República, José Eduardo dos Santos, atribuiu à herança do colonialismo português problemas “graves” de infra-estruturas registados na província de Luanda.

Segundo a Angop, Eduardo dos Santos afirmou que os problemas na província são “decorrentes da situação complicada herdada do colonialismo”, nomeadamente nas “infra-estruturas e saneamento básico”. A tese foi adoptada e continua em vigor apesar de o Presidente ser agora outro.

A solução destes “clama por inteligência”, referia a notícia que adianta que Eduardo dos Santos falava na abertura de uma reunião técnica sobre os problemas da capital, que juntou membros do Executivo e responsáveis provinciais.

O Presidente adiantou também que os 30 anos de guerra no país “não permitiram a mobilização de recursos humanos e financeiros para satisfazer todas as expectativas das populações” e que dimensão dos desafios “supera a capacidade” das autoridades.

A reunião, nos arredores de Luanda, contou com titulares das pastas da Construção, Transportes, Planeamento e Desenvolvimento Territorial, Urbanismo e Habitação, e ainda dos secretários de Estado das Águas e do Tesouro, entre outros.

O exemplo da Mota-Engil

Segundo o Jornal de Angola, “no ano de 2015, de grande significado para os angolanos, a empresa lusa Mota-Engil foi contratada para reabilitar todos os passeios e ruas da cidade de Luanda”.

No entanto, “durante as obras, a construtora vedou com alcatrão toda a rede de esgotos, sarjetas e valas de drenagem das ruas. Quando nesse ano as fortes chuvas chegaram, as ruas ficaram transformadas em rios e no sítio dos esgotos abriram-se crateras que ainda hoje se vêem.”

E depois não queremos que a rapaziada critique Portugal, mesmo que tenha de se descalçar pra contar até 12. Então a Mota-Engil “vedou com alcatrão toda a rede de esgotos, sarjetas e valas de drenagem das ruas”? Isso é coisa que se faça? A ideia era dar razão ao MPLA quando fala da “situação complicada herdada do colonialismo, mormente no domínio das infra-estruturas e saneamento básico”. Mas, convenhamos, poderiam não ter vedado “com alcatrão toda a rede de esgotos, sarjetas e valas de drenagem das ruas”.

“Com a acumulação de charcos e lixo, as condições de saúde na capital angolana degradaram-se. A cidade foi assolada por um surto de febre-amarela. A crise só foi ultrapassada com a substituição do governo provincial”, escreveu o Pravda. E escreveu muito bem, ou não estivesse a reproduzir o recado de um líder que até conseguiu pôr o Rio Kwanza a desaguar na foz e não na nascente...

É claro que para além da Mota-Engil há muitos mais culpados, todos portugueses... por culpa de Portugal. Em Abril de 2016, o Pravda, também em Editorial assinado por José Eduardo dos Santos sob o pseudónimo de José Ribeiro, criticou os “amigos da desgraça” e a “imprensa do Rossio”, referindo-se ao tratamento jornalístico em Portugal do anunciado pedido de apoio do Governo angolano ao Fundo Monetário Internacional (FMI).

“Foi notória a forma ligeira e pretensiosa como alguma imprensa à margem do Tejo, useira e vezeira em desejar desgraça em casa alheia, saiu à rua para lançar diatribes à volta de um suposto programa de resgate económico monitorado pelo FMI, organização de que Angola é membro de pleno direito”, escreveu o pasquineiro.

“Cá dentro, a imprensa do Rossio foi secundada com o anúncio apocalíptico de bancarrota. As finanças públicas não existem mais, segundo o porta-voz da UNITA [Alcides Sakala], que é, para nossa desgraça colectiva, membro da Assembleia Nacional, um órgão de soberania que merece todo o nosso respeito”, dizia o editoriais. Acrescente-se que, mais uma vez, a culpa é de Portugal que permitiu que UNITA existisse e que, ainda por cima, fosse considerado um movimento angolano.

“Não fosse a UNITA useira e vezeira em discursos inócuos e sem qualquer sustentação técnica, dir-se-ia que o homem perdeu completamente o Norte e agora confunde Angola com Portugal e o rio Kwanza com o Tejo, tal a sintonia com que o homem orquestra a canção do resgate e da austeridade com os amigos do Rossio”, dizia o editorial do Pravda do regime.

Com todo este cenário, é bom de ver que Portugal para se redimir de todos os seus históricos erros em relação a Angola, deve rapidamente pedir desculpas às terças, quintas e sábados e pedir perdão às segundas, quartas e sextas. Aos domingos deve tomar a hóstia que tira todos os pecados.

A bem, é claro, da Nação. Da nação do MPLA, entenda-se.

## 8.15 O lixo é quem mais ordena

*Jornal Folha 8*

*11 De Janeiro de 2020*

O Ministério do Ambiente de Angola tem por missão propor a formulação, conduzir, executar e controlar a política do Executivo relativa ao ambiente numa perspectiva de protecção, preservação e conservação da qualidade ambiental, controlo da poluição, áreas de conservação e valorização do património natural, bem como a preservação e uso racional dos recursos naturais. Neste fim-de-semana ainda não tinha sido informado que a Ilha do Mussulo (foto) pertence a Angola.

O Ministério do Ambiente anunciou em Julho de 2017 que ia contratar a empresa China Harbour Engineering Company (CHEC) para construir, em Luanda, uma fábrica de reciclagem de resíduos sólidos, num investimento público de 195 milhões de dólares (170 milhões de euros).

Terá sido apenas branqueamento eleitoral para a velha máxima popular que define o regime: O MPLA é o lixo, o lixo é o MPLA?

De acordo com um despacho governamental, a reciclagem a fazer nessa fábrica permitiria ainda gerar energia a partir daquela unidade, cabendo aos chineses da CHEC a sua construção e apetrechamento.

O documento, assinado pelo então Presidente, com data de 11 de Julho e que autorizava o Ministério do Ambiente a avançar com o negócio, justificava o investimento ainda com a necessidade de se construir o aterro sanitário da cidade do Kilamba – centralidade construída de raiz nos arredores de Luanda -, e “simultaneamente responder à problemática da capacidade de tratamento dos resíduos produzidos diariamente na cidade de Luanda”.

O Ministério do Ambiente e a empresa CHEC assinaram, em Luanda, um memorando de trabalho referente à construção de aterros sanitários, no âmbito do plano estratégico de gestão de resíduos, informou fonte governamental.

O Governo do MPLA (é assim desde 1975) previu, prevê e previra a construção de aterros sanitários em todas as 18 capitais de província do país, até 2020, sete dos quais em fase de execução, informou em Outubro de 2016 a então ministra do Ambiente, Fátima Jardim.

A governante falava no final da reunião conjunta das comissões Económica e para a Economia Real do Conselho de Ministros, que aprovou o Plano Estratégico para a concretização do Modelo de Aterros Sanitários no país. “Não podemos continuar com as lixeiras”, enfatizou na altura a ministra do Ambiente. Vê-se...

De acordo com Fátima Jardim, já estavam em curso os processos para a construção dos aterros nas províncias de Cabinda, Huambo, Cuando Cubango, Huíla, Malange, Cuanza Norte, além de Luanda, servindo esta última de modelo para o plano. No total seriam construídos 20 aterros sanitários em todo o país.

No âmbito deste plano, cujo investimento não foi revelado, a população também seria alvo de campanhas de sensibilização para a separação de resíduos e seu reaproveitamento, através de novas indústrias de reciclagem.

De igual forma seria desenvolvido um modelo de actuação para as empresas que vão assegurar a recolha e tratamento de resíduos sólidos, através de contratos de concessão, à semelhança do que acontece em Luanda.

“Isto é um repto que vamos ter até 2020, temos tempo para pensar positivo. Mas temos sobretudo tempo para melhorar a prestação de serviços, a qualidade de vida das populações e também o desempenho institucional dos envolvidos na gestão dos resíduos urbanos”, apontou Fátima Jardim.

O modelo assentava em três aterros sanitários só em Luanda, província com mais de sete milhões de habitantes, e com a concessão da recolha a empresas públicas e privadas, adaptando-o para as restantes províncias.

O lixo é um dos espelhos do regime

As enormes quantidades de lixo que se acumulam, por exemplo, na orla marítima do município de Cacuaco, arredores de Luanda, têm origem, segundo as autoridades, nas valas de drenagem.

Plásticos, ferros, além de paus, garrafas e todo o tipo de electrodomésticos, é o cenário mais comum que se constata em grande parte da extensão das praias de Cacuaco, por entre populares pouco preocupados e funcionários da administração municipal, que tentam recolher o lixo.

Em declarações à agência Lusa, em Março de 2017, o director do Ambiente, Gestão de Resíduos Sólidos e Serviços Comunitários do Cacuaco, Martinho Jerónimo, esclareceu que as enormes quantidades de resíduos sólidos que se registam no litoral do município surgem pelo escoamento das valas de drenagem, que desaguam nas praias.

“São quatro valas de macro drenagem, que cortam o distrito sede vindo uma do município do Cazenga, outra do Sambizanga e duas dos distritos dos Munlevos e da sede, das quais os resíduos sólidos jogados nessas valas encaminham todo para a orla marítima do município. Porque o mar recebe com a força das águas da chuva e depois faz o processo de inversão”, explicou.

O regime do MPLA está constantemente com os tambores da falsidade aquecidos para, numa poluição sonora, de muito má qualidade, e que intriga a maioria dos angolanos, tentar branquear os quase 44 anos de uma política de má gestão económica e social, discriminação política, perseguição aos opositores e sociedade civil, não bajuladora e, mais grave, a lixeira de uma política irracional, que já não consegue sair dos monturos por si implantados.

Por mais que, depois de Eduardo dos Santos, João Lourenço tente sacudir o lixo para o quintal do vizinho, exonerando governadores e exarando em catadupa decretos e despachos, todos, absolutamente todos, os governantes por ele nomeados ficam em

cima dos contentores, a analisar a lixeira do lixeiro que se segue.

Não é possível tentar enquadrar o tamanho do lixo que inunda Luanda, fora de uma prática incompetente do executivo, superiormente liderado pelo MPLA mas – como no resto – sem noção de gestão urbana e que cometeu ao longo destes anos erros crassos de gestão, afastando muitos técnicos, oriundos do período colonial, com forte conhecimento da gestão urbana da cidade e das formas para um saneamento eficaz e despartidarizado.

O maior mérito da política do MPLA tem sido a promoção de “jobs for the boys”, muitos dos quais verdadeiramente incompetentes, mas por serem bajuladores do “camarada presidente”, são nomeados, não para acabar com o lixo, mas para a sua verdadeira promoção.

Uma máxima que o MPLA tem perseguido ao longo dos anos é a de que o MPLA é o Povo e o Povo é o MPLA, mas face à incapacidade de não acertar numa política de limpeza e recolha do lixo das cidades, resolveu incentivar a sua produção em larga escala, para justificar a subida dos níveis de produção de 1973, ano de ouro da governação colonial portuguesa e que foi sempre um marco para ser superado pelo MPLA e desta forma legitimar a nova máxima: O MPLA é o lixo, o lixo é o MPLA.

O aumento do lixo, a incapacidade de pagarem às empresas dos próprios membros do MPLA, pois são os únicos autorizados, nesta empreitada demonstra que a discriminação só gera lixo, lixo que afinal o MPLA sente como um verdadeiro elemento imprescindível da sua gestão.

Se o anterior Presidente da República era avesso a um verdadeiro programa de gestão autónoma das cidades, principalmente no que se refere à capital, sendo conflagradora a falta de visão sobre o que pretende que seja a Luanda capital; a Luanda Metropolitana ou a Luanda Província, o actual (sendo um produto desse mesmo MPLA) segue-lhe os ensinamentos.

E numa altura em que o lixo é o que mais ordena, nada espanta que tudo seja uma verdadeira lixeira, ao ponto da política e da justiça serem hoje o seu expoente máximo.

## 8.16 Lixo, águas paradas e ravinas invadem ruas de bairros periféricos de Luanda

*Jornal de Angola*

*13 de Janeiro, 2020*

*Autor: Manuela Gomes*

Dois dias depois das chuvas que se abateram sobre Luanda, o Jornal de Angola saiu à rua e percorreu alguns bairros. No município piscatório de Cacuaco, as chuvas levaram para a praia toda a imundície das zonas altas da vila.

São um verdadeiro atentado ao ambiente as grandes quantidades de garrafas de plástico nas praias e a flutuarem sobre as águas do mar. E, ao que nos pareceu, pelo frenesim da venda de peixe no mercado Mundial, nenhum dos vendedores está preocupado com toda aquela imundície à volta.

Num breve contacto com uma fonte da nova administração municipal, chefiada por Auxílio Jacob, Jornal de Angola apurou que há um amplo projecto de reabilitação de toda a orla marítima de Cacuaco, no quadro do Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM).

O que se pretende, disse a fonte, é requalificar toda a costa de Cacuaco, que tem um extraordinário potencial para o desenvolvimento da indústria turística. “Em todo esse processo, os empreendedores, nacionais e estrangeiros, são chamados a apresentar propostas de investimento”, disse a fonte.

Quanto ao lixo que invade as praias e as ruas do município, as autoridades locais admitem que os recursos locais são escassos para as necessidades ilimitadas, mas prometem movimentar homens e máquinas para a recolha dos resíduos sólidos e desobstruir as ruas enlameadas.

Depois de Cacuaco, Jornal de Angola rumou para o Cazenga, onde, também, se deparou com ruas inundadas e famílias inteiras com baldes na mão a retirar água de quintais e becos. Na avenida Ngola Kiluanje, também conhecida como Estrada da Cuca, o lixo transbordava dos contentores, misturando-se com a lama provocada pelas chuvas. A avenida Ngola Kiluanje, onde se localizam os maiores armazéns de venda a grosso e a retalho do país, é, igualmente, um grande produtor de lixo comercial, que é visível à vista desarmada, ao longo da rua principal. António da Costa, que vive no bairro há mais de 45 anos, disse, desolado, que toda aquela zona da Cuca já foi um bairro chique, com uma qualidade de vida que se

comparava ao que havia de melhor em Luanda, como o Alvalade e o Miramar. Acrescentou que hoje, fruto do comércio desordenado, o bairro está transformado num autêntico pandemónio, com vivendas bem projectadas a serem transformadas em armazéns escanzelados, sob o olhar impávido e sereno das autoridades municipais.

“Ninguém faz nada para endireitar essa confusão”, lamentou, apontando para a desordem arquitectónica que são os inúmeros armazéns perfilados na Ngola Kiluanje.

“Neste bairro e arredores morou gente com alguma referência. Justino Fernandes, que foi ministro da Indústria e governador de Luanda na Angola independente, já morou aqui. A Cuca era um bairro de grande categoria”, disse, nostálgico, António da Costa.

Lama na Nocal e Rangel

Mas a chuva, que se abateu sobre Luanda nos últimos dias, não veio só destapar a balbúrdia que vai pela avenida Ngola Kiluanje. A rua da Nocal, que dá acesso ao centro de produção deste jornal, mais se parecia, ontem, com um curral de porcos, passe o exagero, pelo cheiro nauseabundo da lama putrefacta em todo aquele troço que vai até à fábrica de cerveja que lhe dá o nome. E este caso já vem de longe. As chuvas só vieram destapar a ponta iceberg. Há anos que não há manutenção das redes de esgotos e faz tempo que as linhas de água estão obstruídas pelas construções anárquicas.

No antigo mercado Roque Santeiro, no bairro Sambizanga, as chuvas deixaram uma “piscina” a céu aberto, onde alguns garotos davam grandes mergulhos, inocentes dos perigos que podem advir para a saúde. A poucos metros, grupos de jovens jogavam a bola, completamente “desligados” com o que se passava à volta.

Os bairros Rangel e partes da Terra Nova mais pareciam campos de exploração de petróleo “onshore”, tanta era a lama negra a engolir as ruas. Para não ficarmos sem o carro, fomos aconselhados a não tentar passar pela histórica rua da Dona Amália. O Rangel está, literalmente, transformado num autêntico viveiro de mosquitos. As pessoas clamam pelo regresso dos carros de fumo, para combater os mosquitos, e dos Sukulas, camiões de sucção comprados pelo Governo para as administrações municipais e que “desapareceram em combate sem deixar rasto”, como disse um morador do bairro.



## Ravina na rua do Ulengo

De regresso a esta velha casa de imprensa, duas horas depois, a nossa equipa de reportagem passou pela estrada que dá acesso ao Centro de Entretenimento Ulengo e o que viu foi assustador. Uma ravina em progressão ameaça cortar a circulação rodoviária e tende a destruir o morro de vedação adjacente ao Estádio Nacional 11 de Novembro. Na Urbanização Nova Vida, uma ravina ameaça o ponteco que dá acesso ao complexo escolar do bairro. Na Marginal de Luanda, à beira mar, defronte ao Banco Nacional de Angola (BNA), também havia ontem muito lixo acumulado arrastado pelas águas da chuva, inclusive animais mortos.

Enquanto isso, centenas de famílias aproveitaram, ontem, o dia de sol para fazer praia na contra-costa da Ilha de Luanda, porque do outro lado é proibido levar as crianças a apreciar o Porto Comercial daquele local, está tudo vedado há anos, as praias terão sido privatizadas.

## 8.17 Acesso ao saneamento básico ainda é baixo

*Jornal de Angola*  
15 de Janeiro de 2020

O acesso ao saneamento básico e higiénico em Angola ainda é baixo, sobretudo, nas zonas rurais, disse ontem o técnico da Direcção Nacional do Ambiente, Severino Fernandes.

A constatação foi feita durante um workshop comunitário promovido pela Direcção Nacional do Ambiente, no município de Icolo e Bengo, em Luanda, com vista a transmitir aos munícipes conhecimentos básicos sobre a preservação e protecção do ambiente.

O prelector, que falava sobre o tema “Saneamento Total liderado pela Comunidade, Um desafio que Funciona”, disse que o impacto de um sistema deficiente de saneamento e higiene, provoca o aumento da contaminação ambiental e, desta forma, o surgimento de surtos de cólera, febre-amarela e malária que resultam nos elevados índices de morbidade e mortalidade.

Alerta ser importante as comunidades optarem por práticas de saneamento criadas por elas, exercer um papel preventivo que permita o controlo dos vectores de transmissão de doenças, constituindo assim um instrumento fundamental de saúde pública.

Num outro painel, Karelia Costa fez uma abordagem sobre conceitos do ambiente e suas dimensões, bem

como os problemas ambientais que surgem nas comunidades angolanas, concluindo que o desenvolvimento da educação ambiental permite a segurança da saúde pública e sustentabilidade à vida humana. Participaram do workshop, a administradora municipal-adjunta para a Área Técnica, Infra-Estrutura e Comunidades, Humberta Paixão, autoridades tradicionais, estudantes e funcionários da Administração Municipal, entre outras individualidades.

## 8.18 Chuva levou à Ilha do Cabo enorme quantidade de lixo

*Jornal de Angola*  
20 de Janeiro, 2020  
Autor: Armindo Pereira

As últimas chuvas que caíram sobre a capital do país, na semana passada, arrastaram para o litoral da Ilha do Cabo, em Luanda, enormes quantidades de resíduos sólidos, situação que preocupou os atletas e responsáveis da Federação Angolana de Desportos Náuticos (FADEN), durante o Campeonato Africano de Vela, encerrado no sábado.

Apesar dos esforços das empresas de limpeza e saneamento encarregadas de manter aquele perímetro limpo, os resíduos sólidos provenientes das valas de drenagem a céu aberto dos bairros Benfica, Katinton e Samba, eram devolvidos à beira mar pelas ondas.

Em declarações ao Jornal de Angola, a presidente do órgão reitor dos Desportos Náuticos, Olga Albuquerque, lamentou o facto de as delegações estrangeiras e não só se depararem com um cenário que descaracteriza a beleza da contracosta e da Baía.

“A nível do ambiente e ecologia não é nada agradável. É um problema de fundo de conhecimento das nossas autoridades”, lamentou. Importa realçar que este cenário tem sido recorrente durante a época chuvosa.

Para Nuno Gomes, presidente do Conselho Técnico da FADEN, a solução passa por se colocar redes nestas valas de drenagem, como acontece em muitos países.

Por outro lado, especialistas do meio ambiente defendem campanhas de sensibilização junto das populações que vivem próximo destes canais, cuja função é unicamente drenar as águas.



## 8.19 Distribuição de água reforçada no Huambo

*Jornal de Angola*

22 De Janeiro de 2020

O novo sistema de captação e distribuição de água potável, com capacidade para bombear 46 mil metros cúbicos por dia, entra em funcionamento este ano, num esforço das autoridades que visa melhorar a qualidade de vida dos mais de 800 mil habitantes da cidade do Huambo, capital da província com o mesmo nome.

O facto foi dado a conhecer ontem, à Angop, pelo presidente do Conselho de Administração da empresa local de Águas e Saneamento, Adolfo Elias Gomes, salientando que perto de 95 por cento, dos 600 quilómetros previstos na conduta de água, a partir do caudal do rio Cunhoñgamua, já estão concluídos.

O gestor lembrou que o actual sistema de captação a partir do caudal do rio Culimanhala revela-se incapaz de satisfazer a demanda, com uma baixa na distribuição na ordem dos 50 por cento, em consequência das inundações, uma situação que deverá ser ultrapassada tão logo sejam concluídos os trabalhos do novo sistema de água.

Segundo Adolfo Elias Gomes, decorrem, neste momento, os primeiros testes dos equipamentos concluídos em 90 por cento e em finais deste mês está previsto o arranque dos testes finais do sistema de captação, com um bombeamento de dois mil metros cúbicos de água por hora, contra os actuais 1.300.

Informou terem já sido concluídos quatro centros de distribuição de água, na zona do Quartel-General da Região Militar Centro, no bairro Santo António, nas imediações da escola Deolinda Rodrigues, assim como nas zonas do Belém e do bairro São João, todas elas nos arredores da cidade do Huambo.

Referiu que o projecto, constituído por dois lotes, está avaliado em 163 milhões 640 mil e 443 dólares norte-americanos, sendo 1.072.000.00 para o lote, que consiste na construção do novo sistema de captação, tratamento, transmissão e reservatório.

Para o lote 2, foram executadas as obras de construção de três centros de distribuição, reservatórios, com cinco mil metros cúbicos de capacidade e uma estação elevatória.

Ainda no quadro do lote 2, disse que foi construído um reservatório elevado a 15 metros, com 500 metros cúbicos, 315 quilómetros de rede de distribuição e 21 mil ligações domiciliare.

Actualmente, de acordo com o responsável, são controladas 33 mil ligações domiciliare na cidade do Huambo, prevendo-se, com a conclusão dos trabalhos de reestruturação da rede antiga, financiados pela linha de crédito da China e do Banco Mundial, elevar este número para 90 mil, incluindo as zonas industriais.

Acrescentou que a instituição que dirige está a beneficiar, de forma faseada, de 26 milhões 109 mil e 159 dólares do Banco Mundial (BM), para o financiamento adicional do projecto de construção de 195 quilómetros da rede de distribuição de água. O financiamento destina-se, também, à instalação de 41 mil novas ligações domiciliare, na cidade do Huambo.

## 8.20 Zona Verde 3 com falta de quase tudo e em risco de ser engolida pelas ravinas

*Jornal de Angola*

22 de Janeiro de 2020

*Autor: César Esteves*

Zona Verde 3, no Distrito Urbano de Cabolombo, município de Belas. Um bairro modelo em termo de autoconstrução dirigida. Ruas largas, com casas, cuja beleza arquitectónica é de encher os olhos, mas pecam por falta de asfalto, saneamento básico, água corrente e electricidade da rede pública. Há ainda falta de hospitais públicos, escolas e recintos de lazer.

Arquitectada em 2003, mas de lá para cá, a Zona Verde vai decaindo aos pedaços, por conta das ravinas que vão progredindo. 70 por cento dos 49 quilómetros quadrados de extensão territorial estão afectados pelos buracos.

Boa parte das ruas foram engolidas por água parada e lama à mistura, em consequência das últimas enxurradas que caiu sobre Luanda.

Devido a essa situação, que se torna mais grave quando chove, muitas ruas encontram-se, neste momento, intransitáveis, situação que tem dificultado a normal circulação de viaturas na área.

Em 2017, a zona beneficiou de um trabalho de terraplanagem profunda, que permitiu o melhoramento de algumas ruas, mas, de lá para cá,

nunca mais houve uma intervenção ainda que seja paliativa.

A administradora do Distrito Urbano do Cabolombo, Cecília Laureano, esclarece que o trabalho de terraplanagem foi feito, na altura, pelo Governo Provincial de Luanda e não pela administração distrital. “As máquinas utilizadas da empreitada também não são nossas”.

Cecília Laureano apontou as ravinas como um dos problemas que mais afligem o seu território. “Elas impedem-nos de realizar algumas visitas de campo”, frisou.

### Água e energia

Criado com base na Lei 18/16-17 de Outubro, lei da nova divisão política administrava, o Distrito Urbano do Cabolombo enfrenta ainda problemas de fornecimento de energia eléctrica e de água potável.

As famílias aí residentes dependem, na sua maioria, apenas de água das cisternas. O projecto do precioso líquido apenas abrangeu um número insignificante da população.

Os camiões cisterna cobram, por tanque de água 12 mil litros, 21 mil Kwanzas, conta a moradora Isilda Domingo, que considera um gasto exagerado, porque, nalguns casos, compra-se o líquido duas vezes por mês, o que torna difícil para quem tem de desembolsar outros valores para pagar propinas, transporte, hospital, etc, etc.

“Não é fácil morar neste bairro, tudo é caro. Água é dos piores problemas e é importante que o governo tenha em atenção este aspecto. Não podemos continuar a viver assim, como se não fizessemos parte desta comunidade”.

Quem corrobora é João António, nome feticio, morador do bairro há dez anos. Diz que é difícil viver de cisternas, sem que se saiba de onde veio a água. “Vivemos porque há um Deus que nos ama, porque, de resto, estaríamos todos mortos”.

João Manuel receia da água cisterna, porque muitos abastecem os camiões em locais impróprio para o consumo humano, mas não tem outra alternativa senão optar em consumir o líquido.

Tal como os demais habitantes da zona Verde 3, Miguel Joaquim não tem dúvida que a água é um dos grandes problemas, aliado a energia da rede pública, dois componentes essenciais para as comunidades. “Vamos continuar a viver assim até quando?”.

Perante lamúria da comunidade, a administradora informou que está em curso, na zona, um projecto de distribuição de água, denominado CD Cabolombo”, que vai permitir a chegada do líquido ao distrito. “Já está a 50 por cento avançado. A garantia é que ainda este ano ficará concluído”, garantiu a responsável.

Este projecto, prosseguiu, vai beneficiar 338 mil famílias não só do distrito do Cabolombo, como os dos vizinhos Vila Verde, Ramiros e Morro dos Veados.

Em relação ao fornecimento de energia eléctrica em apenas alguns bairros do distrito do Cabolombo, a administradora garantiu que as áreas que não foram contempladas vão beneficiar do serviço na segunda fase do projecto ligações domiciliárias, que deve arrancar a qualquer momento.

### Delinquência

A delinquência é outro problema que muito aflige os moradores daquele distrito. Alguns falaram à nossa reportagem, na condição de anonimato, e contaram que as principais vítimas dos meliantes são os motoqueiros.

“Eles também entram nas casas”, frisou um dos moradores. Os motoqueiros, segundo um morador, não circulam muito de noite, porque os meliantes ficam nas esquinas para receber as motorizadas.

Os moradores disseram ainda que o índice de delinquência no distrito, com destaque para o bairro Zona Verde 3, tende a aumentar nos últimos dias, porque há fraca iluminação em algumas ruas e muitos terrenos abandonados, que servem de esconderijo dos marginais.

Cecília Laureano reconhece que houve momentos que a situação estava insustentável, mas disse que nos dias de hoje o índice de criminalidade no distrito já não é tão preocupante.

Para combater a onda de delinquência no distrito, a administração, em colaboração com a Polícia Nacional, tem realizado encontros de auscultação sobre segurança pública, aos sábados, com os moradores, no sentido de se resolver o problema.

A administradora explica que com este esforço complementar, o nível de delinquência baixou consideravelmente, o que faz com que a população ganhe confiança no trabalho que está a ser desenvolvido para atenuar a onda de criminalidade.

Em relação à pouca iluminação em algumas ruas do distrito, a administradora disse tratar-se de uma tarefa que ultrapassa as suas competências. Esclareceu que a responsabilidade para colocar postos de iluminação nas ruas é do Governo Provincial de Luanda.

“O que temos feito é sensibilizar as famílias a colocarem lâmpadas fora de casa, para desincentivar a delinquência”, realçou. Sobre os terrenos abandonados no distrito, muito dos quais servem de esconderijo dos marginais, Cecília Laureano disse que têm notificado os seus donos, no sentido de darem alguma utilidade aos espaços.

O chefe do posto policial da Zona Verde 3, que compreende o Distrito Urbano de Cabolombo, inspector-chefe Luís Catete, disse que se comparado com o passado, o ambiente que se vive hoje é de muita calma.

Entretanto, reconheceu a falta de iluminação pública em muitos bairros, bem como vias de difícil acesso, que condicionam, em alguns casos, a realização de certas operações na zona. “Também sofremos com as ravinas”, realçou.

Falta de escola pública

Outro problema que muito aflige aquela circunscrição de Luanda é a escassez de escolas públicas. Com uma população estimada em 42.930 mil habitantes, o distrito, com seis bairros, só dispõe de duas escolas públicas: uma no bairro Sossego e outra no Luquembo. A administradora distrital admitiu tratar-se de uma situação que prejudica o distrito. A Zona Verde 3, que é o maior bairro do distrito, não tem nenhuma escola pública. Cecília Laureano anunciou a construção de uma escola pública nessa localidade, cujas obras devem arrancar, provavelmente, este ano.

Distrito Urbano

O Distrito Urbano do Cabolombo compreende algumas áreas anteriormente pertencentes à comuna do Benfica. Está constituído por seis bairros, nomeadamente Zona Verde 3 (o maior de todos), Luquembo, Sossego, Camama 2, Tanque Seco e Canhanga. Foi criado no âmbito da nova divisão política e administrativa.

Segunda fase da ligação domiciliar está dependente de novo financiamento

As famílias do Distrito Urbano do Cabolombo, que não foram abrangidas na primeira fase do projecto das ligações domiciliares, financiado pela linha de crédito da China, vão ser contemplados na fase posterior, garantiu, ontem, em Luanda, o técnico da

Empresa Nacional de Distribuição de Energia (ENDE) Pedro Francisco.

Em declarações ao Jornal de Angola, o engenheiro electromecânico informou que a segunda fase do projecto está dependente de um novo financiamento técnico da ENDE e faz parte do programa de electrificação e ligações domiciliars da província de Luanda.

Pedro Francisco disse que, no âmbito da primeira fase do projecto das ligações domiciliars, o Distrito Urbano do Cabolombo foi contemplado com 34 PT, que beneficiaram cerca de 13 mil famílias.

O técnico esclareceu que o projecto não abrangue mais famílias porque a fatia destinada ao município de Belas não permitiu e lembrou que a circunscrição foi contemplada com 106 PT, que permitiram à ligação domiciliar de 32 mil famílias.

“É programa do Governo fazer chegar a energia a todas as famílias de Luanda”, frisou, para acrescentar que o distrito do Cabolombo só dispunha de oito PT, mas, com a chegada do projecto de ligações domiciliars, recebeu mais 34, uma subestação e redes de média tensão.

Com isso, explicou, o distrito passou a contar com um activo que vai permitir dar sequência ao processo de electrificação de mais casas, sem depender do arranque da segunda fase do projecto das ligações domiciliars. O projecto de electrificação e ligações domiciliars, de acordo com Pedro Francisco, foi consignado em 2016 e ficou orçado em 675 milhões de dólares.

Foi concebido para a construção de novas subestações e mini PT com potências diferenciadas, que permitiu cerca de 300 mil ligações na província de Luanda.

## 8.21 Greve... Atrasos salariais podem condicionar funcionamento do único aterro sanitário de Luanda

*Novo Jornal*

*24 De Janeiro de 2020*

*Autor: Dulcineia Lufua*

Mais de 100 funcionários da Empresa de Limpeza e Saneamento de Luanda (ELISAL) ameaçam paralisar, nos próximos dias, os trabalhos no único aterro sanitário da capital do país, caso não lhes seja pago o salário em atraso referente ao mês de Dezembro e o subsídio de Natal (13.º mês) do ano passado.

Os funcionários do aterro, localizado na zona dos Mulenvos de Baixo, no município do Cazenga - sobretudo os da área do patamar (responsáveis para o tratamento do lixo depositado pelas empresas) -, revelaram, sob anonimato, as péssimas condições de trabalho a que são submetidos diariamente.

A falta de seguros de acidentes, de saúde e de equipamentos de trabalho (como máscaras, luvas, óculos e outros, para o manuseio de mais de seis mil toneladas de lixo que são depositadas no aterro todos os dias) constam no leque de reclamações daqueles funcionários.

"Passamos mal aqui no aterro sanitário. Somos vistos como animais, e não como funcionários, por conta das condições de trabalho. Sem os equipamentos recomendados, manipulamos o lixo com as mãos, sem luvas. Diariamente inalamos poeiras, odores fortes e nauseabundos provenientes dos resíduos depositados pelas empresas de recolha de lixo", denunciaram, acrescentando que, por falta de meios de trabalho, "muitos colegas contraíram problemas de saúde, como cegueira e doenças pulmonares".

Um dos funcionários que também se diz agastado com a situação fez saber que, por conta da situação, é obrigado a conviver com bactérias, já que tem apenas um uniforme que deve ser lavado diariamente.

"Estamos com esses uniformes há quatro meses. Nós que trabalhamos em regime de turno somos obrigados a lavar os uniformes diariamente para não cheirar mal e, mesmo lavando, o cheiro nunca acaba", desabafa.

O mesmo trabalhador denuncia que não tem subsídio de alimentação e que, para o almoço, cada um "se vira como puder".

"É a realidade que vivemos cá no aterro e, sem salário há mais de um mês, a situação se complica mais. Caso não resolvam as nossas reclamações, vamos parar com os trabalhos", avisa.

Condições de trabalho consideradas desumanas

Contactado por este semanário, o primeiro secretário da comissão sindical da ELISAL, Ventura Luciano, confirmou as denúncias da situação por que passam os colegas no aterro e considerou a situação desumana. Garantiu que vão paralisar os serviços, caso não se resolvam as reclamações nos próximos dias.

"Quando se trata do aterro sanitário, fico sem palavras. As condições em que trabalham os nossos colegas são precárias", lamenta.

Os funcionários da ELISAL estão em greve desde Dezembro de 2019 por falta de pagamento do salário e subsídio de Natal.

"Desde Dezembro até Janeiro, 'nem água vem, nem água vai'. Já tentámos comunicação com a comissão de gestão, mas as negociações que tivemos não resultaram em nada. Garantiram que pagariam tudo, mas até agora não o fizeram; por isso, acreditamos que passou de uma informação enganosa que nos criou apenas expectativas", observou o secretário da comissão sindical.

Durante o fecho da presente edição, o NJ foi informado de que o sindicalista Ventura Luciano foi detido por agentes da Polícia Nacional (PN) na noite desta quarta-feira, 22, por alegadamente ter assumido que fotografou o patamar.

## 8.22 Cabinda reforça a recolha e tratamento de resíduos

*Jornal de Angola*

*26 De Janeiro de 2020*

Governo da Província de Cabinda recebeu o primeiro lote de meios para a recolha de lixo na cidade capital e periferia. Trata-se de 25 barcas e 50 contentores, adquiridos pelo Governo, que serão distribuídos de acordo com o plano elaborado pela Administração Municipal de Cabinda.

De acordo com o vice-governador de Cabinda para a Esfera Técnica, Joaquim Malichi, que acompanhou a chegada dos meios, a província espera receber mais meios ainda este ano, que vão contemplar, igualmente, outros municípios.

O Governo Provincial tem levado a cabo várias iniciativas para fazer face ao lixo na cidade de Cabinda.

O ex-governador Eugénio Laborinho já tinha prometido envidar esforços para a mobilização de meios e equipamentos de limpeza e recolha de lixo na cidade de Cabinda. Depois de participar numa campanha de limpeza geral, denominada "Sábado Vermelho", promovida pelo Conselho Provincial da Juventude (CPJ), que resultou na remoção dos principais focos de lixo na cidade, Eugénio Laborinho reconheceu que havia dificuldades em termos de meios materiais e de equipamentos para a limpeza e recolha de lixo.

Antes disso, tinha sido adoptado um conjunto de medidas para garantir o envolvimento de toda a sociedade na limpeza e embelezamento da cidade capital da província, com a fixação de dias e horário



em que os órgãos e serviços da administração local do Estado, institutos e empresas públicas deveriam envolver os funcionários na limpeza das respectivas áreas. A determinação abrangia igualmente as instituições privadas, estabelecimentos comerciais, instalações industriais, serviços e estaleiros a funcionar na cidade de Cabinda e arredores.

### 8.23 ANPG e ANR unem forças para a gestão e valorização dos resíduos

*Jornal O País*

*31 De Janeiro de 2020*

*Autor: Patrícia de Oliveira*

A assinatura do acordo ocorreu ontem, Quinta-feira, 30, e tem como objectivo fundamental estabelecer uma cooperação no domínio da gestão, implementação e execução do Plano de Gestão de Resíduos, bem como na produção legislativa em matéria de resíduos radioactivos do sector petrolífero.

O secretário de Estado dos Petróleos, José Barroso, salientou que a gestão da indústria petrolífera, principalmente o impacto negativo que pode ter no meio ambiente, é importante para o país.

Na actividade petrolífera é gerado um grande número de resíduos domésticos e industriais. Muitos resíduos são nocivos ao meio ambiente, caso não sejam tomadas medidas necessárias para eliminar os efeitos negativos. Destacou os NORM (material radioactivo de ocorrência natural)

Segundo o dirigente, a Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (ANPG) é chamada a tomar uma posição de liderança em termos de fiscalização e implementação das normas, regras que devem ser adaptadas para que as futuras gerações encontrem um ambiente saudável e propício para a saúde.

"Com a assinatura deste protocolo, esperamos que ambas as instituições tenham a capacidade de continuar o trabalho, principalmente sobre a gestão de resíduos. As Instituições têm funções regulatórias, mas também devem ter um carácter fiscalizador e didáctico", explicou.

Por sua vez, a ministra do Ambiente, Paula Francisco, referiu que o acordo entre as instituições testemunha o percurso de uma relação, algumas vezes incompreendida, da transversalidade ambiental no Estado de Direito. Ressaltou que, a cooperação começou há um ano, nas abordagens sectoriais, reforma legislativa, quer dos recursos naturais, quer

dos recursos minerais, em que a sustentabilidade prevalece para o crescimento económico no país.

"Vamos continuar a apostar no diálogo, capacitação e na reforma para que toda a legislação e a implementação efectiva dos acordos possa, de facto, não ser somente um marco no dia 30 de Janeiro de 2020, mas a revolução daquilo que é a compreensão que nos une todos os dias", disse.

A ANR é um órgão tutelado pelo Ministério do Ambiente e criado para assegurar em todo o país a execução da política de gestão de resíduos, no âmbito da sua normalização, regulação e fiscalização, nos termos da lei.

### 8.24 Distribuição de água é reforçada no Dondo

*Jornal de Angola*

*31 De Janeiro de 2020*

A distribuição de água potável aos domicílios da vila do Dondo, sede municipal de Cambambe, no Cuanza-Norte, vai melhorar este ano, com a entrada em funcionamento da nova Estação de Tratamento (ETA).

Os primeiros ensaios da nova ETA, que vai permitir o fornecimento regular de água à população da região, foram assistidos, segunda-feira, pelo governador provincial do Cuanza-Norte, Adriano Mendes de Carvalho.

O director da empresa Ambersol, Francisco Venda, responsável pelos trabalhos em curso, garantiu que a empreitada está na fase final.

Com capacidade para produzir 100 metros cúbicos de água por hora, para 20 mil habitantes, o projecto da construção da ETA consiste na substituição das bombas de captação de água, reabilitação das estruturas da captação antiga, construídas há mais de 20 anos, bem como colocação de novos tanques reservatórios, com capacidade de mil metros cúbicos.

O mesmo projecto visa igualmente a colocação de mil ligações domiciliárias e 38 chafarizes na vila do Dondo. O projecto de requalificação arrancou há cinco anos, no âmbito da substituição da antiga rede, já obsoleta, com mais de 60 anos.

De referir que há mais de sete anos que os moradores da vila do Dondo deixaram de ver água a jorrar nas torneiras e ao longo deste tempo dependem da retirada directamente do rio Kwanza.



## 8.25 Dondo pode melhorar fornecimento de água

*Jornal Economia e Finanças*

*31 De Janeiro de 2020*

*Texto: André Brandão*

Os primeiros ensaios da nova Estação de Tratamento de Água (ETA) da vila do Dondo, sede municipal de Cambambe, na província do Cuanza Norte, foram realizados na passada segunda-feira, num acto testemunhado pelo governador local, Adriano Mendes de Carvalho.

O projecto que entra em funcionamento ainda este ano, terá uma capacidade instalada para produzir 100 metros cúbicos de água por hora, e poderá fornecer o precioso líquido a cerca de 20 mil habitantes.

O director da empresa Amber sol, Francisco Manuel Neto Venda, responsável pelos trabalhos, garantiu que a empreitada está na fase final.

O projecto da construção da ETA, consiste na substituição das bombas de captação de água, reabilitação da estrutura completa de captação antiga, construídas há mais de 20 anos, colocações de novos tanques reservatórios com capacidade de mil metros cúbicos.

A iniciativa visa, igualmente, a colocação de mil ligações domiciliárias e 38 chafarizes na vila do Dondo.

O projecto de requalificação arrancou há cinco anos, no âmbito da substituição da antiga rede já obsoleta com mais de 60 anos, a ser financiado pelo Governo angolano.

Com o fornecimento e distribuição de água potável ao domicílio, com a entrada em funcionamento da nova Estação de Tratamento de Água

Há mais de sete anos que os moradores da vila do Dondo deixaram de ver a água a jorrar nas suas torneiras, ao longo deste tempo os mesmos consomem água não tratada retirada directamente do majestoso rio Kwanza.

## 8.26 Ligações domiciliárias a agenda da Lunda Norte

*Jornal Economia e Finanças*

*31 De Janeiro de 2020*

*Texto: Victorino Matias*

A província da Lunda Norte projecta fazer mais de 10 mil ligações domiciliárias, montagem de 60 chafarizes e a colocação de tubos para o transporte de água potável até aos bairros do Aeroporto, Sarnacaca, Kamakenzo 1 e 2, Tulívono, Estufa, Caxinde e Satxindongo.

Segundo o presidente do Conselho de Administração da Empresa Pública de Água e Saneamento da Lunda Norte (EPASLN), André Camilo, consta dos projectos, um novo sistema de captação e tratamento de água potável para o município do Cambulo, que já está em fase de ensaios.

Está também previsto, o início das obras de reabilitação das redes de distribuição.

Prevê-se igualmente, a instalação de equipamentos a nível de outros municípios da província onde os sistemas, ainda não funcionam e constituem prioridade para o presente exercício económico.

O responsável deu a conhecer que, a par da cidade do Dundo, capital da Lunda Norte, a empresa presta serviços nos municípios do Cuílo, Lubalo, Xá-Muteba e Lucapa, onde foram construídos, no âmbito do programa "Água para Todos", novos sistemas.

Dívida

Por outro lado revelou que, 200 milhões de kwanzas é o valor da dívida contraída pelos consumidores de água potável da cidade do Dundo.

André Camilo, disse que, a dívida remonta desde o ano 2016, altura em que, os clientes começaram a proceder a celebração dos respectivos contratos.

Entre os principais consumidores-que se furtam a cumprir com as suas obrigações contratuais pelo consumo de água, por via das ligações domiciliárias,

constam os moradores da centralidade do distrito urbano do Mussungue, onde nos 5.004 apartamentos estão também instalados igual número de contadores.

, André Camilo afirmou que muitas instituições públicas e privadas, figuram também da lista dos consumidores, que não pagam as facturas de água potável.

O PCA da EpasIn declarou, que dos mais de seis mil clientes que têm contrato para o consumo de água, apenas um terço paga com regularidade as facturas.

"Infelizmente um terço dos clientes é que faz o pagamento das facturas", disse,

#### Dificuldades

Por outro lado, alertou que em consequência dos incumprimentos das obrigações contratuais, a empresa não consegue resolver os custos operacionais, desde a manutenção dos equipamentos, aquisição de produtos químicos para o tratamento da água até aos pagamentos dos salários dos trabalhadores/

André Camilo disse que, não obstante ser pública, a empresa de Água e Saneamento da Lunda Norte não é orçamentada, daí a importância dos seus clientes serem chamados a honrarem os compromissos, pois tais receitas possibilitariam o normal funcionamento da instituição.

Recordou que a construção da estação de tratamento de água de 20 mil metros cúbicos dia, permitiu melhorias significativas no abastecimento.

André Camilo apontou que, a captação do rio Luachimo, com capacidade de bombear 20 mil metros cúbicos por dia, tem sido crucial no abastecimento de água aos habitantes da cidade do Dundo.

## 9. GÊNERO E VIOLÊNCIA

### 9.1 Violência doméstica aumenta no Andulo

*Jornal de Angola*  
12 de Janeiro, 2020  
Autor: José Chaves

Pelo menos 258 casos de violência doméstica foram registados no ano passado pela Acção Social Família e Igualdade do Género no município do Andulo, com um aumento de mais de 40 por cento, em relação a 2018.

O chefe da secção municipal da Acção Social Família e Igualdade do Género, Filipe Gouveia, disse que, dos casos registados, o destaque para os de incumprimento de mesada, abandono de lar, ofensas morais e corporais, chantagens, despejos, adultérios, usurpação de bens, privação de bens, acusação de feitiçaria, ciúmes e ameaças de morte com arma branca.

Filipe Gouveia considerou ser necessário continuar a desenvolver acções que visam sensibilizar e moralizar as comunidades, tendo em conta que os casos de violência doméstica tendem a aumentar, apelando à sociedade no sentido de denunciar os infractores. “As denúncias ajudam a reduzir este mal que afecta a sociedade”.

### 9.2 Índice de delinquência tende a crescer no “Boa Esperança”

*Jornal de Angola*  
12 de Janeiro, 2020

Moradores do bairro da Boa Esperança, no Distrito Urbano do Kicolo, município de Cacuaco, vivem momentos conturbados nos dias que correm, a julgar pelo índice de delinquência que tende a crescer, com assaltos às residências à mão armada, e na via pública, nos períodos diurno e nocturno.

Habitantes da localidade consideram preocupante a situação e temem o pior, tudo porque os meliantes não escolhem a hora para actuarem. “Levam os bens que bem lhes apetece, telefones, dinheiro, electrodomésticos, e quem mostrar resistência corre o risco de perder a vida”.

Na madrugada de ontem, os malfeitores assaltaram a residência de Adelino Augusto Adão “Ti Lino”, na

rua do Imbondeiro, a cerca de 400 metros da Via Expressa, nas proximidades da 41ª Esquadra da Polícia Nacional.

Na retirada, os assaltantes, contam as testemunhas, levaram telefones do casal, televisor e uma botija de gás e, como se não bastasse, dispararam contra o proprietário da residência dois tiros de arma de fogo, tendo um atingido o braço da vítima e outro na clavícula, ambos do lado direito.

A vítima foi socorrida na mesma madrugada por um vizinho e levado para o Hospital Municipal do Sambizanga, mas, dada a gravidade da situação, foi transferido para o Hospital Militar Principal, onde se encontra a receber assistência médica e medicamentosa.

Ontem, a equipa médica aventou a hipótese de Adelino Augusto Adão “Ti Lino” ser submetido a uma intervenção cirúrgica para extrair a munição que se encontra encravada na zona da clavícula. Os disparos foram feitos à queima-roupa.

O autor destas linhas também foi vítima de dois assaltos na sua residência, sita na rua da Nhimifil, no espaço de uma semana. Os meliantes não conseguiram concretizar os seus intentos e foram apanhados e entregues às autoridades policiais.

No segundo assalto, que ocorreu por volta das 2h30 do dia 3 de Janeiro, os criminosos conseguiram escapar.

Na última quarta-feira, uma jovem, que caminhava em direcção à escola com o propósito de confirmar a matrícula, foi interpelada pelos meliantes por volta das 11h00, sendo-lhe retirado o telefone e alguns valores monetários não quantificados.

### 9.3 Kilamba regista melhorias em segurança pública

*Jornal de Angola*  
15 de Janeiro de 2020

Luanda - Um projecto denominado "A Nossa Esquadra" está a ser implementado no Distrito Urbano do Kilamba, para melhorar a segurança pública na área, informou a comandante da 52ª esquadra, Inspectora-chefe Gorete Fernando.

De acordo com a comandante, o projecto é uma nova filosofia de policiamento que traz consigo serviços e dinâmicas de actuação policial que contribuíram para a melhoria significativa da segurança pública a nível da Centralidade do Kilamba e em outras áreas.

Hoje, continuou, a situação de segurança pública na área é estável e regular, com o registo de um a dois casos por dia. Mas, de acordo com Gorete Fernando, há dias em que não se registam ocorrências, fruto das medidas que têm sido tomadas no âmbito do policiamento e da prevenção primária e geral.

A Inspectora-chefe que falava à Angop a propósito do plano de férias "Meu Kamba", que está a ser implementado pela corporação, disse que actualmente a centralidade apresenta um quadro diferente no que diz respeito a tipologia criminal.

Anteriormente, esclareceu, o Kilamba tinha registos de casos de roubos em interior de residências e acessórios de viaturas, hoje o quadro reverteu e a situação preocupante tem sido a violência doméstica.

Informou que a polícia tem recebido muitos casos de violência doméstica, principalmente aos finais de semana e do mês.

Indicou que no Kilamba existem muitas zonas de lazer e no final de semana há um incremento na ingestão de bebidas alcoólicas, que acaba muitas vezes em desentendimento entre casais.

Aos finais do mês, explicou, os casos de violência doméstica estão associados à falta de prestação de alimentos.

Pontualizou que em média se tem registado três a quatro casos de violência doméstica, desde o último semestre de 2019.

O plano de férias "Polícia Meu Kamba" visa uma aproximação saudável entre a polícia e a comunidade e a promoção do equilíbrio psicomotor das crianças, adolescentes e adultos.

Visa, igualmente, dar a conhecer o trabalho da polícia, porque, segundo os mentores do projecto, a falta de conhecimento dos serviços e de uma relação saudável entre o cidadão e o polícia muitas vezes gera o sentimento de medo e de desconforto.

“O polícia é um cidadão do bem que tem a missão de garantir a segurança, a ordem e o bem-estar e é importante que tenha boa relação com a comunidade”, frisou.

O plano é um projecto-piloto e está a ser implementado, numa primeira fase, em duas esquadras do Distrito Urbano do Kilamba.

## 9.4 Vandalismo e assaltos preocupam moradores

*Jornal de Angola*

*27 De Janeiro de 2020*

*Autor: Avelino Uмба*

Moradores da Centralidade da Marconi, no distrito do Hoji Ya Henda, no município do Cazenga, clamam por um posto policial com maior número de efectivos, face ao elevado índice de actos de vandalismo e de assaltos em residências, com recurso à arma de fogo, de que têm sido alvo.

A reportagem do Jornal de Angola constatou no local que mais de 200 portas e 100 contadores de energia eléctrica foram vandalizados, mas algumas foram apreendidas pela Polícia da Ordem Pública, com apenas quatro efectivos, aí destacados.

A viverem uma clima de tensão, os residentes consideram difícil enfrentar os meliantes quase todos os dias, muito dos quais em posse de arma de fogo. A falta de energia eléctrica na via pública e de policiamento, sobretudo às noites, está na origem do aumento da delinquência.

Joana Domingas, doméstica de 34 anos, residente no Hoji Ya Henda, revelou ao Jornal de Angola que os postes de iluminação colocados nas ruas servem apenas de enfeite e não propriamente para iluminação pública.

“Frequento esta centralidade desde que foi inaugurada. No princípio era um “mar-de-rosas”, mas, infelizmente, nos dias de hoje, sobretudo no período nocturno, não é aconselhável passar por aqui, pois corre-se muitos riscos”, conta.

Acrescentou ainda que as ruas ficam às escuras e, com base nisso, os amigos do alheio aproveitam-se da situação. “Eles fazem das suas e, muitas vezes, com recurso à arma de fogo”.

José Joaquim, de 45 anos, funcionário público e morador da centralidade queixa-se, igualmente, da falta de iluminação pública nas vias e na urbanização. “A escuridão tem ajudado os meliantes a fazerem das suas”, desabafou.

Quem alinha do mesmo pensamento é Luzia Neto, que considera ser difícil viver num clima de tensão quase todos os dias. “A minha casa já foi assaltada por duas vezes. Os ladrões levaram vários utensílios de cozinha, inclusive a botija de gás”.

Explica que acção do género ocorre com normalidade, principalmente aos fins-de-semana. “Os assaltos em minha casa foram à luz do dia, quando me encontrava ausente, tudo porque a zona não tem segurança. Estamos atirados à nossa sorte”.

O presidente da Comissão de Moradores, Euclides Carlos, disse, ao Jornal de Angola, que a maior parte dos edifícios está desabitada, o que constitui um perigo iminente. Acrescentou que isto tem originado com que as residências por habitar sejam alvo de vandalismo.

O director do Gabinete de Comunicação Institucional e Imprensa do Comando Provincial de Luanda da Polícia Nacional, intendente Hermenegildo de Brito, disse, ao Jornal de Angola, que a corporação está ao corrente da situação e o Comando Municipal do Cazenga trabalha no sentido de reforçar, nos próximos dias, o efectivo naquela centralidade para pôr cobro aos problemas que aí se registam. “Estamos por dentro da situação que se vive na Centralidade da Marconi, que tem a ver com os assaltos e vandalismo das casas.

O Comando Municipal do Cazenga já está a trabalhar neste sentido para inibir a criminalidade”, tranquilizou. A centralidade conta com 30 edifícios concluídos, dos 74 previstos, com uma média de 16 apartamentos cada. A mesma foi construída no âmbito do projecto de requalificação do Distrito Urbano do Sambizanga, mas o grosso dos edifícios está desabitado, numa altura em que muita gente procura um tecto para morar.

Na centralidade cada edifício dispões de apartamentos T2 e T3. Tem duas escolas, sendo uma do ensino primário e outra do ensino secundário, mas não foi projectada uma esquadra policial.

Erguida numa área de 20 hectares (equivalente a 20 campos de futebol), a urbanização tem também 24 lojas, ainda por distribuir, o Centro Integrado de Atendimento ao Cidadão (SIAC), que ainda não funciona, e uma estação de tratamento de água.

Inaugurado em Agosto de 2017, pelo ex-Presidente da República, José Eduardo dos Santos, a Centralidade da Marconi está situada na zona adjacente à Refinaria de Luanda, na conhecida Petrangol, num espaço onde funcionava o centro de comunicações, cuja extinção deu lugar à construção de edifícios modernos.

## 9.5 Mulheres de «pedra e cal» na luta pela sobrevivência

*Novo Jornal*

*31 De Janeiro de 2020*

*João Marcos e Gabriela T Avira*

O semblante de Joana sabina, 41 anos de idade, esconde o sentimento de frustração que, indiscutivelmente, toma conta de quem perde o emprego, e logo na função pública, o sector que alimenta o sonho de milhares de angolanos à espera dos prometidos 500 mil postos de trabalho.

Afastada do Hospital Municipal de Benguela, na sequência de conflitos laborais que colocaram vários enfermeiros no desemprego, há quatro anos, Sabina cedo percebeu que seria inútil andar de lamúrias em lamúrias.

Assim é que, alegre, está na periferia da cidade das «Acácias Rubras», ao lado de dezenas de mulheres, na venda de pedras, areia e brita, três produtos que os cidadãos adeptos da autoconstrução dirigida não dispensam.

A técnica de saúde "emprestada" à venda de inertes é uma mulher aparentemente alegre não porque o negócio dê altos rendimentos, mas pela necessidade de sobrevivência.

"Vendo areia e brita, mas nem sempre temos clientes, o dinheiro dá para um bocadinho, só para comprar alimentos", diz a senhora, que vê na comparticipação do marido nos gastos com a escola dos filhos "um grande alívio".

À semelhança das colegas, faz mais de dez horas diárias, entre às 6 e às 17, ciente de que "há dias sem clientes".

Como que a confirmar esta versão, a mais-velha Teresa Ndjaúca considera que a actividade não é rentável para quem aplica 12 mil kwanzas num camião de areia e 25 mil 'na aquisição de brita, dois inertes extraídos na «Mina», uma área que fica a alguns quilómetros do local de venda.

Ndjaúca, há um ano nesta empreitada, conta que as mulheres são obrigadas a juntar dinheiro para "pegar o negócio", do qual conseguem lucros nunca superiores a cinco mil kwanzas.



"Vendemos a areia a 1.200 kwanzas o monte, a brita um pouco mais, mas isto não dá para nada, continuamos pobres e a pensar em desistir", confessa a cidadã, mãe de quatro filhos.

Também Joana Cassinda, auxiliada pela filha na venda deste material, afirma que o dinheiro quase não chega para nada, nem para duas ou três refeições em dias consecutivos.

"Às vezes, não há o que comer, estamos a passar mal, muito mal mesmo", lamenta.

Convivência com homens e oportunidade para motoqueiros O lucro, como pudemos acompanhar, não é famoso, mas suficiente para pagar os 500 kwanzas à Administração Municipal de Benguela (AMB), que cobra pelo espaço que as vendedoras ocupam.

Cada uma paga o "imposto" duas vezes por semana, sublinham as senhoras, que não puderam, contudo, falar do destino do dinheiro cobrado pelos fiscais da AMB.

"Quem não entrega o dinheiro pode perder este lugar", dizem as nossas interlocutoras.

Trata-se de uma curiosidade digna de realce, tendo em conta que, num passado recente, os relatos apontavam para um ambiente de crispação, em outros pontos da província, entre as mulheres e as autoridades.

Não menos relevante é o facto de as mulheres estarem a dividir o espaço com alguns homens, como são os casos de Henrique Almeida Santos, ex-militar, e José Saraiva.

O primeiro, já com dez anos de venda, sublinha que a carência o levou para este negócio onde coabita com senhoras.

De acordo com Almeida Santos, a falta de emprego, aliada à fome, determina "o sofrimento nas pás, na areia e nas britas".

À espreita, até mesmo das movimentações da nossa reportagem, está o cidadão José Caley, um dos vários motoqueiros que têm na actividade das mulheres uma boa oportunidade de negócio.

Com a sua, "caleluya" - motorizada com carroçaria -, ele transporta os inertes até às obras dos clientes.

"Fazemos os carregamentos, cobrando 500 a 1000 mil kwanzas, e dá apenas para levar fuba e pão para casa. Um peixe para as crianças, só isso", explica, em desabafos, Caley.

## 10. AMBIENTE

### 10.1 Chuvas destroem 191 casas

*Jornal de Angola*  
3 De Janeiro de 2020

Cento e 91 casas desabaram no município do Cubal, província de Benguela, em consequência do transbordo do rio com o mesmo nome, causado pelas fortes chuvas que se registam na região desde sábado último, informou ontem o administrador adjunto local, Fernando Belo.

Segundo o responsável, que fazia o balanço provisório das chuvas, das 191 casas desabadas figuram 65 no bairro Macoco, 41 na Pinguíta e 85 na Calomanga.

Fernando Belo frisou que, em colaboração com as autoridades locais, a Administração Municipal está a trabalhar para realojar a população em locais seguros e em familiares mais próximos.

Quanto às ocorrências nas comunas, o responsável disse não haver registo de “muitas preocupações”, com excepção da Capupa, que tem uma ponte prestes a desabar.

“Nenhuma comuna tem a circulação interdita com a sede, havia obstáculos na via com a Yambala, mas a situação está restabelecida”, notou o administrador adjunto, salientando que “a situação já é calma”, porque o caudal do rio baixou e está a seguir o curso normal.

No final de semana passada as chuvas já haviam feito estragos alarmantes na província de Benguela, provocaram três mortos, 60 casas destruídas e deixaram centenas de famílias desalojadas no município do Bocoio.

Em Caimbambo, uma ponte sobre o rio Calondo desabou, cortando a circulação entre a sede e a comuna da Canhamela e no rio Cavaco em Benguela. A chuva devastou ainda campos agrícolas cultivados à beira do rio.

### 10.2 Chuva acompanhada de ventos causa danos a infra-estruturas

*Jornal de Angola*  
4 de Janeiro de 2020

Cerca de 15 residências e um antigo posto materno infantil, no bairro da Chiva, arredores da cidade do

Huambo, ficaram sem cobertura em consequência da chuva, acompanhada de ventos fortes, registada no primeiro dia deste ano. A tempestade, pelo que o Jornal de Angola apurou, destruiu ainda o quintal da igreja Católica, árvores, postos de iluminação pública, entre outras infra-estruturas.

O soba do bairro da Chiva, Alfredo Kuito, disse que, em face do temporal, muitos habitantes da localidade refugiaram-se em lugares mais seguros, facto que obrigou a empresa de Distribuição de Energia (Ende) a interromper o fornecimento de energia eléctrica em algumas zonas.

“O Serviço de Protecção Civil e Bombeiros, depois de averiguar os danos, aconselhou os moradores a cortarem as árvores antigas e a reforçar a cobertura das residências, demolir as paredes com rachaduras, para evitar acidentes graves”, disse o soba Alfredo Kuito.

Laurindo Munengue, morador do bairro há vários anos, afirmou que a chuva começou por volta das 20 horas e só terminou na manhã do dia seguinte. “Nunca vimos aqui uma chuva com tanta intensidade como a do dia 1 desde mês. O bairro conta com muitas árvores e está próximo da floresta da Chianga, facto que poderia conter a pressão do vento de modos a não causar muitos danos. Não consigo compreender como isso aconteceu”, questionou-se Laurindo Munengue.

O administrador comunal, Evaristo João, disse que uma equipa de técnicos está a fazer inventariação dos danos para que a administração possa encontrar as melhores formas de apoiar a população que ficou sem os seus haveres.

### 10.3 Chuvas intensas pelo país deixam rasto de destruição

*Jornal de Angola*  
5 e Janeiro de 2020  
Autor: André da Costa

Mais de 250 famílias foram desalojadas e 148 casas ficaram inundadas em consequência das chuvas que se abateram ontem sobre Luanda.

Segundo o balanço provisório do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros, seis pessoas foram resgatadas interior de uma residência, no distrito urbano do Benfica.

O porta-voz do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros, Faustino Minguéns, disse anunciou também a destruição de uma casa.

De acordo com Faustino Minguéns, Viana, Cacucaco, Talatona e Belas foram os municípios mais críticos.

Segundo o Instituto Nacional de Meteorologia (INAMET), choveu intensamente em quase todo o país, depois de na noite anterior, algumas províncias terem sido sacudidas pelas enxurradas.

Estradas cortadas, casas destruídas, ruas intransitáveis e pontes desabadas é o triste cenário provocado pelas das chuvas.

De acordo com previsões do INAMET, nas províncias do Huambo, Cunene e Bié vai continuar a chover intensamente durante o dia de hoje, de ontem terem sido sacudidas por fortes enxurradas.

"As chuvas continuarão a cair com a mesma intensidade no Cunene, Huambo e Bié, mas para as outras províncias o nosso indicativo mostra que será com menor intensidade", afirmou o supervisor Domingos Pedro. "É normal chover com tanta intensidade nesta altura do ano", disse o técnico do INAMET.

Em Luanda, a chuva criou enormes constrangimentos na circulação automóvel. Um elevado número de cidadãos permaneceu em casa. No Cazenga, Sambizanga, Rangel, Terra Nova e noutros bairros da periferia, moradores envolveram-se no trabalho de retirar, com baldes e bacias, a água dos quintais.

A maior parte das ruas do bairro do Kapolo2, no município do Kilamba Kiaxi e Santo Rosa, no Sambizanga, algumas zonas do município de Viana e Cacucaco, assim como a zona da FTU, e defronte a Direcção Nacional de Viação eram intransitáveis.

#### Desabamento de ponte

O trânsito entre Benguela a Huíla está interrompido desde a manhã de ontem, devido ao desabamento da ponte sobre o rio Cutembo, (município do Chongoroi), na Estrada Nacional número 105, que liga as duas províncias. Dezenas de veículos estão retidas nas duas margens do rio. Informações colhidas junto da Polícia Nacional indicam que o colapso da ponte foi causado pela subida anormal do caudal do rio, na sequência das fortes chuvas que se verificam na região.

#### Cuanza Norte

Um total de 191 pessoas foi obrigado a abandonar as casas devido as chuvas que ontem caíram na província do Cuanza-Norte e que deixaram inundadas 42 casas, 36 das quais no município do Cazengo, sede da província.

O porta-voz dos Serviços de Protecção Civil e Bombeiros, Joaquim Domingos, disse ao Jornal de Angola que as casas afectadas estão localizadas em zonas de risco, designadamente nos bairros da Camundai, Sambizanga, Posse e Banga.

Em Cambambe as águas inundaram seis habitações construídas em linhas de água nos bairros de Cahóio, Quibululo e Km34, onde foi também atingida a Estação de Captação e Tratamento de água.

Sempre que chove com intensidade, as águas provenientes das montanhas que circundam a cidade do Dondo ganham fortes correntezas arrasando bens que encontram na sua trajectória.

#### No Bié

As chuvas que caiu ontem no Cuito, província do Bié, não causou qualquer dano material, garantiu ontem, nesta cidade, o comandante dos Serviços de Protecção Civil e Bombeiros, sub-comissário João Ricardo.

"Estamos a fazer o levantamento, mas até ao momento não se registou nenhum dano, tanto no Cuito como noutros municípios. Amanhã (hoje) já teremos um relatório definitivo", assegurou.

O comandante do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros adiantou que as chuvas que caíram na noite de quinta para sexta-feira derrubaram, na comuna do Dande, município de Catabola, seis residências, quatro Igrejas e a cozinha do hospital comunal.

No interior do Bié, designadamente no Andulo e Nharêa, as chuvas continuam a cair incessantemente e a população, em particular os camponeses, esfregam as mãos de satisfação, porque auguram uma boa safra na presente campanha agrícola.

#### Lunda Norte

A ligação rodoviária entre a província da Lunda Norte e as de Malanje, Cuanza Norte e Luanda pode ser interrompida a qualquer momento, por causa da progressão de uma ravina que já "engoliu" parte da Estrada Nacional (EN) 225, no troço Cambawassa/sede do Lóvua.

A progressão da ravina, com mais de 10 metros de profundidade, deveu-se à erosão do solo e às fortes chuvas ocorridas nos últimos meses na província.

Na localidade de Salucunda, município do Cuilo, o problema é mais grave: mais de 20 camiões com bens alimentares e combustível encontram-se retidos desde o dia 31 de Dezembro, face a uma degradação de

cerca de 26 quilómetros da mesma estrada. A EN 225 é, actualmente, utilizada por automobilistas, principalmente, camionistas para o transporte de bens alimentares, combustível e passageiros de Luanda para o Leste do país e/ou vice-versa.

Já a Estrada Nacional 230, pelo nível de degradação, propriamente nas regiões do Cuango e Xá-Muteba, deixou de ser utilizada desde 2019.

Na quarta-feira, o governador Ernesto Muangala deslocou-se ao município de Lóvua, para se inteirar da situação e orientou o Gabinete dos Serviços Técnicos e Infra-Estruturas na Lunda Norte para começar os trabalhos de abertura de uma via alternativa, enquanto se aguarda pelo início das obras de estancamento da ravina e da recuperação do troço.

A abertura da via alternativa, segundo o governador, deverá contar com o apoio das empresas mineiras que operam na Lunda Norte.

As obras de reabilitação da Estrada Nacional 225, numa extensão de 504 quilómetros, tiveram início em 2012.

#### Estrada desviada no Uíge

Após inundações de casas no bairro Quimacungo, arredores da cidade do Uíge, em consequência das primeiras chuvas do ano, a estrada Uíge-Negage sofre um desvio durante 60 dias, devido as obras de intervenção na lagoa.

Num comunicado tornando público na Página do Facebook, o Governo Provincial do Uíge indica que as obras de intervenção na lagoa do Quimacungo arrancaram a sexta-feira, a cargo da empresa CRBC e devem durar 60 dias.

Enquanto durarem os trabalhos de abertura e desassoreamento da vala de drenagem do bairro Quimacungo, que se transformou numa gigante lagoa, lê-se no comunicado, os automóveis deveram seguir viagem pela rua após agência de viagem Avô Zua devendo sair no interior do bairro.

A equipa de reportagem deslocou-se ao local. Homens e máquinas trabalham a todo vapor para evacuar as águas que desde quinta-feira inundaram dezenas. Os técnicos garantem que o trabalho em curso culminará com a colocação de uma passagem de água mais aberta, que vai devolver a normalidade no escoamento da água pluvial.

As chuvas caem sequencialmente, acompanhadas de fortes ventos. Além de inundar destruir casas, deixou

ruas intransitáveis e valas de drenagem repletas de resíduos sólidos.

## 10.4 INAMET anuncia mais chuvas para Luanda

*Jornal de Angola*

*6 de Janeiro de 2020*

*Autor: César Esteves e José Castilho*

O Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica (INAMET) anunciou, em comunicado, chuvas intensas para Luanda e outras partes do país durante esta semana, alertando aos riscos que correm as populações que vivem em zona de riscos.

Segundo o documento, as autoridades devem tomar medidas de prevenção para as populações sejam retiradas em zonas de riscos, sobretudo nas zonas periféricas de Luanda, como na Sambas, Barrocas da Boavista e Sambizanga. Hoje, durante uma conferência de imprensa, que serviu para balancear a chuva que se abateu sobre a cidade de Luanda, o governador Sérgio Luther Rescova anunciou a morte de uma criança de sete anos no município de Viana, cujo mesmo foi arrastado pela correntes das enxurradas.

O governador de Luanda disse que a criança foi arrastada pela água das chuvas, tendo, por isso, lamentado o sucedido Sérgio Luther Rescova informou terem sido feitos, com antecedência, vários trabalhos de prevenção, como o desassoreamento de valas de drenagens para evitar não só este episódio (morte da criança), como outros. Sublinhou que, apesar dos esforços, a província foi surpreendida por uma chuva anormal, que durou cerca de 12 horas, ultrapassando o tempo que se vinham registando nos últimos anos.

Sérgio Luther Rescova prometeu continuar a trabalhar, no sentido de se evitar perdas humanas, referindo que a chuva que caiu sábado só não provocou mais danos, porque desde cedo houve várias acções de prevenção que vão ser intensificadas.

O governador disse que a província de Luanda só é fortemente fustigada pelas chuvas porque, “infelizmente, ainda enfrenta problemas estruturantes do ponto de vista de drenagem das águas pluviais” e esclareceu que situação actual de drenagem está dividida em dois níveis, sendo o micro e a macro.

A micro, explicou Sérgio Luther Rescova, incide fundamentalmente sobre as principais linhas de colector e valetas que é quase inexistente, na sua maioria, a nível dos bairros. Acrescentou que ao nível das vias principais existem algumas estruturas de drenagens eficientes, que têm permitido evacuar as águas da chuva.

Em relação à macro drenagem, Sérgio Luther Rescova considera ser fundamental a sua resolução para que a província de Luanda deixe definitivamente de enfrentar problemas de inundações, na medida em que permitiria com a água da chuva siga o seu curso normal até encontrar os canais adequados para o seu escoamento.

O governador admitiu haver em Luanda uma boa confluência para escoar a água e reconheceu que caso haja maior aproveitamento para a construção e finalização dos projectos de macrodrenagem, pode ajudar na fluidez dos canais de microdrenagem.

Famílias desalojadas

Quanto às famílias desalojadas pela chuva, o governante afirmou que muitas foram albergadas em locais mais seguro, outras recorreram a casas de parentes.

“Temos procurado dar o nosso apoio a essas famílias, porque compreendemos que os bens materiais podem ser recuperados, mas o mesmo não se poderá dizer da vida”, aclarou Sérgio Luther Rescova.

Na oportunidade, o porta-voz do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros, Faustino Minguês, ressaltou que do trabalho até agora feito, para mitigar os efeitos da chuva, permitiu apurar a inundação de 208 residências, 250 famílias desalojadas, seis resgatadas no interior de uma residência e uma morada desabada.

Faustino Minguês disse que os dados avançados não são definitivos, podendo alterar-se nas próximas horas. Revelou ainda, com base em dados do INAMET, que Luanda pode voltar a receber mais chuvas nos próximos dias. O município de Belas continua a ser o mais afectado.

## 10.5 Enxurradas desalojaram mais de 300 pessoas no Bié

*Jornal de Angola*

*9 de Janeiro de 2020*

Ao todo, 312 pessoas estão desabrigadas nos municípios do Cuito, Catabola e Andulo, província do Bié, em consequência das chuvas, acompanhadas

de ventos fortes, que continuam a cair desde o início do mês em curso na província.

A informação foi prestada ontem, no Cuito, pelo chefe de departamento do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros do Bié, Adilson Luís, revelando que as chuvas destruíram 52 casas, quatro igrejas e uma escola de seis salas de aula. As enxurradas causaram ainda seis feridos, que prontamente beneficiaram de assistência médica e medicamentosa no Andulo e na cidade do Cuito.

Sem avançar o número real de famílias necessitadas, o responsável disse que o Serviço de Protecção Civil e Bombeiros continua a trabalhar, com as administrações municipais, no levantamento dos estragos causados pelas chuvas na região.

Adilson Luís apelou, entretanto, às populações locais para evitarem construir casas em zonas de risco, com vista a evitarem situações de casas desabadas e até mesmo de ferimentos e mortes. Informou, ainda, que o Serviço de Protecção Civil e Bombeiros prestou assistência, este ano, a 12 famílias afectadas pelas chuvas, no município do Cuito, com a entrega de chapas de zinco e bens alimentares.

## 10.6 Chuvas mataram 41 pessoas no país

*Jornal O País*

*10 De Janeiro de 2020*

Quarenta e uma pessoas morreram e duas mil e 498 famílias sofreram gravemente em consequência das chuvas que assolaram o país no último fim-de-semana (Sexta e Sábado), revelou, ontem, em Luanda o coordenador da Comissão Nacional de Protecção Civil, Eugénio Laborinho.

As províncias de Luanda, Bié, Benguela, Huambo, Cuanzas Norte e Sul, Malange, Namibe, Uíge, Zaíre e as duas Lundas foram as que mais danos sofreram, e o impacto negativo corresponde 11 mil e 990 pessoas que directamente sentiram os efeitos das enxurradas.

Num comunicado de imprensa enviada à redacção de OPAÍS, a referida comissão, liderada pelo ministro do Interior, contabilizou 98 famílias afectadas, 378 residências destruídas, mil e 145 residências parcialmente danificadas, 975 residências inundadas, 12 igrejas destruídas e quatro pontes danificadas. "Como circunstância agravante aos danos acima mencionados, as chuvas estão a criar ravinas que estão a progredir de forma assustadora, ameaçando o corte da movimentação por estradas, destruição de



infra-estruturas, bem como o desenvolvimento destas localidades", disse Eugénio Laborinho.

A Comissão de Protecção Civil analisou também as consequências da seca que afectou predominantemente as províncias do Cunene, Huíla, Namibe e Cuando Cubango e parte das províncias do Cuanza-Sul e Benguela, tendo afectado um milhão, 789 mil e 376 pessoas.

O comunicado refere que a seca matou 30 mil e 823 animais, tendo afectado dois milhões, 246 mil e 50 cabeças de gado bovino e mais de um milhão de caprinos e ovinos.

## 10.7 Chuvas pioram acesso ao Kikuxi

*Jornal O País*

*10 De Janeiro de 2020*

*Autor: Djalma Lopes*

Bom dia. Saúde e paz a todos. os profissionais, neste 2020 em que todos almejamos 365 dias de máxima tranquilidade, progresso e desenvolvimento rumo ao bem-estar social.

Digníssimo Director, o acesso ao Kikuxi, principalmente na área do seu canal' continua a ser um Deus nos acuda. Com o festival das últimas enxurradas, a situação piorou de tal maneira que é preciso o socorro das mais altas instituições e entidades do país. Com o devido respeito, refiro-me a Sua Excelência o Presidente República, ao Governador de Luanda, ao Ministro da Construção, Ministro da Energia e Águas, Ministra do Ambiente e tantos outros que têm a ver com o nosso grito de socorro. O problema é antigo.

Várias denúncias foram feitas, quer pelos jornais quer televisão e rádios. Muito se escreveu a quem de direito. Muitas audiências tiveram lugar por causa do mau estado do Kikuxi, sobretudo o canal de água e as vias de acesso. Preocuparam-se em mandar arranjar o troço da Escola da Policia de Intervenção Rápida até à AVE KUXI e esqueceram-se do resto até à Via Expresso. Além de ser um ponto turístico inaproveitado, a construção da via do canal do KIKUXI iria resolver muitos outros problemas, como a poluição do canal e a triste bandalhalheira a que está submetido diariamente. Por favor, não deixem a situação piorar sob o olhar silencioso e sereno da governação.

Com JLo. os tempos estão a mudar a uma boa velocidade. Oxalá, que o Kikuxi sinta também a correcção do que está mal e a melhoria de tudo o que se impõe com urgência. No canal, deitam todo o tipo

de lixo. Com as chuvas, a situação piora. Tudo é empurrado para o seu interior. Vamos trabalhar para alcançar os dignos níveis de qualidade de vida.

## 10.8 Chuvas... Mais de quarenta pessoas perderam a vida e 2.498 famílias ficaram ao relento em todo o país

*Novo Jornal*

*10 De Janeiro de 2020*

*Autor: Dulcineia Lufua*

Quarenta e uma pessoas perderam a vida e 2.498 famílias ficaram ao relento devido às quedas pluviométricas registadas nos primeiros dias do ano. Os números foram avançados, esta semana, em Luanda, pelo ministro do interior, Eugénio Laborinho, durante o primeiro encontro realizado com a Comissão Nacional de protecção Civil.

Eugénio Laborinho considerou a situação grave, e avançou que as 2.498 famílias afectadas representam cerca de 11.990 pessoas.

"Além das famílias, 378 residências ficaram totalmente destruídas, 1.145 parcialmente danificadas, 975 inundadas, 12 igrejas destruídas e quatro pontes destruídas", deu a conhecer.

Segundo o responsável, os efeitos nefastos das enxurradas estão a criar ravinas, que, por sua vez, já cortaram a circulação em muitas províncias do país, com destaque para Lunda-Norte, tunda-sul, uíge, Zaire, Moxico, Kuando Cubango, Malanje e Bié.

"[AS revinas] Estão a progredir de forma assustadora, ameaçando o corte da movimentação por estradas, destruindo infra-estruturas, bem como afectando o desenvolvimento destas localidades", sublinhou.

Em Luanda o cenário não foi diferente.

A primeira chuva que deu às boas-vindas ao ano 2020 também inundou vários bairros e deixou centenas de residências na iminência de desabar. Fala-se em 250 famílias desalojadas e vias intransitáveis.

Dados do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros dão conta da morte de um menor no município de Viana.

Segundo o porta-voz do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros, Faustino Minguês, os municípios mais afectados foram Cacucaco, Cazenga, Belas, Viana e Talatona. A situação fez deslocar o governador de

Luanda a realizar visitas de campo e de constatação. Foram encontradas alternativas de modo a se evitar mais desastres.

No município de Talatona, no bairro Benfica, propriamente na zona das Salinas onde várias casas ficaram imersas, no local, Sérgio Luther Rescova Joaquim orientou a demolição de alguns edifícios que condicionam o percurso normal das águas.

"Não é uma zona para construção de residências, então temos que devolver a área a sua finalidade normal que é linha de passagem de água para se evitar as inundações. Se isso implica partir casas, muros, teremos de o fazer para se preservar obem precioso que é a vida dos nossos populares", disse Rescova.

O Novo Jornal andou por algumas zonas da capital ouviu populares que não esconderam o terror vivido e relataram o medo devido as próximas enxurradas que o INAMET já alertou que podem cair a qualquer momento.

Ainda na zona das Salinas, o cidadão Ricardo Conde, que perdeu todos os seus haveres contou que teve de abrigar-se em casa de uma irmã ..

"Fiquei sem nada, as chuvas trouxeram muitos prejuízos para mim e para os meus filhos".

Henriqueta, outra moradora que também falou com o NJ, teme que às águas das chuvas possam provocar doenças nos membros da sua família.

## 10.9 Elisal deixou de oprar na ilha do mussulo há dez anos

*Novo Jornal*

*10 De Janeiro de 2020*

Fonte ligada à Elisal, Empresa de Limpeza e Saneamento de Luanda, explicou que o Mussulo se vê a braços com o velha história da acumulação de lixos em épocas como carnaval, natal e ano novo desde que aquela empresa deixou de operar naquele ponto turístico que mais fornece resíduos aos aterros sanitários localizados em Luanda.

A fonte disse ainda que, durante a permanência daquela operadora, era possível serem vistas outras empresas do sector, mas, acrescenta, todas elas eram monitoradas pela Elisal, uma vez que esta tinha meios e utensílos capazes de responder, com eficácia, aos problemas do saneamento durante as épocas de maior movimentação.

Actualmente, a empresa Vista é a responsável pela gestão dos resíduos sólidos naquele lugar. A referida

empresa pcessou a recolha do lixo e a limpeza durante dois dias, tendo feito a limpeza da costa após o regresso de muitos banhistas à rotina normal.

Segundo os funcionários, parte do lixo deu à costa devido à chuva que caiu na capital nos primeiros dias do ano. "Muitos resíduos eram atirados ao mar por banhistas que, durante as travessias, consumiam bebidas", acusa Marcos Seba, da empresa Vista, que havia sido destacado para trabalhar no segundo dia do ano ..

Do embarcadouro até ao Mussulo, centenas de "ilhas de lixo", que se formaram depois da chuva, podiam ser vistas no mar e, segundo explicações de operadores, a água da chuva carregou o lixo urbano através das valas de drenagem, rios e das próprias ruas, seguiram o seu curso até ao mar e devido às correntes marinhas acabaram nas praias do Mussulo.

## 10.10 Especialista afirma a necessidade de operadoras eficazes

*Novo Jornal*

*10 De Janeiro de 2020*

*Autor: Ernesto Gouveia*

A falta de consciência no seio da sociedade e uma legislação que existe mas não penaliza, diz a bióloga ambiental Karélia Costa, contribui para episódios com o cenário do Musssulo, depois da quadra festiva.

O aumento do consumo por parte dos cidadãos no final do ano, segundo a bióloga ambiental Karélia Costa, traz como consequência a produção diária considerável de resí- duos por pessoa. A especialista, também ligada ao Ministério do Ambiente, considera que este fenómeno está alinhado com o défice dos recipientes para deposição e falta de consciência ambiental.

"É visível o excesso de resíduos na linha da costa do Mussulo oriunda principalmente do continente", disse.

A entrevistada fala ainda de uma má gestão de resíduos, no caso de Luanda, que contribuiu directamente para o aumento dos custos operacionais.

"Não nos devemos concentrar apenas no Mussulo, sendo que situações como estas são visíveis em várias áreas da província de Luanda" adverte Karélia Costa.

No que toca à prevenção, Karélia explica que existem medidas como a sensibilização dos munícipes, a colocação de contentores suficientes, tendo em conta o número de habitantes, e a necessária recolha diária

do lixo. A valorização de materiais como o plástico, vidro, metal e outros é um aspecto que apontou.

"Não podemos considerar que as associações de defesa e protecção do ambiente, por si só, estejam à demanda da gestão e tratamento dos resíduos a nível do país", afirma a entrevistada, que alerta a necessidade de primar por operadoras que estejam equipadas adequadamente com capital humano e maquinaria.

"Dáí que seja fundamental a fiscalização por parte das administrações, locais de forma as operadoras funcionarem eficazmente", recomendou.

A redução do uso de utensílios de plástico, prática que já não é muito comum noutros países, é um pormenor que salta à vista da bióloga: "É preciso que Angola entre nessa abordagem, considerando que uma embalagem de plástico tem um tempo de vida útil muito alargado, podendo durar cerca de 100 anos".

Daí, acrescenta, advém o facto do plástico, que existe em excesso nas comunidades, ir parar ao mar ser uma grande preocupação.

Explicou que o Ministério do Ambiente tem feito o seu papel mas, afirma, é preciso que todos se sintam responsáveis pela melhoria das condições.

Karélia Santos reforça que já existe uma legislação que penaliza quem faz recurso às transgressões administrativas, tais como a deposição de lixo em lugar impróprio, e considera importante que as autoridades actuem.

"Há uma falta de consciência no seio da sociedade, mas a maioria das pessoas sabe que é errado fazer a deposição ou despejo incorrecto dos resíduos. Todos devemos ser fiscais porque as consequências são visíveis e atingem qualquer franja da sociedade.

Lixo não favorece o rendimento dos espaços turísticos

A deposição de lixo em locais impróprios chega a prejudicar os responsáveis de restaurantes, resorts e casas de recreio na Ilha do Mussulo, como explica o secretário geral da Associação das Agências de Viagens e Operadores Turísticos de Angola (AAVOTA).

António Pedro afirma que os complexos turísticos ali existentes têm feito trabalhos de limpeza nas zonas que circundam os espaços que ocupam, mas o cenário de desordem instalado por banhistas, muitas vezes provenientes de outras zonas, e o comportamento

das pessoas da comunidade quanto à questão do lixo, afugentam potenciais turistas.

"A ideia que fica é de desordem e falta de higiene nas épocas festivas", desabafa.

"Apesar de ser uma época alta em termos de ocupação, onde tomamos alguma atenção quanto ao lixo produzido, encaramos situações que fogem do nosso controlo, não por nossa vontade", explica o gerente de um dos resorts ali situados. A colaboração das operadoras de recolha de lixo, tal como explica, poderia ser mais eficaz, mas isso não acontece e obriga o redobrar de esforços das equipas de limpeza dos diferentes estabelecimentos.

Aém das casas da recreio, as casas abandonadas, apontou, são outro foco de lixo que compromete a higiene e o ar que se pretende respirar na região.

"Não devemos olhar só para a questão do lixo na quadra festiva, mas também para as casas abandonadas que acabam por servir de depósito de lixo em toda a época do ano", alertou o gestor.

Apelou à necessidade de uma maior fiscalização, no sentido de facilitar o negócio ali desenvolvido.

## 10.11 Seca afecta 300 mil famílias e chuvas mataram 41 pessoas

*Jornal de Angola*

*Autor: Manuela Gomes*

*10 de Janeiro, 2020*

Um total de 355.892 famílias foram afectadas pelo impacto da seca severa nas províncias do Cunene, Huíla, Namibe, Cuando Cubango, Benguela e Cuanza-Sul e 41 pessoas morreram, em 2019, devido às fortes chuvas, revelou, ontem, em Luanda, o ministro do Interior, Eugénio Laborinho.

O governante falava durante a primeira reunião da Comissão Nacional de Protecção Civil, que visou analisar a presente época chuvosa, danos e perdas, grau de intervenção, apoios prestados, meios disponíveis e utilizados.

Eugénio Laborinho disse que os impactos da seca provocaram também danos em 488 localidades, afectando 1.789.376 pessoas, 2.246.050 bovinos, 1.200.000 caprinos e ovinos, assim como a morte de 30.823 animais.

Tal situação afectou, na sua maioria, populações que residem em zonas rurais, daí ter dificultado o desenvolvimento da agricultura e a criação de

animais, provocando, deste modo, a escassez de recursos económicos, de alimentação, além de gerar fome e miséria.

Durante a sua intervenção, o ministro do Interior disse que, nos últimos meses, se tem assistido, a nível mundial, a eventos catastróficos com magnitude e frequência de elevada escala. Sublinhou que o fenómeno teve como consequência alterações climáticas no espaço territorial, o que tem causado enormes perdas humanas, danos materiais e ambientais.

“É preocupante o elevado nível de quedas pluviométricas registadas nos últimos dias, causando inundações, destruição de infra-estruturas e plantações, inclusive impactos sobre a vida das populações, seus bens e disponibilização de serviços”, disse o ministro.

Eugénio Laborinho reconheceu que, apesar dos esforços empreendidos pelo Executivo para apoiar as populações afectadas pela seca, se registam ainda, a nível das províncias, um índice elevado de desnutrição aguda, o abandono escolar e o absentismo dos alunos.

O titular da pasta do Interior lançou um repto à sociedade civil no sentido de continuar a prestar o apoio necessário às vítimas da seca e outras calamidades, advertindo aos que recebem os bens para ajuda humanitária a distribuí-los dentro dos parâmetros legais, sob pena de serem responsabilizados.

Lembrou que as fortes chuvas afectaram, também, o fornecimento de água potável e energia eléctrica, o corte de vias de comunicação, o que dificultou o crescimento socioeconómico do país. Apontou as províncias de Luanda, Bié, Benguela, Huambo, Cuanza-Norte, Cuanza-Sul, Lunda-Norte, Lunda-Sul, Malanje, Namibe, Uíge e Zaire como as mais atingidas.

#### Perdas humanas

De acordo com Eugénio Laborinho, as fortes chuvas fizeram 41 mortes, afectou 2.498 famílias, correspondendo a 11.990 pessoas que, directamente, sentiram os efeitos nefastos das enxurradas. Acrescentou terem ainda destruído 378 residências, 1.145 parcialmente danificadas, 975 inundadas, 12 igrejas desfeitas e quatro pontes desabaram.

O ministro, que também é coordenador da Comissão Nacional da Protecção Civil, disse que as chuvas estão, igualmente, a criar ravinas nas províncias da Lunda-Norte, Lunda-Sul, Uíge, Zaire, Moxico, Cuando Cubango, Malanje e Bié. Informou

que a erosão de terras progride de forma assustadora, ameaçando o corte de vias e movimentação por estrada, destruição de infra-estruturas, bem como o desenvolvimento dessas localidades.

Para o governante, o alcance de um estado de comunidades resilientes a nível do país deve constituir uma prioridade, ao afirmar que está em curso a adopção de uma nova abordagem da actividade de protecção civil em Angola, com vista a melhorar as várias acções realizadas.

A medida, segundo o ministro, propõe, também, conferir a realização de acções e planos que tendam a evitar a criação de novos riscos, redução dos existentes, garantir uma gestão de crise e emergência eficaz, inclusiva e participativa, assim como desenvolver acções para melhor reconstrução.

## 10.12 Toneladas de lixo no mar na ressaca do festim

*Novo Jornal*

*10 De Janeiro de 2020*

*Autor: Ernesto Gouveia*

O que acontece no Mussulo é uma autêntica transformação. Do cenário de beleza a um retrato de lixo, sujidade e falta de asseio.

Da ponta final do ano à transição para o ano seguinte, as operadoras de recolha de lixo têm noção do lixo que vão encontrar em praias como o Mussulo.

O cenário de total sujidade é a imagem que foi divulgada nas redes sociais, algumas horas depois do sol raiar no período após as festas. As fotografias divulgadas apelavam à intervenção das autoridades, ao mesmo tempo que alguns comentários de internautas repudiavam a atitude negligente dos banhistas.

Enormes quantidades de lixo foram recolhidas ao longo da península do Mussulo. Aquela zona balnear, preferência de muitos banhistas após o natal, é o local onde grande parte das festas de fim de ano acontece, o que leva uma moldura humana considerável a fazer a travessia de 10 minutos para o convívio.

Os técnicos da VISTA, empresa responsável pela recolha dos resíduos naquela praia, não conseguem quantificar o lixo que é recolhido durante a ressaca de fim de ano, mas garantem que se trata de um volume considerável, chegando a atingir pouco mais de cinco toneladas.



"Juntando o que é recolhido da água, dos restaurantes e resorts, a conta final atinge uma "quantidade alta de resíduos", afirma um funcionário do aterro sanitário dos Mulenvos, que tem por missão receber muito do lixo que surge das zonas balneares.

Manuel Muhongo refere que a melhor maneira de controlar a quantidade de lixo produzida nas praias em épocas festivas é observar o que é depositado nos aterros sa-nitários. Muhongo explica ainda que a quantidade nos últimos quatro anos é reduzida porque, afirma, "há um maior controlo no consumo, porque a vida encareceu mais".

No caso particular do Mussulo, a situação que menos preocupa os convivas, após vários dias de convívio, é onde colocar o lixo. Para os turistas, todo lugar serve. Este comportamento proporciona ao lugar um cenário de pouca higiene e a «Isso reduz a qualidade da água, para além de se converter num potencial vector de doenças» ideia de um comportamento negligente dos banhistas.

Segundo a administração da comuna do Mussulo, os objectos deixados naquelas praias não só afectam as espécies marinhas e os próprios banhistas, como também trazem prejuízos económicos.

Os materiais de plástico e vidro são os que imperam entre os resíduos encontrados nas praias ao longo daquela península.

"A época de final e começo de ano, onde as pessoas festejam e migram para as praias para aproveitar as férias, mas nem sempre da forma correta, representa o capítulo mais preocupante", afirma o responsável de um dos resorts que alí estão situados.

Uma das grandes preocupações que o gestor apresentou é o facto de surgirem acidentes resultantes da deposição de lixo em locais inapropriados, principalmente objectos de vidro que são partidos e lançados à areia.

A sujidade que o lixo provoca à água é outra das questões que não deixou de apontar. "Isso reduz a qualidade da água, para além de se converter num potencial vector de doenças, tornando-a imprópria para o uso dos banhistas", explica.

Os responsáveis para área técnica da administração comunal do Mussulo afirmam que nada recebem da admínstração municipal para que o lixo seja combatido continuamente, mesmo em épocas que não sejam festivas, tendo em conta que existem vários espaços concebidos para a realização de eventos.

## Fraca educação ambiental

Segundo os técnicos da administração do distrito urbano da Samba, os produtores de eventos têm também alguma responsabilidade na manutenção do estado das praias, propriamente nos locais que escolhem para as suas actividades.

"Muitas vezes, depositam o lixo de forma desordenada, e esperam que os serviços da administração ou as operadoras de lixo façam o resto", denunciam.

A agravar o problema está o fraco domínio de questões ligadas à educação ambiental. Alguns ambientalistas afirmam que esta situação pode perdurar por mais algum tempo e, como prova disso, é o cenário em que são deixadas as praias em determinadas épocas do ano. Os especialistas são unânimes em afirmar que a época de maior pressão e dinâmica na gestão de resíduos sólidos é o verão.

Na visão dos membros de organizações de luta a favor do ambiente, alguma coisa tem mudado, mas há ainda muito por fazer, principalmente junto das novas gerações, que poucas vezes tem acesso a informações ligadas à protecção do ambiente.

## 10.13 Venda ilegal de terrenos da urbanização ensombra Lar do patriota

*Jornal O PAÍS*

*10 De Janeiro de 2020*

As acções denunciadas não são novas e já foram, no passado, alvo de resposta adequada os serviços técnicos da Administração da FLP e das autoridades locais competentes que cuidavam, em conjunto, de rechaçar convenientemente os intentos maléficos dos ocupadores de terrenos, diz o documento.

O presidente do Conselho da Administração da FLP, Jorge Inácio Chiquengue, diz, na nota, que amassiva e permanente ocupação dos terrenos da urbanização tem sido desencadeada por cidadãos anónimos que se fazem representar por uma associação identificada como Anandengue, cuja sede social é desconhecida, do mesmo modo que se desconhecem os verdadeiros rostos dos respectivos órgãos dirigentes.

"Os anónimos dirigentes desta associação, no afã de atingirem os seus intentos, não se coíbem de instrumentalizar um grupo de cidadãos, sobretudo senhoras de condição social menos favorável, instando-os a serem os mentores da ocupação ilegal de terrenos", lê-se no documento.



Esclareceu que esses terrenos posteriormente são vendidos a terceiros, aos quais é atribuída documentação manifestamente irregular, situação já convenientemente apresentada às autoridades provinciais sem que, entretanto, tivesse merecido sequer a devida atenção. De acordo com a nota, os responsáveis da associação Anandengue esquivam-se ao contacto directo com a administração da FLP, usando, como escudos humanos, os cidadãos já referenciados acima, instigando-os a recorrer a meios violentos para viabilizarem a ocupação forçada de parcelas de terreno de que é titular a FLP, detentora do Direito de Superfície emitido pelo Governo Provincial de Luanda.

Diz também que, para reforçar ainda mais a estratégia de vitimização, os alegados invasores usam levemente nomes de cidadãos nacionais de elevada relevância social, política e militar, a exemplo do deputado Julião Mateus Paulo "Dino Matross", ou, ainda, da ministra do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação, Maria Bragança Sambo, como proprietários de extensões de terrenos, cuja titularidade alguma vez lhes pertenceu.

Em face do relatado, pelos riscos de descaracterização da Urbanização Harmonia, afecta à Cooperativa e para evitar conflitos futuros com cidadãos que venham a adquirir ilegalmente os terrenos, o Lar do Patriota, aconselha os cidadãos a evitar comprar terrenos nos seus espaços sem que a titularidade seja previamente confirmada pela administração da FLP, sob pena de caírem em situação de burla.

De igual modo, apelam aos órgãos da administração da justiça, nomeadamente a PGR e Inspeção Geral da Administração do Estado (IGAE), no sentido de investigarem as denúncias públicas, aludindo ao envolvimento de funcionários intermédios do Estado na rede.

#### 10.14 Voluntariado... projecto Otchiva recolheu lixo no interior da península

*Novo Jornal*

*10 De Janeiro de 2020*

*Autor: Ernesto Gouveia*

Cerca de 80 jovens ligados ao projecto otchiva Mangais, destinado à protecção do meio ambiente com o reflorestamento de Mangais em várias zonas do litoral, organizaram-se para uma campanha de limpeza ao longo de toda a extensão do Mussulo.

Alarmados com o aglomerado de lixo produzido naquela fase do ano, durante os dois últimos dias do ano, recolheram resíduos depositados arbitrariamente.

A campanha aconteceu simultaneamente em Luanda, no Soyo e nalguns pontos da orla litoral que compõem o Lobito.

Na capital do país, o foco das actividades esteve virado à recolha de lixo no interior do Mussulo. José Palanga, uma das pessoas responsáveis pela acção que foi desenvolvida em Luanda, revelou que a quantidade de lixo recolhida pelo grupo de voluntários inseridos no projecto foi muito grande.

"Embora não pudéssemos quantificar em termos de tonelagem, podemos afirmar que os diferentes grupos recolheram uma enorme quantidade de resíduos sólidos", José Palanga.

Aquele engenheiro especializado em saneamento explicou que, apesar da grande quantidade, o número é inferior ao lixo que foi produzido no ano passado.

"Estou em crer que é pela redução do poder aquisitivo que muitos optaram por festejar em casa ao invés de se deslocarem à Ilha do Mussulo", calculou.

Sobre as motivações da iniciativa que já leva dois anos, destinada à recolha de lixo no natal e ano novo, Palanga explicou que tem que ver com o facto de a Ilha do Mussulo ser um ponto de referência turística, onde se observa a produção de uma grande quantidade de lixo.

Do início do dia ao cair da tarde, José Palanga afirma não ter visto alguma operadora de recolha de lixo, mas contaram com a participação da comunidade, em quem ainda foi possível perceber um fraco nível de educação ambiental.

O voluntário explicou que, além dos visitantes, parte do lixo que a península recebe provém da cidade de Luanda, sendo transportado pelos canais de drenagem e pela chuva, acabando por chegar ao mar e até às praias por via das das correntes marinhas .

"Conhecer as regras sobre reciclagem e tentar saber o que podemos fazer dentro da nossa própria comunidade sobre alguns materiais mais prejudiciais ao ambiente" é uma das premissas que Fernanda Renée, coordenadora do projecto Otchiva, recomenda.

A reflorestação de Mangais é a acção que resume a actividade do projecto, que tem desenvolvido uma campanha de plantação deste importante elemento da natureza na intenção de evitar não só o seu desaparecimento, mas também proteger as zonas húmidas contra todas as catástrofes naturais, como calem as, erosão e ventos fortes,

Segundo dados da organização Otchiva, a com uma do Mussulo já beneficiou do projecto com a plantação de 30 mil plantas.

## 10.15 Chuva e seca só cá estão para chatear o santo MPLA

*Jornal Folha 8*

*11 De Janeiro de 2020*

A época chuvosa em Angola já provocou 41 mortos, destruiu mais de mil casas e afectou 2.498 famílias, num total de 11.990 pessoas, em 12 províncias do país, informou hoje a Comissão Nacional de Protecção Civil. Se não é a chuva é a seca. Coisas novas, ao que parece, no nosso país.

Segundo o coordenador da comissão, o ministro do Interior, Eugénio Laborinho, de Agosto de 2019 à presente data, as chuvas destruíram 12 igrejas e quatro pontes e deixaram parcialmente destruídas 1.145 residências, havendo ainda o registo de 975 casas inundadas.

Os dados avançados hoje na primeira reunião da Comissão Nacional de Protecção Civil dão conta ainda que, das 18 províncias do país, 12 foram afectadas: Luanda, Bié, Benguela, Huambo, Cuanza Norte, Cuanza Sul, Lunda Norte, Lunda Sul, Malanje, Namibe, Uíje e Zaire.

Eugénio Laborinho disse que as chuvas estão igualmente a causar problemas a nível de ravinas, de forma mais preocupante na Lunda Norte, Lunda Sul, Uíje, Zaire, Moxico, Cuando Cubango, Malanje e Bié, onde “estão a progredir de forma assustadora, ameaçando o corte da movimentação por estradas, destruição de infra-estruturas, bem como o desenvolvimento destas localidades”.

O coordenador da Comissão Nacional de Protecção Civil abordou também a questão da seca severa, que Angola registou em 2019 na parte sul do país, nomeadamente nas províncias do Cunene, Huíla, Namibe, Cuando Cubango, parte do Cuanza Sul e Benguela, afectando 1.789.376 pessoas e 2,3 milhões de cabeças de gado bovino e 1,2 milhões de gado caprino e ovino, resultando na morte de 30.823 animais.

De acordo com Eugénio Laborinho, a situação da seca atingiu nas regiões afectadas “contornos alarmantes”, sobretudo das famílias das zonas rurais.

O governante angolano frisou que apesar dos esforços do Governo para minimizar a situação, através da prestação dos apoios necessários, “continua-se a registar, nas províncias mencionadas, um índice elevado de desnutrição aguda, o abandono escolar e o absentismo dos alunos”.

Nesse sentido, o coordenador da Comissão Nacional de Protecção Civil apelou à sociedade civil para continuar a prestar as ajudas necessárias às vítimas da seca e outras calamidades, realçando que quem recebe os bens deve encaminhá-los a quem necessita, “caso contrário serão responsabilizados, de acordo com os normativos legais”.

Face a essas preocupações, prosseguiu o coordenador da comissão, alcançar comunidades resilientes no país é a prioridade, pelo que, com vista a melhorar as actividades realizadas, está em curso a adopção de uma nova abordagem da actividade de protecção civil em Angola.

De acordo com Eugénio Laborinho, pretende-se realizar acções e planos que visam evitar a criação de novos riscos, redução dos existentes, garantir uma gestão de crise e emergência eficaz, inclusiva e participativa, assim como desenvolver acções que visam reconstruir melhor, razão pela qual está em curso a actualização da lei de bases da Protecção Civil.

A comissão pretende actualizar também o plano nacional e provinciais de preparação, contingência, resposta e recuperação de desastres e calamidades, reactivar o Centro de Coordenação Operacional, com o objectivo de melhorar a articulação nas acções de planeamento e resposta aos desastres entre os diferentes sectores da Comissão Nacional de Protecção Civil.

Entre as acções a serem realizadas, Eugénio Laborinho destacou a necessidade de um trabalho intensivo de sensibilização das comunidades para evitarem a construção em zonas de risco, com vista a melhorar a capacidade nacional de prevenção e socorro da população.

A reunião serviu para analisar danos e perdas na presente época chuvosa, o grau de intervenção das autoridades, os apoios prestados e os meios disponíveis e utilizados, bem como as perspectivas dos sectores na presente época chuvosa e perfil de risco de desastres de inundação e seca em Angola.

No dia 10 de Abril de 2019, o Governo (que desde 1975 é da responsabilidade do MPLA) admitiu que a resposta aos fenómenos atmosféricos relacionados com as fortes chuvas e consequentes inundações em Angola “não se tem revelado oportuna e suficiente”.

Ao abrir, em Luanda, a Reunião da Comissão de Secretários de Estado e Representantes da Sociedade Civil Angolana, no âmbito do Quadro de Recuperação Pós-Seca 2018/2022 e à Época das Chuvas, Salvador Rodrigues lamentou a desadequada “prestação de serviços básicos e de socorro, por falta de meios essenciais, incluindo muitas vezes a exiguidade de verbas”.

Importa, como intróito, reconhecer que João Lourenço só é Presidente desde Setembro de 2017 e que o MPLA só está no Governo desde Novembro de... 1975. E, e tão pouco tempo, seria inexequível fazer mais e melhor.

“Embora tenhamos um plano nacional de preparação, contingência, resposta e recuperação de calamidades e desastres, a nossa intervenção no terreno não se tem revelado oportuna e suficiente”, sublinhou o secretário de Estado do Interior para o Asseguramento Técnico de Angola.

“Neste contexto, tendo em conta a degradante situação social em que se encontram as populações afectadas, e não existindo stock suficiente de meios e bens para atenuar o sofrimento, é urgente e necessário que a Protecção Civil se preocupe e se debruce sobre o assunto”, avisou Salvador Rodrigues. Isto foi dito em Abril do ano passado.

Para o governante, o Serviço Nacional de Protecção Civil e Bombeiros (SNPCB) tinha de encontrar forma de mobilizar atempadamente meios para socorrer as vítimas, “recorrendo à prestimosa atenção do Ministério das Finanças na disponibilização de recursos para a implementação de acções imediatas de resposta humanitária e reposição das condições básicas de vida daquelas populações”.

Também em Abril, mas de 2013, o então Presidente da República, José Eduardo dos Santos, atribuiu à herança do colonialismo português problemas “graves” de infra-estruturas registados na província de Luanda.

Segundo a Angop, Eduardo dos Santos afirmou que os problemas na província são “decorrentes da situação complicada herdada do colonialismo”, nomeadamente nas “infra-estruturas e saneamento básico”. A tese foi adoptada e continua em vigor apesar de o Presidente ser agora outro.

A solução destes “clama por inteligência”, referia a notícia que adianta que Eduardo dos Santos falava na abertura de uma reunião técnica sobre os problemas da capital, que juntou membros do Executivo e responsáveis provinciais.

O Presidente adiantou também que os 30 anos de guerra no país “não permitiram a mobilização de recursos humanos e financeiros para satisfazer todas as expectativas das populações” e que dimensão dos desafios “supera a capacidade” das autoridades.

A reunião, nos arredores de Luanda, contou com titulares das pastas da Construção, Transportes, Planeamento e Desenvolvimento Territorial, Urbanismo e Habitação, e ainda dos secretários de Estado das Águas e do Tesouro, entre outros.

O exemplo da Mota-Engil

Segundo o Jornal de Angola, “no ano de 2015, de grande significado para os angolanos, a empresa lusa Mota-Engil foi contratada para reabilitar todos os passeios e ruas da cidade de Luanda”.

No entanto, “durante as obras, a construtora vedou com alcatrão toda a rede de esgotos, sarjetas e valas de drenagem das ruas. Quando nesse ano as fortes chuvas chegaram, as ruas ficaram transformadas em rios e no sítio dos esgotos abriram-se crateras que ainda hoje se vêem.”

E depois não queremos que a rapaziada critique Portugal, mesmo que tenha de se descalçar pra contar até 12. Então a Mota-Engil “vedou com alcatrão toda a rede de esgotos, sarjetas e valas de drenagem das ruas”? Isso é coisa que se faça? A ideia era dar razão ao MPLA quando fala da “situação complicada herdada do colonialismo, mormente no domínio das infra-estruturas e saneamento básico”. Mas, convenhamos, poderiam não ter vedado “com alcatrão toda a rede de esgotos, sarjetas e valas de drenagem das ruas”.

“Com a acumulação de charcos e lixo, as condições de saúde na capital angolana degradaram-se. A cidade foi assolada por um surto de febre-amarela. A crise só foi ultrapassada com a substituição do governo provincial”, escreveu o Pravda. E escreveu muito bem, ou não estivesse a reproduzir o recado de um líder que até conseguiu pôr o Rio Kwanza a desaguar na foz e não na nascente...

É claro que para além da Mota-Engil há muitos mais culpados, todos portugueses... por culpa de Portugal. Em Abril de 2016, o Pravda, também em Editorial assinado por José Eduardo dos Santos sob o pseudónimo de José Ribeiro, criticou os “amigos da

desgraça” e a “imprensa do Rossio”, referindo-se ao tratamento jornalístico em Portugal do anunciado pedido de apoio do Governo angolano ao Fundo Monetário Internacional (FMI).

“Foi notória a forma ligeira e pretensiosa como alguma imprensa à margem do Tejo, useira e vezeira em desejar desgraça em casa alheia, saiu à rua para lançar diatribes à volta de um suposto programa de resgate económico monitorado pelo FMI, organização de que Angola é membro de pleno direito”, escreveu o pasquineiro.

“Cá dentro, a imprensa do Rossio foi secundada com o anúncio apocalíptico de bancarrota. As finanças públicas não existem mais, segundo o porta-voz da UNITA [Alcides Sakala], que é, para nossa desgraça colectiva, membro da Assembleia Nacional, um órgão de soberania que merece todo o nosso respeito”, dizia o editorialista. Acrescente-se que, mais uma vez, a culpa é de Portugal que permitiu que UNITA existisse e que, ainda por cima, fosse considerado um movimento angolano.

“Não fosse a UNITA useira e vezeira em discursos inócuos e sem qualquer sustentação técnica, dir-se-ia que o homem perdeu completamente o Norte e agora confunde Angola com Portugal e o rio Kwanza com o Tejo, tal a sintonia com que o homem orquestra a canção do resgate e da austeridade com os amigos do Rossio”, dizia o editorial do Pravda do regime.

Com todo este cenário, é bom de ver que Portugal para se redimir de todos os seus históricos erros em relação a Angola, deve rapidamente pedir desculpas às terças, quintas e sábados e pedir perdão às segundas, quartas e sextas. Aos domingos deve tomar a hóstia que tira todos os pecados.

A bem, é claro, da Nação. Da nação do MPLA, entenda-se.

## 10.16 O lixo é quem mais ordena

*Jornal Folha 8*

*11 De Janeiro de 2020*

O Ministério do Ambiente de Angola tem por missão propor a formulação, conduzir, executar e controlar a política do Executivo relativa ao ambiente numa perspectiva de protecção, preservação e conservação da qualidade ambiental, controlo da poluição, áreas de conservação e valorização do património natural, bem como a preservação e uso racional dos recursos naturais. Neste fim-de-semana ainda não tinha sido informado que a Ilha do Mussulo (foto) pertence a Angola.

O Ministério do Ambiente anunciou em Julho de 2017 que ia contratar a empresa China Harbour Engineering Company (CHEC) para construir, em Luanda, uma fábrica de reciclagem de resíduos sólidos, num investimento público de 195 milhões de dólares (170 milhões de euros).

Terá sido apenas branqueamento eleitoral para a velha máxima popular que define o regime: O MPLA é o lixo, o lixo é o MPLA?

De acordo com um despacho governamental, a reciclagem a fazer nessa fábrica permitiria ainda gerar energia a partir daquela unidade, cabendo aos chineses da CHEC a sua construção e apetrechamento.

O documento, assinado pelo então Presidente, com data de 11 de Julho e que autorizava o Ministério do Ambiente a avançar com o negócio, justificava o investimento ainda com a necessidade de se construir o aterro sanitário da cidade do Kilamba – centralidade construída de raiz nos arredores de Luanda -, e “simultaneamente responder à problemática da capacidade de tratamento dos resíduos produzidos diariamente na cidade de Luanda”.

O Ministério do Ambiente e a empresa CHEC assinaram, em Luanda, um memorando de trabalho referente à construção de aterros sanitários, no âmbito do plano estratégico de gestão de resíduos, informou fonte governamental.

O Governo do MPLA (é assim desde 1975) previu, prevê e previra a construção de aterros sanitários em todas as 18 capitais de província do país, até 2020, sete dos quais em fase de execução, informou em Outubro de 2016 a então ministra do Ambiente, Fátima Jardim.

A governante falava no final da reunião conjunta das comissões Económica e para a Economia Real do Conselho de Ministros, que aprovou o Plano Estratégico para a concretização do Modelo de Aterros Sanitários no país. “Não podemos continuar com as lixeiras”, enfatizou na altura a ministra do Ambiente. Vê-se...

De acordo com Fátima Jardim, já estavam em curso os processos para a construção dos aterros nas províncias de Cabinda, Huambo, Cuando Cubango, Huíla, Malange, Cuanza Norte, além de Luanda, servindo esta última de modelo para o plano. No total seriam construídos 20 aterros sanitários em todo o país.

No âmbito deste plano, cujo investimento não foi revelado, a população também seria alvo de



campanhas de sensibilização para a separação de resíduos e seu reaproveitamento, através de novas indústrias de reciclagem.

De igual forma seria desenvolvido um modelo de actuação para as empresas que vão assegurar a recolha e tratamento de resíduos sólidos, através de contratos de concessão, à semelhança do que acontece em Luanda.

“Isto é um repto que vamos ter até 2020, temos tempo para pensar positivo. Mas temos sobretudo tempo para melhorar a prestação de serviços, a qualidade de vida das populações e também o desempenho institucional dos envolvidos na gestão dos resíduos urbanos”, apontou Fátima Jardim.

O modelo assentava em três aterros sanitários só em Luanda, província com mais de sete milhões de habitantes, e com a concessão da recolha a empresas públicas e privadas, adaptando-o para as restantes províncias.

O lixo é um dos espelhos do regime

As enormes quantidades de lixo que se acumulam, por exemplo, na orla marítima do município de Cacuo, arredores de Luanda, têm origem, segundo as autoridades, nas valas de drenagem.

Plásticos, ferros, além de paus, garrafas e todo o tipo de electrodomésticos, é o cenário mais comum que se constata em grande parte da extensão das praias de Cacuo, por entre populares pouco preocupados e funcionários da administração municipal, que tentam recolher o lixo.

Em declarações à agência Lusa, em Março de 2017, o director do Ambiente, Gestão de Resíduos Sólidos e Serviços Comunitários do Cacuo, Martinho Jerónimo, esclareceu que as enormes quantidades de resíduos sólidos que se registam no litoral do município surgem pelo escoamento das valas de drenagem, que desaguam nas praias.

“São quatro valas de macro drenagem, que cortam o distrito sede vindo uma do município do Cazenga, outra do Sambizanga e duas dos distritos dos Munlevos e da sede, das quais os resíduos sólidos jogados nessas valas encaminham todo para a orla marítima do município. Porque o mar recebe com a força das águas da chuva e depois faz o processo de inversão”, explicou.

O regime do MPLA está constantemente com os tambores da falsidade aquecidos para, numa poluição sonora, de muito má qualidade, e que intriga a maioria dos angolanos, tentar branquear os quase 44 anos de uma política de má gestão económica e

social, discriminação política, perseguição aos opositores e sociedade civil, não bajuladora e, mais grave, a lixeira de uma política irracional, que já não consegue sair dos monturos por si implantados.

Por mais que, depois de Eduardo dos Santos, João Lourenço tente sacudir o lixo para o quintal do vizinho, exonerando governadores e exarando em catadupa decretos e despachos, todos, absolutamente todos, os governantes por ele nomeados ficam em cima dos contentores, a analisar a lixeira do lixeiro que se segue.

Não é possível tentar enquadrar o tamanho do lixo que inunda Luanda, fora de uma prática incompetente do executivo, superiormente liderado pelo MPLA mas – como no resto – sem noção de gestão urbana e que cometeu ao longo destes anos erros crassos de gestão, afastando muitos técnicos, oriundos do período colonial, com forte conhecimento da gestão urbana da cidade e das formas para um saneamento eficaz e despartidarizado.

O maior mérito da política do MPLA tem sido a promoção de “jobs for the boys”, muitos dos quais verdadeiramente incompetentes, mas por serem bajuladores do “camarada presidente”, são nomeados, não para acabar com o lixo, mas para a sua verdadeira promoção.

Uma máxima que o MPLA tem perseguido ao longo dos anos é a de que o MPLA é o Povo e o Povo é o MPLA, mas face à incapacidade de não acertar numa política de limpeza e recolha do lixo das cidades, resolveu incentivar a sua produção em larga escala, para justificar a subida dos níveis de produção de 1973, ano de ouro da governação colonial portuguesa e que foi sempre um marco para ser superado pelo MPLA e desta forma legitimar a nova máxima: O MPLA é o lixo, o lixo é o MPLA.

O aumento do lixo, a incapacidade de pagarem às empresas dos próprios membros do MPLA, pois são os únicos autorizados, nesta empreitada demonstra que a discriminação só gera lixo, lixo que afinal o MPLA sente como um verdadeiro elemento imprescindível da sua gestão.

Se o anterior Presidente da República era avesso a um verdadeiro programa de gestão autónoma das cidades, principalmente no que se refere à capital, sendo confrangedora a falta de visão sobre o que pretende que seja a Luanda capital; a Luanda Metropolitana ou a Luanda Província, o actual (sendo um produto desse mesmo MPLA) segue-lhe os ensinamentos.



E numa altura em que o lixo é o que mais ordena, nada espanta que tudo seja uma verdadeira lixeira, ao ponto da política e da justiça serem hoje o seu expoente máximo.

## 10.17 Chuvas devastam campos agrícolas

*Jornal de Angola*

*12 de Janeiro, 2020*

*Autor: André Brandão*

Chuvas fortes que se abateram nos últimos dias sobre o município de Cambambe, na província do Cuanza-Norte, devastaram mais de sete mil metros quadrados de produção de banana, citrinos, maracujá e hortícolas, bem como seis tanques de criação de telápia, de oito fazendas da região de Nova Oeiras, localidade de Cassualala.

As chuvas destruíram também a passagem hidráulica que liga a localidade de Cassualala às fazendas na zona do Novo Oeiras, deixando cem metros quadrado da via rodoviário intransitável.

Fazendeiros encontram-se desesperados com a situação e afirmam que, se a chuvas continuarem com grande intensidade, este ano vão perder todo o cultivo, danos avaliados em milhares de kwanzas.

Demba Neto disse que os danos causados pelas chuvas na sua fazenda são incalculáveis: “perdi uma boa parte da produção de banana, citrinos e seis tanques de criação de tilápia”.

Fazendeiro há dez anos, Demba Neto teme que parte da produção se deteriore, devido a destruição da passagem hidráulica que liga a localidade à Estrada Nacional 230 A, que passa na aldeia de Cassualala.

O agricultor explicou que todas as semanas vende em média 1.200 cachos de banana, cada um a cerca mil e 500 kwanzas. Já o camponês Domingos de Jesus, de 45 anos, revelou que perdeu tudo da sua pequena lavra de banana, milho e feijão e pede ajuda ao Governo e às pessoas de bom senso.

O vice-governador para sector Técnico e Infra-estruturas, Mendonça Luiz, depois de constatar os danos causados pelas chuvas, disse que o Governo e os técnicos do Instituto Nacional de Estradas vão trabalhar para repor o tráfego rodoviário, o mais rápido possível.

Por outro lado, mais de 15 mil habitantes das aldeias Km 34, Calengue e Cassualala, comuna de Massangano, município de Cambambe, encontram-se privadas do fornecimento de água potável, devido à

inundação verificada na Estação de Captação, Tratamento e Distribuição, na sequência das fortes chuvas que se abateram sobre a região.

De acordo com os trabalhadores da Estação de Captação, Tratamento e Distribuição de Água do Km 34, as águas do rio Lucala transbordaram e inundaram cerca de um metro e meio na parte exterior e sete metros nas áreas das electrobombas.

Afirmaram que são constantes as inundações naquele local, sempre que há fortes chuvas, e que o problema dificilmente será resolvido, devido à má localização da estação, que foi construída a cerca de 100 metros do rio Lucala.

Segundo o administrador municipal de Cambambe, Adão Malungo, enquanto a situação se mantiver, a população da região vai ser abastecida através de camiões-cisterna.

## 10.18 Construção em zonas de risco é penalizada

*Jornal de Angola*

*13 de Janeiro de 2020*

*Autor: Manuela Gomes*

A Comissão Nacional de Protecção Civil (CNPC) prometeu responsabilizar os órgãos da administração local e as populações que insistem construir em zonas de alto risco de habitabilidade.

A advertência saiu da primeira reunião da Comissão Nacional de Protecção Civil, realizada, quinta-feira, em Luanda, que visou fazer o balanço dos danos e perdas durante a seca e a época da chuva em 2019. O encontro, que reuniu ministros, secretários de Estado e governadores provinciais, serviu, também, para avaliar as actividades realizadas pelos vários órgãos de protecção civil

Segundo o porta-voz da Comissão Nacional de Protecção Civil, Faustino Minguês, serão criadas normas e estabelecidos mecanismos para a responsabilização das pessoas que persistirem em habitar em zonas perigosas, como áreas propensas a ravinas, deslizamentos de terra, zonas montanhosas e morros.

Os membros da Comissão Nacional de Protecção Civil recomendaram, também, o fortalecimento dos investimentos em infra-estruturas de macro drenagem, bem como a necessidade de se intensificarem as campanhas de educação e sensibilização junto da população para abstenção de construções desordenadas.

De acordo com o responsável, em 2019, no decorrer do qual registou uma seca severa em várias províncias do sul do país, que afectou mais de 300 mil famílias, a Comissão Nacional de Protecção Civil deu uma resposta insuficiente, devido à escassez de equipamentos.

## 10.19 Lixo, águas paradas e ravinas invadem ruas de bairros periféricos de Luanda

*Jornal de Angola*

*13 de Janeiro, 2020*

*Autor: Manuela Gomes*

Dois dias depois das chuvas que se abateram sobre Luanda, o *Jornal de Angola* saiu à rua e percorreu alguns bairros. No município piscatório de Cacuaco, as chuvas levaram para a praia toda a imundície das zonas altas da vila.

São um verdadeiro atentado ao ambiente as grandes quantidades de garrafas de plástico nas praias e a flutuarem sobre as águas do mar. E, ao que nos pareceu, pelo frenesim da venda de peixe no mercado Mundial, nenhum dos vendedores está preocupado com toda aquela imundície à volta.

Num breve contacto com uma fonte da nova administração municipal, chefiada por Auxílio Jacob, *Jornal de Angola* apurou que há um amplo projecto de reabilitação de toda a orla marítima de Cacuaco, no quadro do Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM).

O que se pretende, disse a fonte, é requalificar toda a costa de Cacuaco, que tem um extraordinário potencial para o desenvolvimento da indústria turística. “Em todo esse processo, os empreendedores, nacionais e estrangeiros, são chamados a apresentar propostas de investimento”, disse a fonte.

Quanto ao lixo que invade as praias e as ruas do município, as autoridades locais admitem que os recursos locais são escassos para as necessidades ilimitadas, mas prometem movimentar homens e máquinas para a recolha dos resíduos sólidos e desobstruir as ruas enlameadas.

Depois de Cacuaco, *Jornal de Angola* rumou para o Cazenga, onde, também, se deparou com ruas inundadas e famílias inteiras com baldes na mão a retirar água de quintais e becos. Na avenida Ngola Kiluanje, também conhecida como Estrada da Cuca, o lixo transbordava dos contentores, misturando-se com a lama provocada pelas chuvas. A avenida Ngola

Kiluanje, onde se localizam os maiores armazéns de venda a grosso e a retalho do país, é, igualmente, um grande produtor de lixo comercial, que é visível à vista desarmada, ao longo da rua principal. António da Costa, que vive no bairro há mais de 45 anos, disse, desolado, que toda aquela zona da Cuca já foi um bairro chique, com uma qualidade de vida que se comparava ao que havia de melhor em Luanda, como o Alvalade e o Miramar. Acrescentou que hoje, fruto do comércio desordenado, o bairro está transformado num autêntico pandemónio, com vivendas bem projectadas a serem transformadas em armazéns escanzelados, sob o olhar impávido e sereno das autoridades municipais.

“Ninguém faz nada para endireitar essa confusão”, lamentou, apontando para a desordem arquitectónica que são os inúmeros armazéns perfilados na Ngola Kiluanje.

“Neste bairro e arredores morou gente com alguma referência. Justino Fernandes, que foi ministro da Indústria e governador de Luanda na Angola independente, já morou aqui. A Cuca era um bairro de grande categoria”, disse, nostálgico, António da Costa.

### Lama na Nocal e Rangel

Mas a chuva, que se abateu sobre Luanda nos últimos dias, não veio só destapar a balbúrdia que vai pela avenida Ngola Kiluanje. A rua da Nocal, que dá acesso ao centro de produção deste jornal, mais se parecia, ontem, com um curral de porcos, passe o exagero, pelo cheiro nauseabundo da lama putrefacta em todo aquele troço que vai até à fábrica de cerveja que lhe dá o nome. E este caso já vem de longe. As chuvas só vieram destapar a ponta iceberg. Há anos que não há manutenção das redes de esgotos e faz tempo que as linhas de água estão obstruídas pelas construções anárquicas.

No antigo mercado Roque Santeiro, no bairro Sambizanga, as chuvas deixaram uma “piscina” a céu aberto, onde alguns garotos davam grandes mergulhos, inocentes dos perigos que podem advir para a saúde. A poucos metros, grupos de jovens jogavam a bola, completamente “desligados” com o que se passava à volta.

Os bairros Rangel e partes da Terra Nova mais pareciam campos de exploração de petróleo “onshore”, tanta era a lama negra a engolir as ruas. Para não ficarmos sem o carro, fomos aconselhados a não tentar passar pela histórica rua da Dona Amália. O Rangel está, literalmente, transformado num autêntico viveiro de mosquitos. As pessoas clamam pelo regresso dos carros de fumo, para combater os

mosquitos, e dos Sukulas, camiões de sucção comprados pelo Governo para as administrações municipais e que “desapareceram em combate sem deixar rasto”, como disse um morador do bairro.

#### Ravina na rua do Ulengo

De regresso a esta velha casa de imprensa, duas horas depois, a nossa equipa de reportagem passou pela estrada que dá acesso ao Centro de Entretenimento Ulengo e o que viu foi assustador. Uma ravina em progressão ameaça cortar a circulação rodoviária e tende a destruir o morro de vedação adjacente ao Estádio Nacional 11 de Novembro. Na Urbanização Nova Vida, uma ravina ameaça o ponteco que dá acesso ao complexo escolar do bairro. Na Marginal de Luanda, à beira mar, defronte ao Banco Nacional de Angola (BNA), também havia ontem muito lixo acumulado arrastado pelas águas da chuva, inclusive animais mortos.

Enquanto isso, centenas de famílias aproveitaram, ontem, o dia de sol para fazer praia na contra-costa da Ilha de Luanda, porque do outro lado é proibido levar as crianças a apreciar o Porto Comercial daquele local, está tudo vedado há anos, as praias terão sido privatizadas.

## 10.20 Luanda acciona Plano de Contingência global

*Jornal de Angola*

*15 de Janeiro de 2020*

A Comissão Provincial de Protecção Civil de Luanda está a implementar, durante este período chuvoso, em alguns municípios, um Plano de auto Contingência global e específico.

O plano contempla limpezas das sarjetas, bacias de retenção, valas de drenagem, sucção de águas e recolha de resíduos sólidos, com realce para os municípios de Belas, Viana, Talatona e Luanda.

Em declarações à Angop, o porta-voz, Faustino Minguês, explicou que foram já limpas as sarjetas ao longo da Avenida Fidel de Castro, feita a recolha de resíduos sólidos arrastados pelas águas da chuva na Baía de Luanda e no canal do bairro das Salinas.

O porta-voz disse ainda haver necessidade de continuar com as acções de sensibilização e cadastramento das famílias que vivem em residências construídas nas linhas de água, bem como responsabilizar criminalmente as que insistem nesta prática.

Faustino Minguês disse ter havido redução de perdas humanas e prejuízos materiais, nas últimas chuvas, em relação aos anos anteriores, devido aos trabalhos feitos pelas comissões municipais, no que toca ao perfilamento das bacias de retenção das águas, desassoreamento das manilhas, linhas de passagem e zonas desobstruídas, permitindo o escoamento das águas.

Em Luanda, a chuva, este ano causou um morto e deixou 208 casas inundadas. Entretanto, o Vice-Presidente da República, Bornito de Sousa, reuniu-se na semana passada com responsáveis dos organismos que integram o Conselho Nacional de Viação e Ordenamento do Trânsito (CNVOT), órgão de consulta do Titular do Poder Executivo em matérias relativas à Viação e Ordenamento do Trânsito a nível nacional, para analisar os danos causados pelas chuvas no país, em particular as infra-estruturas com impacto na mobilidade rodoviária e ferroviária.

Na reunião participaram representantes dos departamentos ministeriais do Interior, da Administração do Território e Reforma do Estado, da Construção e Obras Públicas, dos Transportes e Finanças e o governador da província de Luanda, foi de carácter informativo.

No sábado, um dia depois da última chuva, o retrato de Luanda foi assustador, com os bairros inundados, ravinas, ruas intransitáveis.

Na Baía de Luanda, o cenário era desolador: grandes quantidades de lixo foram dar ao mar, incluindo animais mortos.

## 10.21 Desalojados... A vida difícil de mais de 200 famílias que há 13 anos sobrevivem em casebres no Golfe

*Jornal Economia & Finanças*

*17 De Janeiro de 2020*

*Autor: Dulcineia Lufua*

As famílias retiradas de zonas de risco, em alguns bairros da província de Luanda, com a promessa de serem alojadas em habitações com melhor comodidade, dizem-se esquecidas pelo Governo Provincial de Luanda (GPL) e pedem audiência com o governador Sérgio Luther Rescova. Os casebres encontram-se localizados no município do Kilamba Kiaxi, no bairro Golfe 2, próximo da Igreja Josafat (Manã).

Cansados de residir em casas de chapas, os sinistrados são oriundos dos bairros Neves Bendinha, Palanca, Havemos de Voltar, Vila Estoril, Golfe I e Camama, zonas que em 2007 foram gravemente afectadas pelas chuvas. Na altura, o GPL prometeu solucionar o problema daquelas famílias num curto espaço de tempo.

Entretanto, há 13 anos que as famílias aguardam pelas casas prometidas.

Do governador provincial aquelas famílias querem saber em que «pé» está o processo de alojamento.

"O nosso dossier é do conhecimento dos governantes que passaram por Luanda e do novo governador, Sérgio Luther Rescova. Enviámos duas cartas, como não tivemos respostas, pretendemos falar com ele [o governador] e pedir que nos visite e nos tire deste calvário", disse Carlos Keta, coordenador do pequeno bairro.

O responsável lembrou que, desde 2007 até à data actual, já passaram mais de quatro governadores na província de Luanda e "todos tinham conhecimento da nossa situação, mas quase nada fizeram para nos retirar deste local".

"Sai governador, entra governador e só nós é que continuamos no mesmo sítio e com a mesma miséria. Estamos cansados de viver nessas condições, onde banhamos nas bacias dentro das nossas casas e as necessidades fisiológicas são feitas em sacos de plásticos e depois jogados na lixeira a escassos metros dos nossos casebres, o que constitui um atentado à saúde", desabafou.

Desprovidos de todos os serviços básicos como luz da rede pública, água canalizada, escolas, casas condignas, latrinas e saneamento básico, as 263 famílias consideram mesmo que, nas condições em que estão, não vivem, mas sobrevivem.

"Não conseguimos ficar todos dentro de casa porque o espaço é pequeno e aquece muito. No tempo chuvoso é pior, não dormimos por causa das infiltrações", relatou José Luís, um dos moradores.

Luís contou ainda a humilhação por que passa por dividir a cama com os filhos, situação que para ele é "lastimável" e "vergonhoso".

"Os bate-chapas são muito pequenos, vivo éom os meus filhos em situação precária, dividimos a cama com a esposa e os filhos", lamentou o interlocutor que outrora vivia no bairro Calemba 2.

Vasco Domingos, um dos anciãos da área, fez saber que de princípio residiam no campo 836 famílias.

Deste número, foram alojados, até ao momento, mais de 500 famílias no Zango e na Sapu.

"Houve três fases de alojamento, as duas primeiras foram em 2007. A última em Dezembro de 2012. Foi-nos prometido que seríamos alojados todos, mas processo foi interrompido, ficando 263 famílias", lembra.

Vasco Domingos conta que, na altura, vice-governador de Luanda para a área técnica garantiu que o processo continuaria quatro dias depois, o que não aconteceu até hoje.

«Quando chove, ninguém dorme, as casas ficam inundadas e crescem os casos de cólera e paludismo», acrescentou.

## 10.22 País registou mais de seis milhões de casos de malária

*Jornal Economia & Finanças*  
17 De Janeiro de 2020

No ano passado, foram diagnosticados, em todo o país, mais de seis milhões de casos de malária. Os números foram avançados, nesta semana, pela ministra da Saúde, Sílvia Lutucuta, durante uma entrevista à Televisão Pública de Angola (TPA).

"Temos estes números, por um lado, porque estamos a diagnosticar mais e, por outro lado, porque estamos a tratar melhor e temos medicamentos", afirma a governante.

A malária é a primeira causa de morte no país, seguido dos acidentes de viação. A doença representa cerca de 20 por cento dos internamentos nas unidades sanitárias e cerca de 35 por cento da demanda de cuidados curativos. As crianças e as mulheres grávidas são as principais vítimas.

Em 2018, Angola registou 5,9 milhões de casos de malária que, somando aos dados de 2016 e 2017, totalizam 16,16 milhões de casos nos últimos três anos, um período em que morreram no país mais de 40 mil pessoas vítimas da doença. Cerca de 51 por cento das 11.814 mortes provocadas pela malária em 2018 eram crianças menores de cinco anos.

Angola-integra, desde 2017, o projecto eliminação oito (E8), que prevê a eliminação da doença em oito países da SADC, nomeadamente Namíbia, Botswana, África do Sul, Zâmbia, Zimbábue, Suazilândia e Moçambique, até 2030. O projecto tem como elemento estratégico o melhoramento no acesso aos serviços de saúde, a identificação e gestão de casos de malária nas zonas fronteiriças, testagem e tratamento



adequado da doença, através da criação de novas unidades sanitárias.

### 10.23 Chuvas intensas acompanhadas de raios provocam 14 mortes

*Jornal de Angola*

*19 de Janeiro de 2020*

*Autor: Lourenço Bule e Odeth*

*Manbengo*

Chuvas intensas, acompanhadas de raios, mataram 14 pessoas e deixaram 19 gravemente feridas no ano transacto, na província do Cuando Cubango, informou ao Jornal de Angola o porta-voz do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros, agente de 2ª classe, Júlio Muliata.

Segundo o responsável a província do Cuando Cuban-go é propensa a muitas trovoadas, sobretudo de Janeiro a Abril, e de Outubro a De-zembro, períodos em que as chuvas caem com muita intensidade. “Por este motivo no tempo colonial em vilas e cidades haviam pára-raios”, disse, para acrescentar: “Muitos destes equipamentos, em Menongue e em outras sedes municipais, foram vandalizados”.

Júlio Muliata disse que, no período em referência, na cidade de Menongue, houve 13 casos de pessoas atingidas por raios nos municípios do Cuchi, Cuito Cuanaval, Cuangar e Mavinga, apelando ao Governo da província para instalar torres de 20 ou 30 metros de altura para a fixação de pára-raios, nos espaços de maior concentração de população, ou como alternativa “exigir os empreiteiros” para colocarem estes dispositivos nas novas infra-estruturas que estão a ser erguidas.

“Hoje estão a ser construídas centenas de escolas, postos médicos, igrejas, residências, centros comerciais, enfim, vários tipos de infra-estruturas sem pára-raios por perto, isso é um grande risco para a população”, alertou, aconselhado a instalação deste instrumento em cada 200 metros em zonas propensas de chuvas, pois o cenário a continuar assim, “os raios vão ceifar sempre vidas humanas”.

Júlio Muliata revelou que em 2019, a corporação que representa registou 100 incêndios, que provocaram oito feridos e danos materiais diversos, que comparado com igual período em 2018 houve uma diminuição de 61 casos.

As causas dos incêndios prendem-se com o curto-circuito, negligência, casos de fuga de gás e descargas

eléctrica. Destas ocorrências resultaram a destruição de 67 casas, deixando 402 pessoas ao relento.

O município de Menongue, informou, liderou a lista dos incêndios na província em 2019, com 88 casos, Cuangar e Cuchi com quatro ocorrências cada, Mavinga com três e Cuito Cuanavale com apenas um caso.

Ainda no ano transacto, segundo o porta-voz dos Bombeiros, houve 48 casos de afogamento em toda a província, que culminaram com a morte de 30 pessoas. Uma outra morreu por ataque de um jacaré. Registou-se ainda oito casos de pessoas feridas por ataques de hipopótamos no Rivungo, Mavinga e Calai.

O responsável disse que existem 59 áreas consideradas de risco habitadas em toda a província.

A corporação, revelou, tem registado 33 ravinas situadas em Menongue, Cuito Cuanavale, Cuchi, Dirico, Nancova e Calai, “que, por indisponibilidade financeira, apenas quatro, na sede municipal do Cuito Cuanavale, estão a ser intervencionadas.

### 10.24 Chuva levou à Ilha do Cabo enorme quantidade de lixo

*Jornal de Angola*

*20 de Janeiro, 2020*

*Autor: Armindo Pereira*

As últimas chuvas que caíram sobre a capital do país, na semana passada, arrastaram para o litoral da Ilha do Cabo, em Luanda, enormes quantidades de resíduos sólidos, situação que preocupou os atletas e responsáveis da Federação Angolana de Desportos Náuticos (FADEN), durante o Campeonato Africano de Vela, encerrado no sábado.

Apesar dos esforços das empresas de limpeza e saneamento encarregadas de manter aquele perímetro limpo, os resíduos sólidos provenientes das valas de drenagem a céu aberto dos bairros Benfica, Katinton e Samba, eram devolvidos à beira mar pelas ondas.

Em declarações ao Jornal de Angola, a presidente do órgão reitor dos Desportos Náuticos, Olga Albuquerque, lamentou o facto de as delegações estrangeiras e não só se depararem com um cenário que descaracteriza a beleza da contracosta e da Baía.

“A nível do ambiente e ecologia não é nada agradável. É um problema de fundo de conhecimento das nossas autoridades”, lamentou. Importa realçar que este cenário tem sido recorrente durante a época chuvosa.



Para Nuno Gomes, presidente do Conselho Técnico da FADEN, a solução passa por se colocar redes nestas valas de drenagem, como acontece em muitos países.

Por outro lado, especialistas do meio ambiente defendem campanhas de sensibilização junto das populações que vivem próximo destes canais, cuja função é unicamente drenar as águas.

### 10.25 Chuvas ameaçam interditar troço Cachiungo/Chinguar

*Jornal de Angola*  
20 de Janeiro, 2020  
Autor: Justino Victorino

A circulação rodoviária entre os municípios do Catchiungo, na província do Huambo, e do Chinguar, no Bié, poderá ficar interdita, devido as chuvas fortes que estão a danificar a passagem hidráulica no troço sobre o rio Lutamo, na Estrada Nacional 250, região vulgarmente conhecida por quilómetro 66.

A governadora do Huambo, Joana Lina, deslocou-se ao local, onde foi informada pelo chefe do Instituto Nacional de Estradas de Angola (INEA) local sobre as condições da ponte hidráulica.

Adelino Jacinto advertiu à governadora que, se não forem tomadas medidas urgentes para se inverter o quadro, a via poderá ficar interdita a curto prazo, já que as chuvas continuam a cair com grande intensidade. “Temos de fazer trabalhos urgentes para a contenção de terra e a substituição das manilhas”, como medidas para impedir a cedência da ponte”, alertou o técnico à governadora provincial.

“Neste momento”, explicou Adelino Jacinto, “a via depara-se com um abatimento de terra na zona da passagem hidráulica, no interior das manilhas de tubos, com diâmetro de dois metros cada, onde se constatou que os três tubos estão a ceder por estarem corroídos, apontando que a situação poderá condicionar também a circulação de pessoas e bens entre as províncias vizinhas do Bié e do Cuando-Cubango”.

Os técnicos do Instituto Nacional de Estradas de Angola estão a realizar trabalhos paliativos, como a remoção dos tubos para conter a progressão dos danos na passagem hidráulica. No troço rodoviário, segundo Adelino Jacinto, houve um assentamento na passagem hidráulica que originou a corrosão.

“Nos próximos dias será aberto um concurso público para a realização dos trabalhos que se impõem neste

troço. As empresas interessadas terão de apresentar propostas para a construção de uma nova passagem hidráulica e de um desvio provisório”, adiantou.

### 10.26 Chuvas desalojam famílias no Andulo

*Jornal de Angola*  
21 de Janeiro de 2020  
Autor: José Chaves

Chuvas estão a causar muitos prejuízos na vila do Andulo

Mais de 300 famílias estão desabrigadas no município do Andulo, província do Bié, devido às chuvas, acompanhadas de ventos fortes, que se abatem com frequência sobre a região, desde o início da época chuvosa.

Segundo a administradora municipal do Andulo, Celeste Adolfo, as chuvas destruíram 300 casas de construção precária (adobe e capim), deixando muitas famílias em condições difíceis de habitabilidade.

As chuvas causaram ainda 15 feridos e nove pessoas perderam a vida por descargas eléctricas. A administradora Celeste Adolfo referiu que as zonas mais afectadas no Andulo são a sede municipal e as comunas de Calussinga, Chivaulo e Cassumbe.

Sem avançar o número real de famílias necessitadas, a administradora Celeste Adolfo disse que o Serviço de Protecção Civil e Bombeiros continua a trabalhar, com as administrações comunais, no levantamento dos estragos causados pelas chuvas na região.

Celeste Adolfo apelou à população no sentido de evitar construir casas em zonas de risco.

### 10.27 Saco plástico fora do mercado nacional

*Jornal de Angola*  
22 de Janeiro de 2020  
Autor: Victorino Joaquim

A produção diária de sacos plásticos por reciclagem, ao nível do país, atingiu no período de 2014 e 2017 os 12 milhões, fruto do empenho de três fábricas, sedeadas em Luanda e na Huíla.

O Ministério do Ambiente, através da Agência Nacional de Resíduos (ANR), está a preparar legislação para a retirada do uso de saco plástico no mercado nacional.

De acordo com o presidente o Conselho de Administração da agência, Monteiro Lumbo, desde o ano passado que se começou a preparar uma legislação para inibir, gradualmente, o uso de saco plástico, devido o efeito nocivo à natureza e ao próprio homem.

Nos termos da legislação, já concluída e prestes a ser entregue ao Grupo Técnico do Conselho de Ministros para apreciação, determina-se que a aquisição de saco plástico passará a ser mediante o pagamento de uma taxa, cujo valor ainda não está definido. A medida contraria o que, muitas vezes, acontece, principalmente nos grandes supermercados, onde os sacos plásticos são disponibilizados gratuitamente.

Monteiro Lumbo informou que ao nível do país, a produção diária de sacos plásticos, por reciclagem atingiram, no período de 2014 e 2017, os 12 milhões, fruto do empenho de três fábricas, sedeadas em Luanda e na Huíla.

Por meio do pagamento da taxa, acrescenta, a ideia principal é reduzir, gradualmente, o uso do saco plástico, para num futuro próximo, atingir-se a erradicação total deste produto no mercado nacional.

Por outro lado, a legislação resulta também do facto de Angola ter assumido, em Tóquio, no Japão, o compromisso de liderar “o combate” de uso de sacos plásticos ao nível da região.

A iniciativa do Ministério do Ambiente foi antecedida da realização de vários encontros, que serviram para esclarecer e auscultar os agentes económicos sobre a erradicação do saco plástico.

Produtores favoráveis à iniciativa

Ouvido pelo Jornal de Angola, o responsável de manutenção de máquinas da empresa Induplastic, Edson Dongoxi, mostrou-se a favor da implementação da Lei, sublinhando que a mesma já é uma realidade em vários países, incluindo africanos, como é o caso do Rwanda.

Contudo, chama a atenção das autoridades sobre um eventual impacto negativo que a lei possa trazer à sociedade.

Um dos aspectos negativos apontados por Edson Dongoxi tem a ver com o desemprego de pessoas envolvidas no negócio, uma vez que a redução ou retirada de uma determinada linha de produção significa perda de receitas financeiras e, conseqüentemente, leva a redução do pessoal, fundamentalmente, os que participam desta produção.

“Contudo, tudo vai depender do preço que cada consumidor deverá pagar por cada saco de plástico, de acordo com a lei”, disse.

Por outro lado, o técnico de máquinas e manutenção, entende que com tal medida, as empresas de cartonagem têm a oportunidade de seguir uma nova linha de produção e fazer crescer as suas empresas com a produção de sacos de papel.

Já o técnico auxiliar de planeamento e controlo de produção da mesma empresa, Leandro Cordeiro, considerou de “boa” a iniciativa do Ministério do Ambiente, mas lamentou o facto de a iniciativa estar a ser tratada “neste momento difícil da nossa economia, onde existem muitas carências.

Desta forma, em seu entender, ter-se-á de fazer um grande esforço no sentido de investir-se em novos negócios em substituição da produção de sacos plásticos e, assim, manter as empresas desse ramo a funcionar, além de evitar-se o desemprego de mais jovens e chefes de família.

Consequências do uso de sacos plásticos  
A utilização de sacos plásticos pode causar impacto na biodiversidade e em aspectos relacionados com os microplásticos (pequenas partículas de plástico – entre um a cinco milímetros). Num primeiro caso, tem resultado na morte de animais, como tartarugas, aves, crustáceos e peixes.

Os animais confundem os sacos com alimentos e ao ingerirem acabam por morrer sufocados ou com problemas no estômago, segundo explica o ambientalista Vladimir Russo.

O especialista ambiental acrescenta também que, por este motivo, há milhares de casos de mortes de animais por asfixia e deformações, impedindo o seu crescimento natural.

Ainda de acordo com Vladimir Russo, estudos feitos indicam que estes podem alterar a composição de certas partes dos oceanos, impactando sobre ecossistemas, espécies e, conseqüentemente, os seres humanos que se alimentam destas espécies.

Disse também que as disfunções hormonais, imunológicas, neurológicas e reprodutivas têm sido as patologias mais frequentes que afectam os humanos, e isso é resultante da ingestão involuntária de microplásticos.

Para substituir o saco plástico, em função da sua erradicação, o ambientalista sugere a utilização de sacos de papel, que são frequentemente usados em vários países, por estes serem biodegradáveis e o seu impacto no ambiente é menor quando comparado com os plásticos.

No entanto, o ambientalista recomenda que o saco seja feito de papel reciclado e não do derrube de árvores. Uma outra solução avançada é do uso de sacos de pano ou de plástico mais resistentes que pode ser reutilizado frequentemente.

## 10.28 Chuvas devastam campos agrícolas

*Jornal de Angola*

*27 De Janeiro de 2020*

*Autor: Manuel de Sousa*

Mais de 2.460 lavras familiares foram devastadas pelas fortes chuvas que se abateram nos últimos dias sobre a comuna da Lola, município da Bibala, na província do Namibe.

Os danos causados pelas chuvas afectaram directamente 1.233 famílias, 3.695 hectares de terra lavrada, principalmente de culturas de milho, massango, massambala e hortícolas, pondo em risco o sustento e a segurança alimentar das populações daquela região e não só, visto que a comuna da Lola é o celeiro agrícola da província do Namibe.

O director municipal da Agricultura, Manuel Chandicua, afirmou que as cheias que se fazem sentir na província do Namibe, à jusante, causaram inundações de campos agrícolas. "As águas destruíram muitas culturas, com realce para o milho e a massambala, que já estava a germinar, a cana e outras culturas produzidas no vale". Questionado sobre as medidas a serem tomadas para inverter o actual quadro, Manuel Chandicua disse estão a aconselhar os camponeses a adquirirem outras sementes, para produzirem noutra fase.

“É importante que as populações tenham força de vontade de trabalhar a terra, para que, terminadas as chuvas, possamos usar motobombas, para poder recuperar a produção perdida”. O segundo comandante provincial do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros, Ernesto Chanlengua, aconselha as populações daquela região a abandonar, por enquanto, as zonas afectadas pelas enxurradas e a deixar de praticar a agricultura no leito dos rios, para se evitarem danos maiores.

“O Governo procura encontrar soluções, que possam evitar estragos no futuro”, disse o governador da província do Namibe, Archer Mangureira, que foi à localidade avaliar os danos causados pelas chuvas nas zonas agrícolas.

O governador Archer Mangureira fez a entrega de adubos, enxadas, charruas, catanas e outros meios agrícolas aos camponeses, para que, assim que o clima permita, redinamizarem a produção e retomarem a actividade agrícola.

Troços rodoviários estão a ser reabilitados

O secretário de Estado para a Construção e Obras Públicas, Manuel de Abreu, visitou recentemente a ponte sobre o rio Bentiaba, no município de Moçâmedes, que se encontra em avançado estado de degradação, bem como as obras de colocação de asfalto nos 75 quilómetros da estrada que liga a sede do município da Bibala à comuna do Lola.

“ Viemos verificar, para posteriormente darmos continuidade aos trabalhos de revestimento da infraestrutura, para que, nas próximas quedas pluviométricas, não tenhamos situações que possam pôr em risco as estruturas da ponte”, garantiu Henriques Victorino, coordenador da comissão de gestão do Instituto Nacional de Estradas (INEA).

Nos próximos dias, acrescentou, serão feitos revestimentos em toda a estrutura metálica da ponte, de forma a se evitar o processo erosivo, que se verifica neste momento.

Em relação à estrada Bentiaba/Lola, Henriques Victorino garantiu que as obras terminam este ano. As obras começaram em 2017 e estão orçadas em 11 milhões e 300 mil dólares.

Questionado sobre a execução das obras Namibe/Benguela, via Lucira, e as secundárias Namibe/Virei /Bibala, Henriques Victorino disse que estão atrasadas devido a questões financeiras e que o troço Namibe/Lubango está a merecer atenção especial.

## 10.29 Falta de madeira dificulta trabalho em marcenarias

*Jornal de Angola*

*Autor: Elautério Silípuleni*

*28 de Janeiro de 2020*

A falta de uma serração de madeira na cidade de Ondjiva, província do Cunene, está a dificultar a actividade das marcenarias locais, que, para produzirem mobílias, são obrigadas a recorrer a outras províncias do país.

Contactados pelo Jornal de Angola, os proprietários de pequenas marcenarias na cidade de Ondjiva afirmaram que tem sido bastante difícil o trabalho de transformação de madeira em mobílias e outros meios, por causa da escassez da matéria-prima a nível da província do Cunene.

João Bueno Gimbi, proprietário de uma marcenaria no bairro Kafitu I, disse que a falta de madeira a nível da província do Cunene tem estado a ensombrar a criatividade dos marceneiros e estimula os clientes a optarem por produtos importados, em detrimento dos nacionais.

Marceneiro há 34 anos, João Gimbi disse que actualmente a madeira serrada para o fabrico de mobília é adquirida a partir dos mercados de Luanda e Benguela, facto que tem estado a encarecer os custos de produção e de venda dos mobiliários e outros artigos manufacturados.

A título de exemplo, precisou que uma tábuca de madeira serrada, de quatro metros, é adquirida no mercado de Luanda e/ou Benguela no valor de oito a nove mil kwanzas, que, adicionados aos custos de transportação, chega a custar 11 a 12 mil kwanzas, contra os sete mil praticados anteriormente na província do Cunene.

O marceneiro Jorge da Costa Bingu, do bairro Caculvale, em Ondjiva, reconhece que as dificuldades para aquisição da madeira no Cunene aumentaram nos últimos tempos e defende a instalação na província de serrações de madeira, para facilitar os trabalhos dos marceneiros.

Disse que a sua marcenaria fornece ainda aos consumidores produtos para acabamento de residências e empresas, como portas, janelas, tecto falso, cómodas, guarda-fatos, suportes de cortinas e outros.

A marcenaria, que conta com 15 trabalhadores, de acordo com Jorge da Costa Bingu, reduziu nos

últimos tempos a produção, devido aos custos onerosos na aquisição de madeira.

Já Alfredo Saculenda afirma que não tem sido fácil a produção de mobílias no Cunene. “Para adquirir a madeira é um grande sacrifício. Temos de nos deslocar para outras paragens para conseguir o produto e muitas vezes a preços muito altos”, sublinhou.

A província dispõe de uma capacidade anual de exploração de 15 mil metros cúbicos de madeira, distribuídos nos municípios do Cuvelai e Cuanhama (cinco mil cada), Namacunde com três mil e Cahama com dois mil metros cúbicos ao ano.

## 10.30 Chuva destrói 70 moradias

*Jornal de Angola*

*29 De Janeiro de 2020*

Pelo menos 70 casas, construídas na sua maior parte com adobes, um tijolo bruto em argila, ficaram destruídas, na comuna da Chinhama, município do Cachiungo, na sequência das fortes chuvas que nos últimos dias se abatem sobre a província do Huambo, disse o administrador local, assegurando não se terem registado vítimas humanas.

Segundo Silva Chipa, uma equipa da Administração Municipal esteve no local a avaliar os estragos, bem como a apoiar os sinistrados. O administrador acrescentou que esforços estão a ser envidados para que os que perderam as suas casas possam receber, em breve, chapas de zinco.

As condições sociais e económicas na comuna da Chinhama, declarou o administrador, continuam a ser difíceis, mas, disse, “há um trabalho que está a ser desenvolvido para retirar a região do estado de estagnação em que se encontra, apostando na agricultura e pecuária, na sequência da colocação de asfalto nos 75 quilómetros de estrada que a ligam à sede do município”.

## 10.31 Chuva sem danos humanos e materiais

*Jornal de Angola*

*30 De Janeiro de 2020*

*Autor: Mazarino da Cunha*

A chuva que caiu, ontem, em Luanda, de forma alternada, quer no tempo de duração, quer geograficamente, não causou danos materiais consideráveis, informou o porta-voz do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros.

Faustino Sebastião disse que apesar de ser uma rotina registar perda de vida e de bens materiais durante a chu-va ou tão logo que termine, desta vez não foi o caso, porque até ao momento não houve registo algum.

O Jornal de Angola efectuou uma ronda em algumas artérias e bairros da capital, após ter terminado a chuva e constatou que as principais avenidas da Baixa de Luan-da, 21 de Janeiro e Deolinda Rodrigues tinham um tráfego normal de viaturas e sem inundação como em outras ocasiões.

Nos bairros da Vila Alice, Terra Nova e Marçal, todos do Distrito Urbano do Rangel, os moradores estavam tranquilos após a queda da chuva.

Ana da Silva, moradora da rua Arsénio Pompílio Pompeu, na Vila Alice, que normalmente inunda, contou que a chuva de ontem foi "pacífica e curta", ao contrário das últimas que destruíram vidas humanas e bens materiais.

O cidadão de Luanda, referiu a moradora da Vila Alice, já tem em mente que cada chuva é um problema, esquecendo-se que as mesmas moderam as temperaturas e alimentam as plantas no seu todo.

### 10.32 Muitas severas para os crimes ambientais

*Jornal de Angola*

*31 De Janeiro de 2020*

*Autor: Domingos dos Santos*

A ministra do Ambiente, Paula Francisco Coelho, defende muitas mais severas contra os crimes ambientais. Em entrevista exclusiva ao Jornal de Angola, por ocasião do Dia Nacional do Ambiente, que hoje se assinala, a governante considera que prender quem comete crime ambiental constitui encargo para o Estado. “Devemos aplicar multas severas, tomar medidas severas, para desencorajar essas práticas”, frisou, acrescentando que os casos de caça furtiva devem ter julgamento sumário. “Os julgamentos têm os seus trâmites. Do ponto de vista de um fiscal, é necessário um julgamento imediato e ponto final. Imagine ter de deslocar um fiscal, tirar da sua zona de trabalho para ter de ir testemunhar na sede da província”.

Senhora ministra, concretamente o que é o ambiente?

Numa definição mais concreta, dizer que o ambiente é tudo aquilo que nos rodeia. Podemos hoje, olhando para as nossas definições e terminologias, encontrar

uma percepção diferente sobre o que é o ambiente. Dizer que é tudo aquilo que nos rodeia ligado ao meio, a natureza, a preservação, a conservação, quer dos meios bióticos quer ambióticos.

Em face das práticas comuns da sociedade, numa escala de 1 a 20, como classifica a consciência ambiental dos angolanos?

É uma consciência ambiental que vai subindo de forma gradual. Olhando para o histórico do próprio sector, ainda encontramos barreiras naquilo que é a interpretação e aceitação do bem fazer. Em alguns casos, e de forma não consciente, mas também não muito clara, nos deparamos com questões relacionadas à recolha de resíduos. Há pessoas que atiram o papel para o chão, porque acham que alguém deverá recolher. Isso passa uma mensagem um pouco negativa. Na medida em que as campanhas vão sendo feitas, a sensibilização vai sendo cada vez maior, sobretudo a consciencialização.

Que caminhos a seguir para que a sociedade angolana viva com práticas ambientais sustentáveis?

Falar de práticas ambientais sustentáveis passa por olharmos para aquilo que podemos fazer com um certo rigor. Olharmos para a própria palavra sustentável e entender que devemos fazer uma coisa que vai gerar outra, causando cada vez menos impacto à nossa sociedade. Olhamos para aquilo que são as metas de desenvolvimento sustentável e a obrigatoriedade de assumirmos de que, ao nível das instituições, quer públicas quer privadas, organizações e empresas, devemos cada um adoptar regras de sustentabilidade para podermos ter uma melhor qualidade ambiental e bem-estar nacional.

Já há descentralização de alguns órgãos do Ministério do Ambiente?

Alguns dos nossos órgãos estão a ser descentralizados na sua essência, com algumas instituições a funcionar nas províncias de Cabinda, Cuando Cubango, Huambo e Namibe. O que quer dizer que há soluções encontradas localmente. Do ponto de vista da própria sustentabilidade, é possível fazer uma recolha de amostras de solos e análises no Centro de Ecologia Tropical e Alterações Climáticas, na província do Huambo, que poderá também dar resposta capaz e ao mesmo tempo como se fosse a nível central. Obviamente, que vamos sincronizando matéria para que os resultados sejam os mesmos.

Esses órgãos estão bem apetrechados para desempenhar o seu papel a nível local?

Até à presente data sim. Já temos estes órgãos descentralizados em termos daquilo que é a própria



demanda da implantação das políticas do sector. Portanto, o Centro de Análise e Poluição Ambiental está na província de Cabinda, porque é lá que ocorrem muitas das acções relacionadas com derrames de petróleo. Não adianta sair de Luanda uma equipa para Cabinda para fazer a recolha, estudo do DNA, sincronizar com os operadores a nível local, para depois transferir para o nacional. A equipa do centro já está em condições de fazer a análise da água, sensibilizar as comunidades para, de forma integrada, a Comissão Multisectorial para os Derrames, conjugada com a Unidade de Monitoria Industrial, re-meter ao Ministério do Ambiente e os outros órgãos ligados à matéria, em Luanda. Mas todo o trabalho técnico pode ser feito localmente, neste caso na província de Cabinda.

Olhando para o país, onde há mais violações contra o ambiente? Nas grandes cidades ou no interior?

Eu diria que ainda temos de trabalhar mais. O que é que vamos considerar violação, quando todos nós ainda deitamos o lixo para o chão? Crescemos todos com uma visão diferente daquilo que é a própria limpeza nas nossas casas: acordar de manhã e varrer frente à porta. Hoje não fazemos isso. Existem operadores que até o fazem, mas a todos os níveis ainda deitamos o lixo para o chão. Depois as tipificações daquilo que são considerados crimes ambientais são diversas. Portanto, há ainda necessidade de regular e isto consta do nosso programa, onde vamos olhar para estas questões relacionadas aos crimes ambientais, para termos regulamentos específicos daquilo que advém do próprio programa legislativo.

Fala em tipificações. Que tipo de crimes ambientais são cometidos? Ocorrem mais nas cidades do que no interior ou vice-versa?

Não importa se é área rural ou urbana. Todavia, precisamos de evolução na matéria. Por isso, é que as campanhas de educação e sensibilização ambiental são importantes. É neste sentido que estamos a elevar o nível de consciencialização nas várias matérias, que incluem os crimes ambientais.

Onde as pessoas estão mais susceptíveis a aceitar ou a mudar o modo de lidar com o ambiente?

Ainda não avaliamos isso sente mais. O que concluímos é que devemos continuar a trabalhar. Uma associação de defesa do ambiente questionou-nos se eles, por fazerem campanha, criarem condições de não se poluir e depositar os resíduos de forma orientada, de acordo com os ecopontos, não podiam realizar uma manifestação contra aqueles que poluem? Limparam o 1º de Maio. Porque tinham de

voltar a limpar novamente? Portanto, isso são questões que vão surgindo. Isto toca naquilo que já falamos sobre a consciencialização e de quem polui mais. A questão ambiental transcende tudo isso. Parte de uma consciência, de um princípio de que eu sei que isso é mau e que não posso deixar ficar assim. Agora cabe ao Estado criar as condições para haver organização. Queremos continuar a apelar que devemos depositar os resíduos nos lugares certos, fazer campanha e mudar as práticas que lesem o ambiente.

Nestes dois anos em que está a frente do Ministério do Ambiente, quais têm sido os resultados no domínio da educação ambiental, gestão dos resíduos e fortalecimento das políticas relacionadas à vida selvagem?

Temos tido bons resultados, sobretudo no fortalecimento do pacote legislativo ambiental, com a Estratégia Nacional de Saneamento, liderada pela comunidade, com a Estratégia Nacional da Biodiversidade e o seu Plano de Acção, agora reforçado com a aprovação na generalidade do Programa Nacional de Normalização Ambiental, o Programa Nacional de Qualidade Ambiental e demais legislação relacionada. São ferramentas necessárias que tínhamos como lacuna dentro do nosso ordenamento jurídico. Isso cria uma base legal para melhor podermos actuar nestas campanhas que são a bandeira do nosso sector. Mas do que isso, olhamos para as metas. Como algumas comunas podem ficar livres da defecação ao ar livre? Temos um trabalho intenso com os nossos parceiros internacionais para o movimento nacional da cidade mais limpa. Depois podemos questionar, mas qual é o critério? Manter a cidade limpa.

O nosso país, como o mundo todo, está vulnerável às alterações climáticas. Aliás este foi o tema central da última Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas. Quais têm sido as medidas que o Ministério do Ambiente tem estado adoptar para fazer face as alterações climáticas?

Uma das questões relacionadas com as alterações climáticas, é a base legal. O Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM) inclui o saneamento básico como um programa de bandeira. Questões como a mitigação, resiliência, interpretações dos solos, por causa da prevenção das ravinas, as emissões de carbono, obras, infra-estruturas, estão acauteladas na Estratégia Nacional sobre as Alterações Climáticas, documento que já foi remetido ao Secretariado do Conselho de Ministros para a sua avaliação. Acreditamos que, na base daquilo que nos foi orientado, vamos ter uma estratégia nacional. Ainda assim, algumas das acções

já se vão sentindo, por obrigatoriedade dos nossos próprios actos como humanos. Precisamos de ganhar consciência de que com a falta de uma árvore, perdemos muita coisa, desde o alimento ao medicamento, desde uma sombra a um lugar de lazer. Estas são as questões que precisamos de olhar com algum detalhe. Deixar de usar papel é uma contribuição para as alterações climáticas. Com a redução do papel, eu vou abater menos árvores e, obviamente, vou ter mais sombra. É preciso que se perceba a correlação destas questões. Para as matérias das alterações climáticas, o Ministério do Ambiente não trabalha sozinho, existe uma Comissão Nacional para as Alterações Climáticas e Biodiversidade, que inclui também a componente desertificação, por causa da correlação existente e da cautela que se deve ter pela implementação de projectos, na base de estudos de impacto ambiental. A implementação de estações meteorológicas na província do Cunene foi uma mais-valia que nos ajudou a ver qual é a vegetação que pode ser alternativa para a subsistência das comunidades.

A caça furtiva e o abate indiscriminado de árvores continuam um pouco por todo país. Como se pode pôr fim a este fenómeno?

Existe uma Comissão Interministerial de Combate a Caça Furtiva e Crimes Ambientais. Lançamos o apelo de que cada cidadão deve ser o primeiro fiscal. Os recursos naturais são e devem ser do Estado. E quem é o Estado? Somos todos nós. É neste sentido que criou-se o grupo técnico, que chamamos de Unidade de Crimes Ambientais, que já tem os contactos telefónicos disponíveis para a denúncia desses actos.

Quantos fiscais são necessários para travar a caça furtiva no país?

Em termos de necessidades, há cálculos que se devem fazer sobre o espaço territorial. Lembrar que o espaço territorial é uma determinada área de conservação. Ou seja, quantos homens devemos ter por cada quilómetro quadrado. Vamos continuar a fazer a capacitação e integração de ex-militares como fiscais das áreas de conservação e, ao mesmo tempo, vamos reforçar a parceria existente com os órgãos de Defesa e Segurança.

Está na forja a elaboração de um decreto sobre a caça furtiva?

Sim, é uma das recomendações saídas do Conselho de Ministros sobre a caça furtiva. Só assim podemos fazer uma discriminação e tipificação das matérias a legislar. Todavia, contamos também com o Código Penal. Queremos que estes crimes passem a ser

condenados como flagrante delito, que devem ser de julgamento sumário. Precisamos de preservar, de acautelar. Como, em alguns casos, a legislação existente não é conhecida, começamos um processo de divulgação desses documentos, para que cada cidadão perceba e denuncie esses actos. Não queremos continuar a criar mais encargo para o Estado, prendendo, mas aplicar multas severas, tomar medidas duras, para desencorajar essas práticas. Devemos desacelerar a extinção das espécies.

Falou em multas severas, pensa que as que são actualmente aplicadas não são assim tão pesadas?

Não são pesadas o suficiente. Precisamos que o Código Penal seja aprovado e aí sim. Por isso, há necessidade de ter o Código Penal, que para nós é quase imperativo para a implementação das nossas acções no terreno.

Além das multas, defende também julgamentos sumários para casos de caça furtiva. Porquê?

Os julgamentos têm os seus trâmites. Do ponto de vista de um fiscal, é necessário um, julgamento imediato e ponto final. Imagina ter de deslocar um fiscal, tirar da sua zona de trabalho para ir testemunhar na sede provincial. Portanto, isto demora. Gostaríamos que, de facto, houvesse celeridade para estes casos. Foi nessa base que capacitamos juizes e procuradores, para a salvaguarda das questões ambientais. São casos de segurança nacional, porque está em causa os nossos próprios recursos naturais.

“Trazemos a proposta de banir o plástico”

Há países em que foram estabelecidas multas para quem importa o plástico. Será que Angola também está caminhar nesta direcção, no sentido de reduzir o seu uso?

Estamos sim. Dizer que relativamente ao uso de plástico já há diplomas próprios, neles também vem acompanhado um pacote de ecotaxas ambientais. Obviamente, vai carecer ainda de uma apreciação sectorial, porque a proposta é banir o plástico, partindo do princípio de um único uso, numa primeira fase. Mas já começamos, no âmbito da estratégia de saneamento, a apelar de que devemos usar cada vez menos plástico. Tivemos algumas reuniões, ainda a nível técnico, com alguns sectores para que alguns desses requisitos da futura legislação possam ser já do conhecimento dos importadores e exportadores.

Já têm trabalhado com as empresas nesse sentido?

Há um ano e meio, temos vindo a sensibilizar as empresas que gostariam de montar fábricas de água para utilizar um tipo de plástico mais robusto, olhando para as normas internacionais. Estamos num processo, com alguns operadores, de termos a classificação de tipo de resíduo. Portanto, este é o cenário que temos. Temos reunidos departamentos ministeriais e grandes superfícies comerciais, para desencorajar o uso de palhinhas e começar a fazer palhinhas de bambú. Já há algumas experiências na região e a nível do mundo.

Qual é a estratégia para a separação de resíduos?

Cada cidadão poderá ser um agente de separação de resíduos. Através da Agência Nacional de Resíduos podemos recolher, porque já nos foi cedido algum espaço para começar aglomerar matéria-prima para um outro tipo de indústria. Portanto, é uma preocupação e já colhemos experiências a nível da SADC, olhando para a Tanzânia, onde algum material que serve de beleza para mulheres, é taxado.

O que falta para termos uma verdadeira indústria de reciclagem em Angola?

Já vai surgindo algumas iniciativas. Há uma empresa que já tem capacidade de começar a distribuir e vai ser nosso parceiro a nível da campanha de saneamento. Há um projecto com financiamento estrangeiro, cujo processo está amplamente adiantado, já mereceu apreciação dos órgãos competentes, relacionados ao tratamento da veracidade das contas, e olhando para isso, acreditamos que se tudo correr bem, ainda este ano começa a funcionar. Estamos aberto ao diálogo, para melhor orientar sobre o tipo de reciclagem, tipo de indústria podem já surgir.

### 10.33 Sector petrolífero produziu aproximadamente 200 toneladas de resíduos em 2019

*Jornal O País*

*31 De janeiro de 2020*

*Autor: Patrícia de Oliveira*

Odirector do gabinete de Segurança e Ambiente da ANPG (Agência Nacional de Petróleo e Gás) e Biocombustíveis, Guilherme Ventura, disse que a discussão sobre a temática da gestão de resíduos, que aconteceu ontem, surgiu do facto de a indústria de petróleo e gás produzir grandes quantidades de resíduos e alguns deles com características perigosas.

"Pretendemos identificar como melhorar a legislação já existente. Existem leis que suportam a gestão deste tipo de resíduos, mas pretende-se apostar no processo de melhoria contínua. Por esse motivo, há necessidade de acordo com Agência Nacional de

Resíduos (ANR) para melhorar e despoletar alguma iniciativa legislativa", disse.

Questionado sobre as medidas a serem tomadas para a diminuição de resíduos perigosos, Guilherme Ventura referiu que o petróleo é um recurso estratégico e arrecada receitas, pelo que é preciso continuar a produzir. Porém, há a necessidade de uma legislação adequada que permita mitigar os efeitos negativos dos resíduos perigosos na actividade petrolífera. "Após a legislação própria, a fiscalização e a monitorização, é preciso forçar os operadores da indústria petrolífera a cumprirem a lei", defende.

Sobre a quantidade de quadros para fiscalização, referiu que ainda é insuficiente, porém, com um cronograma devidamente elaborado é possível dar atenção a esta área. De acordo com o responsável, a indústria petrolífera tem capacidade para fazer gestão de resíduos, nomeadamente transportar para a terra, fazer o devido tratamento e colocar em aterros.

Guilherme Ventura avançou que foi identificado um tipo de resíduo que contém material radioactivo de ocorrência natural denominado NORM que não sofre tratamento, pois é gerado, acondicionado e trazido para a terra.

O responsável referiu que o material é encontrado em água em produção, incrustações que se acumulam nas paredes dos equipamentos de produção petrolífera; lodos oleosos, que se depositam em vasos de processamento e armazenamento de petróleo.

"Há uma área na base da Sonils e no KM 44 [Catete] local que este tipo de resíduos é acondicionado. A preocupação passa por criar uma legislação que permite fazer o tratamento destes resíduos", disse.

Para o responsável de Segurança e Ambiente da ANPG e Biocombustíveis, um plano de gestão de resíduos deve prever a recolha e acondicionamento, o transporte para a área de tratamento, valorização (reciclagem e aproveitamento) e a deposição em destino final apropriado.

## II. EXPLORAÇÃO MINEIRA

### II.1 Falta de madeira dificulta trabalho em marcenarias

*Jornal de Angola*  
*Autor: Elautério Silípuleni*  
 28 de Janeiro de 2020

A falta de uma serração de madeira na cidade de Ondjiva, província do Cunene, está a dificultar a actividade das marcenarias locais, que, para produzirem mobílias, são obrigadas a recorrer a outras províncias do país.

Contactados pelo Jornal de Angola, os proprietários de pequenas marcenarias na cidade de Ondjiva afirmaram que tem sido bastante difícil o trabalho de transformação de madeira em mobílias e outros meios, por causa da escassez da matéria-prima a nível da província do Cunene.

João Bueno Gimbi, proprietário de uma marcenaria no bairro Kafitu I, disse que a falta de madeira a nível da província do Cunene tem estado a ensombrar a criatividade dos marceneiros e estimula os clientes a optarem por produtos importados, em detrimento dos nacionais.

Marceneiro há 34 anos, João Gimbi disse que actualmente a madeira serrada para o fabrico de mobília é adquirida a partir dos mercados de Luanda e Benguela, facto que tem estado a encarecer os custos de produção e de venda dos mobiliários e outros artigos manufacturados.

A título de exemplo, precisou que uma tábua de madeira serrada, de quatro metros, é adquirida no mercado de Luanda e/ou Benguela no valor de oito a nove mil kwanzas, que, adicionados aos custos de transportação, chega a custar 11 a 12 mil kwanzas, contra os sete mil praticados anteriormente na província do Cunene.

O marceneiro Jorge da Costa Bingu, do bairro Caculuvale, em Ondjiva, reconhece que as dificuldades para aquisição da madeira no Cunene aumentaram nos últimos tempos e defende a instalação na província de serrações de madeira, para facilitar os trabalhos dos marceneiros.

Disse que a sua marcenaria fornece ainda aos consumidores produtos para acabamento de residências e empresas, como portas, janelas, tecto

falso, cómodas, guarda-fatos, suportes de cortinas e outros.

A marcenaria, que conta com 15 trabalhadores, de acordo com Jorge da Costa Bingu, reduziu nos últimos tempos a produção, devido aos custos onerosos na aquisição de madeira.

Já Alfredo Saculenda afirma que não tem sido fácil a produção de mobílias no Cunene. “Para adquirir a madeira é um grande sacrifício. Temos de nos deslocar para outras paragens para conseguir o produto e muitas vezes a preços muito altos”, sublinhou.

A província dispõe de uma capacidade anual de exploração de 15 mil metros cúbicos de madeira, distribuídos nos municípios do Cuvelai e Cuanhama (cinco mil cada), Namacunde com três mil e Cahama com dois mil metros cúbicos ao ano.

### II.2 Muitas severas para os crimes ambientais

*Jornal de Angola*  
 31 De Janeiro de 2020  
*Autor: Domingos dos Santos*

A ministra do Ambiente, Paula Francisco Coelho, defende muitas mais severas contra os crimes ambientais. Em entrevista exclusiva ao Jornal de Angola, por ocasião do Dia Nacional do Ambiente, que hoje se assinala, a governante considera que prender quem comete crime ambiental constitui encargo para o Estado. “Devemos aplicar muitas severas, tomar medidas severas, para desencorajar essas práticas”, frisou, acrescentando que os casos de caça furtiva devem ter julgamento sumário. “Os julgamentos têm os seus trâmites. Do ponto de vista de um fiscal, é necessário um julgamento imediato e ponto final. Imagine ter de deslocar um fiscal, tirar da sua zona de trabalho para ter de ir testemunhar na sede da província”.

Senhora ministra, concretamente o que é o ambiente?

Numa definição mais concreta, dizer que o ambiente é tudo aquilo que nos rodeia. Podemos hoje, olhando para as nossas definições e terminologias, encontrar uma percepção diferente sobre o que é o ambiente. Dizer que é tudo aquilo que nos rodeia ligado ao meio, a natureza, a preservação, a conservação, quer dos meios bióticos quer ambióticos.



Em face das práticas comuns da sociedade, numa escala de 1 a 20, como classifica a consciência ambiental dos angolanos?

É uma consciência ambiental que vai subindo de forma gradual. Olhando para o histórico do próprio sector, ainda encontramos barreiras naquilo que é a interpretação e aceitação do bem fazer. Em alguns casos, e de forma não consciente, mas também não muito clara, nos deparamos com questões relacionadas à recolha de resíduos. Há pessoas que atiram o papel para o chão, porque acham que alguém deverá recolher. Isso passa uma mensagem um pouco negativa. Na medida em que as campanhas vão sendo feitas, a sensibilização vai sendo cada vez maior, sobretudo a consciencialização.

Que caminhos a seguir para que a sociedade angolana viva com práticas ambientais sustentáveis?

Falar de práticas ambientais sustentáveis passa por olharmos para aquilo que podemos fazer com um certo rigor. Olharmos para a própria palavra sustentável e entender que devemos fazer uma coisa que vai gerar outra, causando cada vez menos impacto à nossa sociedade. Olhamos para aquilo que são as metas de desenvolvimento sustentável e a obrigatoriedade de assumirmos de que, ao nível das instituições, quer públicas quer privadas, organizações e empresas, devemos cada um adoptar regras de sustentabilidade para podermos ter uma melhor qualidade ambiental e bem-estar nacional.

Já há descentralização de alguns órgãos do Ministério do Ambiente?

Alguns dos nossos órgãos estão a ser descentralizados na sua essência, com algumas instituições a funcionar nas províncias de Cabinda, Cuando Cubango, Huambo e Namibe. O que quer dizer que há soluções encontradas localmente. Do ponto de vista da própria sustentabilidade, é possível fazer uma recolha de amostras de solos e análises no Centro de Ecologia Tropical e Alterações Climáticas, na província do Huambo, que poderá também dar resposta capaz e ao mesmo tempo como se fosse a nível central. Obviamente, que vamos sincronizando matéria para que os resultados sejam os mesmos.

Esses órgãos estão bem apetrechados para desempenhar o seu papel a nível local?

Até à presente data sim. Já temos estes órgãos descentralizados em termos daquilo que é a própria demanda da implantação das políticas do sector. Portanto, o Centro de Análise e Poluição Ambiental está na província de Cabinda, porque é lá que ocorrem muitas das acções relacionadas com

derrames de petróleo. Não adianta sair de Luanda uma equipa para Cabinda para fazer a recolha, estudo do DNA, sincronizar com os operadores a nível local, para depois transferir para o nacional. A equipa do centro já está em condições de fazer a análise da água, sensibilizar as comunidades para, de forma integrada, a Comissão Multisectorial para os Derrames, conjugada com a Unidade de Monitoria Industrial, re-meter ao Ministério do Ambiente e os outros órgãos ligados à matéria, em Luanda. Mas todo o trabalho técnico pode ser feito localmente, neste caso na província de Cabinda.

Olhando para o país, onde há mais violações contra o ambiente? Nas grandes cidades ou no interior?

Eu diria que ainda temos de trabalhar mais. O que é que vamos considerar violação, quando todos nós ainda deitamos o lixo para o chão? Crescemos todos com uma visão diferente daquilo que é a própria limpeza nas nossas casas: acordar de manhã e varrer frente à porta. Hoje não fazemos isso. Existem operadores que até o fazem, mas a todos os níveis ainda deitamos o lixo para o chão. Depois as tipificações daquilo que são considerados crimes ambientais são diversas. Portanto, há ainda necessidade de regular e isto consta do nosso programa, onde vamos olhar para estas questões relacionadas aos crimes ambientais, para termos regulamentos específicos daquilo que advém do próprio programa legislativo.

Fala em tipificações. Que tipo de crimes ambientais são cometidos? Ocorrem mais nas cidades do que no interior ou vice-versa?

Não importa se é área rural ou urbana. Todavia, precisamos de evolução na matéria. Por isso, é que as campanhas de educação e sensibilização ambiental são importantes. É neste sentido que estamos a elevar o nível de consciencialização nas várias matérias, que incluem os crimes ambientais.

Onde as pessoas estão mais susceptíveis a aceitar ou a mudar o modo de lidar com o ambiente?

Ainda não avaliamos isso sente mais. O que concluímos é que devemos continuar a trabalhar. Uma associação de defesa do ambiente questionou-nos se eles, por fazerem campanha, criarem condições de não se poluir e depositar os resíduos de forma orientada, de acordo com os ecopontos, não podiam realizar uma manifestação contra aqueles que poluem? Limpavam o 1º de Maio. Porque tinham de voltar a limpar novamente? Portanto, isso são questões que vão surgindo. Isto toca naquilo que já falamos sobre a consciencialização e de quem polui mais. A questão ambiental transcende tudo isso. Parte



de uma consciência, de um princípio de que eu sei que isso é mau e que não posso deixar ficar assim. Agora cabe ao Estado criar as condições para haver organização. Queremos continuar a apelar que devemos depositar os resíduos nos lugares certos, fazer campanha e mudar as práticas que lesem o ambiente.

Nestes dois anos em que está a frente do Ministério do Ambiente, quais têm sido os resultados no domínio da educação ambiental, gestão dos resíduos e fortalecimento das políticas relacionadas à vida selvagem?

Temos tido bons resultados, sobretudo no fortalecimento do pacote legislativo ambiental, com a Estratégia Nacional de Saneamento, liderada pela comunidade, com a Estratégia Nacional da Biodiversidade e o seu Plano de Acção, agora reforçado com a aprovação na generalidade do Programa Nacional de Normalização Ambiental, o Programa Nacional de Qualidade Ambiental e demais legislação relacionada. São ferramentas necessárias que tínhamos como lacuna dentro do nosso ordenamento jurídico. Isso cria uma base legal para melhor podermos actuar nestas campanhas que são a bandeira do nosso sector. Mas do que isso, olhamos para as metas. Como algumas comunas podem ficar livres da defecação ao ar livre? Temos um trabalho intenso com os nossos parceiros internacionais para o movimento nacional da cidade mais limpa. Depois podemos questionar, mas qual é o critério? Manter a cidade limpa.

O nosso país, como o mundo todo, está vulnerável às alterações climáticas. Aliás este foi o tema central da última Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas. Quais têm sido as medidas que o Ministério do Ambiente tem estado adoptar para fazer face as alterações climáticas?

Uma das questões relacionadas com as alterações climáticas, é a base legal. O Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM) inclui o saneamento básico como um programa de bandeira.

Questões como a mitigação, resiliência, interpretações dos solos, por causa da prevenção das ravinas, as emissões de carbono, obras, infra-estruturas, estão acauteladas na Estratégia Nacional sobre as Alterações Climáticas, documento que já foi remetido ao Secretariado do Conselho de Ministros para a sua avaliação. Acreditamos que, na base daquilo que nos foi orientado, vamos ter uma estratégia nacional. Ainda assim, algumas das acções já se vão sentindo, por obrigatoriedade dos nossos próprios actos como humanos. Precisamos de ganhar consciência de que com a falta de uma árvore,

perdemos muita coisa, desde o alimento ao medicamento, desde uma sombra a um lugar de lazer. Estas são as questões que precisamos de olhar com algum detalhe. Deixar de usar papel é uma contribuição para as alterações climáticas. Com a redução do papel, eu vou abater menos árvores e, obviamente, vou ter mais sombra. É preciso que se perceba a correlação destas questões. Para as matérias das alterações climáticas, o Ministério do Ambiente não trabalha sozinho, existe uma Comissão Nacional para as Alterações Climáticas e Biodiversidade, que inclui também a componente desertificação, por causa da correlação existente e da cautela que se deve ter pela implementação de projectos, na base de estudos de impacto ambiental. A implementação de estações meteorológicas na província do Cunene foi uma mais-valia que nos ajudou a ver qual é a vegetação que pode ser alternativa para a subsistência das comunidades.

A caça furtiva e o abate indiscriminado de árvores continuam um pouco por todo país. Como se pode pôr fim a este fenómeno?

Existe uma Comissão Interministerial de Combate a Caça Furtiva e Crimes Ambientais. Lançamos o apelo de que cada cidadão deve ser o primeiro fiscal. Os recursos naturais são e devem ser do Estado. E quem é o Estado? Somos todos nós. É neste sentido que criou-se o grupo técnico, que chamamos de Unidade de Crimes Ambientais, que já tem os contactos telefónicos disponíveis para a denúncia desses actos.

Quantos fiscais são necessários para travar a caça furtiva no país?

Em termos de necessidades, há cálculos que se devem fazer sobre o espaço territorial. Lembrar que o espaço territorial é uma determinada área de conservação. Ou seja, quantos homens devemos ter por cada quilómetro quadrado. Vamos continuar a fazer a capacitação e integração de ex-militares como fiscais das áreas de conservação e, ao mesmo tempo, vamos reforçar a parceria existente com os órgãos de Defesa e Segurança.

Está na forja a elaboração de um decreto sobre a caça furtiva?

Sim, é uma das recomendações saídas do Conselho de Ministros sobre a caça furtiva. Só assim podemos fazer uma discriminação e tipificação das matérias a legislar. Todavia, contamos também com o Código Penal. Queremos que estes crimes passam a ser condenados como flagrante delito, que devem ser de julgamento sumário. Precisamos de preservar, de acautelar. Como, em alguns casos, a legislação

existente não é conhecida, começamos um processo de divulgação desses documentos, para que cada cidadão perceba e denuncie esses actos. Não queremos continuar a criar mais encargo para o Estado, prendendo, mas aplicar multas severas, tomar medidas duras, para desencorajar essas práticas. Devemos desacelerar a extinção das espécies.

Falou em multas severas, pensa que as que são actualmente aplicadas não são assim tão pesadas?

Não são pesadas o suficiente. Precisamos que o Código Penal seja aprovado e aí sim. Por isso, há necessidade de ter o Código Penal, que para nós é quase imperativo para a implementação das nossas acções no terreno.

Além das multas, defende também julgamentos sumários para casos de caça furtiva. Porquê?

Os julgamentos têm os seus trâmites. Do ponto de vista de um fiscal, é necessário um, julgamento imediato e ponto final. Imagina ter de deslocar um fiscal, tirar da sua zona de trabalho para ir testemunhar na sede provincial. Portanto, isto demora. Gostaríamos que, de facto, houvesse celeridade para estes casos. Foi nessa base que capacitamos juizes e procuradores, para a salvaguarda das questões ambientais. São casos de segurança nacional, porque está em causa os nossos próprios recursos naturais.

“Trazemos a proposta de banir o plástico”

Há países em que foram estabelecidas multas para quem importa o plástico. Será que Angola também está caminhar nesta direcção, no sentido de reduzir o seu uso?

Estamos sim. Dizer que relativamente ao uso de plástico já há diplomas próprios, neles também vem acompanhado um pacote de ecotaxas ambientais. Obviamente, vai carecer ainda de uma apreciação sectorial, porque a proposta é banir o plástico, partindo do princípio de um único uso, numa primeira fase. Mas já começamos, no âmbito da estratégia de saneamento, a apelar de que devemos usar cada vez menos plástico. Tivemos algumas reuniões, ainda a nível técnico, com alguns sectores para que alguns desses requisitos da futura legislação possam ser já do conhecimento dos importadores e exportadores.

Já têm trabalhado com as empresas nesse sentido?

Há um ano e meio, temos vindo a sensibilizar as empresas que gostariam de montar fábricas de água para utilizar um tipo de plástico mais robusto, olhando para as normas internacionais. Estamos num

processo, com alguns operadores, de termos a classificação de tipo de resíduo. Portanto, este é o cenário que temos. Temos reunidos departamentos ministeriais e grandes superfícies comerciais, para desencorajar o uso de palhinhas e começar a fazer palhinhas de bambú. Já há algumas experiências na região e a nível do mundo.

Qual é a estratégia para a separação de resíduos?

Cada cidadão poderá ser um agente de separação de resíduos. Através da Agência Nacional de Resíduos podemos recolher, porque já nos foi cedido algum espaço para começar aglomerar matéria-prima para um outro tipo de indústria. Portanto, é uma preocupação e já colhemos experiências a nível da SADC, olhando para a Tânzania, onde algum material que serve de beleza para mulheres, é taxado.

O que falta para termos uma verdadeira indústria de reciclagem em Angola?

Já vai surgindo algumas iniciativas. Há uma empresa que já tem capacidade de começar a distribuir e vai ser nosso parceiro a nível da campanha de saneamento. Há um projecto com financiamento estrangeiro, cujo processo está amplamente adiantado, já mereceu apreciação dos órgãos competentes, relacionados ao tratamento da veracidade das contas, e olhando para isso, acreditamos que se tudo correr bem, ainda este ano começa a funcionar. Estamos aberto ao diálogo, para melhor orientar sobre o tipo de reciclagem, tipo de indústria podem já surgir.

### 11.3 Sector petrolífero produziu aproximadamente 200 toneladas de resíduos em 2019

*Jornal O País*

*31 De janeiro de 2020*

*Autor: Patrícia de Oliveira*

O director do gabinete de Segurança e Ambiente da ANPG (Agência Nacional de Petróleo e Gás) e Biocombustíveis, Guilherme Ventura, disse que a discussão sobre a temática da gestão de resíduos, que aconteceu ontem, surgiu do facto de a indústria de petróleo e gás produzir grandes quantidades de resíduos e alguns deles com características perigosas.

"Pretendemos identificar como melhorar a legislação já existente. Existem leis que suportam a gestão deste tipo de resíduos, mas pretende-se apostar no processo de melhoria contínua. Por esse motivo, há necessidade de acordo com Agência Nacional de

Resíduos (ANR) para melhorar e despoletar alguma iniciativa legislativa", disse.

Questionado sobre as medidas a serem tomadas para a diminuição de resíduos perigosos, Guilherme Ventura referiu que o petróleo é um recurso estratégico e arrecada receitas, pelo que é preciso continuar a produzir. Porém, há a necessidade de uma legislação adequada que permita mitigar os efeitos negativos dos resíduos perigosos na actividade petrolífera. "Após a legislação própria, a fiscalização e a monitorização, é preciso forçar os operadores da indústria petrolífera a cumprirem a lei", defende.

Sobre a quantidade de quadros para fiscalização, referiu que ainda é insuficiente, porém, com um cronograma devidamente elaborado é possível dar atenção a esta área. De acordo com o responsável, a indústria petrolífera tem capacidade para fazer gestão de resíduos, nomeadamente transportar para a terra, fazer o devido tratamento e colocar em aterros.

Guilherme Ventura avançou que foi identificado um tipo de resíduo que contém material radioactivo de ocorrência natural denominado NORM que não sofre tratamento, pois é gerado, acondicionado e trazido para a terra.

O responsável referiu que o material é encontrado em água em produção, incrustações que se acumulam nas paredes dos equipamentos de produção petrolífera; lodos oleosos, que se depositam em vasos de processamento e armazenamento de petróleo.

"Há uma área na base da Sonils e no KM 44 (Catete) local que este tipo de resíduos é acondicionado. A preocupação passa por criar uma legislação que permite fazer o tratamento destes resíduos", disse.

Para o responsável de Segurança e Ambiente da ANPG e Biocombustíveis, um plano de gestão de resíduos deve prever a recolha e acondicionamento, o transporte para a área de tratamento, valorização (reciclagem e aproveitamento) e a deposição em destino final apropriado.

## 12. MIGRAÇÃO

## 13. INVESTIMENTOS CHINESES EM ANGOLA

### 13.1 Chineses negam participação na falsificação de kwanzas

*4 de Janeiro, 2020*

*Augusto Cuteta*

A administração da empresa Hua Dragão, gestora do espaço comercial Cidade da China, nega qualquer envolvimento no caso dos 50 milhões e 280 mil kwanzas falsos, alegando tomar conhecimento da existência do referido dinheiro apenas no dia da sua apreensão, a 26 de Dezembro do ano findo, revelou ontem Helena Xiang, secretária de direcção da instituição.

Em conferência de imprensa, a secretária de direcção do maior centro comercial chinês em Angola realçou que, antes da apreensão do dinheiro e das pessoas envolvidas no processo, a Cidade da China desconhecia a existência dos mais de 50 milhões de kwanzas falsos, assim como nunca tinha sido relatada sobre a situação.

Helena Xiang assegurou que, apesar do presidente do Conselho de Administração da instituição, Jack Huang, não constituído arguido, continuar sob custódia do Serviço de Investigação Criminal (SIC) e da Procuradoria-Geral da República (PGR), por suspeita de envolvimento num esquema de falsificação de moeda, a Cidade da China nunca participou na produção de dinheiro falso nem na introdução de notas adulteradas no mercado.

Revelou que o cidadão chinês, proprietário de dois contentores, num dos quais foi encontrado o dinheiro falso, já em posse das autoridades angolanas, está identificado. Chama-se Chen Long Xing, natural da província de Fu Jian, que é inquilino da Cidade da China, onde gere duas lojas 12-17/18.

### 13.2 A Cooperação entre a China e a Comunidade dos países de Língua Portuguesa(CPLP)

*Jornal Expansão*

*10 de Janeiro de 2020*

*Autor: Francisco Miguel Paulo*

No âmbito da Iniciativa Uma Faixa Uma Rota, o Banco da China (Bank of China - BOC), o quarto maior banco comercial de capitais público da China e o mais globalizado banco Chinês, organizou o oitavo seminário sobre a cooperação financeira internacional da iniciativa uma faixa uma rota em Beijing e em Lisboa.

As filiais do Banco da China em Beijing, Lisboa, Macau, São Paulo e Luanda convidaram cerca de 30 pessoas oriundas da CPLP que participaram neste seminário. No Caso de Angola, estiveram presentes quadros do BNA e um investigador do CEIC-UCAN. Na capital chinesa, o seminário decorreu entre os dias 26 -29 de Novembro, no distrito de Haidian, no College of International Finance do banco, que é um complexo educacional e residencial onde são formados os indivíduos que trabalham nesta instituição financeira.

O Professor Zhu Min, director do Instituto Nacional de Investigação Financeira da Universidade de Tsinghua e ex-vice presidente do FMI, fez uma apresentação sobre "Conjuntura Económica Mundial: Fissão Financeira na Era Pós-Crise e futuro da Tecnologia Financeira".

Desde a crise financeira e económica internacional em finais de 2008, e a forma como a Reserva Federal dos EUA (FED) respondeu para estimular a economia local, e economia mundial em especial as dos países desenvolvidos e os emergentes, entrou numa profunda mudança estrutural em termos monetários e financeiros. O FED reduziu a taxa de juro de tal forma que esteve próximo de zeros durante 8 anos, 2009 - 2016 para ajudar recuperar a economia norte americana Hoje a Reserva Federal tem uma margem de manobra mais reduzida do que tinha antes de 2008, em que a taxa de juro estava acima dos 4%.

As taxas de juro dos principais bancos centrais são em geral negativos, o que representa uma nova realidade que precisa de ser cuidadosamente estudada, pois a Teoria Económica pouco diz a respeito. A economia global enfrenta uma nova realidade caracterizada por baixa inflação, baixo crescimento económico, e taxa de juro negativa - o que está a ser apelidado de recessão à moda japonesa.

Há uma grande atitude negativa hoje em relação ao futuro, que é revelada pelas taxas de juro negativo praticadas pelos principais bancos centrais, em todo mundo há cerca de USD 16 biliões de activos que estão a ser remunerados com taxas de juros negativos. Ao me aperceber deste facto pensei na recente emissão de eurobonds que Angola fez de USD 3 mil milhões a uma taxa de juro de quase 9% com maturidade acima dos 20 anos. Se no geral as taxas de juro são negativas porque Angola não conseguiu oferecer os títulos a custo mais reduzido? É devido ao risco do País que é muito elevado, de acordo com as principais agências de rating. Caso Angola melhore o seu risco e o ambiente de negócios, poderá atrair vários investidores. Para isso, as reformas devem ser sérias, conscientes e genuínas e entendidas por todos.

Dr. Wu Fulin, vice-presidente do Bank of China (BOC), falou sobre "Política Financeira da China e as práticas do Banco da China". Fez uma incursão sobre as diversas fases de desenvolvimento do sistema financeiro chinês (SFC) e um breve historial do banco

que dirige. O SFC já passou por 5 fases:

I - (1978-1993) iniciação do sistema e início de abertura ao exterior por permitir a entrada de instituições financeiras de outros países, seguindo a máxima de Deng Xiaoping de que "qualquer nação ou país deve aprender os pontos fortes de outras nações e países como a ciência e a tecnologia mais avançadas". Neste período foi criado a primeira bolsa de valores estabelecido em Shangai;

II - (1994-2000) formação do enquadramento inicial de abertura mais alargada ao exterior ao promover-se as reformas económicas de "mercado socialista" permitindo-se a entrada de capitais estrangeiros na forma de investimento directo. Nesta fase mais de 102 bancos estrangeiros estabeleceram-se no país.

III- (2001-2007) Adesão da China à Organização Mundial de Comércio (OMC), o que aumentou, de que maneira, a sua abertura financeira;

IV - (2008-2017) promoção da internacionalização da moeda chinesa (RMB), estabelecimento da iniciativa faixa e rota, criação da Zona de Comércio Livre em

Shangai;

V - (2018 até o presente) abertura mais abrangente nesta nova era, com o estabelecimento do porto de comércio livre da ZCL de Hainan.

Mr Fulin disse ainda que a China já teve três taxas de câmbio, a oficial (2,5 RMB/USD), as das províncias (5 RMB/USD) e a do mercado informal (11RMB/USD) mas que depois o banco central conseguiu unificar a taxa de câmbio.

No que à política monetária diz respeito, lembrou que a dos EUA afecta todos os países, pois o dólar é uma moeda global, a mais utilizada nas transacções económicas, comerciais e financeiras. Por isso é importante que a FED, ao traçar a sua política, tenha em conta o impacto que terá no mercado mundial e não apenas no espaço económico americano. Este recado é válido também para o Banco Central Europeu e mesmo para o Banco Popular da China, tendo em conta a internacionalização que a moeda chinesa está a ter hoje. A coordenação de políticas entre os países é necessária num mundo cada vez mais globalizado.

Quanto ao papel do Bank of China (BOC), fez saber que foi estabelecido em 1912, serviu como banco central entre 1912 e 1928. Hoje o banco emprega mais de 300 mil funcionários, tem activos avaliados em USD 3,2 biliões, mais de 10 mil agências e ocupa o 44º lugar no Fortune Global 500. Abriu a primeira filial no estrangeiro (em Londres) em 1929 e tem como clientes os membros da família real britânica. Mais de 80% das 500 maiores empresas do mundo são clientes do BOC.

E, por último, tivemos como orador Dr Zhu Guangyao, ex-vice ministro das Finanças e ex-director executivo do Banco Mundial e actual director do departamento internacional do ministério das Finanças, que falou sobre "Enquadramento Económico e Financeiro Internacional". Começou por apresentar as perspectivas de crescimento das principais economias, o seu respectivo PIB, o volume do comércio externo e das reservas internacionais líquidas, as dívidas públicas e as taxas de juro de referência.



Lembrou ainda que os bancos centrais enfrentam um grande desafio com o surgimento de moedas digitais, que não estão associadas a nenhum país específico, como a cripto moeda, o Libra do Face Book e o Cash digital.

(1) Em Inglês é denominado Road and Belt Initiative (RBI) ou One Belt one Road

(2) Por favor não confundir com o Banco Central da China que é conhecido como Banco Popular da China (Peoples Bank of China).

(3) Este banco está presente em 59 países e regiões (26 na Ásia pacífico e no médio Oriente. 17 na Europa. 8 na América e 8 em Africa).

(4) O 1º seminário foi em 2015 e contou com a presença de países do leste asiático.

(5) A filial de Luanda, em Talatona, foi aberta em 2017 e tem 30 funcionários.

(5) O Japão enfrenta recessão há 20 anos, acompanhado de deflação e baixa taxa de juro e um endividamento público acima de 230% do PIB. Importa realçar que boa parte da dívida japonesa é interna.

(6) Na Europa os bancos comerciais estão a pagar para poder ter os seus depósitos no BCE. As taxas de juros dos depósitos a prazo que os bancos comerciais estão a oferecer é

Quase zero e as comissões de manutenção das contas aumentaram em muitos países.

(7) China tem as maiores RIL (USO 3,16 biliões), seguido do Japão (USO 1.25 biliões),

Suíça (USO 785,7 mil milhões), Arábia Saudita (USO 483,6 mil milhões).

### 13.3 Mercado nacional recebe marca chinesa de camiões

*Jornal de Angola*

*16 de Janeiro de 2020*

*Autor: Leonel Kassana*

Ministro do Comércio apela à abertura de uma linha de montagem de viaturas Dongfeng no país, para elevar o potencial de desenvolvimento dos transportes rodoviários e do mercado da distribuição.

A KinLai, empresa do português Grupo Nors, distribuidor oficial de camiões chineses da marca Dongfeng Trucks, foi inaugurada, ontem, na zona de

Mulemba (Cacuaco), em Luanda, momento aproveitado pelo ministro do Comércio, Joffre Van-Dúnem, para desafiar o consórcio a equacionar a abertura de uma linha de montagem dessas viaturas em Angola.

Joffre Van-Dúnem referiu que o esforço não deve estar virado apenas para aumento das vendas, mas, também, na qualidade, para que os investimentos criem negócios e garantam empregos.

O ministro considerou “importante” e “determinante” o sector privado na actual fase do país, pelos investimentos que permitem a obtenção de dividendos e empregos, sobretudo para jovens.

Numa primeira fase, a KinLai tem disponíveis dez camiões Dongfeng, de um total de 50 que a empresa pretende vender até final do ano, segundo garantias dadas pelo administrador executivo do Grupo Nors, Francisco Ramos, que revelou terem sido investidos 1,300 milhões de dólares na linha de venda.

Entre outros modelos, estão disponíveis na KinLai camiões Dongfeng KL, KC e KR com médias de 7,5 a 16 toneladas, assim como de alta gama, superior a 16 toneladas, com preço inicial 45 milhões de kwanzas. Como garantia para assistência técnica e manutenção da qualidade exigida pelo fabricante e os padrões, foi criado um “stock” com mais de mil peças de reposição.

A KinLai entra no mercado angolano com uma proposta virada para o desenvolvimento dos transportes rodoviários e para atender diversos segmentos da economia, como distribuição, construção, minas, florestas, ambiente e “soluções especiais”, com camiões de alta capacidade de carga e segurança a operar nas estradas angolanas, como explicou Francisco Ramos

Reafirmou a confiança no mercado angolano, onde o grupo empresarial português passa a contar, agora, com sete empresas. “O objectivo é trazer camiões com altos níveis de excelência, com uma aposta clara na segurança, durabilidade e ‘performance’ e aumentar a oferta da Nors no transporte de mercadorias, através de produtos com as especificações e vantagens competitivas que a Dongfeng Trucks possui”, Sublinhou.

Embaixador português

Presente na cerimónia, o embaixador português, João Caetano da Silva, referiu que o investimento do Grupo Nors reforça a presença em Angola, num sector estratégico para o desenvolvimento da economia nacional como o transporte de mercadorias. “Esta iniciativa demonstra bem a força

da presença e aposta no mercado angolano que tem caracterizado a acção das empresas portuguesas, mesmo em períodos de maiores dificuldades e económicas e financeiras”, sublinhou o diplomata.

Proposta está virada para o desenvolvimento dos transportes rodoviários e para atender diversos segmentos da economia

O Grupo Nors está representado com 20 empresas em 17 países de quatro continentes, empregando mais de 3.700 trabalhadores, 350 dos quais em Angola, onde opera desde 1991.

O volume anual de negócios é superior a 1,6 mil milhões de euros por ano. Em Angola, no ano passado, as vendas atingiram cerca de 70 milhões de dólares, mais três milhões em relação a 2018, segundo dados apurados pelo Jornal de Angola.

Essa multinacional desenvolve as suas actividades através das marcas Galius, Grupo Ascendum, Auto-Maquinaria, KinLai, Auto Sueco Automóveis, Agro New, Civiparts, AS Parts, Onedrive, Vitrum, Sotkon e Amplitude Seguros.

### 13.4 Nenhum angolano na China está infectado

*Jornal de Angola*

*26 De Janeiro de 2020*

*Autor: Manuela Gomes*

Nenhum dos cerca de 200 angolanos que vivem na China está infectado pelo coronavírus, o misterioso surto viral que, desde o dia 12 deste mês, assola algumas regiões daquele país asiático, garantiu, ontem, em Luanda, a ministra da Saúde.

O surto, que teve o epicentro na cidade de Wuhan, já afectou 1.300 pessoas e causou 41 mortos, colocou outros países em estado de alerta. O número de infectados com o vírus ultrapassa provavelmente o milhar de casos e é muito superior ao avançado pelas autoridades locais, segundo investigadores britânicos.

Ontem de manhã, o Ministério da Saúde reuniu com os parceiros, num encontro multisectorial que envolveu equipas técnicas, para traçar um plano de acção, que visa a execução de medidas assertivas de prevenção de uma eventual circulação do vírus no país.

Em declarações à imprensa, no final do encontro, a ministra da Saúde disse que Angola tem já traçado um plano de contingência a ser executado por vários órgãos ministeriais, para o controlo e prevenção de uma eventual epidemia no país.

“O nosso país tem uma grande circulação de pessoas e bens vindas da China e da Ásia, então é preciso que tomemos as medidas que se impõem, recomendadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS)”, disse Sílvia Lutucuta.

Trabalham em conjunto técnicos dos Ministérios do Interior, Transportes, Comércio, Comunicação Social e outros subsistemas de Saúde do sector público.

De acordo com a ministra, até ao momento a região africana não registou nenhum caso de coronavírus, mas sublinhou a necessidade de reforçar a prevenção.

“Temos espalhados pelos principais pontos de entrada do país, técnicos de Saúde Pública multidisciplinar, devidamente preparados para fazer o controlo em todas as áreas”, garantiu.

No Aeroporto Internacional 4 de Fevereiro, em Luanda, há equipas de técnicos de Saúde Pública, munidos com equipamentos sensoriais, detectores e medidores de temperatura corporal.

“As nossas equipas estão destacadas por turnos, cobrindo a zona 24 horas por dia. Estamos atentos a qualquer situação que possa advir e entrar no nosso território”.

Sílvia Lutucuta garantiu que as equipas do Ministério da Saúde estão preparadas para, na eventualidade de se detectar um caso, isolar rapidamente o passageiro, que deve receber os primeiros socorros e depois ser evacuado para uma unidade de referência para ser submetido ao devido tratamento.

Construção do hospital em duas semanas

Na China, um segundo hospital será especialmente construído “dentro de duas semanas” na cidade de Wuhan, o epicentro do novo vírus que atinge o país, para tratar os doentes, noticiou ontem o People's Daily.

O novo hospital terá capacidade para 1.300 camas, as quais se somarão aos mil leitos previstos para o primeiro hospital para pacientes portadores do vírus e será construído em dez dias, conforme foi anunciado na sexta-feira, acrescenta o jornal estatal.

A China vai avançar com medidas nacionais para rastrear o novo vírus nos transportes públicos e, a circulação de veículos não essenciais já está proibida em Wuhan.

### 13.5 Trabalhadores denunciam maus - tratos

*Jornal de Angola*

28 de Janeiro, 2020

*Autor: Carlos Paulino*

O cenário nas sete unidades fabris, seis delas detidas por cidadãos de nacionalidade chinesa e uma propriedade de angolano, lembra os tempos da escravidão.

Os trabalhadores auferem baixos salários, recebem alimentação sem qualidade, há despedimentos sem justa causa, falta de equipamentos de segurança, trabalhos forçados e carga horária excessiva. Sem onde recorrer, são obrigados a sujeitar-se a todas as sevícias, trabalhar como escravo na nossa própria terra, tudo pelas suas famílias.

Muitos jovens e adolescentes que ali trabalham já contraíram tuberculose e correm mesmo o risco de morrer.

Lucas Ndala, um adolescente de apenas 17 anos de idade, vive com a mãe e mais quatro irmãos menores, no bairro Pandera, arredores de Menongue. Sobrevivem com 750 kwanzas que recebe no fim de cada jornada de trabalho, porque assume-se como chefe de família, em função do falecimento do pai.

“Os chineses não têm o mínimo de piedade. O mínimo atraso, a substituição é imediata. Todos os dias, um grupo de jovens, mesmo sem fazer nada, permanece junto à porta de entrada das unidades fabris à espera por uma oportunidade. Por isso, a pontualidade é uma obrigação”, desabafou.

De segunda-feira a sábado, Ndala acorda às cinco horas da manhã para chegar cedo ao local de trabalho. A jornada laboral começa logo às 6 horas e termina às 18, com um pequeno intervalo de 30 minutos para o almoço. Neste período de trabalho, produzem cinco mil blocos e quando chega um camião carregado de cimento, descarregam sem qualquer adicional. Bernardo Cativa, outro jovem de 20 anos de idade, queixou-se também da péssima qualidade da alimentação, que não passa do arroz com feijão ou funje de milho com peixe sardinha, às vezes sem óleo vegetal, tomate, cebola e verduras. Diariamente, inalam muita poeira de cimento e da areia, as principais matérias-primas para o fabrico de blocos.

“Esta situação tem estado a provocar muitas doenças, com realce para diarreia aguda, febre tifóide e até tuberculose. Os proprietários quando são comunicados, além de não assumirem o tratamento,

despedem sem justa causa e nem somos indemnizados pelo tempo de serviço prestado”, denunciou.

Miguel Cambinda, 23 anos de idade, trabalha a cerca de seis meses na fábrica de blocos do bairro Saúde. Revela que três foram diagnosticados com tuberculose, devido às más condições de alimentação e o químico inalado do cimento. Face a essa situação, pondera abandonar o emprego.

Fiscais do Governo da Província do Cuando Cubango já visitaram as sete fábricas para constatar “in loco” as condições em que os funcionários trabalham, mas sem resultados. Os trabalhadores suspeitam que os fiscais têm sido aliciados pelos chineses, na medida em que, sempre que se deslocam às fábricas, são convidados para reuniões fechadas, sem a presença dos queixosos.

“Ficam fechados algum tempo e na saída já não olham para nós, não querem saber em que condições trabalhamos, não verificam as condições da latrina e muito menos da alimentação. Até hoje ninguém nos defende”, lamentou Miguel Cambinda, acrescentando: “Achamos que eles têm estado a receber algo em troca para não multar ou até mesmo fechar temporariamente as fábricas de bloco”.

#### Factos reais

Isaac Salvador Manuel, gerente da fábrica de bloco Isapaul, o único que aceitou falar à nossa reportagem, confirmou as reclamações dos jovens e disse que a empresa pode melhorar os salários e a alimentação. Mas acrescentou que essa melhoria não depende de si, por ser também um simples trabalhador, mas do cidadão chinês responsável pela unidade fabril.

“Todas as reclamações são verídicas. Eu convivo com eles desde as 6 às 18 horas. Sobre a falta de equipamentos de segurança só o proprietário da fábrica pode justificar. Apesar de ser o gerente, as minhas opiniões não são válidas. Apenas estou para controlar os trabalhadores, a entrada e saída das viaturas com inertes e cimento e dos clientes que compram blocos”, justificou-se.

Isaac Salvador Manuel disse que a realidade é a mesma nas outras fábricas, porque os chineses são muito comunicativos entre si. Todas as unidades produzem apenas o bloco 12, vendido a 120 kwanzas cada. Os outros materiais de construção como os blocos de 10 e 15, as vigotas de betão e placas para o passeio e lancis são feitos mediante encomenda.

## Cultura de denúncias

O chefe de secção dos serviços provinciais da Inspeção Geral do Trabalho (IGT), Augusto Liula, afirmou que a falta de cultura jurídica por parte dos trabalhadores tem estado a contribuir negativamente no atropelo dos seus direitos e que, por este facto, não têm como denunciar.

Apesar disso, aquela instituição recebeu denúncias de pessoas que trabalhavam em fábricas de blocos, onde foram diagnosticados trabalhadores com tuberculose, devido a falta de equipamentos de protecção e alimentação precária. Durante o primeiro semestre deste ano, a Inspeção Geral do Trabalho registou também nove casos de acidentes nas fábricas de produção de blocos. Augusto Liula reconhece que este número pode não ser real. “Relativamente as estatísticas de acidentes de trabalho são as entidades empregadoras que fornecem os dados e muitas empresas têm estado a encobrir”, afirmou.

As infracções que mais ocorrem nas fábricas de blocos são o não uso de equipamentos de protecção de trabalho, ou seja, capacetes, luvas, botas e máscaras, que as entidades empregadoras devem atribuir aos trabalhadores no desempenho das suas actividades.

O chefe de secção dos serviços provinciais da Inspeção Geral do Trabalho destacou isso constitui uma violação susceptível de multa, nos termos do decreto-lei 154/2016. A multa varia de 10 a 20 vezes o salário mínimo mensal remunerado na empresa. “A Inspeção Geral do Trabalho tem a obrigação de velar pela manutenção e cumprimento da legislação laboral que é a lei 07/2015. Por este facto, pedimos a todos os trabalhadores a fazerem as devidas denúncias”, exortou.

Augusto Liula sublinhou que durante as visitas inspectivas têm estado a incentivar os trabalhadores a fazerem denúncia sempre que os seus direitos forem violados ou lesados, principalmente quando se trata de maus-tratos.

## Pólo Industrial de Menongue

O chefe de departamento do Gabinete Provincial do Comércio e Indústria, Afonso Ndala, disse que a instalação de fábricas de blocos em zonas com grande aglomerado po-pulacional, conforme acontece actualmente em Menongue, constitui um enorme perigo para as vidas humanas.

O Governo da província tem um espaço reservado para a instalação do Pólo Industrial de Menongue, que dista a cerca de 10 quilómetros do centro da cidade, com uma área de 1.155 hectares, onde podem

ser erguidas mais de 50 fábricas de indústrias alimentares, materiais de construção civil, calçados, vestuários, montagem de motorizadas, bicicletas, entre outros bens e serviços.

Afonso Ndala disse que as fábricas de blocos poderiam muito bem funcionar no Pólo Industrial de Menongue, mas a falta de fornecimento de energia eléctrica, tem afugentado os investidores.

“Uma empresa instalou no Pólo Industrial de Menongue duas fábricas para transformação de madeira e fabrico de mobiliários, mas a falta de energia fez com que o projecto paralisasse”, contou.

Segundo Afonso Ndala, uma unidade industrial sem energia eléctrica da rede pública dificilmente sobrevive, porque não tem como suportar o funcionamento regular com pequenos grupos geradores, compra de combustível e manutenção.

Informou que a sua instituição controla a nível da província 68 unidades industriais, com realce para oito fábricas de produção de blocos, dos quais sete no município de Menongue e um no Calai.

## Máquinas ruidosas

Os moradores de Menongue estão agastados com o barulho produzido pelas fábricas de blocos. Os proprietários da documentação das fábricas detidas por chineses são angolanos bem posicionados, razão pela qual a Inspeção-geral do Trabalho não consegue fazer nada.

Pedro Cambinda vive a escassos 30 metros da fábrica de blocos denominada Moco, situada no bairro social da Juventude, arredores da cidade de Menongue. Disse que todos os dias é obrigado a acordar às 6 horas da manhã por causa do barulho que as máquinas propagam e que deixa qualquer pessoa com os nervos a flor da pele.

“Até ao final de semana não conseguimos descansar, porque os chineses ligam as suas máquinas ruidosas e somos obrigados a levantar mesmo contra a vontade por causa do barulho”, lamentou.

Nelson Figurão, residente no bairro Cunha, junto aos serviços prisionais, disse que ele e os seus vizinhos já estão cansados de tanto reclamarem e apresentar queixa a polícia. Defende a remoção dessas fábricas das zonas residenciais e a sua instalação em locais próprios.

### 13.6 Chinês internado na Girassol não corre risco de morte

*Novo Jornal*

*31 De Janeiro de 2020*

o quadro clínico do paciente de nacionalidade chinesa, internado desde o dia 26, na Clínica Girassol, em Luanda, supostamente infectado com o vírus do coronavírus, é estável. O paciente não apresentava febre desde o dia 30, garantiu o inspector-geral da Saúde.

Miguel de Oliveira, falando aos jornalistas, desmentiu informações postas a circular nas redes sociais sobre a alegada morte do cidadão chinês.

Internado desde o passado dia 26, o paciente foi submetido a exames laboratoriais, tendo sido diagnosticado uma gripe comum. Ainda assim, seguindo as normas da Organização Mundial da Saúde (OMS), as amostras de fluidos do paciente foram enviadas para um laboratório de referência na África do Sul.

Até ao momento, além do cidadão que está internado na Clínica Girassol, as autoridades sanitárias do país não registaram mais nenhum outro caso suspeito, garantiu o porta-voz do Ministério da Saúde.

Na China, a Comissão Nacional de Saúde fez saber, na quinta-feira, 30, que o número total de mortes pelo novo coronavírus confirmadas no país subiu para 170 no final de quarta-feira, 29, um aumento de 38 vítimas. A comissão informou em comunicado que havia 7.711 casos confirmados até o final da quarta-feira, 29, com mais 12.167 casos suspeitos. A Organização Mundial de Saúde (OMS) avançou com um alerta internacional de saúde devido ao actual cenário gerado pela progressão global do coronavírus. A OMS teme que o vírus possa atingir os países mais débeis quanto à capacidade de reunir recursos para combater um eventual surto.